



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS (FCS)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL (PPGAS)

LÍDIA DOS SANTOS FERREIRA DE FREITAS

**Princesinhas, guerreiros e batalhas discursivas: educação de gênero  
como projeto (neo)conservador**

GOIÂNIA

2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

## TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

### E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

#### 1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação     Tese     Outro\*: \_\_\_\_\_

\*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

#### 2. Nome completo do autor

LÍDIA DOS SANTOS FERREIRA DE FREITAS

#### 3. Título do trabalho

*PRINCESINHAS, GUERREIROS E BATALHAS DISCURSIVAS: EDUCAÇÃO DE GÊNERO COMO PROJETO (NEO)CONSERVADOR*

#### 4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento  SIM     NÃO<sup>1</sup>

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);
- b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

**Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.**



Documento assinado eletronicamente por **Lidia Dos Santos Ferreira De Freitas, Discente**, em 12/07/2024, às 08:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Flavio Munhoz Sofiati, Professor do Magistério Superior**, em 15/07/2024, às 08:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4666778** e o código CRC **FDD9B669**.

---

LÍDIA DOS SANTOS FERREIRA DE FREITAS

**Princesinhas, guerreiros e batalhas discursivas: educação de gênero  
como projeto (neo)conservador**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, da Faculdade de Ciências Sociais, da Universidade Federal de Goiás, como requisito para obtenção do título de Doutora em Antropologia Social.

Área de concentração: Antropologia Social

Linha de pesquisa: Etnografia dos conhecimentos e experimentações etnográficas

Orientador: Prof. Dr. Flávio Munhoz Sofiati

GOIÂNIA

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Freitas, Lídia dos Santos Ferreira de  
Princesinhas, guerreiros e batalhas discursivas: educação de gênero como projeto (neo)conservador [manuscrito] / Lídia dos Santos Ferreira de Freitas. - 2024.  
CCXXXVII, 237 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Munhoz Sofiati.  
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Goiânia, 2024.  
Bibliografia.

1. gênero. 2. educação. 3. (neo)conservadorismo. 4. cristianismos.  
5. discurso. I. Sofiati, Flávio Munhoz, orient. II. Título.

CDU 572



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

**ATA DE DEFESA DE TESE**

Ata nº 004/24-D da sessão de Defesa de Tese de **LÍDIA DOS SANTOS FERREIRA DE FREITAS**, que lhe confere o título de Doutora em Antropologia Social, na área de concentração Antropologia Social.

Aos vinte e nove dias do mês de maio de 2024, às 14:00 horas, via webconferência, realizou-se a sessão de julgamento da Tese de Doutorado de **LÍDIA DOS SANTOS FERREIRA DE FREITAS**, intitulada *PRINCESINHAS, GUERREIROS E BATALHAS DISCURSIVAS: EDUCAÇÃO DE GÊNERO COMO PROJETO (NEO)CONSERVADOR*. A Banca Examinadora foi composta pelos/as seguintes Professores/as Doutores/as: Flávio Munhoz Sofiati (PPGAS/UFG - presidente); Maria José Fontelas Rosado Nunes (membro externo - PUC-SP); Rayani Mariano dos Santos (membro externo - PPGCPRI/UFG); Camilo Albuquerque de Braz (membro interno - PPGAS/UFG) e Eliane Gonçalves (membro externo - PPGS/UFG). A candidata apresentou seu trabalho, foi arguida pela Banca e respondeu às arguições. Ao final da arguição, a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão reservada, pelo qual foi atribuído à doutoranda o seguinte resultado: **aprovada** pelos seus membros. Reabertos os trabalhos, o presidente proclamou os resultados e encerrou a sessão pública, da qual foi lavrada a presente ata, que vai assinada por ele e os/as demais integrantes da Banca Examinadora.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Flavio Munhoz Sofiati, Professor do Magistério Superior**, em 29/05/2024, às 18:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Suzane De Alencar Vieira, Coordenadora de Pós-Graduação**, em 29/05/2024, às 18:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Camilo Albuquerque De Braz, Professor do Magistério Superior**, em 29/05/2024, às 19:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rayani Mariano Dos Santos, Professor do Magistério Superior**, em 30/05/2024, às 22:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Goncalves, Professor do Magistério Superior**, em 01/06/2024, às 13:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4583176** e o código CRC **FFE485C5**.

---

**Referência:** Processo nº 23070.023789/2024-24

SEI nº 4583176

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Vicente e Maria Odenilda, à minha irmã, Renata, e ao meu companheiro, Ramon, pelo apoio e cuidados ao longo dessa jornada de quatro anos.

Ao professor Flávio Munhoz Sofiati, pelo valioso e generoso processo de orientação.

Aos colegas da turma de doutorado de 2020, pelo companheirismo e contribuições – afetivas e teóricas – em tempos pandêmicos.

Aos queridos professores Eliane Gonçalves e Camilo Braz, pelo importante diálogo e contribuições no exame de qualificação.

Ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da UFG, nas figuras do ex-coordenador, Prof. Dr. Carlos Eduardo Henning, da atual coordenadora, Prof. Dra. Suzane de Alencar Vieira, e do secretário, Dr. Marcello Augusto P. Rizzo.

Ao meu amigo Pedro Lobo, *in memoriam*, falecido na pandemia de Covid-19 em 2020, que me incentivou para que não desistisse do mestrado em 2018.

A todas(os) as(os) servidoras(es) públicas(os) que constroem a ciência, a educação e a universidade pública no Brasil, especialmente as(os) técnicas(os) administrativas(os) em educação.

## RESUMO

Esta pesquisa doutoral em Antropologia Social, centrada principalmente em textos públicos obtidos em diversas plataformas, tanto digitais quanto físicas, buscou analisar discursos e perspectivas de gênero em livros infantis e materiais pedagógicos produzidos por segmentos dos cristianismos pentecostalizados. A fundamentação teórica baseou-se nas teorias de gênero e feministas, assim como na perspectiva teórico-metodológica da Análise do Discurso. O escopo da análise considerou o contexto mais amplo das atuais controvérsias sobre gênero, o avanço de valores e ideias de direita e extrema-direita, e a reação conservadora diante do progresso das pautas feministas e dos ativismos queer, especialmente a partir do repertório discursivo da "ideologia de gênero". Buscando responder à pergunta sobre quais seriam os elementos fundamentais constituintes da tecnologia conservadora de gênero operacionalizada na educação não formal de crianças presente no campo dos cristianismos pentecostalizados, a investigação dos materiais revelou uma estética e padrões discursivos comuns, embasados em uma visão de gênero dualista, essencialista, cis-heterossexista, disciplinadora, moralista e reprodutivista. A análise também evidenciou a existência de um projeto organizado de educação conservadora de gênero para crianças nos espaços desses cristianismos conservadores, com ênfase, principalmente, em identidades e performances de gênero, a partir de uma perspectiva construcionista (o gênero deve ser ensinado às crianças a partir de uma matriz cristã-conservadora), conformada em um discurso essencialista (o gênero está dado e não pode ser modificado). Há, portanto, uma ambiguidade que é característica do padrão discursivo das novas direitas conservadoras e que faz parte de sua potência. A pesquisa aponta ainda para a necessidade de que pesquisadores do campo dos estudos de gênero revisitem o pressuposto de que haveria, nos segmentos analisados nesta tese, uma perspectiva puramente "antigênero". O que parece haver é um processo de disputa pelos sentidos da categoria "gênero". Ressalto, por fim, que o fenômeno é relativamente recente, intensificando-se a partir da segunda década do século XX, o que justifica a relevância e atualidade desta pesquisa.

**Palavras-chave:** gênero; educação; (neo)conservadorismo; cristianismos pentecostalizados; discurso

## RESUMEN

Esta investigación doctoral en Antropología Social, centrada principalmente en textos públicos obtenidos en diversas plataformas, tanto digitales como físicas, buscó analizar discursos y perspectivas de género en libros infantiles y materiales pedagógicos producidos por segmentos de los cristianismos pentecostalizados. La fundamentación teórica se basó en las teorías de género y feministas, así como en la perspectiva teórico-metodológica del Análisis del Discurso. El alcance del análisis consideró el contexto más amplio de las actuales controversias sobre género, el avance de valores e ideas de derecha y extrema derecha, y la reacción conservadora ante el progreso de las agendas feministas y los activismos queer, especialmente desde el repertorio discursivo de la "ideología de género". Buscando responder a la pregunta sobre cuáles serían los elementos fundamentales constituyentes de la tecnología conservadora de género operacionalizada en la educación no formal de niños presente en el campo de los cristianismos pentecostalizados, la investigación de los materiales reveló una estética y patrones discursivos comunes, fundamentados en una visión de género dualista, esencialista, cis-heterosexista, disciplinadora, moralista y reproductivista. El análisis también evidenció la existencia de un proyecto organizado de educación conservadora de género para niños en los espacios de estos cristianismos conservadores, con énfasis, principalmente, en identidades y performances de género, desde una perspectiva construccionista (el género debe ser enseñado a los niños desde una matriz cristiana-conservadora), conformada en un discurso esencialista (el género está dado y no puede ser modificado). Hay, por lo tanto, una ambigüedad que es característica del patrón discursivo de las nuevas derechas conservadoras y que forma parte de su potencia. La investigación también señala la necesidad de que los investigadores del campo de los estudios de género revisiten el supuesto de que habría, en los segmentos analizados en esta tesis, una perspectiva puramente "antigénero". Lo que parece haber es un proceso de disputa por los sentidos de la categoría "género". Destaco, por último, que el fenómeno es relativamente reciente, intensificándose a partir de la segunda década del siglo XX, lo que justifica la relevancia y actualidad de esta investigación.

**Palabras-clave:** género; educación; (neo)conservadurismo; cristianismos pentecostalizados; discurso

## **ABSTRACT**

This doctoral research in Social Anthropology, primarily focused on public texts obtained from various platforms, both digital and physical, aimed to analyze discourses and gender perspectives in children's books and pedagogical materials produced by segments of pentecostalized christianities. The theoretical foundation was based on gender and feminist theories, as well as the theoretical-methodological perspective of Discourse Analysis. The scope of the analysis considered the broader context of current gender controversies, the rise of right-wing and far-right values and ideas, and the conservative reaction to the progress of feminist agendas and queer activism, especially through the discursive repertoire of "gender ideology." Seeking to answer the question of what would be the fundamental elements constituting the conservative gender technology operationalized in non-formal education for children within the field of pentecostalized christianities, the investigation of materials revealed common aesthetic and discursive patterns grounded in a dualistic, essentialist, cis-heterosexist, disciplinarian, moralistic, and reproductive gender vision. The analysis also highlighted the existence of an organized project of conservative gender education for children within these conservative christian spaces, emphasizing primarily gender identities and performances from a constructionist perspective (gender should be taught to children from a christian-conservative matrix), shaped in an essentialist discourse (gender is given and cannot be modified). Thus, there is an ambiguity characteristic of the discursive pattern of the new conservative rights, which is part of its power. The research also points to the need for gender studies researchers to revisit the assumption that the segments analyzed in this thesis hold a purely "anti-gender" perspective. What seems to be present is a process of disputing the meanings of the "gender" category. Finally, I emphasize that the phenomenon is relatively recent, intensifying from the second decade of the 20th century, justifying the relevance and timeliness of this research.

**Key-words:** gender; education; (neo)conservatism; pentecostal christianities; discourse

# SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO</b>  | <b>10</b> |
| <b>1 IDENTIDADES EM RUPTURA: DESCENTRAMENTOS E DISPUTAS ONTOLÓGICAS</b>  | <b>22</b> |
| 1.1 Identidades em crise, sujeitos no plural   | 23        |
| 1.2 Virada linguística, desestabilização subjetiva e Análise do Discurso   | 28        |
| 1.3 “A dádiva do gênero”: defesas e dissensos  | 34        |
| 1.4 Masculino e feminino: entre o transcendente e o imanente   | 39        |
| 1.5 Educação como dispositivo social de centramento e gendramento identitário  | 49        |
| 1.6 Futuros para além da(s) identidade(s)?   | 53        |
| <b>2 RETÓRICAS CONSERVADORAS NO NOVO MILÊNIO: A AGENDA DAS NOVAS DIREITAS CRISTÃS</b>                                | <b>55</b> |
| 2.1 Novos velhos ciclos? Virada conservadora no século XXI   | 58        |
| 2.2 Teologia do Domínio: uma introdução  | 60        |
| 2.3 (Neo)conservadorismos  | 66        |
| 2.4 “Ideologia de gênero”: a emergência de um signo agregador  | 70        |
| <b>3 “DEUS FEZ MENINOS E MENINAS”: GÊNERO EM PUBLICAÇÕES CRISTÃS PARA O PÚBLICO INFANTIL</b>                         | <b>87</b> |
| 3.1 “Iguais, porém diferentes”: ressignificações e a atualização do debate de gênero nos cristianismos conservadores | 89        |
| 3.2 Primeira experiência presencial no campo das livrarias cristãs: um breve relato                                  | 99        |
| 3.3 Usos e sentidos da categoria gênero nas publicações analisadas   | 101       |
| 3.4 In(corpo)rando o gênero  | 108       |
| 3.5 Papais, mães e bebês: família, parentalidade e infância na matriz conservadora de gênero                         | 114       |

|   |            |
|---|------------|
| <b>4 PÁSSAROS E ELEFANTES: NARRATIVAS ESSENCIALISTAS E BIOLOGISMO NA INVENÇÃO DE UM MUNDO BINÁRIO</b>                 | <b>122</b> |
| 4.1 Coisa de menina; coisa de menino  | 123        |
| 4.2 XX e XY: do criacionismo ao biologismo  | 130        |
| 4.3 “Sem ideologia; queremos Biologia”: cerebralismo e racionalização da subordinação de gênero                       | 139        |
| <b>5 PRINCESINHAS E GUERREIROS: ARQUÉTIPOS DE GÊNERO NA PRODUÇÃO DA DIFERENÇA E DE ETHOS CONSERVADORES DE DIREITA</b> | <b>145</b> |
| 5.1 Princesas e guerreiros: o universo simbólico da literatura infantil de viés cristão conservador                   | 146        |
| 5.2 Princesas x bruxas: arquétipos do feminino  | 152        |
| 5.3 Como ser uma princesinha de Deus: prescrições de gênero para boas meninas cristãs                                 | 154        |
| 5.4 Grandes guerras, pequenos guerreiros  | 164        |
| <b>6 “NOSSO GÊNERO VEM DE DEUS”: EDUCAÇÃO DE GÊNERO COMO PROJETO CRISTÃO (NEO)CONSERVADOR</b>                         | <b>180</b> |
| 6.1 Identidade visual, padrão discursivo e tias evangelizadoras nas batalhas digitais pelos sentidos de gênero        | 180        |
| 6.2 Educação de gênero e currículos (neo)conservadores  | 189        |
| 6.3 A formação de educadores cristãos conservadores   | 203        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>   | <b>212</b> |
| <b>REFERÊNCIAS</b>  | <b>224</b> |

## INTRODUÇÃO

Textualizar uma pesquisa não é tarefa trivial. No campo das humanidades, esse exercício oferece um desafio extra, pois, frequentemente, nossa área de estudos demanda um mergulho no panorama sócio-histórico-político da comunidade onde vivem, pensam e fazem cultura, tanto as/os nossas/os interlocutoras/es quanto nós pesquisadoras/es. Na Antropologia Social, textualizar e contextualizar sempre caminham lado a lado, e o papel que esses verbos desempenham em minha pesquisa de doutorado é ainda mais relevante, uma vez que analiso livros e outros materiais pedagógicos escritos por segmentos cristãos conservadores para o público infantil, com enfoque em gênero e sexualidade. Texto e contexto são, portanto, ferramentas e protagonistas nesta pesquisa, já que meu objeto é composto de publicações relativamente recentes, profundamente conectadas com disputas e conflitos sociais da atualidade no Brasil.

Fazer pesquisa em Ciências Humanas em tempos não só pandêmicos, mas também de escalada autoritária e conservadora no país, certamente demanda um investimento emocional bastante peculiar por parte da pesquisadora. A minha “dor da tese” – expressão utilizada por Miriam Grossi (2004) para descrever o árduo processo de escrita e produção acadêmica – é particularmente pungente, por ver crescer, ao longo da pesquisa, os ataques a valores e conceitos que são muito caros para mim. Diante do luto coletivo, do negacionismo científico, da perseguição à área das humanidades, da demonização dos estudos de gênero e de um cenário político-econômico adverso, o fazer antropológico e feminista se torna uma atividade de alto risco (e de autorrisco), mas também um imperativo. A introdução que aqui redijo, portanto, é marcada por certa angústia existencial e profissional, mas também pela certeza da necessidade do olhar antropológico em tempos de crise, sobretudo as crises que ameaçam o próprio campo. Afinal, como nos alerta Talal Asad (2008, p. 88, tradução nossa), “a antropologia não meramente apreende o mundo no qual está localizada, mas este mundo também determina como a antropologia o apreende”.

Toda pesquisa é interessada e toda/o antropólogo/a investiga/fala/escreve de um determinado lugar social, cultural, histórico, político e linguístico. Eu me posiciono nesta pesquisa enquanto uma mulher branca, heterossexual, casada, servidora pública, agnóstica e de classe média urbana, que fala a partir de uma trajetória de estudos e de militância social nos/com os feminismos

e as teorias de gênero, e também de uma experiência prévia de afinidade e trabalho com textos e questões do discurso (sou formada em Letras e trabalho com revisão textual de livros acadêmicos).

O contexto social amplo em que se dá esta pesquisa sobre gênero, discurso, educação e religião – ancorada nos estudos feministas – é um contexto de avanço do conservadorismo moral e de um fundamentalismo antifeminista, antiLGBTQIA+<sup>1</sup> e contrário a vários conceitos das teorias de gênero, motivado pela disseminação e ascensão de ideias e de figuras públicas ligadas ao que tem sido chamado de nova(s) direita(s) cristã(s). Destaco que os primeiros dois anos e meio desta pesquisa (2020-2022) ocorreram sob o mandato presidencial do político ultraconservador de extrema-direita Jair Bolsonaro, tendo o líder do Partido dos Trabalhadores, Luis Inácio Lula da Silva, sido eleito presidente para o período posterior, de 2023 a 2026.

Dois acontecimentos que ilustram bem a conjuntura conservadora em relação a gênero que vivemos neste momento foram reportados na imprensa nas semanas em que eu concluía a proposta final de pesquisa, em 2021. Em Bauru (SP), a inclusão de um banheiro “multigênero” em uma filial da rede de *fastfood* McDonald’s provocou críticas e boicotes por parte da população, culminando em notificação e multa pela prefeitura do município, sob a alegação de que banheiros “unissex” não estariam de acordo com as regras sanitárias locais.<sup>2</sup> Na mesma semana, na capital São Paulo, policiais militares intimidaram uma escola municipal e uma pedagoga por supostamente introduzir conteúdo de “ideologia de gênero” para alunos da educação infantil.<sup>3</sup> A professora tem recebido ameaças de morte e está atualmente afastada das funções, tendo, inclusive, mudado de endereço por medo de retaliações.

Neste contexto altamente reativo ao pluralismo de ideias e formas de existência, a Antropologia é extremamente necessária, cumprindo, como afirmam Joana Oliveira e Marisol Marini (2020), o papel de crítica contundente a uma “noção simplista e determinista de progresso e desenvolvimento” (p. 4). Em seu texto “*Why is the Bolsonaro government afraid of Anthropology?*” (Por que o governo Bolsonaro tem medo da Antropologia?), as autoras afirmam

---

<sup>1</sup> A sigla LGBTQIA+ se refere a lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais e mais.

<sup>2</sup> Disponível em: <https://br.noticias.yahoo.com/mc-donalds-tira-banheiro-multigenero-apos-multa-da-prefeitura-de-bauru-152804351.html>. Acesso em: 21 nov. 2021.

<sup>3</sup> Disponível em: <https://theintercept.com/2021/11/16/policiais-e-evangelicos-fundamentalistas-ameacam-escola-municipal-em-sp-por-praticar-ideologia-de-genero/>. Acesso em: 21 nov. 2021.

que os ataques recentes à Antropologia ocorrem justamente porque “certos grupos e pessoas temem seu potencial para permitir a emergência de outros mundos possíveis, para reconhecer utilidades além daquelas comprometidas com o mercado, com corporações multinacionais, e com certas famílias que concentram capital e poder” (p. 4, tradução nossa). Levando mais adiante a reflexão de Oliveira e Marini (2020), poderíamos questionar também: por que o governo Bolsonaro e os setores conservadores que compõem sua base de apoio têm medo do gênero? A resposta talvez passe também pelo potencial desestabilizador dessa categoria sobre as configurações de poder vigentes em nossa sociedade. Afinal, como sustenta Joan Scott (2019, p. 67), “o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”, e qualquer mudança nas perspectivas individuais e coletivas sobre como o gênero deve ser compreendido e performado em uma determinada sociedade produz, necessariamente, mudanças nas relações de poder ali estabelecidas. Gênero carrega o potencial de ser, portanto, ao mesmo tempo, fator de estabilização e de desestabilização social, cultural e política.

Em um certo dia de outubro de 2022, durante o segundo turno das eleições presidenciais, caminhava pelo meu bairro, próximo ao Centro de Goiânia (GO), quando avistei no chão um panfleto apócrifo que defendia o voto em Jair Bolsonaro e afirmava que o plano de governo do então candidato Lula incluía a “defesa do aborto e da ideologia de gênero”. Essas duas pautas eram centrais para quem produzira aquele material, e se repetiram em inúmeras mídias e nas falas de vários agentes conservadores ao longo da campanha. Tem sido cultivado no Brasil nos últimos anos um pânico moral<sup>4</sup> em torno da categoria gênero e de outras categorias relacionadas aos direitos humanos, como antirracismo, direitos indígenas etc. Como reação a esse cenário de medos e reveses, Oliveira e Marini (2020) propõem que levantemos a bandeira da “utilidade da Antropologia” contra o obscurantismo e o neoliberalismo. Esta pesquisa de doutorado pretende contribuir para essa tarefa.

Os eventos ilustrativos da conjuntura em que se localiza esta pesquisa, que teve duração de 2020 a 2023, mencionados anteriormente, demonstram o clima policialesco em que se encontram implicados o debate e a educação de gênero no Brasil atual. Esse processo, que tem se intensificado

---

<sup>4</sup> O termo “pânico moral”, hoje amplamente adotado por vários autores e também no debate público, foi utilizado pela primeira vez por Marshall McLuhan, em seu estudo de 1964, *Understanding Media*. Posteriormente, em 1972, o sociólogo Stanley Cohen trouxe uma definição mais sólida para o termo, na obra *Folk Devils and Moral Panics*, caracterizando-o como um fenômeno onde um indivíduo ou um grupo de indivíduos passam a ser percebidos coletivamente como ameaças aos valores ou à integridade do grupo (a sociedade, a nação etc.).

desde a eleição do ex-capitão Jair Bolsonaro para a presidência da República, não começa em 2018 e não é um fenômeno restrito ao Brasil. A última década foi marcada por intensas disputas políticas no campo das identidades e do gênero em todo o globo, sobretudo na América Latina. De um lado da trincheira, movimentos sociais feministas, antirracistas, LGBTQIA+ e parte da academia, orientados por epistemologias construcionistas, trabalham pela contestação e descentramento do conceito hegemônico de identidade e pelo reconhecimento de identidades plurais, não normativas e não restritas ao sujeito homem, branco, cisheterossexual, cristão e de classe média. Do outro lado da disputa, atores religiosos (mas também seculares), políticos, institucionais e transnacionais promovem uma ofensiva essencialista, tendo como horizonte a recuperação de identidades e de relações de gênero moralmente conservadoras e supostamente tradicionais. Nessa paisagem de guerras culturais – ou de “novas guerras sexuais”, tomando de empréstimo o termo de Marcelo Natividade e Leandro de Oliveira (2013) –, o debate de gênero aparece como arma e eixo agregador em uma verdadeira cruzada moral pelo (re)centramento de identidades e pela (re)composição de certas relações de poder na sociedade.

Neste início de século, ultranacionalismos, antiglobalismo, conspiracionismo, pânico anticomunista, supremacismos étnico-raciais e um certo ressentimento masculinista (possivelmente relacionado aos avanços dos últimos anos em direção à igualdade de gênero) marcam, em várias partes do mundo, a ascensão de discursos e de sujeitos políticos alinhados à extrema-direita, que rejeitam o multiculturalismo e os direitos humanos, e que se posicionam como ferozes opositores do que chamam de “marxismo cultural” e de “ideologia de gênero”. Para esses grupos, a luta em torno das identidades é prioritária. Conforme Arjun Appadurai (2017), um tipo particular de populismo reacionário e autoritário tem emergido em várias partes do globo nas últimas décadas, com base em um discurso que associa neoliberalismo, nacionalismo e chauvinismo. No bojo desse movimento, valores democráticos clássicos como o respeito às minorias e ao seu direito de representação vão sendo substituídos pela ideia de uma “maioria moral”, que fala em nome de Deus e que poderia impor, legitimamente, sua vontade sobre todos e todas.

Com a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro e de diversos candidatos alinhados ao seu perfil ideológico em 2018, um processo de desdemocratização e de teologização da política, já em curso no Brasil e na América Latina, foi intensificado e acelerado. No governo do ex-capitão,

observamos uma substituição dos processos democráticos de gestão de políticas públicas e de alocação orçamentária pelo controle direto por hierarquias militares e religiosas, de forma pouco transparente e ferindo a laicidade do Estado. O exemplo mais flagrante desse processo é a denúncia de corrupção no Ministério da Educação envolvendo o ex-ministro Milton Ribeiro. A investigação, ainda em curso, encontrou indícios de que os recursos destinados à pasta estariam sendo livremente distribuídos a pastores evangélicos próximos ao ex-presidente Bolsonaro. Mais ainda do que o fato denunciado, chama a atenção a reação de pessoas no espectro conservador após a publicização da denúncia. Analisando comentários sobre a notícia em diversos portais digitais, pude observar um certo apoio ao modelo de distribuição de verbas diretamente para pastores. O tom encontrado nas manifestações de alguns indica uma percepção de que ter pastores, não eleitos democraticamente, definindo o orçamento da área da educação, seria legítimo, pois eles estariam “reconquistando a educação para Cristo”, salvando-a, moralizando uma educação supostamente corrompida pelos anos sob a gestão do Partido dos Trabalhadores; uma educação vista como "doutrinadora", imoral e assentada na “ideologia de gênero”. O apoio de católicos, evangélicos e indivíduos no espectro político da direita ao ex-ministro da educação diante da denúncia parece confirmar a hipótese de Flávia Biroli (2022) de que há uma associação entre (neo)conservadorismo e processos de desdemocratização. Nessa nova conformação, valeria tudo, inclusive agir fora das regras da democracia, para moralizar, a partir de supostos valores cristãos, a política e o país. Na perspectiva desses grupos, não haveria ali, portanto, um escândalo de corrupção, pois o sentido de corrupção foi transformado. Se são pastores gerindo o orçamento, então não haveria corrupção (pois a corrupção é moral e estaria vinculada apenas às esquerdas).

A repetição do lema integralista Pátria, Deus e família – três significantes que designam, respectivamente, a defesa de uma identidade nacional majoritarianista (antiminorias e anti-imigração), ufanista e militarista; de uma identidade religiosa cristã e antissecular; e de uma identidade de gênero sustentada no dimorfismo sexual, na ideia de complementaridade dos sexos e na heterossexualidade compulsória – animam o front ultraconservador e orientam sua ação político-discursiva. Tais sujeitos reivindicam modelos identitários (étnico-raciais, nacionais, sexuais e de gênero) unitários e homogeneizantes.

Não sou uma pessoa particularmente religiosa ou espiritualista, mas o tema da religião e sua importância para a compreensão do Brasil atual se impuseram para mim ainda durante minha pesquisa de mestrado no Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFG, onde eu buscava

debater os repertórios discursivos de gênero nas eleições presidenciais de 2018 a partir das propostas/programas de governo apresentadas oficialmente pelos candidatos. Já naquela ocasião eu optava por trabalhar com textos. O triunfo de Jair Bolsonaro naquele pleito parece ter sido também o triunfo (ainda que provisório e enfrentando resistências diversas na sociedade civil) de uma visão conservadora, familista e heterossexista de gênero, que tem ocupado não só as páginas de livros infantis cristãos, mas também diversos postos de poder. O tema e o campo escolhidos por mim para esta pesquisa de doutorado certamente são complexos, espinhosos e potencialmente hostis a sujeitos como eu (uma mulher feminista de esquerda), contudo, acredito profundamente que as pesquisas antropológicas devem mirar também os grupos hegemônicos, para que possamos ampliar nosso entendimento sobre os processos de poder em nossa sociedade.

Minha formação inicial em Letras (anterior ao meu bacharelado em Ciências Sociais) e minha atual ocupação como revisora de livros em uma gráfica e editora acadêmica certamente contribuíram para meu interesse em pesquisar materiais escritos. Livros e literatura sempre foram parte importante de minha trajetória, tendo inclusive praticado a escrita criativa de poemas e contos por muitos anos. O trabalho com textos não é estranho ao campo da Antropologia e, certamente, não está restrito aos estudos linguísticos e literários. Na verdade, a crítica literária merge-se com a crítica antropológica em vários momentos a partir do século XX, com a incorporação de autores como Homi Bhaba e Gayatri Spivak ao cânone da Antropologia. A Antropologia Cultural e/ou Social não se sustenta sem os estudos da linguagem, assim como os estudos da linguagem pouco avançam quando não incorporam as reflexões das Ciências Sociais. Ademais, ressalto que a divisão disciplinária clássica já está há muito superada. Estudiosos da educação apontam para a transdisciplinaridade como o caminho mais profícuo para os currículos e para a produção de conhecimento. Por fim, lembro que os estudos feministas e as teorias de gênero – pilares desta pesquisa – são, desde o seu início, bastante transdisciplinares.

Rememorando sua entrada no campo desconhecido das mulheres em situação de rua e de drogadição, Débora Diniz (2022) descreve o estado em que se encontrava naquele primeiro momento de contato como um estado de “desimaginação” sobre aquelas mulheres. Ela nada sabia e nada conseguia imaginar sobre sujeitos tão distantes de sua realidade. Antes da pesquisa e do encontro, aquelas mulheres não existiam para ela, ou existiam apenas a partir de pressuposições, preconceitos e generalizações reforçados pelo discurso midiático, médico e jurídico. De forma

semelhante, antes desta pesquisa, eu também vivia em estado de relativa desimaginação sobre o tema que ora discuto. Sou uma mulher agnóstica, que não frequenta espaços de culto desde a adolescência e que não trabalha com educação infantil. Foi meu interesse antigo pela categoria gênero que me levou ao encontro pouco provável (não fosse a vocação antropológica) com materiais pedagógicos de educação cristã, tão diversos dos livros feministas que preenchem minhas prateleiras. Mas, não seria esse, justamente, o papel da antropóloga: sair do lugar de conforto e enfrentar o que não compreende? Assim, troquei a desimaginação pela análise crítica.

Nesta pesquisa, parto da convicção de que o gênero, como categoria analítica, não é apenas útil (Scott, 1999), mas imprescindível para compreender o mundo e o atual contexto político de reorganização conservadora. Dessa forma, o principal referencial teórico que ampara minhas reflexões nesta pesquisa são as teorias sociais e antropológicas de gênero e feministas, mas também as teorias do campo da educação e dos estudos da religião que trazem intersecções com a pauta de gênero e sexualidade.

Os textos para os quais se direciona esta análise antropológica integram um amplo campo de materiais escritos – livros; cartilhas; manuais; roteiros para oficinas; textos em blogs/sites; cards e banners; entre outros artefatos textuais – produzidos por agentes vinculados aos cristianismos conservadores, a partir de propostas de educação não formal cristã para o público infantil. Dentro desse *corpus* extenso de publicações cristãs para crianças e pré-adolescentes, encontram-se aquelas que constituem o interesse (e o recorte) desta pesquisa: publicações que trazem conteúdo explícito ou implícito sobre gênero e/ou sexualidade, cuja autoria esteja vinculada a setores dos pentecostanismos (católicos e evangélicos) – segmentos considerados nesta pesquisa como (neo)conservadores. Ressalto que meu recorte não é todo o cristianismo conservador, mas aquele de orientação pentecostal. Debruçar-me sobre essa produção é um caminho possível e produtivo para compreender o fenômeno atual do (neo)conservadorismo e do que sustenta esse movimento.

A partir da percepção de que há um ativismo religioso conservador (ou (neo)conservador) no campo da educação de gênero para o público infanto-juvenil, com crescente produção e circulação de materiais pedagógicos escritos, analiso nesta pesquisa: 1) a produção editorial de orientação cristã pentecostalizada, voltada ao público infantil, com referência a gênero (livros e cartilhas oficiais, com ficha técnica e indicação de autoria); 2) materiais pedagógicos diversos, assim como eventos/atividades educacionais, vinculados aos cristianismos pentecostalizados,

desenvolvidos em modo digital ou presencial e voltados para a educação infantil, com referência direta ou indireta a gênero (textos, *cards*, *banners*, apresentação de *slides*, propostas de oficinas, roteiros para ministério infantil, atividades para Escola Bíblica Dominical [EBD] ou Escola Bíblica de Férias [EBF], cursos, palestras etc.).

O foco desta pesquisa é, portanto, sobre discurso e linguagem, analisando textos e imagens (linguagem verbal e não verbal) e buscando as perspectivas de gênero e os efeitos de sentido que podemos inferir a partir dos materiais investigados. Parto das teorias de gênero e antropológicas, tendo como principal ferramenta metodológica a análise do discurso. Trabalhar diretamente com os textos, e não com uma etnografia clássica nos espaços de culto onde esses materiais analisados circulam, é uma escolha que não implica em um distanciamento por minha parte da tradição antropológica. Todo texto é um artefato cultural, logo, é um objeto legítimo de interesse e de investigação antropológica. Textos também são interlocutores, e podem nos contar muito sobre pessoas e culturas. Afinal, como assevera Anselm Strauss (1999, p. 47), a linguagem “está longe de ser periférica ao estudo da ação e da identidade humanas”; muito ao contrário. Desde o culturalismo de Clifford Geertz, até a Antropologia pós-moderna de James Clifford e Lila Abu-Lughod (que promoveram uma interessante aproximação entre Antropologia e Literatura), a cultura tem sido pensada como texto, com forte presença da metáfora da “tradução” e frequente preocupação com as formas como antropólogas e antropólogos “escrevem” a/sobre a cultura, com a cultura e mesmo contra a cultura; ou seja, como constroem a cultura como objeto, como realidade, a partir de suas escritas.

Geertz (2012, p. 13) afirma que parte da interpretação antropológica consiste em “traçar a curva de um discurso social; fixá-lo numa forma inspecionável”. Nota-se, nessa citação, a importância que a análise do discurso assume para a Antropologia contemporânea. O pensamento geertziano é tão permeado pelas contribuições da linguística que o antropólogo chega a definir sua abordagem teórica da cultura como uma “abordagem semiótica”, ou seja, uma abordagem focada nos sistemas de representação, nos signos (linguísticos e além).

Ressalto, ainda, que a construção de um *corpus* por mim, inclusive com algumas visitas físicas a livrarias cristãs, acabou configurando-se como campo antropológico no sentido mais tradicional. Ademais, os livros/documentos/arquivos/textos que analiso não estavam compilados, catalogados e reunidos em um só lugar, prontos para serem analisados. Eles estavam distribuídos

em plataformas diversas do segmento cristão conservador, interagindo com outros tipos de conteúdos, e precisaram, assim, ser cuidadosamente construídos enquanto “dados”,<sup>5</sup> enquanto objetos de interlocução e análise, em um trabalho de verdadeira curadoria antropológica. Assim, minha pesquisa termina por perpassar mais de um formato e estratégia metodológicos. Afinal, como afirma Eni P. Orlandi (2012, p. 66),

O objeto discursivo não é dado, ele supõe um trabalho do analista e para se chegar a ele é preciso, numa primeira etapa de análise, converter a superfície linguística (o corpus bruto), o dado empírico de um discurso concreto, em um objeto teórico, isto é, um objeto linguisticamente de-superficializado, produzido por uma primeira abordagem analítica que trata criticamente a impressão de “realidade” do pensamento, ilusão que sobrepõe palavras, ideias e coisas.

Buscando responder à pergunta sobre quais seriam os elementos fundamentais constituintes da tecnologia conservadora de gênero operacionalizada na educação não formal de crianças presente no campo dos cristianismos pentecostalizados, analiso, nesta tese, como (e quais) noções sobre gênero são apresentadas, reivindicadas e mobilizadas em materiais escritos e atividades pedagógicas destinados ao público infantil,<sup>6</sup> desenvolvidos por agentes dos cristianismos pentecostalizados, conduzida pelo pressuposto de que haveria, nesse campo, um projeto explícito de educação de gênero com viés conservador. Busquei discutir ainda os sentidos sobre a própria categoria gênero encontrados nos materiais.

Meus objetivos específicos na pesquisa, debatidos através dos seis capítulos desta tese, são:

- 1) Apontar como o conceito de identidade(s) tem sido pensado, em seu cruzamento com gênero, no período recente, e como a crise de paradigma sobre o conceito centrado de identidade(s) se relaciona ao contexto atual de debates no campo do gênero, opondo perspectivas essencialistas e construcionistas;
- 2) Discutir a conjuntura de avanço do pensamento (neo)conservador e a ascensão das chamadas novas direitas cristãs, a partir de enquadramentos como a Teologia do Domínio;
- 3) Analisar e discutir os conteúdos, a estética, os efeitos de sentido e os padrões discursivos específicos encontrados nos materiais analisados, a partir do arcabouço teórico escolhido e dos princípios teórico-metodológicos da Análise do Discurso;
- 4) Elucidar as perspectivas sobre

---

<sup>5</sup> Como indica a boa metodologia científica, o dado (e mesmo o objeto de pesquisa) nunca é algo que está pronto, que existe em si na realidade, precisando ser apenas encontrado e “coletado”. Ele é sempre construído pelo/a pesquisador/a.

<sup>6</sup> Considero, para os fins desta pesquisa, o conceito de infância como o período que vai dos 0 aos 12 anos de idade, conforme estabelecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS). A pré-adolescência, período a que me refiro em alguns trechos da tese, é, portanto, por esta definição, parte da infância.

gênero, sexualidade, família e infância, os modelos e arquétipos de feminilidades e masculinidades, e o tratamento diverso dado à categoria “gênero” entre os cristianismos pentecostalizados, encontrados nos referidos materiais, em sua relação com aspectos mais amplos e contextuais, como o avanço de ideias e valores das direitas; 5) Debater aspectos do biologismo (ou novo biologismo) aplicado à discussão de gênero no repertório (neo)conservador; e 6) Elaborar sobre os aspectos gerais desse processo ativo e explícito de educação de gênero e de formação de educadores (neo)conservadores de gênero em espaços dos cristianismos pentecostalizados, considerando-o como um fenômeno novo e que se intensifica rapidamente.

Busquei, nesta pesquisa, a partir do referencial teórico dos estudos feministas e de um olhar antropológico, cumprir a tarefa da Análise do Discurso como evocada por Orlandi (2012, p. 68), que é observar e apreender “a textualização do político, entendido discursivamente: a simbolização das relações de poder presentes no texto”. O intervalo temporal dos materiais analisados é de 2010 a 2022. Tendo como recorte textos produzidos nesta última década, se torna essencial discutir o contexto recente de politização reativa de debates morais, de ascensão de novas direitas cristãs conservadoras e de vilanização das teorias de gênero e feministas, o que faço nos primeiros capítulos da tese.

A tese está estruturada em seis capítulos. Os primeiros dois capítulos contextualizam a discussão e o campo, além de trazerem conceitos importantes que sustentam teoricamente e metodologicamente a minha análise. No primeiro capítulo, realizo uma discussão sobre identidades e seu descentramento como consequência de reflexões teóricas e ativismos sociais nas últimas décadas, assim como reações para manutenção de um entendimento mais essencialista sobre elas, em oposição à visão construcionista defendida, por exemplo, pelos feminismos e ativismos queer. Com o título “Identidades em ruptura: descentramentos e disputas ontológicas”, o capítulo recupera o processo de mudança de paradigmas sobre a noção de identidade(s), em sua relação específica com o debate de gênero das últimas décadas. Neste primeiro capítulo há ainda uma breve discussão sobre como a educação opera enquanto dispositivo de construção de identidades (inclusive de gênero) e sobre como as perspectivas teóricas mais recentes sobre linguagem e discurso afetam a noção de sujeito. Já no segundo capítulo da tese, mergulho no processo recente de reorganização conservadora e nos ativismos das novas direitas, sobretudo as cristãs, incluindo um debate sobre a genealogia do termo “ideologia de gênero” e uma breve

introdução conceitual sobre a Teologia do Domínio. O título deste segundo capítulo é “Retóricas conservadoras no novo milênio: a agenda das novas direitas cristãs”.

Ao longo dos capítulos 3, 4, 5 e 6, realizo a análise dos materiais objeto desta pesquisa. O terceiro capítulo da tese, intitulado “Deus fez meninos e meninas: gênero em publicações cristãs para o público infantil”, abre a discussão, com uma análise sobre as perspectivas de gênero e os sentidos para a categoria gênero encontrados em livros e cartilhas infantis vinculados a autores e editoras dos cristianismos pentecostalizados, trabalhando padrões discursivos e estéticos identificados nos materiais. Neste capítulo discuto ainda como esses setores promovem ressignificações de conceitos como o de “direitos humanos”, “igualdade” e “diferença”. No quarto capítulo, de título “Pássaros e elefantes: narrativas essencialistas e biologismo na invenção de um mundo binário”, trago para o centro do debate o essencialismo, o biologismo (ou novo biologismo), o cerebralismo e o neurosexismo como estratégias e repertórios discursivos de gênero dos cristianismos (neo)conservadores, também com foco em literatura infantil cristã, apontando como a ideia de “natureza” de gênero como projeto divino (de caráter metafísico, transcendental), mas também como destino biológico (materialidade supostamente imutável, incluindo até mesmo padrões comportamentais e traços de personalidade) é operada no debate de gênero a partir do enquadramento (neo)conservador.

Ao longo do quinto capítulo, “Princesinhas e guerreiros: arquétipos de gênero na produção da diferença e de ethos conservadores de direita”, discuto as categorias que compõem o título desta tese: os arquétipos da princesa e do guerreiro – representações de gênero de viés conservador, recorrentes nos livros e materiais pedagógicos analisados, e que, além de mobilizarem sentidos limitantes de feminilidades e masculinidades, também carregam noções e valores que refletem a cosmovisão das (novas) direitas. Dessa forma, debruço-me sobre as prescrições de gênero de orientação (neo)conservadora para “boas meninas” cristãs, e também sobre a forma como a noção de guerreiro e de guerra (santa/cósmica e também cultural) está atrelada à construção de sentidos sobre o masculino no campo pesquisado.

Por fim, no sexto e último capítulo da tese, de título “Nosso gênero vem de Deus: educação de gênero como projeto (neo)conservador”, amplio a análise para além das publicações infantis oficiais, como livros e cartilhas, e parto para a investigação de um conjunto diverso de materiais e de atividades pedagógicas dos cristianismos pentecostalizados, com circulação digital ou realização presencial, que compõem o que chamo de um projeto conservador de educação de

gênero. Neste último capítulo da tese analiso, ainda, alguns aspectos da formação de tais educadores cristãos-conservadores de gênero e da construção e disseminação de um currículo informal de gênero, com caráter (neo)conservador e que prioriza o disciplinamento de identidades e performances de gênero, a partir de um matriz binária cisheterossexista e reprodutivista. Acredito que o escopo da pesquisa, assim como a estrutura escolhida para a redação da tese, permite uma compreensão ampla sobre o atual status do debate de gênero entre os cristianismos conservadores no Brasil hoje.

# **1 IDENTIDADES EM RUPTURA: DESCENTRAMENTOS E DISPUTAS ONTOLÓGICAS**

Entre a segunda metade do século XX e o início do século XXI, as normas e relações de gênero e sexualidade, assim como a noção unificada e cartesiana de sujeito, foram intensamente desafiadas e desestabilizadas pelas epistemologias pós-estruturalistas, pós-modernas e pós/de(s)coloniais. Houve, assim, um movimento de descentramento da(s) identidade(s). Nesse processo, as epistemologias feministas (feminismos marxistas, feminismos pós-estruturalistas, feminismos decoloniais, feminismos negros, teoria queer, transfeminismos etc.) tiveram importante papel. A essas epistemologias disruptivas, Claudia de Lima Costa (2004) nomeia “epistemologias de fronteira”, destacando o lugar da crítica feminista nesse deslocamento de teorias e conceitos, uma vez que questiona o sujeito do conhecimento, visto até aquele ponto como masculino branco universal. As reflexões dos feminismos acerca da matriz heterossexual e patriarcal de sexo/gênero ocorrem no bojo de questionamentos mais amplos sobre o eu e o outro, desenvolvidos por diversos campos do conhecimento ao longo do século passado, sobretudo no contexto dos movimentos por direitos civis das décadas de 1960 e 1970.

Em todo o espectro das Ciências Humanas, modelos de pensamento antes hegemônicos foram desafiados, repensados e mesmo substituídos. Ao longo deste capítulo, discuto alguns pontos do debate e dos novos paradigmas em torno das identidades, que passam a distanciar-se, progressivamente, dos essencialismos e de ontologias metafísicas, passando a pensar o eu também a partir do corpo e seus múltiplos marcadores, que promovem assujeitamentos e subalternidades diversas. Esse processo, como toda transformação com implicações relevantes nas perspectivas existenciais dos sujeitos, não ocorre sem conflitos. Observa-se, por exemplo, reações conservadoras voltadas à manutenção e/ou resgate de um sentido cartesiano e transcendental de sujeito, com base, principalmente, em uma cosmovisão cristã dita “tradicional”.

## **1.1 Identidades em crise, sujeitos no plural**

Para pensar o tema do descentramento do eu e da crise do sujeito cartesiano, é essencial retomar o debate das identidades no campo das Ciências Sociais. Antes de prosseguir com esse panorama, destaco que parto, nesta investigação antropológica, da concepção de “identidade” apresentada por Guacira Lopes Louro (2018, p. 13), para quem as identidades têm, e sempre tiveram, caráter “fragmentado, instável, histórico e plural”. Nas palavras da pesquisadora feminista:

Reconhecer-se numa identidade supõe, pois, responder afirmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência. Nada há de simples ou de estável nisso tudo, pois essas múltiplas identidades podem cobrar, ao mesmo tempo, lealdades distintas, divergentes ou até mesmo contraditórias (Louro, 2018, p. 13).

A Antropologia, campo em que se coloca esta pesquisa, nem sempre trabalhou a favor de um descentramento crítico de identidades hegemônicas. Muito ao contrário, operou por longo tempo como instrumento colonial, desempenhando papel relevante no desenvolvimento do capitalismo industrial no Ocidente, principalmente até a primeira metade do século XX. Como descreve Talal Asad (1973, p. 2) em sua clássica introdução ao volume *Anthropology and the Colonial Encounter*:

Mas a Antropologia também está enraizada em um encontro desigual de poder entre o Ocidente e o Terceiro Mundo, que remonta ao surgimento da Europa burguesa, um encontro no qual o colonialismo é apenas um momento histórico. É o encontro que dá ao Ocidente acesso a informações culturais e históricas sobre as sociedades que progressivamente dominou, e, assim, não apenas gera um certo tipo de compreensão universal, mas também reforça as desigualdades de capacidade entre o mundo europeu e não europeu (e, derivadamente, entre as elites europeizadas e as massas "tradicionais" no Terceiro Mundo) (tradução nossa)

Asad (1973) prossegue afirmando que essa relação desigual e colonial em que nasce a Antropologia afeta o “tratamento teórico” dado aos objetos e desmonta qualquer alegação de uma Antropologia “politicamente neutra”. O debate dos autores chamados pós-coloniais ou decoloniais, ao final do século passado, iria apontar como o projeto da modernidade (que foi encampado, em grande medida, pelas Ciências Humanas) promove o imperialismo e o capitalismo a partir da imposição das categorias de raça e gênero de forma hierarquizante, e do apagamento de saberes e conhecimentos não brancos e não ocidentais (Quijano, 1999).

A crítica à contribuição da Antropologia e das/os antropólogas/os à dominação colonial-racial e o próprio processo histórico de espraiamento do capitalismo pelo mundo fizeram com que

pesquisadoras e pesquisadores passassem a investigar grupos e temas em seus próprios países de origem, passando de um papel anterior abertamente colonizador (voltado ao estudo de povos “externos”, não ocidentais) para um novo papel como auxiliares na construção dos novos Estados-nação e na “integração” de populações autóctones, forjando identidades nacionais de acordo com a ideologia e valores das democracias representativas liberais capitalistas do Ocidente. No Brasil, a Sociologia desempenhou ativamente este papel através de figuras como Gilberto Freyre e seu *Casa Grande & Senzala*; e Sérgio Buarque de Hollanda, com *Raízes do Brasil*. Na Antropologia, também encontramos trabalhos que tentam definir o que seria o Brasil e a “identidade brasileira”, como a obra de Roberto Damatta (*Carnavais, Malandros e Héreis*, 1979; *O que faz o Brasil, Brasil*, 1984; *A casa e a rua*, 1984, entre outros). Há, em todos estes exemplos, a tentativa de promover sínteses totalizantes a partir de uma visão essencialista, o que, posteriormente, seria bastante questionado no próprio campo da Antropologia e em todas as outras ciências humanas.

A partir da segunda metade do século XX, o fetichismo com o outro colonizado (Bhabha, 1986) parece ser transferido para um outro interno, mas ainda subalterno e colocado em posição de inferioridade em relação ao antropólogo – o primeiro, um sujeito vulnerável que precisaria da Antropologia para ser “ajudado”; o segundo, assumindo o papel de “salvador”, de quem dará voz ao sujeito que supostamente não saberia elaborar sozinho sua história e suas demandas. Essa virada na Antropologia trouxe consigo, eventualmente, também uma série de críticas, postuladas principalmente pela chamada Antropologia pós-moderna, a exemplo das reflexões na célebre obra *Writing Culture - the poetics and politics of Ethnography*, organizada por James Clifford e George Marcus nos anos 1980 e que acabou se tornando um movimento de renovação dentro da disciplina (Ortner, 2011), sustentada na discussão inaugurada na Filosofia e na Crítica Literária, principalmente a partir dos questionamentos de Gayatri Spivak em *Pode o subalterno falar?*, publicado em 1985.

O contexto de surgimento da *New Left*, com as mobilizações pelos direitos civis, uma nova onda feminista e antirracista e a tensão da Guerra Fria, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, trouxeram, a partir dos anos 1960, novos debates e a ascensão de uma Antropologia mais engajada politicamente, bastante crítica do papel colonial que havia desempenhado no passado. Nesse contexto, a emergência dos chamados *cultural studies* (estudos culturais) teve função canalizadora dessas novas questões e demandas sociais para debates acadêmicos, havendo uma troca constante

entre movimentos sociais e movimentos teóricos. Novos problemas e objetos de pesquisa tomam lugar, como questões de raça, gênero e sexualidade, antes confinadas apenas ao grande caldeirão do conceito de “cultura”.

Dessa forma, a Antropologia passa a ocupar um lugar inverso ao que ocupou no passado, fazendo agora a crítica do projeto colonial da modernidade e a permanente autocrítica de suas próprias formulações. Nas palavras de Adam Kuper (2002, p. 277) sobre as recentes discussões no campo: “ O papel da Antropologia é oferecer uma ‘crítica cultural’ do Ocidente, expor a natureza fictícia e interesseira de suas ideologias dominantes da forma como elas se apresentam na arte, na literatura, no corpo de conhecimentos, na mídia e, obviamente, na etnografia”. Para o autor, haveria a compreensão, enfim, de que “a própria ciência deve ser tratada como um discurso cultural” (p. 279).

As lutas anticoloniais que levaram à independência de diversas nações no século passado, sobretudo na África e Ásia, associadas ao surgimento e disseminação do modelo de democracia liberal, trouxeram ao debate de identidades também a noção de “sujeito de direito”. Conforme Eni Orlandi (2012), o sujeito de direito estaria submisso não mais à Lei de Deus e seus desígnios, mas às suas próprias escolhas (livre-arbítrio) e aos seus deveres em relação ao Direito (penal, civil etc.) e ao Estado capitalista. A ideia de “sujeito de direito”, portanto, promove o assujeitamento dos indivíduos a partir dos valores da modernidade e do capitalismo. No campo dos movimentos sociais, a noção de “sujeito de direito”, estendida para o conceito de direitos humanos, iria servir como slogan e ferramenta política. O “sujeito de direito” seria percebido agora como tendo classe, raça, etnia, gênero e sexualidade.

Em “A identidade cultural na pós-modernidade”, Stuart Hall (2006) nos guia pela trajetória de descentramento da identidade experimentada ao longo do tempo, tendo como ponto de partida (pico de centramento da identidade) o desenvolvimento do conceito iluminista e cartesiano de um eu que se sabe de imediato (*cogito ergo sum*) e que está separado, podendo mesmo ser destacado, da materialidade carnal (mente e corpo como duas dimensões opostas). Após a consolidação da noção unificada e essencialista de sujeito cartesiano, a identidade passaria a ser progressivamente descentrada no decurso dos dois séculos seguintes. Para fins analíticos, Hall divide este descentramento em cinco principais etapas: 1) O descentramento inaugurado pelo materialismo histórico-dialético e anticapitalista de Karl Marx; 2) O descentramento promovido pela teoria

psicanalítica do inconsciente de Freud e Lacan, que desmembra o “eu unificado” em id, ego e superego; 3) O descentramento encampado pelo estruturalismo linguístico de Ferdinand de Saussure e sua tese sobre a arbitrariedade do signo; 4) O descentramento decorrente da teoria do discurso e da biopolítica do poder proposta pelo francês Michel Foucault; e, por fim, 5) O descentramento conceitual do sujeito motivado pelos feminismos a partir da segunda metade do século XX.

As velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social (Hall, 2006, p. 7).

Hall atribui também à “virada linguística” importante protagonismo no descentramento da identidade. Esse processo pelo qual questões da cultura passam a ser pensadas “através das metáforas da linguagem e da textualidade” (2006, p. 211) é muito importante para esta pesquisa, que trabalha justamente com uma análise antropológica sobre textos. Sobre as principais características da virada linguística nas Ciências Humanas, Stuart Hall (2006, p. 211) destaca:

A importância crucial da linguagem e da metáfora linguística para *qualquer* estudo da cultura; a expansão da noção do texto e da textualidade, quer como fonte de significado, quer como aquilo que escapa e adia o significado; o reconhecimento da heterogeneidade e da multiplicidade dos significados, do esforço envolvido no encerramento arbitrário da semiose infinita para além do significado; o reconhecimento da textualidade e do poder cultural, da própria representação, como local de poder e de regulamentação; do simbólico como fonte de identidade. São enormes avanços teóricos.

Permito-me, aqui, uma crítica construtiva e um adendo às etapas descentralizadoras elaboradas por Stuart Hall. O sociólogo de origem jamaicana, escrevendo em meados da década de 1990, talvez não tenha enxergado naquele momento o relevante papel descentralizador das identidades promovido também pela Teoria *Queer* (que desafia os feminismos tradicionais ao questionar a estabilidade das identidades de gênero e ir além das categorias mulher/homem); pelos movimentos antirracistas por direitos civis (que figuram entre os fundadores da *New Left* e que foram bastante atuantes mesmo antes do *boom* feminista dos anos 1960); pela luta antiga e consistente dos povos originários contra o apagamento de suas identidades indígenas e imposição assimilacionista de identidades nacionais; e pelos sujeitos dos ativismos decoloniais no Sul global.

O conceito centrado e centralizador de identidade que vigora até meados do século XX é, antes de tudo, o de uma identidade masculina, branca, heterossexual, europeia e pensada a partir do modo de vida no capitalismo industrial ocidental. A própria diáspora negra, discutida por Stuart Hall em outras publicações – associada, em um primeiro momento, ao período de colonização e sequestro de pessoas africanas para sua escravização no “novo mundo”, e, em um segundo momento, como movimento migratório de sujeitos pós-coloniais em direção às antigas metrópoles –, é um processo que traz grande descentramento e desestabilização identitária ao Ocidente.

Poderíamos mesmo perguntar: será que as identidades dos sujeitos subalternos e/ou não ocidentais do mundo foram centradas algum dia? A eles jamais foi concedido o direito de serem pensados como “indivíduos soberanos” dentro do modelo do humanismo renascentista. Por muito tempo, sequer foram pensados como humanos. O privilégio de ser entendido como sujeito da razão (em uma dicotomia cartesiana corpo/mente) nunca foi concedido aos povos colonizados, cujos marcadores de cor e de gênero foram utilizados para defini-los sempre (e apenas) a partir de sua corporalidade, em uma matriz de pensamento hierárquica que desvaloriza o corpo. O processo de assujeitamento continua a ocorrer de forma bastante distinta para mulheres, populações indígenas e pessoas não brancas, que frequentemente ocupam o lugar de objetos, e não de sujeitos na modernidade. A crítica à razão instrumental, ao masculinismo universalista e à branquitude como norma são pontos essenciais trazidos pelos estudos culturais e pelos estudos subalternos na desconstrução da ideia de indivíduo implementada pela modernidade.

Edward Said (2003), em seu tratado clássico sobre o orientalismo, destaca como a própria ideia de Oriente é fabricada e como o sujeito não ocidental é visto como menos humano. A lógica colonial que racializa e desumaniza os povos árabes é a mesma operada contra as populações negras e indígenas. A própria intelectualidade progressista, assim como os movimentos sociais feministas, *queer* ou antirracistas do Ocidente, ignoram, no geral, processos contestatórios e mesmo revolucionários que ocorrem no Oriente Médio, na África e na Ásia. Predomina, ainda, no imaginário do feminismo ocidental, por exemplo, a ideia de que as mulheres muçulmanas precisariam ser “salvas”, quando, na verdade, os feminismos árabes são tão longevos quanto aqueles das Américas.

Destaco aqui, portanto, esses sujeitos, movimentos e processos, não nomeados por Stuart Hall, como possíveis desencadeadores de outras etapas (passadas, presentes e futuras) de descentramentos das identidades e do sujeito cartesiano típico, ou mesmo como sujeitos a quem

jamais se concedeu o “título” cartesiano de “eu” unificado, soberano e racional. A própria prevalência da razão instrumental no pensamento ocidental seria questionada no século XX, no bojo de movimentos teóricos de desconstrução de identidades, como a crítica de Jacques Derrida ao logocentrismo. Assim, podemos afirmar que os estudos culturais e os estudos subalternos, entre eles a perspectiva feminista, promovem uma ampla crítica da própria modernidade.

## **1.2 Virada linguística, desestabilização subjetiva e Análise do Discurso**

Em 1955, nas famosas *lectures* na Universidade de Harvard que deram origem à obra póstuma *How to do things with words* (traduzida para o português em 1990 como *Quando dizer é fazer*), John L. Austin retirava a linguagem de seu suposto lugar de passividade – algo que apenas refletiria, representaria ou traduziria a realidade – e a colocava no centro da construção dos sujeitos e da vida em sociedade. A linguagem não apenas diz do real; ela produz a realidade. A tese de Austin sobre os “atos de fala” e as propriedades performativas do discurso, ao contrário do que apontou parte da crítica inicial, não nega a materialidade da vida e do social, mas inclui a linguagem nesta materialidade. Pensando a partir da filosofia da linguagem de Austin, é possível inferir que todo discurso de/sobre/a partir do gênero não apenas exprime algo que estaria supostamente dado na natureza humana, mas constrói as relações de sexo-gênero como estão constituídas atualmente em nossas culturas. Nas palavras de Guacira Lopes Louro (2020, p. 69), “a linguagem não apenas expressa relações, poderes, lugares, elas os institui; ela não apenas veicula, mas produz e pretende fixar diferenças”. Esse novo entendimento sobre a linguagem, em um movimento chamado de virada linguística, desestabiliza de forma ainda mais intensa a noção de eu e a forma como se pensam as identidades.

As palavras fazem coisas e as palavras de/sobre gênero fazem sujeitos masculinos e femininos dentro de uma ordem binária heterossexual que impõe-se como o único real possível. A identidade, em geral, seria um “efeito de práticas discursivas” (Butler, 2012, p. 38). Assim, a ordem discursiva de gênero, ensinada e reforçada nos núcleos familiares, na mídia, na medicina, no sistema judiciário e nos espaços escolares, produz o gênero como dado essencial ao assujeitamento e como destino inexorável (não se é sujeito a não ser que seja atribuída uma identidade feminina

ou masculina).<sup>7</sup> Aos sujeitos inseridos na cultura e no discurso como mulheres, por exemplo, o casamento e a maternidade seriam destinos inescapáveis. Àqueles que a palavra (e, portanto, a lei) fez “homens”, o destino traz promessas implícitas de força, status e poder. Já para quem está à margem da norma binária, excluída/o/e da ordem discursiva da “normalidade” de gênero (pessoas transsexuais, travestis, interssexuais, não binárias, entre outros indivíduos *queer* não inteligíveis pela norma), resta a invisibilidade, a negação da cidadania e o lugar da abjeção.

As proposições que constituem o discurso biologizante, binário e heteronormativo que tradicionalmente cerca o gênero nas sociedades ocidentais, herdeiro do patriarcalismo racista e colonial, podem ser pensadas como um “regime de verdade” e, conseqüentemente, um regime de poder. Para Michel Foucault (2014, p. 54), a verdade deve ser compreendida como um conjunto de “procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados” e que está “circularmente ligada a sistemas de poder”. É fato que o efeito de verdade do discurso conservador de gênero tem sido disputado e questionado intensamente pelos feminismos e pelos teorias de gênero nas últimas décadas, contudo, na percepção desta antropóloga, permanece ainda hegemônico e com grande poder de influência sobre a ciência, a política, o Direito, a educação e as subjetividades.

Partindo do pressuposto de que a linguagem é performativa (faz coisas), compreendemos, como afirma Costa (2020), baseando-se em Hillis Miller (1996), que “teorias são maneiras de fazer coisas com a linguagem, uma delas sendo a possibilidade de ativar diferentes leituras do texto social” (p. 8). Isso vale tanto para as teorias feministas de gênero quanto para os discursos conservadores construídos em torno do gênero, como a tese da “ideologia de gênero”, que tem sido construída, entre outros espaços e formatos, em parte dos materiais escritos analisados nesta pesquisa.

Antes de prosseguir com esta reflexão, é preciso definir aqui o que entendo por “discurso”. Eni P. Orlandi (2012, p. 17) teoriza de modo poético: “movimento dos sentidos, errância dos sujeitos, lugares provisórios e conjunção e dispersão, de unidade e de diversidade, de indistinção, de incerteza, de trajetos, de ancoragem e de vestígios: isto é discurso, isto é o ritual da palavra.

---

<sup>7</sup> Cito aqui, como exemplo desse argumento, o processo longo e burocrático pelo qual passam as famílias de crianças interssexuais recém-nascidas, a quem frequentemente é negada a certidão de nascido vivo (e, como consequência, o registro de sua existência e cidadania) enquanto uma autoridade médica não “decide” qual é o sexo do bebê.

Mesmo o das que não se dizem”. Recentemente, gênero tem figurado entre essas palavras não ditas, palavras banidas, palavras malditas. Há quem tente transformar seu significado, e há quem tente apagá-lo completamente do debate público e dos currículos escolares, mas já não há quem não tenha ouvido falar de gênero ao menos uma vez na última década no Brasil. Esse processo político-discursivo em que o termo “gênero” vai ganhando significados para além daqueles debatidos na academia e vai ocupando a esfera pública confirma o caráter histórico, social e em constante mutação da linguagem. Como afirma Orlandi (2012, p. 16), “a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é, assim, palavra em movimento, prática de linguagem”. Para a autora, a língua é “trabalho simbólico” e o discurso sempre “um objeto sócio-histórico” (p. 16-17).

Michel Foucault considera que os discursos estão organizados em “formações discursivas”, que determinam “o que pode/deve ser dito a partir de um determinado lugar social” (Mussalim, 2001, p. 120), a partir de uma certa formação ideológica. Orlandi (2012, p. 43) argumenta que “as palavras não tem um sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem”. O debate sobre gênero conta com inúmeras formações discursivas: as do campo acadêmico, as dos ativismos sociais, as das políticas públicas, as do Direito, as do discurso médico, as do campo religioso etc. Essas diversas formações discursivas sobre gênero podem ser progressistas, mas também conservadoras. No caso desta pesquisa, discuto formações discursivas de gênero de caráter conservador. É preciso ressaltar, contudo, que, conforme Orlandi (2012, p. 44), não se deve pensar as formações discursivas “como blocos homogêneos funcionando automaticamente. Elas são constituídas pela contradição, são heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são fluídas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações”.

Retornando à Michel Foucault (2014), temos que aquele capaz de enunciar discursos com “efeito de verdade” detém grande poder. Contudo, um regime de verdade pode perder seu efeito de poder e ser substituído por outro. Quando pensamos em gênero, a Bíblia enquanto portadora da verdade divina apareceu por muito tempo como argumento irrefutável de que o deus cristão teria criado “machos e fêmeas” e de que relações não heterossexuais seriam algo abominável. Todavia, com o argumento da laicidade do Estado e a defesa da neutralidade e da objetividade das ciências ganhando terreno a partir do século XIX, o discurso hegemônico e “tradicional” sobre gênero passa a incorporar teses científicas e jurídicas para atribuir maior efeito de verdade à sua crítica ao

feminismo e às teorias do gênero como construção social. O uso de argumentos jurídicos ou biológicos é comum entre os “interlocutores” desta pesquisa: autoras(es)/educadoras(es) de filiação cristã-conservadora que produziram os materiais analisados. Estes frequentemente recorrem ao efeito de verdade das chamadas *hard sciences* ou da lei para negar a potência de verdade das problematizações trazidas pelas teorias de gênero, acusando-as de serem ideológicas (algo que estaria a serviço do falseamento, da sublimação e/ou da inversão da verdade).

Setores conservadores frequentemente demonstram preocupação com o potencial performativo e transformador da linguagem empregada, por exemplo, por teóricas e movimentos sociais feministas e de gênero, que frequentemente trazem para a linguagem aquilo que fora apagado intencionalmente (as mulheres, as pessoas *queer*, as pessoas negras etc.), pois “o silenciamento – a ausência da fala – aparece como uma espécie de garantia da ‘norma’” (Louro, 2020, p. 72). Cientes do potencial profundamente desestabilizador das revoluções linguísticas e em uma tentativa de resgate ou de manutenção da norma de gênero conservadora, encontramos reações e discursos como aqueles no documento da cúpula do catolicismo, *Lexicon*, de 2003, onde a ideia de “manipulações linguísticas” e mesmo de “charlatanismo linguístico” aparece associada às teorias de gênero. Para Junqueira (2022, p. 121), o referido texto

parte da premissa de que um dos sintomas mais preocupantes do ofuscamento moral é a confusão terminológica. Uma confusão e uma ambiguidade estariam presentes no uso que parlamentares e dirigentes de organismos internacionais fazem ao discutirem e legislarem sobre ‘temas da família e da vida’.

Rogério Junqueira apresenta em sua obra *A invenção da “ideologia de gênero”* uma citação direta do documento *Lexicon* que ilustra perfeitamente a preocupação da Santa Sé com questões de linguagem envolvendo o gênero:

A ideologia contemporânea permanece caracterizada pelo recurso ao uso manipulador da linguagem. Usam-se palavras para indicar coisas estranhas ao seu significado natural. Praticam-se “transferências semânticas”, faz-se uso de “antifrases”. Constroem-se, assim, discursos perversos sobre a vida, a família, o desenvolvimento, sempre com a finalidade de colonizar a opinião pública. (Pontifício Consiglio per la Famiglia, 2002, p. 583 *apud* Junqueira, 2022, p. 121).

Decorrente da virada linguística e avançando para além do já mencionado estruturalismo saussuriano, a Análise do Discurso se caracteriza como “um terreno onde se relacionam a Linguística e as Ciências Sociais” (Mussalim, 2001, p. 110), que volta-se à investigação dos

processos de constituição dos sujeitos e dos sentidos na/pela linguagem. A Análise do Discurso (AD) também emergiu no século passado com grande potencial de descentramento da(s) identidade(s). Essa ciência linguística, mas também antropológico-sociológica, certamente figura entre as teorias disruptivas que questionam a suposta natureza e unidade do eu cartesiano. Ao falar em condições de produção do discurso, a AD aponta também para as condições de produção dos sujeitos, construídos, por exemplo, como femininos ou masculinos a partir do discurso normativo do gênero “natural”. A linguagem nos constitui como sujeitos e o discurso sobre o eu é sempre formado na relação com o outro, o que Mussalim (2001) chama de “heterogeneidade constitutiva”, em referência às noções de dialogismo e interdiscurso de Authier-Revuz (1982). Para a Análise do Discurso, portanto, não há mais “a noção de um sujeito marcado pela ideia de unidade”, de forma que “o sujeito passa a ser concebido como aquele que desempenha diferentes papéis de acordo com as várias posições que ocupa no espaço interdiscursivo” (Mussalim, 2001, p. 133). O sujeito na Análise do Discurso contemporânea é, enfim, um sujeito “essencialmente heterogêneo, clivado, dividido” (p. 134) – portanto, anticartesiano. Para uma das mais célebres estudiosas da linguagem no Brasil, Eni Puccinelli Orlandi, os estudos discursivos “visam pensar o sentido dimensionado no tempo e no espaço das práticas do homem, descentrando a noção de sujeito” (2012, p. 17).

Orlandi afirma ainda que (2012, p. 16), “saber como os discursos funcionam é colocar-se na encruzilhada de um jogo duplo da memória: o da memória institucional, que estabiliza, cristaliza, e, ao mesmo tempo, o da memória constituída pelo esquecimento, que é o que torna possível o diferente, a ruptura, o outro”. Esse “outro” de que fala Orlandi é construído, portanto, em um constante ato linguístico, discursivo e político, de lembrar e de esquecer, de nomear a partir de presenças e de ausências. Há sujeitos cujo projeto neoliberal-conservador quer deixar ausentes, esquecidos, fora do discurso, como povos originários e tradicionais, sujeitos *queer*, imigrantes, pessoas em situação de rua, internos no sistema prisional, entre tantos outros indivíduos cuja existência permeia a margem do discurso constitutivo do que se entende por humano, por cidadão, por sujeito de direito.

Fernanda Mussalim (2001) destaca que todo discurso é dialógico e se referencia em outros discursos – estabelece relações internas e externas. Para a perspectiva da Análise do Discurso (AD), abordagem escolhida para orientar esta pesquisa, “o discurso, o sentido, o sujeito, as condições de produção vão se constituindo no próprio processo de enunciação” (Mussalim, 2001, p. 139), e não *a priori*. Assim, o sentido é construído no/por meio do discurso, e não antes dele.

Analisar um determinado discurso passa, portanto, pela consideração das relações estabelecidas com outros discursos e outros sujeitos, assim como dos contextos culturais, históricos, geográficos, políticos e linguísticos.

A Análise do Discurso, enquanto perspectiva teórico-metodológica, “concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive”, de forma que a Análise do Discurso “não trabalha com a língua como um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos como parte de suas vidas” (Orlandi, 2012, p. 16). Retomo aqui o debate feito na introdução, onde discuti a importância que a intersecção entre texto e contexto teria em minha pesquisa. Contexto e conjuntura (aspectos culturais, sociais, políticos etc.) se configuram como ferramenta essencial na AD, e é por isso que ela é adotada tanto nos Estudos Linguísticos quanto nas Ciências Sociais. “Para encontrar as regularidades da linguagem em sua produção, o analista do discurso relaciona a linguagem à sua exterioridade”, “considera os processos e as condições de produção da linguagem”, levando em conta sempre “as situações em que se produz o dizer” (Orlandi, 2012, p. 17) e as formas como a(s) ideologia(s) se materializa(m) na/pela linguagem. A AD, portanto, se beneficia grandemente das Ciências Sociais, assim como as Ciências Sociais se beneficiam adotando-a como abordagem de análise.

Para pensar uma análise de materiais escritos como a que proponho nesta pesquisa é preciso destacar a explicação de Eni Orlandi (2012, p. 17-18) sobre a diferença entre a mera análise de conteúdo e a Análise do Discurso:

A Análise de Conteúdo, como sabemos, procura extrair sentidos dos textos, respondendo à questão: o que este texto quer dizer? Diferentemente da análise de conteúdo, a Análise do Discurso considera que a linguagem não é transparente. Desse modo, ela não procura atravessar o texto para encontrar um sentido do outro lado. A questão que ela coloca é: como este texto significa? [...] Para responder ela não trabalha com os textos apenas como ilustração ou como documento de algo que já está sabido em outro lugar e que o texto exemplifica. Ela produz um conhecimento a partir do próprio texto, porque o vê como tendo uma materialidade simbólica própria e significativa, como tendo uma espessura semântica: ela o concebe em sua discursividade.

Mas, afinal, existe um roteiro metodológico único a ser seguido na Análise do Discurso, que seria aplicável a qualquer texto, incluindo os materiais que são objeto desta pesquisa? A resposta é não e a justificativa é um tanto complexa. Orlandi (2012) sustenta que, enquanto o “dispositivo teórico” que orienta o analista do discurso é o mesmo (os pressupostos teóricos da AD), o “dispositivo analítico” é próprio a cada pesquisador, de forma que seu mapa, sua caixa de ferramentas na análise discursiva de seu objeto, deverá ser construído individualmente, orientado por sua pergunta de pesquisa, pela natureza do material e por seus objetivos gerais e específicos, “optando pela mobilização desses ou aqueles conceitos, esse ou aquele procedimento, com os quais ele se compromete na resolução de sua questão”, a partir dos “diferentes instrumentais teóricos dos campos disciplinares nos quais se inscreve e de onde partiu” (Orlandi, 2012, p. 27-28). Em síntese, “todos esses elementos – a natureza dos materiais analisados, a questão colocada, as diferentes teorias dos distintos campos disciplinares – tudo isso constitui o dispositivo analítico construído pelo analista” (p. 28). No caso desta pesquisa de doutorado, como já mencionado, o dispositivo analítico utilizado para pensar os discursos nos materiais pedagógicos selecionados está assentado nos pressupostos das teorias de gênero e feministas, em diálogo também com parte dos estudos da religião.

### **1.3 “A dádiva do gênero”: defesas e dissensos**

Em *O gênero da dádiva*, obra seminal de Marilyn Strathern de 1988, traduzida ao português em 2006, a antropóloga define gênero como “aquelas caracterizações de pessoas, artefatos, eventos, sequências etc. que se fundamentam em imagens sexuais – nas maneiras pelas quais a nitidez das características masculinas e femininas torna concretas as ideias das pessoas sobre a natureza das relações sociais” (p. 11). Longe da perspectiva crítica e feminista de Strathern sobre gênero, encontram-se aqueles e aquelas que enxergam o gênero (ou o sexo – grande parte desses setores não os diferenciam) como um dom concedido por Deus e que, portanto, não pode ser construído ou modificado pela ação humana. Neste segundo caso, o gênero é dádiva.

A dádiva do gênero, concedida por um criador transcendental e traduzida pela Biologia, na perspectiva cristã-conservadora, aproxima o gênero da natureza, distanciando-o da influência da cultura. O debate entre natureza x cultura (*nature x nurture*) é um velho conhecido da Antropologia e importante chave para compreender como gênero tem sido pensado nas sociedades. Por muito

tempo, a própria teoria feminista se apropriou da suposta oposição entre natureza e cultura para explicar o par sexo x gênero, diferenciando os dois elementos (sexo = natureza; gênero = cultura). Posteriormente, teóricas como Judith Butler viriam a desafiar esse separação, apontando para o caráter culturalmente construído do sexo.

Em “Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura?”, Sherry Ortner (1979) destaca como as próprias mulheres foram associadas por muito tempo à natureza, por estarem, supostamente, mais vinculadas às demandas do corpo (menstruação, maternidade, hormônios etc.), enquanto os homens estariam supostamente mais próximos da cultura, vista como elemento superior à natureza, o que justificaria o pressuposto da subordinação do feminino ao masculino e também da subjugação e dominação da natureza para os interesses da espécie humana. Os homens estariam livres e mais equipados para o exercício da fruição artística, do pensamento complexo/sistemático, dos negócios, da política, da filosofia – eles não seriam, assim, prisioneiros de seus corpos, como as mulheres. Pensadas como sinônimo de “sexo”, as mulheres seriam, assim, sujeitos menos capazes de “transcender a natureza” do que os homens (Ortner, 1979, p. 102), verdadeiros guardiões da cultura.

Introduzido como substituto aos termos “sexo” e “diferença sexual”, por ser menos biologizante e mais relacional, o conceito de “gênero” foi recebido, inicialmente, com certa resistência e cautela por parte dos feminismos acadêmicos (à época ainda identificados frequentemente como “*women studies*”, “estudos da mulher” ou “estudos das mulheres”). A crítica partia de uma percepção de que “gênero” poderia produzir o apagamento da categoria “mulher/mulheres” e dificultar a atuação política do movimento feminista, por supostamente retirar sua especificidade. Identifica-se, nesse processo, justamente o medo de descentramento da identidade “mulher”. A controvérsia recebeu ainda mais combustível à medida que a perspectiva *queer* (tanto sua teoria quanto sua militância) emergiu na academia e no debate societário, trazendo consigo toda sorte de sujeitos “desviantes”, que já ocupavam as ruas e movimentos sociais há décadas, mas que tinham pouco espaço nas preocupações acadêmicas.

Embora recebida nos anos 1980 com boa dose de ceticismo, ao longo das últimas décadas, a categoria gênero foi sendo acomodada pelos feminismos no Brasil e no mundo, sendo predominante nas produções atuais. Ainda presente no feminismo francês e nos feminismos marxistas, a noção de “relações de sexo” ou “relações entre os sexos” vai sendo gradualmente

substituída, nos últimos anos, pela noção de “relações de gênero”. Houve, tanto na academia quanto nos movimentos sociais, a construção de uma aliança entre temas, sujeitos e interesses feministas e aqueles do campo LGBTQIA+, que hoje atuam conjuntamente em várias frentes, reunidos sob o guarda-chuva dos estudos de gênero e de sexualidade. Atualmente, as teorias feministas movem-se, cada vez mais, para o caráter relacional do gênero, dedicando-se, inclusive, ao estudo das masculinidades.

Para a historiadora Joan Scott (2019, p. 68), o gênero é “um campo primeiro no seio do qual o poder é articulado”, sendo “um meio persistente e recorrente de tornar eficaz a significação do poder no Ocidente, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas”. Apropriando-se das discussões de Monique Wittig e de Michel Foucault, Paul Preciado (2019) define gênero e sexualidade como regimes políticos, tecnologias biopolíticas, que promovem a falsa equivalência entre natureza = heterossexualidade. Para o autor,

A tecnologia social heteronormativa (esse conjunto de instituições tanto linguísticas como médicas ou domésticas que produzem constantemente corpos-homem e corpos-mulher) pode ser caracterizada como uma máquina de produção ontológica que funciona mediante a invocação performativa do sujeito como corpo sexuado (Preciado, 2019, p. 416).

Diante dessa constatação, Preciado propõe como horizonte utópico a ousada tarefa de “desontologizar” o gênero e as identidades como um todo.

Em uma chave fenomenológica e psicanalítica, a filósofa Judith Butler argumenta que a ação modela subjetividades e define gênero a partir da noção de performatividades. Para a autora feminista, um gênero é uma “identidade instituída por meio de uma repetição estilizada de certos atos” (2019, p. 214). Esses atos são “renovados, revisados e consolidados através do tempo” e a performance é restrita aos repertórios culturalmente disponíveis e esperados, ainda que haja espaço para certa subversão, como lembra a autora. A educação infantil, foco desta pesquisa, é, portanto, uma etapa crucial na construção do gênero, pois a infância é justamente o período da vida em que atos, performances e expectativas de gênero são “aprendidas”, internalizadas, mas também negociadas por meninos e meninas. Butler é uma das autoras a quem se atribui a inserção da categoria “queer” no debate acadêmico. Como sustenta Heloisa Buarque de Hollanda (2019, p. 19), “assim como a categoria gênero procurou desconstruir a categoria identidade, a categoria queer caminha na direção da desconstrução da noção de sexo biológico”.

Quando me refiro à gênero nesta pesquisa, está implicada também a questão da sexualidade. Os estudos de gênero e sexualidade têm caminhado cada vez mais juntos e sua simbiose não permite mais separá-los como dimensões completamente apartadas. Portanto, sempre que eu falar em gênero estarei pensando também em sexualidade. Ademais, não há como discutir gênero (e sexualidade) de forma isolada, sem considerar suas intersecções com raça, etnia, classe, geração, nacionalidade, entre outras categorias que atravessam os sujeitos. Portanto, essa pesquisa e a narrativa antropológica construída por ela se sustentam em uma perspectiva interseccionada e na noção de que os agentes são atravessados pelo gênero de formas diversas a partir de seus lugares diversos nas sociedades humanas.

O descentramento mais radical das identidades produzido pelo/no gênero, todavia, parece ocorrer mais recentemente, com a crescente reivindicação de identidades não binárias por sujeitos que não se percebem como apenas femininos ou apenas masculinos (ou escolhem politicamente não fazê-lo) – sujeitos bastante jovens e engajados em uma política de gênero e uma política da identidade que vai além de seu desejo pessoal de expressar-se como sujeito não binário, demandando uma revolução linguística em direção à neutralidade de gênero e produzindo uma potente contracultura andrógina. Segato (1998, p. 16) já apontava para o potencial revolucionário da androginia como ferramenta política antipatriarcal:

Se o patriarcado pertence, afirmo, ao terreno do simbólico, sendo os fatos um epifenômeno daquela outra inscrição fundante, o que é possível opor a ele? Como é possível agir? Nada mais nada menos que tornando representáveis e representadas, no plano ideológico, as constantes experiências de circulação dos sujeitos pelos registros do gênero, a androginia inerente à vida humana, que, contudo, raramente obtém visibilidade e permanece mascarada pela inércia da linguagem e outras formas de coerção oriundas do campo ideológico.

A discussão sobre o caráter híbrido e fronteiriço das identidades – com estudos mais frequentemente focados sobre as identidades étnicas e nacionais (Bhaba, 1992), mas abordando também as identidades de gênero – desempenha um papel essencial nos debates atuais sobre identidades e seus descentramentos. O desenvolvimento do conceito e ferramenta teórico-analítica da interseccionalidade por pensadoras dos feminismos negros produz um deslocamento de grandes proporções, tanto na academia quanto no interior dos movimentos sociais, quando se fala em identidades, que agora são pensadas como sempre atravessadas por vários marcadores, que não podem ser isolados e que são sempre relacionais. Logo, não haveria um sujeito homogêneo “mulher”, uma identidade feminina universal ligada às mesmas experiências de privação e

opressão de gênero. Mulheres brancas e europeias de classe média, por exemplo, experimentam as limitações das normas de gênero de forma bastante distinta daquela vivenciada por mulheres negras e pobres da América Latina. Apontando para a “natureza interligada da opressão”, a socióloga Patricia Hill Collins (2016, p. 8) sustenta que:

Tanto ideologias racistas como sexistas compartilham a característica comum de tratar grupos dominados – os “outros” – como objetos aos quais faltam plena subjetividade humana. Por exemplo, ao enxergarem as mulheres negras como mulas teimosas e as brancas como cachorros obedientes, ambos os grupos são objetificados, mas de maneiras diferentes. Nenhuma das duas é vista como plenamente humana e, portanto, ambas se tornam elegíveis para modelos específicos de dominação de raça/gênero.

Collins (2016) descreve ainda a permanente sensação de deslocamento das mulheres negras no Ocidente racista, que se sentem eternas estrangeiras dentro de suas próprias culturas e locais de origem (*outsiders within*). Adriana Piscitelli (2008), aliando o debate da interseccionalidade ao debate sobre identidades de fronteira, em um contexto de mulheres migrantes, utiliza o termo “categorias de articulação” para se referir à relação entre as diversas diferenças e desigualdades na constituição da experiência individual na cultura e para discutir o “não lugar” ocupado por sujeitos migrantes que carregam marcadores adicionais de gênero, cor e classe. Nota-se que a emergência da ideia de interseccionalidade (conceito apresentado pela primeira<sup>8</sup> vez em um texto<sup>9</sup> da jurista negra Kimberlé Crenshaw, de 1989), é, em si só, descentralizadora da(s) identidade(s). Isso pois, se consideramos, como aponta Piscitelli (2008), que os indivíduos e suas identidades são constituídos pela experiência e a partir da articulação entre diferenças e desigualdades, logo, não se pode falar em identidades inatas, pré-experiência. No caso do gênero, isso leva à conclusão de que identidades femininas e masculinas são construídas na experiência, em uma sociedade de classes, generificada e racializada, não sendo atribuídas biologicamente aos sujeitos na concepção, como afirma o essencialismo conservador.

Identidades ambíguas, identidades deslocadas e identidades fronteiriças, portanto, parecem ser a regra, e não a exceção, na pós-modernidade. No entanto, esse processo veloz e contínuo de descentramento das identidades, como já intuía o próprio Stuart Hall ao final de seu texto discutido

---

<sup>8</sup> Embora o tema já houvesse aparecido em obras anteriores de outras pesquisadoras negras, como a estadunidense Angela Davis e a brasileira Lélia Gonzalez, é atribuída à Crenshaw a sistematização e nomeação do conceito.

<sup>9</sup> CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. 1989. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?Article=1052&context=uclf>. Acesso em: jul. 2022.

anteriormente, começa a despertar um movimento de apelo ao (re)centramento das identidades e à retomada de identidades tradicionais:

Por outro lado, existem também fortes tentativas para se reconstruírem identidades purificadas, para se restaurar a coesão, o fechamento e a Tradição, frente ao hibridismo e à diversidade. Dois exemplos são o ressurgimento do nacionalismo na Europa Oriental e o crescimento do fundamentalismo (Hall, 2006, p. 92).

Este cenário observado por Hall no final do século passado se intensificou bastante na última década, levando à ascensão política de grupos que defendem uma visão tradicionalista e moralmente conservadora de gênero. Não só esses segmentos se opõem aos estudos de gênero e aos recentes direitos conquistados por mulheres e pessoas LGBTQIA+ em diversos países, como têm organizado uma ofensiva contra esses avanços, a partir da narrativa de que estariam em uma luta legítima (e supostamente neutra) contra uma perversa “ideologia de gênero” que estaria sendo imposta com interesses escusos de destruir a família tradicional e o cristianismo. Pankaj Mishra (2017) considera que o movimento político atual está fundado em uma “política de ressentimento” contra o legado do iluminismo. Valores do liberalismo clássico, como “pluralismo étnico e religioso, integração nacional à uma ordem global através de trocas econômicas e instituições globais, expansão de direitos de grupos e indivíduos, tolerância com a diversidade sexual e neutralidade religiosa e étnica dos Estados” (Illouz, 2017, p. 49, tradução nossa), passaram a ser fortemente questionados por esses segmentos conservadores.

Embora o sincretismo religioso brasileiro, como afirma Marcelo Camurça (2009), imponha desafios ao conceito moderno e cartesiano de identidade, o monoteísmo cristão tem se apegado bastante a um conceito totalizante de identidade(s), de forma que setores religiosos cristãos (principalmente católicos e evangélicos) estão à frente da reação conservadora aos processos recentes de questionamento de identidades, sobretudo no campo do gênero, como discuto no tópico a seguir.

#### **1.4 Masculino e feminino: entre o transcendente e o imanente**

A divergência entre setores progressistas e conservadores em torno das identidades (sobretudo as de gênero) parece mobilizar tão intensamente a sociedade pois é, basicamente, um debate ontológico – um debate sobre a própria natureza do ser, da existência humana. A noção de que identidades seriam móveis e fluidas acaba por produzir, em certa medida, insegurança

existencial, o que parece ter contribuído para reações conservadoras recentes em defesa de delimitações identitárias mais rígidas, especialmente no campo do gênero e da sexualidade.

No terreno das ontologias do gênero, posicionam-se, frequentemente, do lado da transcendência, os atores conservadores, defensores de que as identidades de gênero (para eles, inatas e sempre femininas ou masculinas, sem qualquer lugar para a ambiguidade) são atributos que precedem o corpo e a experiência (estão incutidos no ser), tendo sido definidos por um deus inerrante e perfeito para as suas criaturas em um momento pré-materialidade do corpo (antes mesmo da concepção) – tais atributos seriam sempre correspondentes à respectiva genitália observada<sup>10</sup> (se pênis, sexo e identidade masculinas; se vagina, sexo e identidade femininas).

Nessa concepção, as identidades masculina e feminina, vistas como opostos complementares e derivadas de corpos sexuados (a diferença sexual sendo construída como diferença ontológica essencial), são operadas aqui de forma bastante restritiva, definindo características específicas para cada grupo (mulheres emotivas x homens racionais), papéis e comportamentos adequados para cada um e mesmo respostas sensoriais distintas (homens gostariam da cor azul e do gosto amargo; mulheres prefeririam doces e a cor rosa). Mais recentemente, setores conservadores têm se apropriado também do discurso científico em sua batalha contra as teorias de gênero. Para afirmar a suposta correspondência inegável entre aparelho reprodutor detectável no indivíduo (útero e vagina x testículos e pênis) e identidade de gênero (masculina ou feminina), recorrem ao discurso biológico da diferença cromossômica, gonadal e neuronal em homens e mulheres, ancorando-se, muitas vezes, em simplificações excessivas ou mesmo em pesquisas científicas que não levam em consideração fatores sociológicos e antropológicos importantes das populações investigadas. Percebe-se, assim, como o que chamamos de ciência(s) não se coloca, necessariamente e de forma automática, como aliada dos progressismos e inimiga dos conservadorismos, sendo manejada de forma diferente a cada momento, de acordo com os interesses de grupos distintos naquela ocasião. Enquanto a ciência da Psicanálise, por exemplo, trabalhou pelo descentramento das identidades no século passado, a

---

<sup>10</sup> É importante destacar aqui que o processo de designação sexual, quando um agente de saúde “autorizado” e legitimado (geralmente um médico) informa que um bebê é “macho” ou “fêmea”, envolve sempre um caráter interpretativo, onde uma decisão é tomada – ou seja, não há ali uma mera “constatação” da “realidade biológica e sexual” daquele sujeito, mas sim o início de um processo de construção do gênero a partir da cultura.

Biologia é frequentemente utilizada como argumento centralizador das identidades por sujeitos que advogam que as identidades de gênero seriam fixas e imutáveis por serem “fatos biológicos”.

Em discussão sobre o já mencionado documento vaticano *Lexicon: termos ambíguos e discutidos sobre família, vida e questões éticas* – publicado em 2003 e traduzido para o português em 2004 –, considerado “a *summa* teórica da cruzada antigênero”, o pesquisador Rogério Diniz Junqueira (2022) aponta como o documento produzido pelo Pontifício Conselho pela Família e pela Congregação para a Doutrina da Fé recupera e intensifica o transcendentalismo na perspectiva de gênero. Conforme Junqueira (2022, p. 122), “no *Lexicon*, sexo e sexualidade pertencem à ordem transcendental pré-social, natural (desde que heterossexual) e imutável”. A Antropologia cristã defendida no documento parte do pressuposto de que “a transcendente sexualidade humana deve estar em conformidade com a ordem sexual natural, ‘já presente no corpo’” (p. 122), uma ordem sexual binária, heteronormativa e onde a reprodução é vista como função social primordial para as mulheres, de forma que mesmo métodos contraceptivos bastante consolidados em nossa cultura, como a pílula hormonal, são vistos como interferências indevidas nessa ordem transcendental. Nesse sentido, o humanismo iluminista é refratado, prevalecendo a defesa de que corpos e destinos estejam a serviço, exclusivamente, de uma ordem “natural” e de um propósito divino. Ao situar as identidades de gênero e a sexualidade exclusivamente no campo da Biologia, segmentos conservadores apagam o fato de que esses processos envolvem “rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos e convenções”, sendo “profundamente culturais e plurais” (Louro, 2018, p. 12). Para Louro (2018), sequer a concepção de corpo ou de natureza pode ser considerada como “natural”, uma vez que “os corpos ganham sentido socialmente” (p. 13).

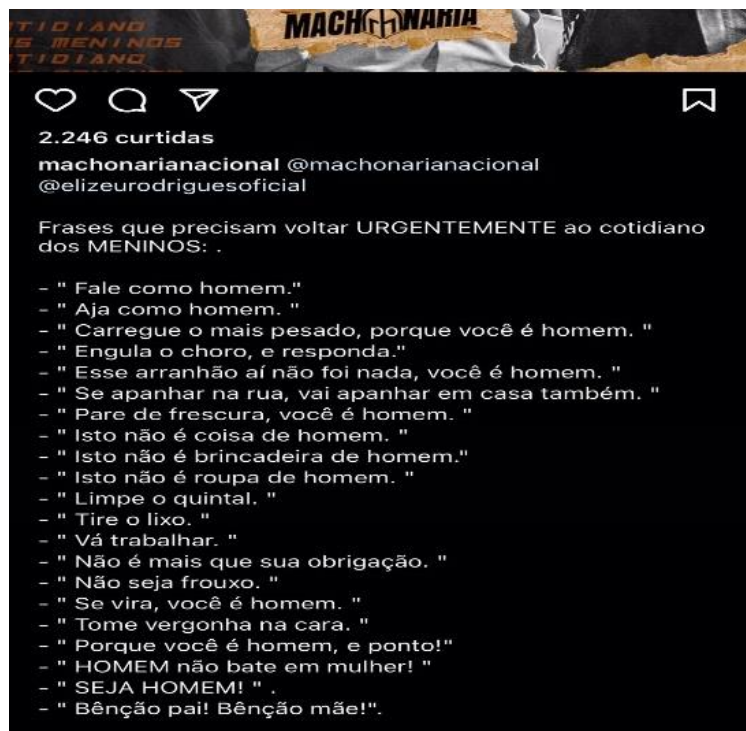
Entre setores cristãos conservadores, cuja produção é analisada nesta pesquisa, é recorrente a narrativa de resgate de feminilidades e masculinidades tradicionais, supostamente perdidas na modernidade, e que representariam essa ordem sexual “natural” pretendida pelo criador e refletida na Biologia. A feminilidade cristã ideal, como defendida em discursos nos materiais analisadas, é normalmente associada a ideias e comportamentos como modéstia, recato, pureza, doçura, gentileza e compreensão.

No caso da masculinidade cristã ideal, discursivamente construída e mobilizada como “tradicional”, defendida por grupos (neo)conservadores, esta partiria de características como liderança, força, honra, coragem e lealdade. Atualmente, é possível encontrar nas redes digitais um número considerável de páginas de viés cristão-conservador dedicadas ao tema da suposta

recuperação de masculinidades “tradicionais”. Estas páginas trazem um *mix* de dicas sobre casamento e paternidade, discussões teológicas, coaching de vida e/ou empresarial, tudo a partir das ideias de hombridade, virilidade e, em alguns casos, patriarcado. Enquanto algumas adotam um tom de parceria entre homens e mulheres na vida e no casamento, outras avançam de forma mais incisiva sobre a noção de “homens alfa”, que deveriam recuperar seu poder na sociedade, inclusive sobre suas esposas e filhos, para se reconectar com aquilo que afirmam ser o “verdadeiro cristianismo”. Cito como exemplo os perfis na rede social Instagram *Movimento Hombridade*; *Alphas-Masculinidade Bíblica*; *Masculinidade – Poder Pessoal*; e *Homens do Patriarcado*.

Talvez o exemplo mais conhecido desse tipo de iniciativa de resgate de uma suposta masculinidade cristã “tradicional” seja a *Machonaria*, movimento evangélico que está bem além das redes digitais, contando com eventos/cursos presenciais para homens e seus filhos e uma rede disseminada em vários estados do Brasil. Coordenada pelo pastor e influenciador digital Anderson Silva, da Igreja Vivo por Ti, a Machonaria é descrita em seu site oficial (<https://www.machonaria.com/>) como uma Confraria Nacional de Homens, que teria por objetivo “o resgate da masculinidade bíblica, da hombridade segundo os ensinamentos de Jesus Cristo”, onde o homem seria “protetor, provisor e plataforma”. Em seu perfil oficial no Instagram, *Machonaria Nacional*, que contava com 98,3 mil seguidores em janeiro de 2024, podemos encontrar publicações com críticas a um suposto processo recente de “feminização” da sociedade, com a defesa do “direito de ser macho” e com questionamentos sobre a educação de meninos e rapazes que não seja voltada a esse tipo de masculinidade “tradicional”, como é possível observar na figura 1, a seguir.

**Figura 1 - Publicação no perfil *Machonaria Nacional***



Fonte: Instagram, 21 out. 2022.

O autor da publicação defende que existiriam certas formas de agir, formas de falar, roupas e brincadeiras que seriam “de homem”, enquanto outros comportamentos não seriam “de homem”, como o ato de chorar ou aquilo que nomeia de “frescura”. Afirma, ainda, de modo implícito, que a violência seria uma forma legítima de resolução de conflitos quando se tratam de indivíduos de identidade masculina (“se apanhar na rua vai apanhar em casa também”). A ética capitalista do trabalho como intrínseca à masculinidade é outro elemento que está presente no breve texto: “vá trabalhar”. É interessante pontuar, no entanto, que o texto da publicação critica a violência física contra as mulheres (“homem não bate em mulher”) e defende um certo engajamento mínimo por parte dos homens nas tarefas domésticas, ainda que voltado apenas para cuidados secundários<sup>11</sup> com o espaço da lar (“limpe o quintal”, “tire o lixo” etc.). Logo, é possível afirmar que essa

<sup>11</sup> Como reflexo/desdobramento da limitação histórica das mulheres ao espaço do privado, enquanto o espaço público seria predominantemente masculino, observamos uma divisão também entre espaço externo e espaço interno da casa. O interior da casa e todos os cuidados neste espaço privado seriam domínio e responsabilidade da mulher (cozinhar, lavar e passar roupas, cuidar das crianças, limpar os cômodos etc.). Já o espaço imediatamente externo à casa (e, portanto, mais “público”), como varandas, calçadas, jardins e quintais, poderia estar sob os cuidados do “homem da casa”. Assim, não é visto como atividade “menos masculina” ou possivelmente emasculadora levar o lixo para fora, manter o quintal em ordem, lavar as partes adjacentes à casa ou preparar um churrasco na varanda.

revitalização do “macho tradicional” é defendida a partir de bases renovadas, que levam em consideração certos “consensos” da contemporaneidade, como o repúdio à violência doméstica e a maior participação dos homens no cuidado da casa e dos filhos. A palatabilidade e aceitação pública desse tipo de narrativa e de movimento talvez fosse inviável caso não incorporassem esses novos consensos, já que são preocupações/reivindicações das próprias mulheres cristãs conservadoras. Fim da violência doméstica, paternidade mais ativa e colaboração masculina no cuidado com a casa são demandas crescentes dessas mulheres, sobretudo com o aumento da inserção de mulheres no mercado de trabalho formal nas últimas décadas.

Em seu livro *Homens de verdade: o chamado de Deus para a masculinidade*, de 2019, o pastor presbiteriano estadunidense Richard D. Phillips, que também é autor de *The masculine mandate: God’s calling to men* (2016), defende a recuperação de uma “masculinidade cristã forte, bíblica e confiante”, porém associada ao imperativo de que homens sejam “maridos amorosos”, “bons pais” e pessoas piedosas. Há, portanto, nesse tipo de movimento, uma exortação a certos estereótipos de virilidade (força, poder, coragem), ao mesmo tempo em que se defende relações matrimoniais e de parentalidade um pouco mais igualitárias (ainda que bastante distantes daquelas defendidas pelos feminismos), o que aponta para a complexidade desses discursos, que não podem, de forma alguma, ser analisados de maneira simplista, como mera reação de um machismo em crise. Há, nas narrativas mencionadas, uma tentativa de construir modelos de masculinidade, a partir de uma visão cristã-conservadora de gênero, preservando a ordem sexual binária e o poder masculino, ao mesmo tempo em que tentam se adequar a demandas recentes por novos papéis de homens e mulheres nas famílias e na sociedade em geral. São processos complexos, envoltos em contradições, que precisarão ser observados e analisados nas próximas décadas.

O movimento em torno de uma modernização conservadora, ou “modernização antimoderna”, como denomina Brenda Carranza (2011), que ocorre em várias frentes, não só no mencionado processo de resgate de masculinidades, é uma estratégia que permite a diversos segmentos cristãos conservadores (incluindo a própria instituição Igreja) enfrentar os questionamentos e a disseminação crescente de ideias e valores feministas e progressistas em relação a gênero/sexualidade nos últimos anos, mantendo sua influência sobre novas gerações de homens e mulheres. Embora com algumas reações e resistências, no catolicismo, a própria cúpula da Igreja Católica caminha nessa direção. Diante dos desafios e enfrentamentos a seus discursos, sobretudo a partir das conferências da ONU no final do século passado, o Vaticano tem atualizado

sua narrativa sobre o lugar da mulher na família e na cultura. Nesse processo, Jorge Mario Bergoglio, o Papa Francisco, tem assumido importante protagonismo, defendendo, por exemplo, maior presença de mulheres em cargos na Santa Sé e também mais abertura e tolerância da Igreja com pessoas LGBTQIA+.

É preciso ressaltar, contudo, que Francisco mantém o paradigma “antigênero” da Igreja Católica, construído por seus antecessores João Paulo II e Bento XVI. A “ideologia de gênero” seria, para Bergoglio, um risco às famílias e à humanidade, tanto quanto a guerra e a fome. Em alguns discursos, Francisco compara o desmonte neoliberal dos laços e redes sociais a um suposto desmonte promovido pelas teorias de gênero. Na publicação *San Giovanni Paolo Magno*, de 2020, que transcreve entrevistas realizadas com o atual papa entre junho de 2019 e janeiro de 2020, Bergoglio critica o que chama de “teoria de gênero”, definindo-a como uma “perigosa raiz cultural”. O papa reforça, na entrevista, que não deseja, com sua fala, discriminar sujeitos de orientação homossexual, mas alertar para essa “ideologia” que, em sua visão, atentaria contra “a base da humanidade em todos os âmbitos e em todos os programas educativos possíveis”, convertendo-se em uma “imposição cultural que, em vez de nascer de baixo, é imposta do alto por alguns Estados como único caminho cultural possível a se adequar”. Nota-se como há uma preocupação grande por parte destes agentes com processos educacionais, o que aponta para a relevância desta pesquisa.

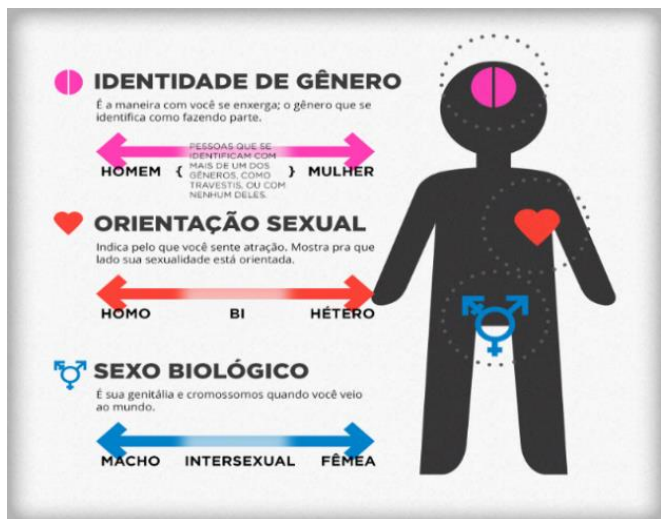
Do lado oposto ao pensamento transcendental adotado pelos agentes conservadores no discurso sobre identidades, temos, agindo de certa forma a partir da lógica da imanência, aqueles e aquelas que entendem sexo e gênero como produtos da experiência concreta de sujeitos diversos em uma determinada cultura, a partir de seus corpos e de certas expectativas de gênero, e não anteriores à (ou mesmo à revelia de) sua existência material e suas trocas com outros corpos e outros sujeitos (como na visão da transcendência). Aqui o gênero seria, portanto, experiencial e relacional – imanente no sentido de seu caráter não metafísico. Nessa perspectiva, as categorias “homem” e “mulher” seriam “categorias políticas e não dados naturais” (Wittig 2019, p. 87). Assim, enquanto a visão transcendental posiciona o gênero integralmente no campo da estrutura (seja essa estrutura Deus e seu projeto divino, ou a ciência biológica), a visão imanente (adotada por setores progressistas) reconhece certa agência dos sujeitos na construção e na subversão de normas de gênero e de identidades de gênero nas sociedades humanas.

A Antropologia, desde muito cedo, iria questionar a noção transcendental de identidades essencialmente masculinas ou femininas e sua suposta universalidade. Margareth Mead já nos mostrava, em 1935, que “Sexo e Temperamento” não são elementos que se definem mutuamente e nem se apresentam de forma semelhante em todos os grupos humanos. Portanto, o comportamento de gênero não seria “natural” ou naturalmente definido pelo sexo biológico, mas sim aprendido, moldado conforme os padrões de socialização. Na segunda metade do século XX, os trabalhos inaugurais de Gayle Rubin, em *O tráfico de mulheres* (1975), e de Marilyn Strathern, em *O gênero da dívida* (1988), também marcam grandes avanços no debate de gênero dentro do campo da Antropologia. Em texto de 1998 sobre a trajetória do conceito de gênero na Antropologia, Rita Segato define gênero como “uma experiência fundante que organiza o mundo, inclusive o universo biológico” (p. 3). Logo, o biológico e os significados atribuídos a ele também seriam construídos culturalmente – proposição trabalhada intensamente por Judith Butler (2012), que atribui um caráter performativo ao gênero. Se, para os setores que defendem a transcendência, as identidades têm natureza “inata” e anterior aos processos sociais, para a teoria de gênero e os feminismos, as identidades (inclusive as de gênero) são construídas “através de muitos processos, de cuidados físicos, de exercícios, roupas, aromas, adornos”, de maneira que

inscrevemos nos corpos marcas de identidades e, conseqüentemente, de diferenciação. Treinamos nossos sentidos para perceber e decodificar essas marcas e aprendemos a classificar os sujeitos pelas formas como eles se apresentam corporalmente, pelos comportamentos e gestos que empregam e pelas várias formas com que se expressam (Louro, 2018, p. 17).

Uma parte dos feminismos e do movimento LGBTQIA+, orientados por uma estratégia política legítima e com o intuito de facilitar a compreensão da população sobre a diversidade das identidades de gênero e sobre o caráter não escolhido ou opcional das orientações sexuais, recorre, às vezes, à noção de que todos teríamos uma identidade de gênero “verdadeira”, que nem sempre coincide com o “sexo biológico” (representado nesta narrativa pelos aspectos genitais, gonodais e de gametas). Diversos materiais gráficos produzidos por movimentos sociais, ONGs e pesquisadores de gênero fazem uma separação entre sexo (representado como dado “natural”, biológico e focado na genitália), orientação sexual (estabelecida de forma a relacionar-se apenas com sentimentos, desejos e emoções) e identidade de gênero (definida abstratamente, sem relação com a manifestação corporal dos sujeitos), como podemos observar na figura 2.

**Figura 2 - Onde “fica” o gênero?**



Fonte: <http://petpedagogia.ufba.br/importancia-das-discussoes-de-genero-e-sexualidade-no-ambiente-escolar>.

Acesso em: 22 jun. 2021.

Utilizando mapas anatômicos, esses materiais pedagógicos elaborados por agentes progressistas para informar o debate de gênero, posicionam o sexo como estando na genitália, a orientação do desejo (sexual) como estando (metaforicamente) no coração e a “identidade de gênero” como algo que estaria exclusivamente no cérebro. Essa divisão acaba remetendo a uma ontologia da transcendência e à ideia de identidades centradas, uma vez que seus argumentos levam, conseqüentemente, à conclusão de que a identidade do indivíduo se localiza apenas na mente (em oposição ao corpo, exatamente como no paradigma cartesiano) e de que existiria uma essência verdadeira de gênero que deveria ser buscada no âmago de cada um (em uma dimensão abstrata). Portanto, arrisco afirmar aqui que parte dos ativismos de gênero também aderiram, ao longo de sua história, a narrativas sobre identidades transcendentais, estáveis, coerentes e fixas – portanto, centradas – ainda que por motivos políticos completamente compreensíveis e relevantes. O “essencialismo estratégico” nomeado por Gayatri Spivak, assim como o “humanismo tático” proposto por Alpa Shah (2020), tem seu mérito como posturas políticas adotadas de forma consciente e crítica, com o objetivo de encurtar caminhos na luta por direitos humanos e proteção social para minorias que sofrem processos estruturais de opressão.

Acredito, no entanto, que as possibilidades colocadas pelas teorias de gênero e pela militância feminista e *queer*, são sempre, em geral, mais descentralizadoras do que centralizadoras

das identidades, pois oferecem mais potência de vida e de transformação social do que aquelas defendidas pelo conservadorismo moral, permitindo a cada um a subversão de identidades opressivas, impostas para nós por agentes externos (Medicina, Direito, Estado, Religião etc.) e com as quais não nos sentimos plenos e felizes (a felicidade é, para mim, uma preocupação eminentemente antropológica e que deve permear os estudos de gênero). A possibilidade de descentrar nossa própria identidade – fornecida pelas teorias de gênero, pelos feminismos e pelo movimento LGBTQIA+ – cultiva pulsão de vida, pois permite a elaboração de um projeto de si, um viver de acordo com aquilo que se sabe ser, que se sente ser e que se deseja ser. Isso não é, contudo, o mesmo que dizer que as pessoas simplesmente escolhem suas identidades de gênero, como acusam os detratores da perspectiva progressista de gênero. As identidades de gênero não são intrínsecas e estáticas, mas também não são livremente elegidas. O tema é muito mais complexo, como nos mostra Judith Butler em *Problemas de Gênero* (2012). Na famosa obra que tem como subtítulo “Feminismo e subversão da identidade”, a filósofa estadunidense sustenta que “ser mulher” não é nem mero “fato natural” e nem apenas uma “performance cultural”, sendo, na verdade, “a ‘naturalidade’ constituída mediante atos performativos discursivamente compelidos, que produzem o corpo no interior de categorias de sexo e por meio delas” (Butler, 2012, p. 9). Assim, a perspectiva feminista desontologiza gênero e identidade. Para Antônio Crístian Saraiva Paiva (2009, p. 19), gênero e sexualidade devem ser pensados como artefatos culturais, sendo necessário “romper com quaisquer reduções biologizantes, anatômicas, ontologizantes”. O gênero é sempre provisório, histórico, contextual.

Como já apontado, o descentramento radical das identidades sexuais e de gênero promovido pelos feminismos, pelos sujeitos *queer* e pelas teorias de gênero nas últimas décadas e seu impacto substancial nas sociedades ocidentais (definido, muitas vezes, como verdadeira “revolução cultural”) não foram recebidos sem conflitos. Setores religiosos conservadores têm se organizado e ocupado sistematicamente o debate de gênero nos últimos anos. Refletindo a partir dos catolicismos, Brenda Carranza (2011) aponta para um recrudescimento da ala ultraconservadora nas últimas décadas, em detrimento de movimentos eclesiais mais progressistas. Esse campo seria animado pelo que chama de uma “utopia conservadora”, que atrai, mobiliza e politiza, sobretudo as juventudes, em torno de uma “neocristandade como ideologia” (p. 254) – perspectiva que, conforme a autora, se fortalece a partir do papado de João Paulo II e sua “modernização antimoderna”. Entre as possíveis razões para a adesão de tantos jovens católicos a

essa guinada conservadora no final do século XX e início do século XXI, Carranza (2011, p. 267) cita o

impacto positivo que o discurso doutrinal e disciplinar do catolicismo intransigente possa vir a ter num mundo marcado pela insegurança que o pluralismo de escolhas provoca no indivíduo moderno. Ou seja, a rigidez moral proposta por Roma encontra eco em pessoas e grupos que procuram um mundo ordenado, com imperativos éticos e morais que lhes proporcionem o conforto e não estar refletindo a todo momento sobre o que deve ou não ser feito ou as decisões a serem tomadas ; a disciplina e normatividade substituem sua capacidade de risco e reflexividade.

As teorias de gênero, e também as formulações no campo de educação feitas a partir do pensamento feminista, tiveram grande impacto desestabilizador sobre a linguagem e sobre as relações de gênero. Como breve exemplo do poder disruptivo dessas reflexões, basta citar a polêmica em torno da despatriarcalização da linguagem (e, mais recentemente, sobre a linguagem neutra), pauta recebida com enorme resistência, inclusive por setores mais progressistas. No próximo tópico, discuto em mais detalhes as relações entre gênero e educação.

### **1.5 Educação como dispositivo social de centramento e genderamento identitário**

O sistema escolar tem um papel essencial na consolidação de determinados discursos como regimes de verdade sobre gênero, assim como na constituição de sujeitos enquanto femininos ou masculinos a partir da matriz binária cisheteronormativa. Foucault (2011, p. 44) sustenta que “todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo”, definindo os sistemas educacionais como uma “ritualização da palavra” e uma “qualificação e uma fixação dos papéis para os sujeitos que falam”. A educação, assim como a ciência, é um campo de disputa onde se definem quais discursos são legítimos, quem fala, como fala e quando fala. “Currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos, processo de avaliação são, seguramente, loci das diferenças de gênero, sexualidade, etnia, classe – são constituídos por essas distinções e, ao mesmo tempo, seus produtores” (Louro, 2020, p. 68).

Segmentos conservadores parecem estar plenamente cientes do importante papel social, e mesmo existencial, desempenhado pela educação, mais especificamente pela escolarização. A escola é o local onde construímos nosso sentido de *self* e nossas percepções sobre o outro.

Justamente por isso, tais grupos têm investido pesadamente em críticas aos conteúdos curriculares focados em igualdade de gênero, lançando sobre professores, escolas e governantes acusações de “doutrinação ideológica”, como no caso do movimento conservador Escola Sem Partido. No fundo, esses setores sabem que não há neutralidade possível na educação, já que nenhum discurso é neutro, mas utilizam estrategicamente a ideia de neutralidade para construir a narrativa de que todos os discursos progressistas seriam falsos/ideológicos/doutrinários e, por isso, perigosos, ao passo que discursos de viés conservador sobre gênero, raça e classe seriam discursos padrão, verdadeiros, “neutros” e cívicos. Há, nesse processo, uma redução do que é considerado política e cidadania “legítimas” aos valores da direita cristã, criminalizando todo o resto.

O currículo de cada disciplina opera a partir de um *corpus* de enunciados considerados verdadeiros (ou sempre verdadeiros), que vão desde axiomas matemáticos até eventos históricos. Isso não é diferente com o gênero. Materiais pedagógicos, sobretudo para os aprendizes mais pequenos (ainda em processo de assujeitamento como “meninos” e “meninas; futuros “homens e “mulheres”) podem ser portais para a emancipação de gênero, como muitas produções editoriais progressistas têm sido. Contudo, os materiais que compõem o *corpus* desta pesquisa caminham na direção contrária, atuando na defesa e conservação das diferenças e desigualdades sexuais/de gênero fabricadas pelo que Maria Lugones (2019) chamaria de “colonialismo de gênero”. Os atores envolvidos nos textos que analiso, como já mencionado, parecem ter consciência da importância da educação e da linguagem no processo de disciplinamento de gênero, e, por isso, investem ativamente em uma educação de gênero (neo)conservadora.

Embora haja resistências e movimentos críticos diversos, tanto por professores quanto por alunos, o espaço escolar formal é ainda um ambiente conformado a partir de uma visão tradicional-conservadora sobre gênero. Como descreve Alexandre Martins Joca (2009, p. 44):

Em nossa sociedade, a família apresenta-se como o espaço primário de socialização de saberes sobre sexualidade, seguida da família e da igreja, e, em uma dimensão mais ideológica, do Estado. Percebemos então que esses espaços/instâncias comungam com a reprodução de saberes da sexualidade baseados no sistema binário do sexo e do gênero, reafirmando cotidianamente a hegemonia heterossexualidade e da masculinidade, tanto em suas ações educativas, quanto em suas atitudes cotidianas.

Mas, afinal, seria a educação apenas aquilo que ocorre dentro dos muros da escola? Por que chamo de educação de gênero aquilo que fazem segmentos religiosos? Para responder a essas perguntas, recupero aqui a definição de educação trazida por um dos pais das ciências sociais modernas e importante fonte para as teorias da religião até o presente, o francês Émile Durkheim:

A educação é a ação exercida, junto às crianças, pelos pais e mestres. É permanente, de todos os instantes, geral. Não há período na vida social, não há mesmo, por assim dizer, momento no dia em que as novas gerações não estejam em contato com seus maiores, e, em que, por conseguinte, não recebam deles influência educativa. De fato, essa influência não se faz sentir somente nos curtos momentos em que pais e mestres comunicam conscientemente, por via do ensino propriamente dito, o resultados de sua experiência aos que vêm depois deles. Há uma educação não intencional que jamais cessa. Pelo nosso exemplo, pelas palavras que pronunciamos, pelos atos que praticamos – influímos de maneira contínua sobre a alma de nossos filhos (Durkheim, 1967, p. 57).

Essa noção de que a educação ocorre em todos os momentos, não apenas na formalidade do espaço e do tempo escolar, é que me ampara nesta pesquisa e me permite afirmar que haveria, por parte dos segmentos religiosos conservadores aqui estudados, um projeto de educação de gênero. Os processos não formais de educação, assim como a educação escolar, podem contar com características como sistematicidade, planejamento e objetivos pré-definidos. Esse parece ser o caso do tipo de educação promovida por segmentos religiosos através de seus materiais pedagógicos para o público infantil.

Para pensar a educação conservadora de gênero promovida por esses setores cristãos através dos materiais que analiso, é imprescindível considerar as formulações teóricas sobre gênero e educação desenvolvidas pela educadora feminista Guacira Lopes Louro a partir das categorias “pedagogias de gênero” e “pedagogias da sexualidade”, que a autora define como práticas e linguagens que constituem sujeitos femininos e masculinos. Louro (2021, p. 30) afirma que

homens e mulheres adultos contam como determinados comportamentos ou modos de ser parecem ter sido “gravados” em suas histórias pessoais. Para que se efetivem essas marcas, um investimento significativo é posto em ação: família, escola, mídia, igreja, lei participam dessa produção. Todas essas instâncias realizam uma pedagogia, fazem um investimento que, frequentemente, aparece de forma articulada, reiterando identidades e práticas hegemônicas enquanto subordina, nega ou recusa outras identidades e práticas; outras vezes, contudo, essas instâncias disponibilizam representações divergentes, alternativas, contraditórias.

Defendendo um olhar pós-estruturalista sobre gênero, sexualidade e educação, a autora aponta ainda que as pedagogias de gênero e sexualidade não são apenas impostas por estruturas externas, mas passam a ser também autoimplicadas: “Se múltiplas instâncias sociais, entre elas a escola, exercitam uma pedagogia da sexualidade e do gênero e colocam em ação várias tecnologias de governo, esses processos prosseguem e se complementam através de tecnologias de autodisciplinamento e autogoverno que os sujeitos exercem sobre si mesmos” (p. 31). Para Louro (2020, p. 123), seria necessário vislumbrar e trabalhar por uma “prática educativa não sexista”, que permita superar o machismo, o racismo, o elitismo e o etnocentrismo na educação formal e em toda a sociedade, desnaturalizando certas “distinções” que são atribuídas a supostas diferenças naturais. Ou seja, retomando o patrono da educação brasileira, Paulo Freire (2021), seria preciso pensar a educação como “prática de liberdade”, como ação emancipatória dos oprimidos.

Currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos, processos de avaliação são, seguramente, loci das diferenças de gênero, sexualidade, etnia, classe, são constituídos por essas distinções e, ao mesmo tempo, seus produtores. Todas essas dimensões precisam, pois, ser colocadas em questão. É indispensável questionar não apenas o que ensinamos, mas o modo como ensinamos e que sentidos nossos/as alunos/as dão ao que aprendem (Louro, 2020, p. 68).

Dialogando com Paulo Freire, a autora feminista bell hooks (2021), que também tem escritos sobre o tema da educação, propõe uma pedagogia engajada e feminista, que transforme a consciência e promova uma mudança de valores, com o reconhecimento da diversidade cultural e da “multiculturalidade do mundo” (p. 34). Uma transformação radical da educação seria necessária, pois, para hooks (2021, p. 45), “as parcialidades que sustentam e mantêm a supremacia branca, o imperialismo, o sexismo e o racismo distorceram a educação a tal ponto que ela deixou de ser uma prática de liberdade”.

Para encerrar este tópico, é primordial lembrar que nem adultos e nem crianças são agentes passivos no processo educacional. Crianças são sujeitos dotados de autonomia e também negociam com aquilo que é oferecido a elas, subvertendo normas, expectativas, significados, crenças e valores que circulam socialmente, inclusive no campo do gênero.

## **1.6 Futuros para além da(s) identidade(s)?**

Concluo, enfim, este capítulo sobre identidades, lançando uma pergunta: seríamos todos “homens-fronteira” e mulheres-fronteira, como afirma Michel Agier (2015), construindo identidades limítrofes, provisórias, contraditórias e clivadas, em uma paisagem social e cultural que se tornou também, predominantemente, híbrida e fronteiriça? Essa parece ser uma tese bastante potente, uma vez que, como afirma Patrícia Hill Collins, posicionados na borda, conseguimos enxergar melhor. O sujeito fronteiriço, ou *outsider*, tem a habilidade de “ver padrões dificilmente percebidos por aqueles imersos nas situações” (Collins, 2016, p. 100), e é justamente por isso que a Antropologia sempre cultivou o hábito de olhar desde as margens.

Talvez, como apontam alguns teóricos, estaríamos caminhando para a própria superação da noção de identidade. Seria o horizonte pós-identitário? Há controvérsias, uma vez que a política e a vida social sempre se fizeram a partir de categorizações e nomeações. Além disso, as identidades subalternas ainda precisam ser nomeadas na luta por direitos e igualdade. Certo “essencialismo estratégico”, como mencionado antes, ainda está na ordem do dia. Contudo, isso não nos impede de vislumbrar futuros possíveis onde o gênero e as identidades de gênero não sejam mais tão centrais nos processos de subjetivação, individuais e coletivos.

Neste cenário de fronteiras apagadas e de descentramento das identidades, o gênero parece ser, enfim, a última divisa a ser cruzada e borrada. Como afirma Judith Butler (2024), o medo em torno das perspectivas mais progressistas sobre gênero se justifica por um medo de destruição do próprio sentido de identidade, de que avançar nesse debate poderia provocar nos indivíduos a destruição de “seu senso de identidade corporificada no mundo” (p. 51). Mas a arquitetura arcaica do edifício das definições e relações tradicionais de gênero já mostra rachaduras, que dificilmente poderão ser reparadas. Os setores conservadores que tentam, por todas as vias (principalmente pela educação), preservar os limites dessa última fronteira e restaurar as rupturas na fundação dos tradicionais privilégios e hierarquias sociais, sentem que essa construção não se manterá de pé por muito tempo, e, por isso, agem de maneira tão defensiva e hiperbólica. Nesse sentido, acompanho Judith Butler quando afirma com serenidade analítica, em entrevista após sua visita ao Brasil e os ataques sofridos em 2017, que estamos em um “ponto de não retorno” em relação aos avanços no campo da igualdade de gênero. Ao que tudo indica, aqueles que almejam (re)centrar as identidades (inclusive as de gênero) no século XXI enfrentarão grandes desafios, embora aparentem estar plenamente dispostos a esse trabalho, como discutirei nos capítulos que seguem.

## **2 RETÓRICAS CONSERVADORAS NO NOVO MILÊNIO: A AGENDA DAS NOVAS DIREITAS CRISTÃS**

A passagem do século XX para o século XXI, que implicava também a entrada em um novo milênio, foi experienciada em todo o planeta com entusiasmo, embora com algum temor e cautela por parte de especialistas em ciências de dados. Uma vez que os relógios marcaram 00h01 do dia 1 de janeiro de 2000 e nada catastrófico aconteceu, o medo do *bug do milênio* e a ansiedade em torno do possível fim do mundo se dissiparam, prevalecendo apenas o estado de ânimo e esperança que um novo século e um novo milênio certamente inauguram. A crença geral no Ocidente era de que a tecnologia da informação e a internet iriam evoluir até o ponto de resolver questões como a fome, a pobreza e a tirania; os países se tornariam mais democráticos e menos racistas; os direitos individuais e sociais de mulheres, pessoas LGBTQIA+ e populações originárias se expandiriam cada vez mais; a ciência seria capaz de erradicar todas as doenças e, quem sabe, driblar até mesmo a finitude da vida; e a violência e a guerra ficariam no passado, como uma lembrança traumática bastante distante de nós, os cidadãos tolerantes e democratas dos anos 2000. Infelizmente, não poderíamos estar mais errados em nossas esperançosas previsões.

Nesses vinte e quatro anos de século, o saldo de guerras é bem maior do que gostaríamos (Afeganistão, Iraque, Ucrânia e Gaza são alguns dos territórios devastados por incursões militares); enfrentamos uma pandemia que levou a vida de milhões (700 mil delas apenas no Brasil) e ainda com amplos setores da sociedade colocando em descrédito a ciência que poderia nos salvar; a internet e a gestão da vida por algoritmos escusos de grandes empresas privadas de tecnologia mostraram sua face mais sombria, contribuindo para a radicalização política e desinformação dos usuários; discursos de ódio contra minorias e retrocessos em políticas de imigração emergiram; políticas econômicas ultraliberares avançaram sobre a rede de proteção social construída no século anterior; e os direitos humanos, longe de se tornarem consenso global, passaram a ser questionados por figuras autoritárias que chegaram ao poder em inúmeros países, incluindo o nosso. O (re)surgimento de discursos profascistas e neonazistas em várias partes do globo (alicerçados em um pensamento altamente racista, misógino, eugenista, capacitista e beligerante) assusta e preocupa, ao passo que o antigo modelo liberal de resolução de conflitos e

de formação de consensos parece não oferecer mais condições para lidar com a disseminação e consolidação de diversas formas de *hate speech*, envoltos em pressupostos falsos, pânticos morais e teorias conspiratórias. Nas palavras do politólogo e pesquisador de gênero Luis Felipe Miguel (2020, p. 3) sobre o recente e global avanço de ideias de extrema-direita:

A violência é abertamente exaltada como forma de resolução das desavenças, a igualdade e a autonomia individual são depreciadas em nome da nostalgia por uma ordem social hierárquica rígida. O apelo ao 'mérito' justifica a condenação e muitos à privação e à opressão. Racismo, xenofobia, homofobia e misoginia deixam ser ser sobrevivências envergonhadas para recuperar uma ostensiva centralidade na fala de muitos líderes políticos. Nos discursos da direita extremada, inverte-se o consenso – talvez apenas nominal, mas nem por isso irrelevante – de que as desigualdades precisariam ser enfrentadas e as diferenças, respeitadas.

No campo do gênero, o crescimento da representação conservadora no Legislativo, Judiciário, Executivo e ainda na grande mídia (importante formadora de opinião) tem começado a produzir retrocessos em direitos que se acreditava consolidados. Em 2022, por exemplo, tendo atingido uma maioria conservadora decorrente de indicações do republicano Donald Trump, a Suprema Corte norte-americana revogou o entendimento fixado há décadas, em 1973, no famoso caso *Roe versus Wade*, que garantia a legalidade do aborto em todo o território nacional. Com a decisão, estados mais conservadores podem aprovar (e têm de fato feito) legislações locais proibindo totalmente a prática, mesmo em casos de estupro ou de risco de vida para a mulher. Há, ainda, indicativos de que a corte suprema estadunidense poderá revogar em breve também o entendimento que garantiu o direito ao casamento homoafetivo e a permissão para a adoção de ações afirmativas (como cotas raciais) por instituições de ensino superior no país.

Em terras brasileiras, iniciativas legislativas como o Estatuto do Nascituro, proposta que nasce ainda em 2007 e está atualmente representada pelo PL434/2021, são defendidas por parlamentares e setores conservadores, ameaçando o direito ao aborto mesmo nos casos garantidos desde o código penal de 1940 (estupro e risco de vida da gestante). O recente caso de uma criança de 11 anos que estava grávida como consequência de um estupro e teve enormes dificuldades para acessar o direito ao aborto legal demonstra a conjuntura absolutamente adversa para os direitos de meninas e mulheres que vive hoje o país. A vítima enfrentou obstáculos no Judiciário, no sistema público de saúde, entre a opinião pública e até mesmo por parte do Executivo federal. O ministério

chefiado à época pela pastora Damares Alves<sup>12</sup> trabalhou ativamente para impedir que o procedimento de interrupção da gestação fosse feito. Outro exemplo do momento de retrocessos que vivemos no Brasil no campo do gênero é o aumento no número de feminicídios, em parte como consequência da flexibilização do porte de armas promovida por Jair Bolsonaro ao longo de seu mandato como presidente.

A escalada de parte dos movimentos de extrema-direita, da retórica do ódio para ações de violência concreta, aponta para um horizonte ainda mais sombrio, como observamos nos ataques de 8 de janeiro de 2023 aos prédios-sede dos três poderes em Brasília. Atos ainda mais violentos, com vítimas fatais, também têm ocorrido em todo o planeta como consequência da radicalização de extrema-direita. atentados com armas de fogo em escolas e em outros espaços públicos, geralmente perpetrados por homens brancos de perfil ultraconservador, deixaram de ser um distante relato vindo da América do Norte e passaram a ocorrer também no Brasil. Entre 2018 e 2022, foram registrados no Brasil onze atentados em escolas. O terrorismo branco de extrema-direita se torna, no século XXI, uma ameaça tão grande quanto o chamado terrorismo islâmico. Quando olhamos para o perfil de tais atos de violência política, encontramos o gênero como importante categoria. Ideias misóginas, assim como de supremacia racial, povoam o ecossistema da extrema-direita, sobretudo em espaços online que promovem a radicalização de jovens rapazes. Entre os atiradores envolvidos em atentados, é frequente a vinculação com identidades extremistas masculinistas,<sup>13</sup> como a de “incel”<sup>14</sup> (“celibatário involuntário”). Com fóruns específicos e até um vocabulário próprio, incels se organizam a partir da ideia de que o avanço nos direitos das mulheres nas últimas décadas seria supostamente responsável pela falta de acesso a sexo que eles experimentam. Acreditando ser o sexo e a submissão das mulheres a eles um suposto direito

---

<sup>12</sup> Notícia disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/09/ministra-damares-alves-agiu-para-impedir-aborto-de-crianca-de-10-anos.shtml>. Acesso em: dez. 2023.

<sup>13</sup> Sobre supremacismo masculinista e terrorismo misógeno conferir: [Male Supremacist Terrorism as a Rising Threat – Institute for Research on Male Supremacism](#). Acesso em: nov. 2022.

<sup>14</sup> Incels, ou celibatários involuntários, são homens organizados em fóruns de discussão ou chats online, geralmente em ciberespaços menos propensos à moderação/regulação, onde são tratados temas como solidão masculina, insegurança ou frustração por não conseguirem se relacionar com mulheres e obter sexo. O tom nesses fóruns frequentemente atribui culpabilidade às mulheres, adotando visão misógina. Possuem um vocabulário próprio e se articulam com uma rede maior de radicalização, que conta com fóruns que disseminam ideias neonazistas ou que incentivam ataques a escolas (BBC News Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-58300599>. Acesso em: jan. 2024).

adquirido dos homens, incels alimentam narrativas misóginas, defendendo o estupro corretivo, o casamento forçado e até mesmo a proibição do voto para mulheres.

## **2.1 Novos velhos ciclos? Virada conservadora no século XXI**

Conforme aponta o pesquisador Odilon Caldeira Neto, em entrevista ao Instituto Humanitas Unisinos publicada<sup>15</sup> em 12 de janeiro de 2023, movimentos de extrema-direita, como o bolsonarismo, enxergam “a política como um campo de purificação e de regeneração de uma sociedade que eles consideram em decadência”, agindo de maneira reativa aos avanços nos direitos de minorias e trabalhando por uma moralização da política.

A extrema-direita global tem se beneficiado bastante da ciência de dados e do modelo de negócios das plataformas e redes digitais (que privilegiam conteúdos sensacionalistas em nome do engajamento) para moldar novos consensos políticos, questionar valores progressistas e impactar resultados eleitorais em diversos países. O caso Brexit (saída do Reino Unido da União Europeia) se tornou paradigmático para estudiosos do tema. A empresa Cambridge Analytica (hoje extinta, após série de acusações e polêmicas) teria sido contratada para coletar e utilizar dados dos cidadãos britânicos, fornecendo a eles conteúdo personalizado em suas redes sociais que os levasse a votar “sim” no referendo sobre a saída da UE.

Uma figura pública de ultradireita em específico ganhou enorme protagonismo como um dos responsáveis pela nova estratégia de manipulação de consensos e de comportamentos políticos através das plataformas online: Steve Bannon. Tem sido atribuída à Bannon e à mediação por redes sociais o crescimento do movimento “antissistêmico” de direita “5 estrelas” na Itália e a posterior eleição do conservador Salvini (Empoli, 2019). Steve Bannon teria sido também o homem por trás da estratégia de marketing digital que levou à inesperada eleição do magnata caricato Donald Trump à presidência dos Estados Unidos da América, em 2016. Aqui na América do Sul, em 2018, o ex-deputado de extrema-direita Jair Bolsonaro também foi eleito presidente com uma campanha predominantemente digital. Em seu artigo “Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil”, a antropóloga Letícia Cesarino (2019) discute como a “paisagem

---

<sup>15</sup> Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/625477-brasil-e-um-laboratorio-da-extrema-direita-global-entrevista-com-odilon-caldeira-neto>. Acesso em: out. 2022.

digital bolsonarista” é fractalizada e possui uma gramática própria, com “insistente recorrência de certos padrões discursivos e estéticos” (p. 95). Cesarino (2019, p. 94) cita cinco funções metalinguísticas que considera predominantes nos conteúdos circulados digitalmente pelas “novas direitas” brasileiras:

i. fronteira antagonística amigo-inimigo; ii. equivalência líder-povo; iii. mobilização permanente através de ameaça e crise; iv. espelhamento do inimigo e inversão de acusações; e v. produção de um canal midiático exclusivo.

A extrema-direita global, incluindo a brasileira, parece tentar construir uma ciberhegemonia a partir de uma estratégia profissionalizada (e potencialmente financiada) de guerra cultural permanente nas redes digitais, com a produção e circulação massiva e incessante de conteúdos com linguagem hiperbólica e paranóide, que defendem valores ultraconservadores no campo da cultura e ultraliberais no campo econômico, e que atacam ideias e pessoas associadas ao campo das esquerdas, incluindo os feminismos e os ativismos LGBTQIA+. Parte de tal guerra cultural consiste no desmonte de certos consensos da democracia representativa liberal e do multiculturalismo. Sobre os novos populismos de direita, Arjun Appadurai (2017, p. 3) afirma que são permeados pelo anti-intelectualismo, pela rejeição do dissenso, pela defesa do neoliberalismo econômico, pelo chauvinismo e pelo majoritarismo étnico-cultural.

Houve uma tendência mundial em estados eficazes e em muitos movimentos populistas aspirantes de realizar a soberania nacional voltando-se para o majoritarismo cultural, o etnonacionalismo e a repressão da dissidência intelectual e cultural interna (tradução nossa).

A crise da modernidade é um elemento a ser considerado também nos discursos da ultradireita aqui e em todo o planeta. Se, como defende Giddens (1991), a modernidade seria caracterizada pela confiança nos sistemas peritos, vemos atualmente a produção de uma crise de confiança nesses sistemas pelo campo discursivo da extrema-direita, que investe pesadamente para descredibilizar a ciência, o sistema judiciário e a imprensa tradicional. Eva Illouz (2017) aponta como o discurso radicalizado da direita populista global em ascensão nega os pressupostos do liberalismo clássico, tais como o pluralismo étnico e religioso, o multilateralismo, a tolerância com a diversidade cultural e o princípio de laicidade do Estado. Embora a rejeição ao consenso democrático liberal, o anticientificismo e o antiglobalismo sejam indicadores de uma posição antimoderna no discurso de extrema-direita (isso está bastante presente, por exemplo, nos escritos

de Olavo de Carvalho); por outro lado, esses agentes atuam na defesa e na conservação do sistema mundo moderno, calcado no colonialismo, no racismo e no dimorfismo de gênero (Quijano, 2005; Lugones, 2014) e que é questionado não por tradicionalistas conservadores, mas sim por seus opositores (feministas, movimento negro, movimento LGBTQIA+, povos originários etc.).

Defendendo um nacionalismo cristão como alternativa ao secularismo de democracias plurais, as novas direitas cristãs, incluindo a direita de alinhamento bolsonarista, buscam construir significados e identidades a partir da polarização, em uma narrativa de batalha espiritual do bem contra o mal, onde seria necessária a completa negação de signos e categorias de pensamento atribuídos às esquerdas (que ocupa aqui o papel de inimigo maior, de alteridade absoluta), substituindo-os por outros. A linguagem é, portanto, ferramenta primordial no ecossistema da extrema-direita. Cito como exemplos as categorias de a) *indivíduo livre/empreendedor*, que aparece no lugar de e em oposição à categoria sociedade; b) *povo*, que frequentemente aparece em oposição a minorias, em uma formulação de democracia como ditadura do povo, ou das majorias; c) *cultura ocidental cristã conservadora*, em oposição a “marxismo cultural” ou “doutrinação cultural de esquerda”; d) *família tradicional*, em oposição à “ideologia de gênero”; e e) *verdade* (nossa), em oposição à “ideologia” (deles, das esquerdas e das feministas). Ressalto que o recorte feito para esta pesquisa, voltada aos cristianismos pentecostalizados (católico e evangélico), se justifica justamente pelo papel essencial que esse segmento cristão tem desempenhado na ascensão de (neo)conservadorismos de direita no Brasil, atualmente.

## 2.2 Teologia do Domínio: uma introdução

Em grande ato de rua convocado pelo bolsonarismo e financiado pela liderança evangélica Silas Malafaia, realizado em 25 de fevereiro de 2024, em São Paulo, ouvimos da ex-primeira dama Michelle Bolsonaro um discurso<sup>16</sup> que reflete bem os princípios da chamada Teologia do Domínio. Aglutinando pauta política e pauta religiosa, o discurso (e o ato como um todo) interpelou os defensores de Jair Bolsonaro, presentes naquela manifestação contra sua possível prisão decorrente de investigações em curso, como o “exército de Deus”. O lado da extrema-direita bolsonarista, portanto, nas palavras da ex-primeira dama, seria o lado dos seguidores de Deus, dos defensores

---

<sup>16</sup> Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/leia-a-integra-do-discurso-de-michelle-na-avenida-paulista/>. Acesso em: fev. 2024.

do sagrado, o que tornaria o outro lado (as esquerdas e o próprio poder Judiciário) a encarnação do mal, do diabólico. A palavra “Deus” apareceu 21 vezes no breve discurso, enquanto o nome de Jair Bolsonaro não foi citado diretamente sequer uma vez. Em sua fala, que teve um tom mais próximo ao de uma pregação religiosa do que de um ato político, Michelle defendeu abertamente que a religião deve ocupar a política: “Sim, por um bom tempo fomos negligentes ao ponto de dizer que não poderiam misturar política com religião. E o mal tomou e o mal ocupou o espaço. Chegou o momento, agora, da libertação” (fev. 2024). Ou seja, o que está implícito em sua fala é que agora a religião deverá tomar a política.

Para melhor entender o discurso de Michelle Bolsonaro e também o avanço gradativo de setores religiosos conservadores sobre as pautas da educação e das artes nas últimas décadas, no bojo das chamadas novas direitas cristãs, é preciso elucidar o conceito de Teologia do Domínio. Também chamada de Dominionismo, Reconstrucionismo ou Teologia da Batalha Espiritual, a Teologia do Domínio, ao lado da Teologia da Prosperidade, exerce grande influência sobre o pentecostalismo brasileiro atualmente. As principais características do dominionismo são: crítica ao humanismo secular, nacionalismo cristão, supremacia religiosa (imposição legal do cristianismo como religião oficial de Estado ou como mais importante do que as outras), cosmovisão bíblica (aplicada ao Direito, à Ciência, à Educação e a todas as áreas da vida em sociedade), pós-milenismo (noção de que o planeta deve ser conquistado/dominado pelo cristianismo para prepará-lo para o retorno de Jesus Cristo), conceito de “demônios territoriais” (que devem ser derrotados por todos os meios possíveis), sionismo e defesa da teocracia/teonomia (leis bíblicas como fundamento para a legislação civil e instituição de um Estado cristão). Defensores de uma versão mais radical da Teologia do Domínio questionam a própria separação entre Igreja e Estado e propõem a completa substituição das constituições nacionais pelo texto bíblico, com ênfase no Velho Testamento. Para ideólogos do dominionismo, os cristãos seriam “vice-regentes” de Deus na Terra, incumbidos de (e legitimados por) um mandato de conquista do planeta para o cristianismo (Pereira, 2021).

O teólogo Eliseu Pereira, em artigo de abril de 2022 para o portal *Reporter Brasília*, descreve de maneira bastante sucinta e didática o surgimento da Teologia do Domínio no contexto estadunidense:

A ‘Teologia do Domínio’ desenvolveu-se primeiro nos Estados Unidos, e de lá foi importada. O termo “reconstrucionismo”, com sentido semelhante, foi primeiramente sugerido por Rousas John Rushdoony, um pastor presbiteriano que morreu em 2001. Rushdoony pregava a necessidade de construção de uma educação cristã que visasse formar líderes com essa formação em todas as áreas estratégicas da sociedade. [...] Posteriormente, por volta dos anos 70, as ideias de Rushdoony foram assimiladas pelo projeto político de fortalecer o Partido Republicano (PR) dos EUA, que estava em crise após a derrota do seu candidato nas eleições presidenciais de 1964. Como nos EUA o voto não é obrigatório, os republicanos decidiram sair à caça de novos eleitores para o partido. Foi nesse momento que os evangélicos se tornaram o segmento a ser conquistado. A teologia desenvolvida para conquistar esse eleitorado ficou conhecida como ‘teologia do domínio’ e o movimento político como ‘dominionismo’. As principais características da Teologia do Domínio são: nacionalismo (‘neofascismo’), supremacia cristã e ‘teonomia’ (as leis civis devem refletir a lei de Deus). [...] O evento que marca o êxito do dominionismo nos EUA foi a eleição de Ronald Reagan para presidente, em 1980, derrotando Jimmy Carter, que disputava a reeleição. Carter seria o candidato ideal para os cristãos: evangélico, batista e com boa reputação ética, mas foi abandonado porque resistiu aos projetos de poder dos grandes líderes evangélicos. Reagan, por sua vez, um ex-ator hollywoodiano, estava disposto a cumprir a agenda conservadora em troca do apoio religioso. Junto com Margaret Thatcher, premier britânica, marcou a ascensão do neoliberalismo — de alto valor dominionista.<sup>17</sup>

Para a Teologia do Domínio, que tem como alguns de seus mentores intelectuais Rousas J. Rushdoony, Gary North, Ralph Reed, David Chilton e Charles Peter Wagner, existiriam sete esferas, referidas como “sete montes” ou “sete montanhas”, sobre as quais os cristãos deveriam impor ou recuperar seu domínio/poder: família, religião, educação, mídia, lazer, negócios e governo.

Estabelecida a estratégia de guerra, então, é preciso conquistar e reconstruir os Sete Montes. A família seria somente aquela que cabe no conceito tradicional defendido: pai homem, mãe mulher e filhos. A religião somente as igrejas de matriz evangélica. A educação não laica. A mídia, empresas jornalísticas ligadas a esses valores e produzindo esses conteúdos. Lazer, o que incorpore tais ideais religiosos. Negócios feitos por fieis que possam financiar a estratégia. E governo, o que se identifique com tudo isso: criação de partidos, eleição de bancadas e de governantes que ou professem a fé ou aceitem ser ferramenta dela para se atingir tal propósito (Mendes; Lago; Lippelt, 2022).<sup>18</sup>

Sobre a emergência da Teologia do Domínio no Brasil, Maria das Dores Campos Machado, Cecília Loreto Mariz e Brenda Carranza (2022, p. 239) sustentam que:

---

<sup>17</sup> Disponível em: <https://reporterbrasil.com.br/teologia-do-dominio-uma-chave-de-interpretacao-da-relacao-atual-entre-a-igreja-e-politica-brasileira/>. Acesso em: out. 2022.

<sup>18</sup> Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/teologia-do-dominio-entenda-o-que-e-o-papel-de-michelle-na-campanha/>. Acesso em: out. 2022.

Na virada dos séculos XX para o XXI, torna-se visível em várias igrejas no Brasil uma teologia que defende a dominação cristã do “mundo” por meio da expulsão dos demônios. A luta contra o demônio que se integra a uma de prosperidade e de maior poder no espaço político ganha força, não apenas em igrejas pentecostais (Assembleia de Deus, Universal do Reino de Deus), mas também nas chamadas “renovadas” (como a Igreja Batista da Lagoinha). A chamada “teologia do domínio” se destaca entre os grupos cristãos que adotam políticas mais ousadas de representação e intervenção no espaço público.

Eliseu Pereira elucidada, a partir de quatro eixos principais, como a Teologia do Domínio teria sido importada do contexto norte-americano para o cenário brasileiro:

Para demonstrar o nexos causal entre o dominionismo estadunidense e o brasileiro, proponho quatro eixos: teológico/eclesial, ‘proselitista’, midiático e parlamentar. No primeiro eixo, o ‘teológico/eclesial’, estão igrejas como a Batista da Lagoinha, que se tornou uma grande ‘caixa de ressonância’ dos ideais dominionistas no Brasil, e instituições como a Jocum, uma das principais propagadoras da doutrina dos “sete montes” — referindo-se às esferas estratégicas da sociedade a serem conquistadas pelos cristãos: família, religião, educação, mídia, lazer, negócios e governo. No segundo eixo, o ‘proselitista’, destaco os ministérios e eventos voltados para a propagação dos objetivos dominionistas, como o *Capitol Ministries*, do Pr. Ralph Drollinger (o pastor de Trump), *Global Leadership Summit*, de Bill Hybels, *The Send*, de Lou Eagle, bem como diversos seminários e cursos com grande alcance em todo o Brasil. No conjunto, todos eles servem ao objetivo de inculcar na igreja brasileira a missão de conquistar o poder político para ‘reconstruir’ a sociedade sobre valores cristãos. “O Brasil é do Senhor Jesus!” De quebra, garantem que os evangélicos votem em candidatos de suas igrejas. O terceiro eixo, o ‘midiático’, se refere, em si mesmo, uma esfera de poder a ser conquistada — as mídias. O ponto de virada foi a compra da TV Record pela Igreja Universal do Reino de Deus, em 1988. A propósito, Edir Macedo tem-se demonstrado o mais ambicioso líder evangélico, como consta no seu livro *Plano de Poder* (2008), de inspiração explicitamente dominionista. A militância de pastores midiáticos, como Malafaia, R.R. Soares, o casal Hernandez, cada um a seu modo, e tantos outros pastores nas redes sociais, potencializam as ambições políticas das grandes corporações evangélicas. Por fim, o quarto eixo, o ‘parlamentar’, se refere à famosa bancada evangélica, formada desde o governo Sarney, escolada ao longo dos anos, mas agora já bem amadurecida no jogo político, capaz de aliar-se a diferentes governos, transitando facilmente da situação à oposição, como qualquer partido da velha política brasileira.<sup>19</sup>

Para o politólogo Guilherme Casarões (2020, p. 11), a Teologia do Domínio pode ser definida como uma teologia que

---

<sup>19</sup> Disponível em: <https://reporterbrasil.com.br/teologia-do-dominio-uma-chave-de-interpretacao-da-relacao-atual-entre-a-igreja-e-politica-brasileira/>. Acesso em: out. 2022.

pressupõe que Deus e o diabo se encontram em conflito permanente, tanto no plano espiritual quanto no terreno, sobre o controle do mundo. A tarefa do cristão, nesse contexto, seria não somente a obediência aos mandamentos bíblicos, mas também a guerra incansável contra demônios que se manifestam na cultura e nas artes, na educação, na imprensa, nos negócios, na política, na família e na própria religião.

A Teologia do Domínio assenta-se, oficialmente, no campo protestante, sendo uma derivação do neocalvinismo. Todavia, sobretudo no contexto brasileiro, parte de suas ideias parece ter sido incorporada também pelos catolicismos mais conservadores. Esses setores católicos, considerados por alguns pesquisadores das religiões como catolicismos “pentecostalizados”, reverberam o discurso e o projeto dominionista evangélico. Como principal exemplo desse tipo de movimento no catolicismo temos a Renovação Carismática Católica (RCC), representada por comunidades como a Canção Nova, que tem um alcance significativo, possuindo estação de rádio própria, canal de TV próprio e ainda uma editora.

Pensando a partir da discussão feita no primeiro capítulo, poderíamos afirmar que a Teologia do Domínio é uma das múltiplas teses e movimentos conservadores que surgem em resposta ao processo de descentramento de identidades e de mudança de paradigmas antropológicos a partir da segunda metade do século XX. A ideia de reconstrucionismo, como o próprio nome aponta, é reativa, implica a noção de que algo foi destruído e precisa ser reerguido exatamente como era. Esse algo a ser recuperado no projeto dominionista passa pelo gênero de diversas formas: reconstrução de um modelo familiar patriarcal; reconstrução de papéis de gênero supostamente tradicionais para homens e mulheres; reconstrução de valores e de restrições moralistas para a sexualidade; reconstrução da influência da Igreja e dos pressupostos bíblicos cristãos sobre a legislação civil e penal; reconstrução do domínio religioso sobre processos e instituições educacionais, entre outras frentes. Machado, Mariz e Carranza (2022, p. 245) apontam o avanço em “políticas de equidade de gênero e de reconhecimento da diversidade sexual” durante o governo petista de Dilma Rousseff, movimento ao qual se opõem comunidades evangélicas conservadoras, como sendo um dos fatores para a disseminação da Teologia do Domínio no país.

No Brasil, agremiações como a Anajure<sup>20</sup> (Associação de Juristas Evangélicos), fundada em 2012, constituem um bom exemplo de dominionismo, nesse caso específico, tentando influenciar e impor uma cosmovisão bíblica cristã-conservadora sobre a hermenêutica jurídica e a

---

<sup>20</sup> Site oficial da organização: <https://anajure.org.br/>.

aplicação do Direito no Brasil, sobretudo em temas como aborto, uniões homoafetivas, liberdade religiosa, direitos de pessoas transsexuais, questões relacionadas a povos originários e tradicionais, pesquisas com células-tronco, reprodução *in vitro*, entre outros tópicos relacionados a bioética, gênero e sexualidade. Juan Marco Vaggione (2020, p. 79) nomeia tal fenômeno como “juridificação reativa” da moral cristã, uma estratégia de mobilização (neo)conservadora que “prioriza o Direito na defesa de uma ordem moral em crise”, traduzindo o conflito moral “por meio das regras técnicas do direito e das estratégias jurídicas”.

**Figura 3 - Evento sobre “ideologia de gênero”, com apoio da União dos Juristas Católicos**



Jair Bolsonaro, cujo governo teve caráter altamente dominionista, afirmou que indicaria para o Supremo Tribunal Federal (STF) um jurista “terrivelmente evangélico”, e eventualmente indicou para uma das vagas o ex-ministro da justiça e pastor presbiteriano André Mendonça, cuja indicação teve apoio oficial da Anajure, expresso em ofício da associação encaminhado ao governo federal, onde Mendonça foi descrito como um “nome de consenso no segmento evangélico”. Em geral, o envolvimento de setores considerados “seculares”, como coletivos jurídicos e empresariais, em agendas morais e religiosas “antigênero” tem sido um aspecto comum dos

ativismos de direita em várias partes do globo. Observamos no governo Bolsonaro setores evangélicos funcionando como poder paralelo, capaz de indicar, cancelar ou rejeitar indicados para cargos técnicos e políticos, além de definir orientações para políticas públicas.

A educação, sendo um dos “sete montes” a serem (re)conquistados pelos cristãos, resgatados da suposta influência diabólica do secularismo progressista, torna-se importante alvo desses setores da sociedade, que buscam uma mudança cultural, de valores, a partir do domínio de instituições, currículos, leis e processos educacionais em geral. Algumas importantes estratégias do dominionismo sobre o campo da educação são a defesa do *homeschooling* (ensino domiciliar, onde os pais tem total controle sobre conteúdos que serão ensinados) e uma (re)cristianização ou (re)teologização dos currículos escolares, tanto nas instituições públicas quanto privadas.

A tentativa de censura a diversos tópicos de direitos humanos (gênero, raça, história do regime militar no Brasil etc.) nos currículos escolares e no conteúdo das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) nos quatro anos de mandato de Jair Bolsonaro constitui um bom exemplo de aplicação de um projeto dominionista sobre a educação no país. Assim, o debate de gênero na educação, como discuto ao longo desta tese, quando não convertido em objeto de criminalização e banimento, tem sido adaptado a partir de pressupostos conservadores. Dominar a educação de gênero, convertendo-a aos propósitos de um projeto de sociedade cristã-conservadora, passa a ser um dos objetivos de setores conservadores, como observamos no material analisado nesta pesquisa. A produção de livros e outros materiais didáticos infantis por esses segmentos parte, portanto, de uma tendência geral dominionista sobre educação e família (dois dos sete montes), que passa, necessariamente, pelas perspectivas e pelas relações de gênero.

### **2.3 (Neo)conservadorismos**

Pesquisadoras(es) relevantes do campo dos estudos de gênero e dos estudos da religião têm nomeado de “neoconservadorismo” o fenômeno que venho discutindo neste texto. A escolha pelo prefixo “neo”, indicando novidade, é justificada por autores como Flávia Biroli, Maria das Dores Campos Machado e Juan Marco Vaggione (2020) a partir da conclusão de que se trataria de uma “atualização do conservadorismo religioso”, situada em um período histórico específico que é marcado pelos “avanços no campo dos direitos sexuais e reprodutivos, por deslocamentos nas

relações de gênero e na moral sexual, mas também por mudanças na correlação de forças no campo religioso” (Biroli; Machado; Vaggione, 2020, p. 10). Além disso, para as(os) autoras(es), o conservadorismo atual é “neo” pois se caracteriza por “novas alianças entre católicos e evangélicos” no combate aos direitos sexuais e reprodutivos (uma “politização reativa da reprodução e da sexualidade”), a partir de um projeto comum de “renaturalização da moral religiosa como ética pública (e a batalha contra o gênero serve bem a esse interesse)”, ou ainda, renaturalização da “moralidade cristã como fundamento da lei” (p. 10).

De forma sintética, Vaggione (2020, p. 25) sustenta que o termo neoconservadorismo permite “caracterizar o fenômeno em sua emergência no momento político atual, ressaltando as coalizações diversas que o sustentam em um contexto específico”. Biroli, Machado e Vaggione (2020), em artigo coletivo incluído na obra que leva o título *Gênero, neoconservadorismo e democracia*, apresentam cinco dimensões para compreender as matrizes do neoconservadorismo religioso na América Latina: 1) “O conceito de neoconservadorismo permite jogar luz sobre as alianças e afinidades entre diferentes setores”; 2) Há um processo de “acentuada juridificação da moralidade”; 3) O neoconservadorismo “opera em contextos democráticos”; 4) O neoconservadorismo possui um “caráter transnacional”; e 5) Há uma relação entre neoconservadorismo e neoliberalismo.

Na mesma direção e referenciando o termo cunhado por Sandra Mazo, Tabata Pastore Tesser (2021, s.p) argumenta que setores protestantes teriam se apropriado do discurso “antigênero” da Igreja Católica e que haveria, atualmente, entre católicos e evangélicos, um “ecumenismo neoconservador”, consolidado por um “pacto programático-religioso” entre esses diferentes campos religiosos em torno de uma agenda com quatro pontos principais: “defesa da vida” (criminalização do aborto); “promoção irrestrita do matrimônio e da família heteronormativa (familismo)”; “uso do conceito de liberdade religiosa (crisofobia)”; e “imersão na educação como meta estratégica voltada à doutrinação cristã conservadora na comunidade escolar”. Sobre a aliança entre católicos e evangélicos, Biroli, Machado e Vaggione (2020) destacam, no entanto, que “há divergências que podem se manifestar em disputas concretas por espaços e recursos” (p. 10). A tese de que estaríamos experimentando um conservadorismo de tipo novo, que atravessa tanto os catolicismos quanto os protestantismos, me parece bastante sólida e é adotada por mim ao longo desta pesquisa para a análise da perspectiva de gênero encontrada em textos e imagens de

livros e outros materiais pedagógicos desse segmento, voltados ao público infanto-juvenil e elaborados por agentes e setores vinculados aos cristianismos (neo)conservadores.

A pesquisadora Magali do Nascimento Cunha também afirma, em artigo de 2016, que estaríamos no contexto de surgimento de uma “nova face do conservadorismo religioso, um (neo)conservadorismo, que emerge como reação a transformações socioculturais que o Brasil tem experimentado, em especial a partir dos anos 2002, com a abertura e a potencialização de políticas públicas voltadas para direitos humanos e gênero” (Cunha, 2016, p. 148). Esse novo conservadorismo, com novas práticas, novas narrativas, novos eixos programáticos e uma nova forma de inserção política, que hoje presenciamos no contexto brasileiro, teria sido, em grande medida, “importado” do contexto estadunidense, assim como discuti no tópico anterior em relação à Teologia do Domínio. Retomando Pereira<sup>21</sup> (2022): “A maioria das igrejas brasileiras resulta de missões estadunidenses e mantém forte relação de dependência com suas matrizes teológicas. Portanto, é natural que os cristãos brasileiros sejam permeáveis às crenças e movimentos ‘importados’”.

Em sua obra “O novo conservadorismo brasileiro”, a pesquisadora Marina Basso Lacerda discute a relação entre a emergência do que ela também define como “neoconservadorismo” nos Estados Unidos a partir da década de 1970 e o movimento que observamos no Brasil a partir do impeachment questionável da ex-presidenta Dilma Rousseff, com a posterior eleição de Jair Bolsonaro. Uma importante característica dessa nova onda conservadora é que ela não se restringe ao debate sobre valores morais, estando profundamente associada a uma visão neoliberal sobre a economia e a vida em sociedade. A cientista política feminista Wendy Brown (2019) aponta como o desmonte neoliberal promovido nas últimas duas décadas está vinculado à ascensão de visões antidemocráticas, individualistas, autoritárias e moralistas. Brown destaca que há em curso em vários países do Ocidente (podemos citar como exemplos paradigmáticos os E.U.A sob Trump e o Brasil sob Bolsonaro) um processo de “reconfiguração da nação como família e empresa privada”. Assim, familismo e liberalismo econômico passam a caminhar lado a lado, e a privatização de serviços e empresas estatais encontra seu paralelo moral na “privatização por meio

---

<sup>21</sup> Texto disponível em: <https://reporterbrasil.com.br/teologia-do-dominio-uma-chave-de-interpretacao-da-relacao-atual-entre-a-igreja-e-politica-brasileira/>. Acesso em: out. 2022.

da familiarização e da cristianização” (Brown, 2019, p. 141). O novo conservadorismo, como bem sintetiza Brown (p. 140), “são os valores e reivindicações do mercado, combinados com aqueles do familismo hetero-patriarcal cristão”.

A caracterização do processo em curso na América Latina como uma associação entre aspectos do neoliberalismo e do (neo)conservadorismo também está presente na coletânea *Movimientos antigénero en América Latina: cartografías del neoconservadurismo*, de 2022, organizada por Karina Bárcenas Barajas. Em texto de introdução à obra, Barajas (2022, p. 9) sustenta que o (neo)conservadorismo promove a defesa e legitimidade de “um sistema heteropatriarcal e binário que perpetua as desigualdades de gênero e responde também aos interesses de um modelo capitalista neoliberal”, de forma que os movimentos antigênero atuais seriam a expressão de três principais elementos conjunturais:

- a) O processo de globalização em sociedades marcadas pela desigualdade e pelos desgastes de um sistema capitalista-neoliberal;
- b) As transformações no campo religioso, que nos situam, em geral, em um mapa latino-americano marcado pela diminuição dos católicos e pelo aumento tanto de evangélicos quanto de pessoas sem religião;
- c) Um projeto de modernidade em disputa que se nutre, de um lado, de imaginários antigênero, e, de outro, do que Eric Fassin (2012) denomina de democracia sexual. (Barajas, 2022, p. 9, tradução nossa).

Com base na discussão feita por Mardones (2005), Barajas (2022) afirma ainda que os (neo)conservadores teriam a percepção de que a crise atual do capitalismo neoliberal seria uma “crise cultural”, que exigiria uma ofensiva pela “regeneração e limpeza cultural”, retomando valores e uma ética pública baseados em princípios e dogmas religiosos – neste caso, os do cristianismo. Em publicação recente, Judith Butler analisa os recentes ataques à categoria gênero e sustenta que seriam guiados “por uma sintaxe inflamada”, por uma forma de “ordenar o mundo que absorve e reproduz ansiedades e medos sobre permeabilidade, precariedade, deslocamento e substituição; perda do poder patriarcal tanto na família quanto no Estado; e perda da supremacia branca e da pureza nacional” (Butler, 2024, p. 15).

Sobre o pentecostalismo como espaço onde têm sido gestadas e propagadas visões (neo)conservadoras, é vital ressaltar que, como afirma Guilherme Casarões (2020, p. 9), “não é possível tratar os evangélicos como um grupo homogêneo em termos de crenças, interesses ou atitudes. A pluralidade protestante no Brasil se manifesta tanto no plano teológico e eclesial (denominações tradicionais, pentecostais e neopentecostais) quanto em outras clivagens, sejam

elas regionais, de renda ou de ideologia”. Ademais, para o autor, a influência de lideranças evangélicas sobre os fiéis seria “parcial e assimétrica” (p. 10), nem sempre se refletindo em votos para mandatos eletivos ou mesmo em concordância com certas pautas defendidas ou rechaçadas por estes líderes. Trata-se de um largo e diverso segmento da população, que não se comporta como um bloco monolítico. O mesmo pode ser dito sobre os católicos. Mesmo dentro dos catolicismos mais conservadores, há diferenças e divergências teológicas, programáticas, políticas, entre outras.

Dentro do repertório (neo)conservador, o termo “ideologia de gênero” ganha importante projeção, sendo frequentemente evocado pelo ex-presidente da República Jair Bolsonaro. É sobre a gênese, as aplicações e os impactos desse conceito que me debruço no tópico seguinte.

#### **2.4 “Ideologia de gênero”: a emergência de um signo agregador**

Anselm Strauss (1999, p. 40) afirma, de modo bastante perspicaz, que “a nomeação de um objeto fornece uma diretriz para a ação”. Tal premissa não poderia ser mais verdadeira do que no caso do sintagma “ideologia de gênero”. Em *A invenção da “ideologia de gênero”* (2022), Rogério Diniz Junqueira narra como o termo é fabricado, a partir do Vaticano, no final da década de 1990 como reação à inclusão da categoria gênero em diversos documentos produzidos em conferências internacionais naquela década, e vai progressivamente ocupando o debate público, ganhando força e credibilidade enquanto narrativa agregadora para setores conservadores da sociedade, religiosos e seculares. Na mesma semana em que eu escrevia este capítulo, em 2021, o presidente da República à época, Jair Messias Bolsonaro, proferia discurso na assembleia da Organização das Nações Unidas (ONU) afirmando que seu governo lutava contra a “ideologia de gênero”. Em 2018, ano de sua eleição, o pleito fora dominado pelo termo, com atores diversos do campo da direita mobilizando grande animosidade contra movimentos sociais e sujeitos feministas e LGBTQIA+.

Se o gênero é, como sustenta Joan Scott (2019, p. 70), “um meio de codificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana”, a crítica trazida pelos estudos feministas e de gênero tem enorme capacidade para desestabilizar o poder. Assim, a reação conservadora, sobretudo a partir da narrativa da “ideologia de gênero”, parece ocorrer

justamente por esses segmentos perceberem o potencial revolucionário da categoria gênero, de suas formulações teóricas e de suas implicações políticas.

Para a perspectiva da Análise do Discurso, a ideologia não é sinônimo de “visão de mundo” e nem de “ocultamento da realidade”, mas é pensada a partir da linguagem, como sendo o próprio “mecanismo estruturante do processo de significação” (Orlandi, 2012, p. 96). Essa noção de ideologia é bastante próxima daquela encontrada no pensamento feminista. As autoras feministas foram quem primeiro apontou a existência de uma “ideologia de gênero” em nossa sociedade, mas não no sentido operado pelos setores conservadores; muito pelo contrário. A crítica feminista percebia e percebe nas relações de gênero, assim como descrito na citação de Orlandi acima, um mecanismo estruturante do processo de significação, neste caso, significando sujeitos, ações, comportamentos, papéis e emoções como masculinos ou femininos. Para os feminismos, portanto, sempre existiu uma “ideologia de gênero”, que é justamente aquela mobilizada e imposta cotidianamente como “natural”, inata e biologicamente referenciada (quando não concedida pelo próprio divino).

De acordo com Jasmine Moreira e Maria Rita de Assis César (2019, p. 7), o campo enunciativo onde se encontra o discurso da “ideologia de gênero” está assentado “sobre a reafirmação da sexualidade hegemônica, ao mesmo tempo em que atribui às demandas feministas e LGBTI, bem como aos estudos de gênero, o status de desvio moral e principalmente de ameaça às crianças, à família e à sociedade”.

Conforme Richard Miskolci (2018, s.p),

A maioria tende a concordar que foi depois da IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher em Beijing, no ano de 1995, que intelectuais laicos, assim como lideranças religiosas católicas, cunharam a noção de “ideologia de gênero” para sintetizar o que compreendem como divergência entre o pensamento feminista e seus interesses.

De forma semelhante, Maria José F. Rosado-Nunes (2015) também situa nas Conferências Internacionais das Nações Unidas da década de 1990 (sobretudo as do Cairo, em 1994, e de Beijing, em 1995) o marco a partir do qual a “hierarquia católica passa a combater os estudos feministas e as teorias de gênero de forma sistemática” (p. 1239). A autora afirma que

essa condenação é explícita em documentos oficiais da Santa Sé. A incorporação do termo ‘gênero’ nos textos finais dessas conferências da ONU é considerada

uma ameaça, pois amplia a compreensão de identidade sexual, que pode assim, ser adaptada indefinidamente a fins novos e distintos. O que está em questão nesse pensamento católico são as consequências da desconstrução realizada pelas teorias de gênero da ideia da natureza como um absoluto, para os conceitos tradicionais de sexo e de famílias (Rosado-Nunes, 2015, p. 1239).

A ofensiva contra aquilo que denominam “ideologia de gênero” parece ser uma estratégia de setores conservadores para recuperar seu domínio na construção da percepção social sobre as relações de gênero. A intensidade da reação indica que há entre esses agentes o sentimento de perda de poder sobre as definições de gênero na sociedade. Os antropólogos Jean e John Comaroff (2010, p. 35) definem poder como “a capacidade (relativa) dos seres humanos de moldarem a vida dos outros através do controle sobre a produção, a circulação e o consumo de signos e objetos, sobre a formação tanto das subjetividades quanto das realidades”. Dessa forma, a crítica de gênero fomentada pelos movimentos sociais e pela produção acadêmica nos últimos anos desafia o poder de setores tradicionais e seus interesses moralmente conservadores em definir identidades e papéis restritivos de gênero para toda a sociedade.

Tomando ainda os conceitos de ideologia e de hegemonia de Jean e John Comaroff (2010) – para quem o hegemônico consiste naquilo que já está enraizado nas práticas e discursos sociais (percebido como “natural”), sendo o ideológico aquilo que ainda está em disputa por grupos antagônicos –, podemos afirmar que a acusação de grupos conservadores, em tom pejorativo e deslegitimador, de que os estudos de gênero e os ativismos feministas e LGBTQIA+ constituiriam uma enganosa, e mesmo perigosa, “ideologia de gênero”, ocorre como resposta de segmentos sociais que sentem estar perdendo sua hegemonia sobre o tema. Como sustenta Miguel (2020, p. 3), para quem a agenda contrária à “ideologia de gênero” parte de uma “ofensiva contra a desnaturalização dos papéis sociais de gênero”, “a visibilidade crescente de pautas dos movimentos feminista e LGBT leva à ideia de que a família está em risco – “família” significando apenas o arranjo tradicional, heteronormativo e fundado na dominação paterna” (p. 3).

O discurso da cúpula do Vaticano, reproduzido em diversos documentos publicados pela Igreja Católica nas últimas décadas, é de que a perspectiva de gênero seria contrária ao que denominam de “antropologia bíblica” ou de “visão antropológica cristã”. No pentecostalismo, o discurso fortemente contrário à “ideologia de gênero” também ganha terreno, sendo tema frequente em cultos; em textos e vídeos de blogs; em sites e redes sociais de organizações e de influenciadores digitais do meio evangélico; no conteúdo de programas de rádio e TV de veículos

de comunicação evangélicos; e mesmo em cursos e palestras específicas sobre o tema, oferecidos pelas próprias igrejas. Não é incomum encontrar anúncios sobre minicursos ou seminários sobre “ideologia de gênero” a serem ministrados por pastores evangélicos. Há, assim, um ativo trabalho de formação conservadora de gênero e antifeminista ocorrendo no campo religioso cristão conservador.

Em artigo recente sobre a origem e disseminação do termo “ideologia de gênero”, Teresa Toldy e Júlia Garraio (2020, p. 140) afirmam:

Nas duas primeiras décadas do século XXI, a rápida disseminação, a uma escala global, de discursos e políticas que afirmam opor-se à “ideologia de gênero” apresenta características de um contra-movimento destinado a combater e anular políticas feministas e LGBTQ (Elizabeth CORREDOR, 2019) através de estratégias de “contaminação” (Massimo PREARO, 2019): a organização de iniciativas, por parte de uma série de atores da sociedade civil, que incluem petições, manifestações, stand-ins, sit-ins, pressão política, lobby, processos judiciais, produção de literatura e artigos de imprensa, organização de campanhas e de referendos, incitamento à vigilância, com vista à contestação à implementação de legislação progressista sobre direitos reprodutivos e igualdade de gênero; a adoção e apropriação dessas exigências e iniciativas por atores políticos e/ou aliança estratégica desses movimentos cívicos com partidos políticos, principalmente de extrema-direita populista; a construção de situações de pânico moral que passa pela significação de questões conotadas por esses atores com a “ideologia de gênero” como sendo ameaças à segurança das crianças (a acusação de que a “ideologia de gênero” promove a pedofilia, a permissividade sexual e a hipersexualização das crianças e dos/as adolescente); o papel importante dos media, sobretudo das redes sociais, na mobilização de importantes setores do eleitorado em torno de discursos anti-“ideologia de gênero” e dos políticos que os adotam; em algumas regiões, o cruzamento dos ataques à “ideologia de gênero” com teorias de conspiração frequentemente marcadas por subtextos racistas e/ou xenófobos, que alegam que a “ideologia de gênero” é promovida pelos “inimigos da nação” para enfraquecer a virilidade dos homens nativos; a rejeição e revogação de políticas associadas à “ideologia de gênero” (por exemplo, casamento entre pessoas do mesmo sexo; acesso à contraceção e ao aborto); o desinvestimento em investigação e programas sobre igualdade de gênero e direitos reprodutivos e/ou aumento da perseguição e do discurso de ódio contra pessoas LGBTQ nos países onde partidos com um discurso anti-“ideologia de gênero” obtiveram ganhos eleitorais significativos e/ou formaram governos.

Para Vaggione (2020, p. 50), há uma “maquinaria legal conservadora”, composta por “hierarquias católicas e evangélicas, advogados confessionais e políticos cristãos”, dedicada ao projeto comum de restaurar uma “ordem moral reprodutivista e matrimonial”, que esses agentes consideram estar ameaçada na modernidade contemporânea. Dessa forma, a categoria gênero parece ser central para a compreensão dos atuais processos de virada conservadora, ascensão de

forças políticas de extrema-direita, negação dos direitos humanos e tendências desdemocratizantes, não só na América Latina, mas em diversas partes do globo. O sintagma “ideologia de gênero” opera, assim, de forma bastante eficaz, como um agregador de teses conservadoras, tornando-se sinônimo do conjunto de sujeitos e ideias que são considerados os “outros” do “eu” cristão, branco, heterossexual, de direita, cidadão correto/de bem e defensor da família.

Os objetos sobre os quais se volta essa oposição conservadora estão bem descritos em trecho da matéria “A falácia da ideologia de gênero”, publicada pela *Revista Cristão Erudito* em seu número impresso de novembro de 2017. O artigo de autoria do Reverendo Hélio O. Silva enuncia os seguintes sujeitos como “proponentes da Agenda de Gênero no mundo”: “1) os controladores populacionais; 2) os libertadores sexuais; 3) os ativistas dos direitos gays; 4) os multiculturalistas e promotores do politicamente correto; 5) os extremistas ambientais; 6) os neo-marxistas progressistas; e 7) os pós-modernistas desconstrutivistas” (p. 10). De forma semelhante, em texto<sup>22</sup> de “formação” encontrado no site oficial da comunidade católica Canção Nova,<sup>23</sup> escrito por Felipe Aquino, temos que a “ideologia de gênero” seria “uma ideologia subversiva que derruba o Direito natural, desconstrói a pessoa, desnorteia a criança, destrói a família, o matrimônio e a maternidade”, e, ainda, que esta ideologia supostamente eliminaria a identidade sexual.

Observamos, no trecho citado acima, menções diretas à uma preocupação com o descentramento de identidades na contemporaneidade, assim como o uso de linguagem acadêmica e filosófica na construção dessa crítica. A noção de que as perspectivas de gênero e feministas (maiores representantes do que esses setores cristãos conservadores entendem como sendo o pensamento pós-moderno) eliminariam a identidade dos sujeitos, tornando-os vazios existencialmente, é apresentada em muitos dos textos objetos desta pesquisa. Além da preocupação com a relativização de identidades (e de identidades de gênero), o conceito de “identidade cristã” também é frequentemente evocado nos materiais analisados, apontando para a ideia de

---

<sup>22</sup> Disponível em: <https://formacao.cancaonova.com/bioetica/ideologiadegenero/uma-nova-ameaca-da-ideologia-de-genero/>. Acesso em: out. 2022.

<sup>23</sup> Conforme informação disponível no próprio site, na aba “Quem somos”, “a Comunidade Canção Nova é uma comunidade carismática católica, fundada pelo padre Jonas Abib e reconhecida pelo Pontifício Conselho para os Leigos como associação internacional privada de fiéis, dotada de personalidade jurídica (cfr. CIC, cân. 298-311; 321-329) e tem sua sede na cidade de Cachoeira Paulista (SP), Diocese de Lorena, São Paulo – Brasil”.

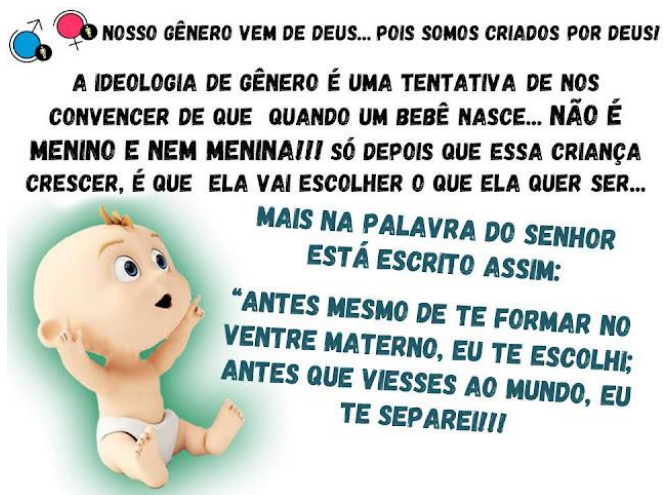
indivíduos que teriam (e deveriam ter) todos os aspectos de sua vida orientados para o fato de serem cristãos e cristãs (uma perspectiva dominionista sobre a própria identidade).

Um dado bastante relevante, que merece ser destacado, é a grande quantidade de materiais formativos sobre “ideologia de gênero” publicados por denominações cristãs entre 2017 e 2018. Como já mencionado neste texto, o tópico teve grande relevância nas eleições de 2018, possivelmente impactando o resultado eleitoral que levou o ex-deputado Jair Bolsonaro à presidência da República. A guerra contra a perspectiva progressista de gênero foi bastante intensificada no período mencionado, contando com episódios como os ataques à filósofa feminista Judith Butler em sua visita ao país, boicotes a exposições de arte (caso Queer Museu e caso MAM como maiores exemplos) e a organização de marchas “contra a ideologia de gênero”.

As novas direitas cristãs (católicas e evangélicas), caracterizadas pela associação entre neoliberalismo econômico e conservadorismo moral, tem o debate de gênero e sexualidade como um de seus principais pilares e a educação como seu maior campo de batalha. No Brasil, o processo de votação do Plano Nacional de Educação (PNE) em 2014 é um caso emblemático, onde houve enorme engajamento por parte dos setores conservadores para retirar da proposta de texto qualquer menção a gênero e sexualidade (Rosado-Nunes, 2015). Entre 2014 e 2021, esse processo se intensificou, sobretudo através da sigla-slogan-movimento “Escola sem Partido”, que apresenta-se como luta da sociedade (sociedade civil aqui pensada enquanto famílias) contra uma suposta “doutrinação de esquerda” que dominaria os currículos escolares. O mote do “Escola sem Partido” esteve presente em diversas propostas legislativas – apresentadas em Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas e no Congresso Nacional – que buscavam proibir, principalmente, o debate sobre gênero e sexualidade nas escolas. Embora haja, atualmente, um entendimento do Superior Tribunal Federal (STF) pela inconstitucionalidade de tais projetos, eles continuam a ser apresentados por parlamentares de base conservadora. A narrativa do “Escola Sem Partido” não prosperou institucionalmente, mas parece ter se incorporado no tecido social de tal forma que não são incomuns os relatos de professores intimidados, ameaçados e mesmo demitidos por trabalharem questões de gênero em sala de aula. Sobretudo em municípios de médio e pequeno porte, o Executivo, o Legislativo e mesmo as forças de segurança locais parecem pensar e agir

como se, de fato, conteúdos de gênero no espaço escolar fossem não só “imorais”, mas também “ilegais” no Brasil.<sup>24</sup>

**Figura 4 - Card do blog da evangelizadora infantil Tia Kelly**



Fonte: <https://ministerioinfantiltiaquelly.blogspot.com/>. Acesso em: set. 2021

Setores dos cristianismos pentecostalizados (católicos e evangélicos) parecem ter compreendido bem a importância da educação na construção das subjetividades, para além de seu papel na preparação para o mercado de trabalho. Esses grupos têm se engajado bastante em torno da educação não formal das crianças de suas comunidades, com a temática de gênero ganhando relevante destaque nos últimos anos. Essa educação eclesial passa pelo cultivo de identidades culturais e políticas conservadoras e pelo desenvolvimento de uma “cidadania cristã”. Assim, na contramão da utopia de uma educação de gênero feminista, defendida por Louro (2020, 2021), ou da educação transgressora e libertária defendida por Paulo Freire (2021) e Bell Hooks (2020), encontramos no campo religioso pentecostalizado a crescente produção de materiais pedagógicos sobre gênero com viés conservador e tradicionalista, passando por livros, cartilhas, oficinas, cultos infantis, vídeos, músicas e produtos culturais diversos. Abaixo, como exemplo, temos a canção “Nosso gênero vem de Deus”, do grupo musical evangélico Trio R3:

<sup>24</sup> Cito como exemplo caso recente de uma professora que foi visitada e “cobrada” por policiais militares no município de Araraquara (SP) após ter debatido questões de gênero com seus alunos do Ensino Fundamental.

Sou menino  
Sou menina  
O bondoso criador fez meninos e meninas, com o seu imenso amor  
A palavra nos ensina  
Não nasci no corpo errado  
O meu criador amado desenhou um corpo para mim  
Sou menina, menina feminina  
Sou menino, menino masculino  
Não somos acidentes nem erros divergentes  
Fomos feitos pelo criador  
Sou menino diferente das meninas tão legais  
Sou menina feminina isso é lindo e bom demais  
Nosso gênero vem de Deus  
E não pode ser mudado  
Me aceito como sou  
Vou cumprir o meu chamado  
Me aceito como sou

(Trio R3, 2018)

Após o processo de análise que constituiu esta pesquisa doutoral, é possível dizer que esse movimento se configura como uma promoção ativa, intencional e consciente de uma educação conservadora de gênero, a partir de uma tecnologia conservadora de gênero. A noção de “tecnologia de gênero” foi desenvolvida pela historiadora italiana Teresa de Lauretis. Dialogando com Foucault e Althusser, Lauretis define o gênero como técnica e como tecnologia social e política, por meio da qual todo sujeito é interpelado (e construído) enquanto sujeito feminino ou masculino. Entre algumas das proposições apresentadas pela autora sobre gênero, destaco duas: 1) “o gênero é uma representação”, o que não significa que não tenha implicações “concretas ou reais” na “vida material das pessoas”; 2) “A representação de gênero é a sua construção”, sendo a “arte e a cultura ocidental” um “registro da história dessa construção”. A literatura infantil, sendo parte da “arte e da cultura” contemporânea, é um importante registro de como gênero é pensado, construído, performado e “ensinado” neste dado momento histórico. Pensando com Lauretis e tomando de empréstimo a expressão de Marilyn Strathern, vale perguntar: será o gênero, assim como a Antropologia, uma ficção persuasiva? Quais ficções persuasivas de gênero estão contando as histórias nos materiais pedagógicos infantis de orientação cristã (neo)conservadora? Essas são questões que esta pesquisa de doutorado buscou responder.

Embora, no intervalo histórico em que se deu esta pesquisa, tenhamos vivenciado um ataque generalizado à ciência e às suas recomendações sanitárias no contexto da pandemia de

Covid-19, parte das chamadas *hard sciences* é frequentemente reivindicada – de maneira anacrônica e questionável – por setores conservadores para negar as críticas e as demandas dos feminismos e dos ativismos LGBTQIA+. Podemos perceber esse movimento claramente no seguinte excerto retirado de um texto de opinião, publicado no site oficial da comunidade católica Canção Nova, sob o título “Uma nova ameaça da Ideologia de Gênero”, em 26 de janeiro de 2021:

A Ideologia de Gênero é tão absurda, que não vai somente contra a Lei de Deus, que instituiu o casamento entre um homem e uma mulher (Gen 2,24), mas afronta também a genética, que revela que só há dois sexos naturais, caracterizados pelos cromossomos XX (mulher) e XY (homem). É um paradoxo impressionante: uma civilização que preza tanto pela verdade científica e tecnológica, rende-se a uma ideologia que prega exatamente o que é a negação da ciência.

Nota-se, no trecho acima, a afirmação de que as teorias progressistas de gênero seriam não só uma negação da lei divina, mas também da “lei da ciência”, em uma associação inusitada entre argumentos do Velho Testamento e argumentos da genética moderna. O uso essencialista que se faz da ciência genética na citação acima serve para atacar não apenas as diversas identidades de gênero (pessoas transsexuais, travestis, não binárias etc.), mas também qualquer orientação sexual ou vivência afetiva de sujeitos cissexuais que não resulte no “casamento entre um homem e uma mulher” e na reprodução heterossexual. Em importante artigo intitulado “O discurso cristão sobre a ‘ideologia de gênero’”, Maria das Dores Campos Machado sustenta que

trata-se de uma disputa sobre significados em que os atores da esfera religiosa se apropriam de determinadas ideias do campo científico para defender a concepção que atrela a verdade à crença em Deus e dá autoridade moral aos sacerdotes, pastores e demais lideranças do cristianismo para definir as normas sociais e legais da sociedade (Machado, 2018, p. 1).

Anselm Strauss (1999) afirma que nomear é colocar algo no mundo. O nome cria aquilo que nomeia. Ao nomear de “ideologia de gênero” um vasto número de crenças, teorias, práticas e discursos, o (neo)conservadorismo a inventa como tal. Strass (1999, p. 39) sustenta que “o modo como as coisas são classificadas juntas revela, tanto gráfica quanto simbolicamente, as perspectivas do classificador”, de forma que “a natureza ou essência de um objeto não reside misteriosamente dentro do próprio objeto, mas é dependente do modo pelo qual ele é definido pelo nomeador” e que “nomear ou designar é sempre fazê-lo a partir de algum ponto de vista”. Assim, “ideologia de gênero” passa a existir como coisa e conceito, ainda que tenha sua “realidade” e sua legitimidade negadas por acadêmicos e ativistas progressistas, de forma

absolutamente compreensível, por promover uma visão equivocada, distorcida, do que de fato defendem os teóricos e ativistas do campo do gênero.

O conceito de ideologia aparece no discurso cristão (neo)conservador estreitamente associado à ideia de tentação diabólica. É a mentira que seduz, que engana, assim como Satanás iludiria e enganaria os incautos. Derrotar a “ideologia de gênero” é, portanto, derrotar o próprio mal, e isso aparece de forma bastante explícita e enfática em alguns materiais encontrados (figuras 2, 3, 4 e 5). Nessa conformação narrativa, o diabo (definido frequentemente como “o inimigo”) estaria sempre tentando os indivíduos, tendo com um dos principais objetivos a destruição da “família tradicional” (heterossexuada, com prole e onde pai e mãe desempenham papéis diferenciados e hierarquizados). No volume 1 da série de materiais para estudo bíblico intitulada *Família Cristã*, publicada pela Editora Cristã Evangélica, em 2014, o autor André de Souza Lima afirma que, “ao estudar os fundamentos bíblicos da família”, o leitor irá, entre outros pontos, “preparar-se para não ser levado pelas mentiras e distorções que o inimigo prega a respeito da família” (p. 5). Qualquer noção de gênero e sexualidade que seja diversa daquela enxergada nos textos bíblicos pela hermenêutica ortodoxo-conservadora, é enquadrada, portanto, como fonte de enganação, de mentira, de artil satânico.

Pietro Nardella-Dellova, doutor em ciência da religião pela PUC-SP, sustenta, em entrevista concedida ao portal de notícias *Congresso em Foco* em 31 de agosto de 2022, que “a Teologia do Domínio tem um abordagem pesada: é preciso tirar o diabo do poder. É preciso dominar o poder político fazendo com que os ungidos do Senhor tomem conta do poder político”.<sup>25</sup> Para o pesquisador, Jair Bolsonaro foi recebido por parcela do público pentecostal como um ungido pelo Senhor, que teria papel importante na retomada dos “7 montes” pelo cristianismo, expurgando “o diabo” dos espaços públicos no Brasil. Nardella-Devolla afirma: “Não tocarás no Ungido do Senhor. São frases como essa que são pregadas diuturnamente nas igrejas. Então, na lógica da Teologia do Domínio, é preciso fazer com que os servos do Senhor tomem o poder. Tomando o poder, a nação será uma nação consagrada no sangue do Cordeiro”. O dualismo entre bem e mal, Deus e o Diabo, é o que sustenta a narrativa de que estaríamos em uma batalha espiritual contra a malévola perspectiva de gênero. Em prefácio à versão traduzida ao português do *Malleus*

---

<sup>25</sup> Entrevista disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/teologia-do-dominio-entenda-o-que-e-e-o-papel-de-michelle-na-campanha/>. Acesso em: nov. 2022.

*Maleficarum* (Martelo das feiticeiras), obra medieval que orientou a chamada caça às bruxas, Carlos Amadeu B. Byington (2020, p. 14) pontua que “uma história simbólica do Cristianismo nos mostra como a demonologia e o ódio às mulheres cresceram às expensas da despotencialização do papel cultural revolucionário dos símbolos de Cristo e da Igreja”.

Em seu texto intitulado “Percurso do diabo e seus papéis nas igrejas neopentecostais”, Souza, Abumanssur e Leite Júnior (2019) discutem a invenção do diabo a partir do século XIV enquanto figura que passa de fraco personagem secundário no cristianismo para “se tornar teológica e politicamente cada vez mais importante, forte e assustador, a ponto de, no início da modernidade, já ser um rival à altura do Deus cristão” (p. 388). Os autores nos fornecem uma importante chave para a compreensão da associação entre o debate de gênero e a figura do Diabo, uma vez que apontam como

Por forte influência do neoplatonismo, entre as várias interpretações filosófico-religiosas que vão ordenando as bases do cristianismo durante sua fase inicial de estruturação doutrinária, está a ideia de Deus como algo eterno, fixo e de essência imutável (O’Grady, 1991). O Diabo então aparece com o oposto e a inversão de Deus, sendo inconstante, transitório, ligado à variedade e mudança das formas, nunca definitivo, completo ou perfeito. Deus revela-se nas ideias claras e aparências precisas, enquanto o Demônio associa-se aos conceitos dúbios e formas intermediárias (Souza; Abumanssur; Leite Junior, 2019, p. 388).

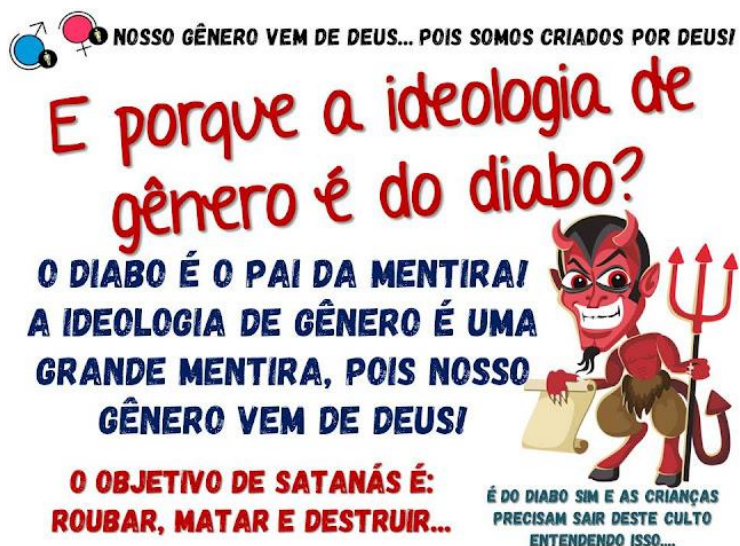
O debate sobre gênero e identidade nas últimas décadas caminha justamente para o horizonte associado ao diabólico, uma vez que essas categorias têm sido pensadas cada vez mais como fluidas, imprecisas, híbridas e fronteiriças (características associadas ao Diabo), em oposição ao essencialismo transcendente de Deus, embora, na prática, a própria instituição igreja esteja sempre passando por mudanças, inclusive em sua forma de pensar as relações de gênero e a sexualidade. A ideia feminista de gênero como produto cultural historicamente, socialmente, politicamente, geograficamente e linguisticamente localizado desafia o discurso cristão sobre um mundo perfeito e estável, planejado desde sempre por uma divindade imutável. Como afirmam Souza, Abumanssur e Leite Junior (2019, p. 395), “o Diabo surge como solução antropológica para a constituição das sociedades”. Sem o risco trazido pelo “inimigo”, a ideia de Deus parece não deter tanto poder de persuasão, uma vez que as duas entidades funcionam como opostos complementares.

Figura 5 - Card retirado do blog da evangelizadora infantil Tia Kelly



Fonte: <https://ministerioinfantiltiaquelly.blogspot.com/>. Acesso em: set. 2021.

Figura 6 - Card retirado do blog da evangelizadora infantil Tia Kelly



Fonte: <https://ministerioinfantiltiaquelly.blogspot.com/>. Acesso em: set. 2021.

Figura 7 - Card retirado do blog da evangelizadora infantil Tia Kelly



Fonte: <https://ministerioinfantiltiaquelly.blogspot.com/>. Acesso em: set. 2021

Figura 8 - Card retirado do blog da evangelizadora infantil Tia Kelly



Observando as figuras 5, 6, 7 e 8 vemos uma associação direta entre as teorias de gênero e o diabólico. Chama especial atenção a figura 7, onde notamos a presença das ideias de variedade e transitoriedade, características associadas à figura do Diabo (Souza; Abumanssur; Leite Jr., 2019), sendo representadas graficamente pelo espiral de cores diversas na terceira figura humana, que faz alusão a identidades de gênero e orientações sexuais queer.

Pressuponho, nesta tese, que a ideia de “ideologia de gênero”, amplamente trabalhada no segmento cristão-conservador, está presente como interdiscurso e intertexto em muitos dos materiais aqui analisados. Isso significa que, mesmo quando não nomeada no texto, ela orienta o entendimento. Os significados são construídos sobre uma base anterior onde “ideologia de gênero” é um conceito explicativo do mundo, conhecido e aceito como verdadeiro pelo leitor cristão-conservador, ainda que seja apenas uma criança. Eni Orlandi (2012, p. 31) define interdiscurso como “aquilo que fala antes, em outro lugar”, um “já dito que sustenta a possibilidade mesma de todo dizer”. A noção anterior de “ideologia de gênero”, com todos os significados que abarca, torna pensáveis, dizíveis e inteligíveis, portanto, os enunciados encontrados em alguns dos textos que analiso. Ela está inscrita como memória discursiva e como subtexto. É o fio que percorre e amarra as narrativas conservadoras atuais sobre gênero. “No interdiscurso, fala uma voz sem nome” (Orlandi, 2012, p. 34).

O sintagma “ideologia de gênero”, portanto, cria e agrega em torno de si uma formação discursiva, que evoca os valores e conceitos das novas direitas cristãs conservadoras em relação a gênero, constituindo-se como discurso, como sentido legítimo, como o que sempre esteve lá. Ao repetir-se a partir de diferentes autores e em diversos contextos, “ideologia de gênero” se torna um conceito sem dono, anônimo, e logo, com aparência de verdade. “É só quando passa para o anonimato que o dizer produz seu efeito de literalidade, a impressão do sentido-lá: é justamente quando esquecemos quem disse ‘colonização’, quando, onde e porquê, que o sentido de colonização produz seus efeitos” (Orlandi, 2012, p. 49).

Uma análise talvez demasiado apressada previa que haveria um uso menos intenso de discursos sobre gênero nas eleições de 2022, com menor mobilização de pânico morais e da chamada “pauta de costumes” (tenho ressalvas com esse termo, mas o utilizarei aqui pois é o termo

adotado pela grande mídia e por boa parte da academia também) do que observamos em 2018. Essa expectativa sobre as eleições de 2022 se orientava muito pela crença de que questões mais “concretas” ou “materiais”, preocupações econômicas e relacionadas ao trato do governo Bolsonaro com a pandemia de Covid-19, predominariam no debate. Isso não se concretizou, o que aponta, inclusive, para a necessidade de pensar criticamente sobre o pressuposto, para mim equivocado, de que as chamadas “pautas morais” seriam questões periféricas para a população, não sendo revestidas de “materialidade” e influência direta no cotidiano, nas angústias e nas demandas imediatas de cidadãos e cidadãs. Como bem sintetiza Luís Felipe Miguel, no importante artigo “O mito da ‘ideologia de gênero’ no discurso da extrema-direita brasileira”, de 2021:

Visto por observadores tradicionais da política como um diversionismo que aumenta o nível de tensão, atrapalha a produção de consensos e prejudica a tramitação das questões realmente “importantes”, o pânico moral é, como revela Damares Alves, um fundamento indispensável para as lideranças de extrema-direita e sua base. Sem o antifeminismo e a homofobia agressivos, Bolsonaro perderia seu referencial e reduziria seu capital político. Portanto, a visão convencional do marxismo e do movimento operário, que vê este eixo da luta política como “secundário” diante da agenda econômica aceita como primordial, está duplamente equivocada – tanto por negligenciar a centralidade que o combate às violências de gênero tem para as vidas de uma parcela majoritária da população, quanto por ignorar seu peso na emergência de uma nova direita radical de massas (Miguel, 2021, p. 9).

Escrevi este capítulo da tese logo após o segundo turno das eleições de 2022, e o que se observou ao longo da campanha foi uma acelerada produção de narrativas (muitas delas falsas) sobre gênero e sexualidade, na tentativa de atingir negativamente o candidato petista Luis Inácio Lula da Silva. Circularam em redes sociais, igrejas e outros espaços de convívio *fake news* de que Lula, caso eleito, transformaria todos os banheiros públicos em banheiros unissex, distribuiria cartilhas para crianças do ensino fundamental ensinando como ter relações sexuais, autorizaria o casamento entre pais e filhos, nomearia a cantora e drag queen Pablo Vittar como ministra da família, e teria até mesmo pacto com o demônio. A pauta do aborto e acusações de envolvimento das esquerdas com redes de pedofilia e com o crime organizado também foram amplamente explorados. Na reta final do ciclo eleitoral, pressionado por este contexto, Lula divulgou uma “Carta aos Evangélicos”, onde se posicionava como “pessoalmente contrário ao aborto” e se comprometia com a não discriminação da interrupção da gestação em condições fora das já previstas em lei, o que demonstra a força do movimento conservador no Brasil, nas eleições e para além delas.

O repertório conservador em torno do conceito de “ideologia de gênero” teve papel essencial na ascensão política de diversas figuras (neo)conservadoras, entre elas Jair Bolsonaro. Como afirma Brenda Carranza (2022, p. 72), a noção de “ideologia de gênero” se tornou “o eixo por excelência da politização reativa do ecumenismo político cristão, transcendendo os âmbitos cristão e parlamentar”. Em discurso de 27/03/2022, no pré-lançamento de sua campanha à reeleição, Jair Bolsonaro afirmou que essas eleições não seriam da direita contra a esquerda, mas “do bem contra o mal”. De forma semelhante, a ex-primeira dama Michelle Bolsonaro afirmou, em visita ao estado de Goiás como parte da campanha de segundo turno, que as eleições presidenciais de 2022 seriam uma “guerra espiritual”. Quando se configura o contexto desta forma, afirmando que estaríamos em uma luta existencial contra o próprio diabo, não valeriam mais as regras do jogo democrático e os princípios republicanos. O ápice da atual moralização da política acontece quando o outro não é visto mais como adversário, mas como a própria encarnação do mal. E essa ideia de mal e de batalha espiritual é construída muito a partir da narrativa do suposto perigo da “ideologia de gênero”.

Embora Bolsonaro tenha sido derrotado nas urnas pelo candidato do Partido dos Trabalhadores em outubro de 2022, há fortes indícios de que o medo do debate progressista e de uma educação progressista sobre gênero, assim como o pânico anticomunista, continuarão sendo mobilizados na esfera pública. As manifestações antidemocráticas de eleitores bolsonaristas que não reconhecem o resultado eleitoral, com promoção de bloqueios em rodovias, atos em quartéis militares, pedido de intervenção militar e mesmo invasão das sedes dos três poderes em Brasília, exemplificam a deslegitimação do adversário contruída pelo discurso bolsonarista ultraconservador, onde a esquerda não é mais um *player* aceitável no jogo político, devendo ser eliminada a qualquer custo. O que seria, antes, uma mera derrota política, passa a expressar-se agora como risco existencial. Eu só posso existir em um mundo onde esse outro não exista. É o repertório religioso da “batalha espiritual” sendo transposto integralmente para a política e para a vida social como um todo, o que reforça a tese do caráter dominionista das novas direitas cristãs no Brasil.

Há que se ressaltar, no entanto, o importante papel que setores progressistas dos cristianismos desempenharam nas últimas eleições e continuam desempenhando em defesa da democracia e dos direitos humanos em espaços de evangelização e socialização cristã. O Brasil e

a América Latina contam com excelentes exemplos históricos de possibilidades emancipatórias construídas a partir de setores eclesiais organizados em torno da justiça social, como no caso paradigmático da Teologia da Libertação. Em 2022, evangélicos e católicos que rejeitam o projeto e os valores autoritários e ultraconservadores do bolsonarismo se posicionaram em suas igrejas, nas redes digitais e em atos de campanha, defendendo o voto no ex-presidente Lula e o repúdio a tudo que representa a figura de Jair Bolsonaro. Slogans como “Sou evangélico e voto Lula” e “A igreja é de Deus, não de Bolsonaro” circularam no período eleitoral e algumas lideranças cristãs progressistas emprestaram seus rostos e vozes para a produção de material da campanha petista. O campo cristão, portanto, é um campo em disputa e jamais pode ser visto como um bloco monolítico.

Na seara do gênero, a resistência progressista cristã conta com vários grupos de mulheres organizadas, como o *Católicas pelo Direito de Decidir* e o *Feministas Evangélicas*. Nem sempre esses grupos<sup>26</sup> são legitimados pelas instituições religiosas, mas eles continuam a agremiar inúmeras mulheres, reunindo-se, muitas vezes, fora dos templos ou, mais recentemente, em plataformas digitais, inclusive com a incessante e rica produção e discussão de teologias feministas. Teólogas feministas, como a freira e filósofa Ivone Gebara (2007), promovem uma interessante crítica ao que denominam de “hermenêutica masculina da Bíblia”, “monoteísmo masculino” e “cristandade masculina e hierárquica”. Para Gebara (2007), ao longo da história recente, a Igreja Católica teria promovido uma “socialização patriarcal do sagrado”, cultivando uma linguagem sobre Deus que é “prioritariamente masculina” e a hegemonia de “símbolos masculinos”. O mesmo pode ser dito sobre as denominações evangélicas. É justamente essa visão conservadora, hierárquica e masculinista, não apenas sobre Deus, mas sobre as existências e relações de gênero em nossa sociedade, contra a qual lutam as teologias feministas e feminismos cristãos, que constitui o objeto desta tese e sobre a qual me debruço a partir do capítulo que segue.

---

<sup>26</sup> Sobre feminismos cristãos, ou cristianismos feministas, conferir a tese de doutorado de Flávia Valéria Cassimiro Braga Melo, defendida em 2021 no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da UFG, “*Ruah* está soprando as flores: mulheres e suas militâncias no fazer teológico feminista no Brasil”. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/11722/3/Tese%20-%20Fl%C3%A1via%20Val%C3%A9ria%20Cassimiro%20Braga%20Melo%20-%202021.pdf>. Acesso em: dez. 2022.

### 3 “DEUS FEZ MENINOS E MENINAS”: GÊNERO EM PUBLICAÇÕES CRISTÃS PARA O PÚBLICO INFANTIL

O mercado editorial tem incorporado, cada vez mais, à literatura infantil questões de gênero, classe, raça e etnia. Obras de caráter progressista e que abordam as temáticas das identidades e marcadores sociais, da diversidade e do pluralismo podem ser facilmente encontradas nas livrarias – físicas e digitais. Algumas publicações infantis recentes e relevantes que tratam de “problemas de gênero”<sup>27</sup> e que apresentam uma agenda feminista e/ou antirracista são: *Meu crespo é de rainha e Minha dança tem história*, ambos da célebre autora feminista Bell Hooks (1999); *A princesa e a costureira*, de Janaína Leslão (2015); *Mãe não é uma só, eu tenho duas*, de Nanda Mateus (2020); *Princesas em greve*, de Thais Linhares (2018); *Coisa de menina e Coisa de menino*, coleção de Pri Ferrari (2016); *Lute como uma princesa: contos de fadas para crianças feministas*, de Vita Murrow (2019); *Meninas negras*, de Madu Costa (2021); A coleção *Histórias de ninar para garotas rebeldes*, de Elena Favilli (2019), que conta com uma edição exclusiva sobre mulheres imigrantes; *O pequeno príncipe preto*, de Rodrigo França (2020); *Sofia Pimenta, futura presidenta*, de Andrea Beaty (2019); *Menina bonita do laço de fita*, de Ana Maria Machado (2019); entre inúmeros outros. Há também obras voltadas para os pais e cuidadores de crianças, como o *best-seller* recente *Para educar crianças feministas – um manifesto* (2021), da autora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie.

Contudo, é do lado oposto dessa tendência que se localiza o objeto de estudo desta pesquisa de doutorado. Sobre uma capa rosa-bebê, letras vistosas e prateadas enunciam: *Manual da princesinha. Um jeito divertido de aprender a se comportar como uma princesinha de Deus*. O livreto publicado em português pela editora cristã *Thomas Nelson*, em 2015, faz parte de um catálogo numeroso de obras da escritora e cantora gospel Sheila Walsh, que também conta com publicações como *As aventuras da princesinha Gigi* (2016), *Bíblia devocional da princesinha* (2017), *A Bíblia da princesinha* (2012), *Bíblia do pequeno guerreiro* (2015) e *Boa noite pequeno guerreiro: histórias bíblicas, devocionais e orações para a hora de dormir* (2017). Walsh é protestante, de denominação Batista, mas a perspectiva de gênero defendida em seus livros infantis

---

<sup>27</sup> Faço, aqui, uma referência à importante obra da filósofa feminista Judith Butler, *Gender Trouble*, cuja tradução para o português recebeu o título de “Problemas de Gênero” (2003).

é bastante semelhante, por exemplo, à encontrada em materiais pedagógicos produzidos pela Editora Canção Nova, segmento da Igreja Católica. Em *Matemática do Criador* (2018), livro infantil publicado pela Editora Canção Nova e indicado para a faixa etária de 4 a 8 anos, a autora católica Tatiana Ferreira sustenta que o conceito de família se reduziria à soma entre “homem+mulher+filhos” e que as identidades feminina ou masculina seriam concedidas a nós por Deus, sendo imutáveis. O gibi *Viva a Diferença* (2018), da controversa psicóloga batista Marisa Lobo, e o livro *Deus fez meninos e meninas* (2021), do pastor estadunidense Marty Machowski (traduzido para o português e publicado pela Fiel Editora), também compõem o caleidoscópio de obras cristãs para o público infantil que abordam mais diretamente a temática de gênero e sexualidade, mas a partir de uma gramática bastante diferente daquela dos feminismos. É sobre essa literatura infantil de caráter conservador e sua gramática de gênero que me debruçarei a partir do próximo tópico.

Antes de prosseguir à essa análise, contudo, é importante trazer algumas informações de caráter geral e introdutório acerca das editoras cristãs em nosso país. O Brasil conta com ao menos cinquenta editoras autodefinidas como cristãs. Conforme disponibilizado em seu site oficial<sup>28</sup> em novembro de 2023, há trinta e uma editoras oficialmente filiadas à ASEC – Associação de Editores Cristãos, fundada em 1988. Algumas das editoras cristãs mais conhecidas e com maior número de publicações – muitas delas mencionadas nesta tese – são: Editora Thomas Nelson Brasil, Editora Geográfica, Editora Cristã Evangélica, Editora BV Books, Editora Mundo Cristão, Editora Vida, Sociedade Bíblia do Brasil (SBB), Trinitas, Cultura Cristã, Luz e Vida, Editora Palavra, Universidade da Família, Editora Esperança, Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD), Editora Vida Nova, Fiel Editora, Graça Editorial (vinculada à Igreja Internacional da Graça de Deus), Editora Central Gospel (vinculada à Assembleia de Deus Vitória em Cristo) e Editora Canção Nova (vinculada à RCC da Igreja Católica). Os livros publicados por tais editoras podem ser encontrados para comercialização em sites das próprias editoras ou em lojas físicas e sites de livrarias cristãs, como Tenda Gospel, Livraria Família Cristã e Livraria 100% Cristão, assim como em portais agregadores de vendas, como Amazon e Estante Virtual.

O recorte analítico nos capítulos 3, 4 e 5 é essencialmente sobre publicações de caráter oficial, com ficha técnica disponível e autoria indicada, sendo majoritariamente em torno de livros e

---

<sup>28</sup> Disponível em: <https://editorescristaos.org.br/associados/>. Acesso em: out. 2023.

cartilhas de editoras associadas a denominações evangélicas, com exceção da mencionada editora do movimento católico Canção Nova. Isso se deve, pois, como já discutido, o foco desta tese é sobre perspectivas de gênero em setores conservadores pentecostais ou pentecostalizados. A renovação carismática católica é considerada, por autores como Carranza (2011) e Sofiati (2011), como setor pentecostalizado do catolicismo, ou “pentecostalismo católico”, adotando estratégias e discursos bastante semelhantes aos de segmentos evangélicos pentecostais, sobretudo no debate de gênero. Por fim, ressalto que minha amostra nesta pesquisa é exemplificativa do campo, não exaurindo-o, até pelas limitações impostas por uma pesquisa de doutorado – individual, espacialmente limitada e com recursos também limitados.

### **3.1 “Iguais, porém diferentes”: ressignificações e a atualização do debate de gênero nos cristianismos conservadores**

Alguns séculos, ou mesmo décadas, atrás, não seria improvável encontrar na literatura cristã para ou sobre crianças exemplos pouco sutis de uma visão hierárquica e masculinista sobre gênero. Jane Felipe (2000) nos fala da representação de meninos e meninas em manuais educativos que circularam entre o final do século XVIII e o início do século XX, como o *Guia das Escolas Maristas* e o *Thesouro dos Meninos*, onde se vedava, por exemplo, a leitura de poesia por meninos e a atividade física para meninas. Esse certamente não é o caso das produções analisadas nesta pesquisa. O movimento de mulheres e/ou feminista nos trouxe grandes avanços no último século, modificando relações, discursos e expectativas sobre gênero. Contudo, a produção da diferença sexual/de gênero parece sempre encontrar novas formas de se reinventar, considerando os padrões morais e discursivos de cada época. Não será fácil, portanto, encontrar qualquer livro infantil hoje, de viés religioso ou secular, que defenda explicitamente a subordinação das mulheres em nossa sociedade, ou a suposta superioridade moral e intelectual dos homens. Todavia, as referências à heterossexualidade compulsória, ao familismo, à reprodução como destino e a um rigoroso binarismo de gênero, além de inúmeras limitações ao que meninas e meninos podem experienciar socialmente, continuam presentes, sobretudo no material analisado nesta pesquisa, mas agora a partir de novos enquadramentos discursivos.

O discurso conservador sobre gênero experimenta um importante movimento de reinvenção a partir de debates dentro da Igreja Católica, ainda no papado de João Paulo II. Nesse período, a

noção de complementaridade dos sexos aparece para substituir a ideia de total submissão feminina ao marido. Posteriormente, o que observamos, sobretudo no repertório das novas direitas cristãs, é uma apropriação do discurso dos direitos humanos, incorporando lemas como a defesa da igualdade e o respeito às diferenças. Assim, os conservadorismos atualizam sua gramática de gênero, tornando-a mais palatável aos valores da contemporaneidade, ao mesmo tempo em que se resguardam contra acusações de que sua visão sobre gênero seria “atrasada”, “retrógrada” ou “ultrapassada”. Essa incorporação, no entanto, é feita a partir da ressignificação dos conceitos de igualdade e diferença, atribuindo a esses signos novos sentidos, de viés conservador. Como afirmam Vaggione, Machado e Biroli (2020, p. 31), tanto agentes dos catolicismos quanto dos pentecostalismos têm passado a traduzir “suas posições morais em termos de direitos”, utilizando a “gramática dos direitos humanos para defender a liberdade de crença, as prerrogativas das instituições religiosas e, em algumas sociedades, a inserção dos princípios morais cristãos nos quadros constitucionais”.

A cartilha *Viva a Diferença – Valorização da família cristã* (2018), produzida pela psicóloga Marisa Lobo (figura pública conhecida por defender tratamentos psicológicos para suposta conversão de homossexuais – “cura gay”) e publicada pela Igreja Batista do Bacacheri – Curitiba (PR), com apoio da Convenção Batista Brasileira, é bastante exemplar dessa nova gramática e do processo que Carranza (2022) chamou de “modernização conservadora”. Por essa razão, abro o debate com uma análise detalhada sobre este material.

Com 16 páginas e as opções de leitura online<sup>29</sup> ou impressão, o livreto *Viva a Diferença* é uma história em quadrinhos que acompanha uma família nuclear heterossexual (marido e esposa), com dois filhos (um menino e uma menina), trazendo um conteúdo integralmente focado em questões de gênero, trabalhadas a partir de uma matriz (neo)conservadora. Embora não conte com número de ISBN, a cartilha contém ficha técnica e autorização para distribuição e utilização em espaços de educação infantil cristã, sendo parte de um projeto maior, também chamado *Viva a Diferença*. Como aponta Marçal (2018, p. 3), Curitiba tem se tornado o epicentro de uma “militância batista contra a ‘ideologia de gênero’”, sendo o berço, por exemplo, do movimento *Gênesis*, que promoveu, em 2017, entre outras atividades, uma série de cultos intitulada “Homem e mulher os criou”, onde homens eram convidados a ir vestindo azul e mulheres rosa. A produção da referida cartilha faz parte dessa investida local e nacional.

---

<sup>29</sup> Disponível em: <https://vivaadiferenca.com.br/> Acesso em: out. 2023.

Marisa Lobo, autora do material, é conhecida militante conservadora, estando envolvida em diversas outras ações relacionadas à pauta de gênero, além da produção da cartilha em análise, como a oferta de cursos (figura 9) e a publicação de livros sobre o tema, como *A ideologia de gênero na educação: como esta doutrinação está sendo introduzida nas escolas e o que pode ser feito para proteger a criança e os pais* (publicado pela Editora Ministério, em 2016), e *Família em perigo: o que todos devem saber sobre a ideologia de gênero* (publicado pela Editora Central Gospel, em 2017). A narrativa em tirinhas foi lançada em 2018, ano bastante simbólico, uma vez que, naquele período, o pânico moral em torno de pautas de gênero e sexualidade foi mobilizado exaustivamente por grupos e candidatos conservadores nas campanhas eleitorais para a presidência da República, Congresso Nacional, governos estaduais e assembleias legislativas, que utilizaram, inclusive, o disparo de mensagens em massa com *fake news* alarmistas relacionadas a gênero e sexualidade.

**Figura 9 - Card curso Marisa Lobo**



Fonte: Site [www.psicologiacristã.com.br](http://www.psicologiacristã.com.br)

O gibi *Viva a Diferença* começa com a descoberta das duas crianças de que teriam genitálias diferentes. Zeca, ao compreender que tem um pênis, enquanto sua irmã Bia tem uma vagina, questiona: “Quem fez nosso corpo assim, mamãe?”. A mãe responde que “é a natureza humana criada por Deus. Quando Deus criou o mundo, ele fez o homem e a mulher, macho e fêmea”. A lógica dual e a oposição entre natureza x cultura tem papel essencial no debate de

gênero. Ao passo que setores conservadores irão posicionar o gênero integralmente na seara da “natureza”, que aqui se confunde com o design divino, setores progressistas tem posicionado o gênero mais no campo da cultura humana, sempre localizada social, histórico e geograficamente. Mais recentemente, teóricas de gênero e epistemólogas feministas tem questionado como a própria cultura constrói nossos sentidos de natureza.

A história desenhada *Viva a Diferença* trabalha com três identidades básicas: a identidade masculina do menino Zeca e do pai; a identidade feminina da menina Bia e da mãe; e a identidade cristã, comum a todos, chamada na cartilha de “identidade de cristo”. O uso do vocabulário das “identidades”, assim como o elogio à diferença, são derivados da gramática dos direitos humanos. No caso específico da cartilha, a evocação da categoria identidade(s) parece ser também uma estratégia do material para se contrapor ao discurso progressista das identidades de gênero. Na página 6 do folheto em quadrinhos, a menina Bia pergunta para sua mãe: “Eu tenho identidade?!” Qual é a minha?”, seguida pelo irmão Zeca, que completa: “E a minha?”. A mãe responde então: “Bia, a sua identidade é feminina. E Zeca, a sua é masculina”. As crianças emendam o diálogo perguntando sobre a identidade de seu pai, que enuncia no quadro seguinte: “A minha identidade é masculina e também é de cristo”. A mãe conclui a conversa sintetizando o que foi dito da seguinte forma: “Todos nós temos, em igualdade, a identidade de cristo. Porém, com algumas diferenças” (p. 7), que seriam, aqui, as diferenças sexuais/de gênero.

O conceito de identidade(s) de gênero, bastante utilizado ainda pelos ativismos por seu potencial político, a partir do reconhecimento da necessidade de certo essencialismo estratégico, não é, contudo, uma categoria livre de críticas na teoria de gênero. A ideia de identidade de gênero como elemento apriorístico, particular a cada indivíduo, isolado das relações sociais em que está implicado o sujeito e independente de como seu corpo se comunica com um determinado conjunto de performances e expectativas de gênero, parece servir mais aos interesses conservadores do que a um projeto emancipatório sobre o gênero. Compreendo, pelos motivos já discutidos, que a categoria ainda é útil como canal para obtenção de direitos e políticas públicas específicas, contudo, mesmo dentro desse *frame*, considero que devemos pensar em identidades e identidades de gênero a partir da perspectiva de Judith Butler (2019, p. 214), para quem

um gênero não é de forma alguma uma identidade estável da qual diferentes ações acontecem, nem seu lugar de agência; mas uma identidade tenuamente constituída no tempo – identidade instituída por meio de uma repetição estilizada

de certos atos. Os gêneros são instituídos pela estilização do corpo e, por isso, precisam ser entendidos como o processo ordinário pelo qual gestos corporais, movimentos e ações de vários tipos formam a ilusão de um Eu atribuído de gênero imemorial. Essa formulação retira a produção de gênero de um modelo essencial de identidade e a coloca em relação a uma determinada temporalidade social. [...] Se a base da identidade de gênero é a contínua repetição estilizada de certos atos, e não uma identidade aparentemente harmoniosa, as possibilidades de transformação dos gêneros estão na relação arbitrária desses atos, na possibilidade de um padrão diferente de repetição, na quebra ou subversão da repetição do estilo mobilizado.

As diferenças entre Bia e Zeca não são apresentadas na obra como sendo restritas apenas às manifestações físicas visíveis (sistema reprodutor diverso) ou hormonais, mas também a algo que Cordelia Fine (2012) nomeia de neurosexismo: a ideia de que as “mentes” de homens e mulheres também seriam distintas, como podemos observar na figura 10, quando Bia afirma que, “na cabeça e no corpo”, ela é menina e o irmão é menino. Conforme Fine (2012, p. 23), “o sexismo disfarçado com ornatos neurocientíficos já está mudando a maneira como as crianças são educadas. O neurosexismo reflete e reforça crenças culturais a respeito do gênero e pode fazer isso de uma maneira particularmente eficiente”. Discutirei em maior detalhe a tendência cerebralista no debate de gênero no tópico 3.8.

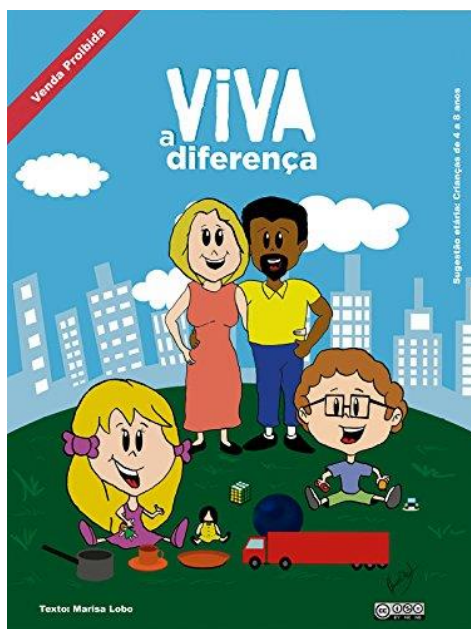
**Figura 10 - Cartilha *Viva a Diferença***



Um outro aspecto que provoca o leitor da cartilha e merece destaque é a sua capa (figura 11). Vemos a imagem de um casal heterossexual e seus dois filhos pequenos. A garota está no

mesmo alinhamento que a mãe, assim como o garoto e seu pai, demarcando visualmente o binarismo de gênero. O posicionamento das crianças na imagem, sentadas no chão, enquanto os pais estão em pé, graficamente acima delas, reforça a noção de hierarquia parental e adultocêntrica. Um outro elemento de linguagem não verbal reforça, já na capa, a referência à “diferença”: o pai das crianças é representado como um homem negro, enquanto a mãe é uma mulher branca. Embora o pai seja negro, seus dois filhos são representados com cor de pele bastante clara (ainda que o menino aparente ter cabelos crespos), o que acaba promovendo certo apagamento da questão racial no livreto – há um embranquecimento do resto da família, em contraposição à negritude do pai. É preciso ressaltar, aqui, que a narrativa (neo)conservadora também passa por uma ideia de nação que apaga todos os conflitos e desigualdades sociais, incluindo os de raça e etnia. Nesse sentido, o mito da democracia racial também é defendido pelos detratores da perspectiva de gênero e dos feminismos. Como nos lembra Lélia Gonzalez (1984), racismo e machismo são elementos fundantes na sociedade brasileira.

**Figura 11 - Capa da cartilha *Viva a Diferença***



A perspectiva conservadora e estereotípica de gênero também é algo que se apresenta já na capa da HQ. Mãe e filha usam vestidos com cores derivadas do rosa, enquanto o azul está presente nas roupas do pai e do menino. A garota Bia usa dois grandes laços no cabelo, também de cor rosa. Butler (2019, p. 224) sustenta que a permanente estilização dos corpos em “modelos atribuídos de

gênero” é essencial para construir a aparência de estabilidade do gênero, uma vez que “a realidade dos gêneros é performática, o que significa dizer que ela só é real enquanto estiver sendo performada”.

Ainda sobre a capa da obra, notamos outro importante interdiscurso sobre gênero. Distribuídos na frente de cada uma das crianças estão brinquedos que seriam, supostamente, pertinentes a cada um (brinquedos da menina x brinquedos do menino). De um lado está Bia, cercada por panelinhas e uma boneca. Do outro lado, Zeca, que tem, diante de si, um carrinho, um caminhão e uma bola. Posicionado no meio das duplas de gênero (mãe e filha x pai e filho) e, estrategicamente, à mesma distância das duas crianças, está um cubo mágico. Sua localização na imagem indica que este seria um brinquedo “neutro”, que poderia ser utilizado, portanto, tanto por meninas quanto por meninos.

A importância que os brinquedos infantis assumem no debate de gênero se relaciona ao fato de refletirem, no imaginário comunitário, os papéis sociais que serão desempenhados futuramente por aqueles indivíduos, a depender de seu sexo/gênero. Os brinquedos vistos como femininos geralmente estão associados às tarefas de cuidado e ao ambiente doméstico, e demandam menos mobilidade corporal; já os masculinos mimetizam a esfera pública, da rua e do trabalho, e envolvem mais movimento. A restrição de meninos e meninas a determinados brinquedos e brincadeiras acaba por limitar os estímulos que recebem e o desenvolvimento de inclinações e habilidades diversas, o que, posteriormente, acaba contribuindo para reforçar a hipótese conservadora de afeições e habilidades “naturais” a cada gênero. Como bem sintetizado por Fine (2012, p. 134):

As realidades e crenças culturais a respeito das mulheres e dos homens – representadas nas desigualdades existentes, nos comerciais, nas conversas, na cabeça, nas expectativas ou nos comportamentos dos outros, ou que são inseridos na nossa mente pelo ambiente – alteram a maneira como percebemos a nós mesmos, os nossos interesses e o nosso comportamento.

Na página 9 da cartilha, Zeca conta para o pai que a professora teria lhe dito que “não existe brinquedo de menino e de menina”, ao que o pai retruca: “Têm brincadeiras que vocês podem brincar juntos, sim. Mas têm brinquedos que são preferidos pelos meninos e outros pelas meninas”. O ato de fala paterno, afirmando que haveria certos brinquedos preferidos por cada gênero, acaba por fabricar, no longo prazo, tal preferência. Os discursos sobre gênero que circulam socialmente, sendo emitidos por figuras de autoridade ou não, modelam uma realidade de gênero que os reflete

e os reproduz. Como afirma a psicóloga e pesquisadora feminista Cordelia Fine (2012, p. 172), “as crianças humanas têm um impulso poderoso de se autossocializar em papéis de gênero, ou seja, mesmo na ausência de qualquer incentivo da parte dos pais, elas são atraídas por coisas e comportamentos associados ao seu sexo”.

Para mais, a resposta do pai sobre o gênero das brincadeiras, que contraria os ensinamentos da professora e afirma uma visão mais conservadora sobre gênero, é uma referência ao discurso (neo)conservador de que existiria uma suposta “doutrinação ideológica” de gênero nas escolas e que os pais deveriam combater tal fenômeno assumindo uma posição mais ativa diante do tema e exercendo seu alegado monopólio na educação moral e sexual de seus filhos. Sobre a estratégia conservadora de “definir como ‘ideológico’ os movimentos referenciados pelo pluralismo ético”, Vaggione, Machado e Biroli (2020, p. 35) sustentam que esta permite a atores conservadores “reivindicar a ciência e até a democracia, ainda que sua atuação pese sobre os pressupostos liberais básicos e sobre a própria democracia, enquanto regime que garante direitos a minorias e se pauta pelo pluralismo ético”.

Ao longo da cartilha, mesmo quando há supostas concessões, a diferença ainda precisa ser demarcada. Na página 10, o garoto Zeca questiona se a irmã pode brincar de carrinho com ele, ao que ela responde: “claro que posso, mas gosto mais do meu, que é rosa! É carro, igual o seu, mas é mais o meu estilo”. Já na página 11, o personagem Zeca verbaliza que gosta de cozinhar e quer que lhe comprem um fogão de brinquedo, mas que não poderá ser da mesma cor que o fogão da irmã Bia, pois “rosa é de menina”. Parece prevalecer, portanto, no pânico moral em torno de “brinquedos sem gênero”, um medo da emasculação/feminização dos meninos e da masculinização das meninas. Assim, mesmo brincando de carrinho, a garota Bia precisa feminizar a brincadeira, tendo um carrinho mais ao seu “estilo” (o estilo das meninas). Guacira Lopes Louro (2021) afirma que não só os brinquedos, mas as roupas, os acessórios e os comportamentos sofrem adequação e policiamento de gênero.

Através de muitos processos, de cuidados físicos, exercícios, roupas, aromas, adornos, inscrevemos nos corpos marcas de identidades e, conseqüentemente, de diferenciação. Treinamos nossos sentidos para perceber e decodificar essas marcas e aprendemos a classificar os sujeitos pelas formas como eles se apresentam corporalmente, pelos comportamentos e gestos que empregam e pelas várias formas com que se expressam (Louro, 2021, p. 17).

Diferentemente da perspectiva de identidade de gênero como encontrada nas teorias progressistas de gênero, onde ela se constrói, se sustenta e se modifica como dispositivo performático, em uma relação constante entre aspectos psíquicos, mas também culturais/sociais, na perspectiva do livreto, ser menina ou ser menino seria algo que estaria incorporado à programação neural de cada indivíduo, não podendo ser alterado e caracterizando formas diversas e binárias de pensar e agir (um pensamento tipicamente feminino, um comportamento tipicamente feminino, habilidades tipicamente femininas, formas de sentir tipicamente feminintas etc.).

Ao longo das páginas da HQ, a crítica à teoria de gênero e ao papel da escola na educação para a igualdade de gênero se tornam bastante evidentes. O discurso (neo)conservador de que escola e mídia estariam, de alguma forma, doutrinando crianças para transicionarem, por mero voluntarismo, ao gênero oposto, está explicitamente presente na cartilha, como observamos na figura 12, onde as crianças afirmam que teriam ouvido tanto na escola quanto na TV que podem “ser menino” ou “ser menina”, se quiserem. As novas direitas cristãs, perspectiva à qual se alinha Marisa Lobo, frequentemente questionam a escola como fonte legítima de educação sobre gênero. A defesa da não intervenção escolar em questões éticas e de valores associa-se a um processo de descrédito de todas as instituições laicas e do próprio Estado, típico do discurso da integridade, que associa neoliberalismo econômico e conservadorismo moral (Fonseca, 2019).

**Figura 12 - Cartilha *Viva a Diferença*, p. 8**



Além do trecho mencionado, a pauta das transsexualidades aparece como subtexto em outros momentos da cartilha. Após uma fala do pai sobre a importância das diferenças e o papel especial que Deus teria dado a cada um, sua esposa completa: “Não nascemos no corpo errado”. O pânico em torno de sujeitos desviantes, não conformados no binário de gênero, é importante

elemento da retórica conservadora atual. A polemização de questões como o uso de banheiros e a prática de esportes por pessoas trans têm mostrado grande potencial de mobilização em favor das novas direitas cristãs.

Ao acessar o site da publicação *Viva a Diferença*, encontramos os dizeres “meninos e meninas são diferentes, porém iguais em direitos”. A frase produz um efeito interessante e contraditório: ao mesmo tempo em que é trazido o sentido de equidade/igualdade de gênero, é afirmada, por meio do intertexto, a diferença sexual/de gênero em termos criticados pelos agentes e movimentos que lutam por tal igualdade. Assim, a

categoria diferença opera aqui não para reivindicar os direitos dos/das minorizados/as, mas para estabelecer barreiras às possibilidades de vivências de gênero. Após uma leitura cautelosa da obra, notamos que a celebração da “diferença” acaba se restringindo a uma defesa repaginada da tese da complementaridade dos sexos (homens e mulheres são diferentes, porém complementares; são iguais diante de Deus, ainda que diferentes em seus papéis na família e na sociedade). Conforme destaca Flávia Biroli (2020, p. 164),

A ideia de que existe uma natureza feminina contraposta e complementar à masculina é fortemente marcada pela responsabilização desigual pelas tarefas domésticas e de cuidado e pela ideia de que a inserção de mulheres e homens na esfera privada e na esfera pública é diferenciada em decorrência de uma suposta natureza dos sexos.

Ao mesmo tempo que se afirma na cartilha que as identidades de gênero seriam naturais e pré-definidas por Deus, argumenta-se que estariam ameaçadas pela “doutrinação” de setores progressistas, defensores de uma suposta “ideologia de gênero”, em instituições como mídia e sistema escolar. Esse “natural”, portanto, precisaria, paradoxalmente, ser ensinado e regulado constantemente. Dessa forma, materiais como a cartilha *Viva a Diferença* e outros que são analisados nesta pesquisa parecem servir a uma intencionalidade, que nega a construção social do gênero, mas que age a partir da perspectiva do construcionismo ao engajar-se em um projeto conservador de educação de gênero. Para a teóloga feminista Ivone Gebara (1997, p. 39), a epistemologia teológica hegemônica hoje é patriarcal e essencialista, sustentada na hipótese de que haveria uma essência humana (perdida com a queda de Adão e Eva do paraíso) que precisaria ser “restaurada em meio às vicissitudes da vida”. É possível acrescentar à tal análise que, dentro do universo de tal essencialismo patriarcal sobre o divino, haveria também uma narrativa sobre uma suposta essência ideal de gênero (conforme o desenho original e a vontade de Deus) que precisaria

ser retomada; um horizonte a ser buscado constantemente para atingir a suposta verdade essencial: o plano divino para a manifestação do gênero e da sexualidade entre suas criaturas. O argumento da busca pela essência perdida permite, portanto, definir padrões de gênero estereotípicos e mesmo inalcançáveis, que sequer refletem as plurais experiências de gênero dos fiéis na atualidade, mas que funcionam para manter uma determinada ordem de poder masculinista.

### **3.2 Primeira experiência presencial no campo das livrarias cristãs: um breve relato**

Não sou uma pessoa tipicamente religiosa, embora tenha crescido católica e realizado a primeira comunhão durante a adolescência. Antes de meu engajamento neste projeto de pesquisa, não frequentava espaços de culto há mais de uma década. Também eram pouco conhecidas previamente por mim as livrarias religiosas, o que certamente me impôs desafios em campo. Esta pesquisa demandou várias visitas a livrarias, tanto digitais quanto físicas. Durante o primeiro ano da pesquisa, minhas incursões haviam sido apenas digitais, até pelas limitações da crise sanitária decorrente da pandemia de Sars-Covid 19. Nesse período de restrições, realizei buscas em sites agregadores de vendas de livros, como *Amazon* e *Estante Virtual*, e também em sites de livrarias autodenominadas cristãs, ou católicas e evangélicas – encontrados a partir de ferramentas de busca. Minha primeira visita física a uma livraria especializada no município de Goiânia – onde vivo e onde realizei esta pesquisa de doutorado – aconteceu em uma manhã de sábado, em 16 de outubro de 2021. Nesta ocasião, tive a oportunidade de visitar duas livrarias, *Antioquia Books* e *Semeando Livraria Evangélica*, ambas localizadas na rua 23, no Setor Central. A região é conhecida por contar com várias livrarias e sebos.

Antes de sair casa, troquei de roupa várias vezes. Temia certo estranhamento de meus interlocutores em campo, uma vez que tenho tatuagens feministas pelo corpo e, naquele momento, tinha os cabelos tingidos de rosa. Certamente notei alguns olhares curiosos ao entrar na *Antioquia Books*, minha primeira parada naquele dia, mas os olhares logo foram substituídos por certo desinteresse, já que a loja estava cheia e outros clientes demandavam atenção. A fachada da livraria anunciava ser um local com livros cristãos, mas também com títulos de Filosofia. De fato, foi possível encontrar uma sessão com obras de caráter mais secular, de Filosofia e de Literatura em geral, no entanto, a maioria dos livros disponíveis era de orientação cristã. A loja era ampla e contava com um catálogo infanto-juvenil variado. Os materiais mais presentes na sessão de livros

infantis, onde me detive por mais tempo, eram livretos de oração, manuais devocionais, histórias bíblicas contadas em linguagem para crianças e livros de colorir com personagens bíblicos. Já na sessão dedicada às mulheres, muitas obras se voltavam para temáticas como família e casamento, como educar filhos, como ser uma boa esposa e como ser uma mulher cristã. Enquanto observava os livros dispostos, notei que várias pessoas – algumas bastante jovens – chegavam para o que parecia ser um grupo de estudos, que se realizava no fundo da loja. O local me pareceu bastante cheio para uma livraria no centro da cidade, em um sábado. Minha percepção inicial foi de que a livraria funcionava não só como lugar para compra de livros, mas como espécie de ponto de encontro.

A segunda livraria que visitei naquela primeira entrada em campo se chamava *Semeando Livraria Evangélica*. Era uma loja bastante pequena, com apenas uma porta. Ao entrar, fui recebida por um senhor, que de pronto me perguntou o que procurava. Questionei-o sobre livros infantis e ele apontou para a parede, onde alguns poucos volumes estavam expostos, a maioria livretos para colorir. Enquanto olhava o material infantil, uma mulher de meia idade entrou na livraria perguntando por cartilhas para adolescentes. Ela parecia saber exatamente o que estava procurando. Foi quando notei, organizadas por faixa etária, diversas cartilhas para crianças e adolescentes. Todas as cartilhas eram acompanhadas por um “manual do professor” e se dividiam em temas diversos, como “heróis da Bíblia”, “família” e “amizades”. A mulher que entrou depois de mim não demorou muito e saiu levando três cartilhas. A partir de sua interação com o vendedor, pude compreender que ela comprava esse material com frequência e que, possivelmente, trabalhava com crianças em sua comunidade religiosa, utilizando esse material. Eu também acabei comprando duas das cartilhas para adolescentes e sai da loja com o entendimento de que teria que retornar mais vezes.

Após essa primeira experiência narrada, eu me engajaria em diversas outras visitas a livrarias cristãs, físicas e digitais, comprando alguns itens, consultando outros e acessando também conteúdo público gratuito pela internet. As principais livrarias online consultadas para a pesquisa estão listadas no final desta tese. Destaco aqui que optei por trabalhar não apenas com livros e materiais publicados por autores brasileiros, tendo escolhido algumas obras publicadas originalmente em inglês e, posteriormente, traduzidas para o português. Isso se justifica pela já discutida influência dos protestantismos norte-americanos sobre o Brasil.

### 3.3 Usos e sentidos da categoria gênero na produção analisada

Embora haja uma tendência conservadora abrangente nas publicações estudadas nesta pesquisa, são distintas as formas como a categoria gênero é mobilizada em cada obra. Um aspecto que predomina em todos os materiais é uma perspectiva essencialista de gênero e sua definição como atribuição divina (ou dádiva, como discutido anteriormente nesta tese), bem ilustrada no livro infantil de Marty Machowski<sup>30</sup> *Deus fez meninos e meninas* (2021), que acompanha um professor respondendo dúvidas de crianças sobre gênero. Em determinado trecho do livro, o personagem Sr. Rafael diz para o grupo de crianças: “Vocês sabiam que gênero é a palavra que usamos para descrever o bom dom de Deus de criar cada um de nós como homem ou mulher?” (s.p). A já mencionada cartilha *Viva a Diferença*, de Marisa Lobo, também utiliza a terminologia “gênero”, trazendo um debate sobre “identidades de gênero” masculinas e femininas. Embora o uso do vocabulário de gênero seja encontrado em vários dos livros estudados e também em materiais de evangelização infantil, como no slogan “Nosso gênero vem de Deus” (discussão detalhada no capítulo 5), esse nem sempre é o caso nos livros infantis analisados nesta pesquisa. Algumas vezes o termo “gênero” aparece exclusivamente para ser criticado ou completamente rejeitado como categoria explicativa do mundo, sendo restrito ao seu entendimento enquanto ideologia, falseamento da realidade. Em outros casos, está simplesmente ausente. Nestes casos, não se fala de um gênero feminino ou masculino assinalado por Deus, mas de sexo feminino ou masculino, apenas.

Em *Matemática do Criador* (2018), livro infantil de autoria de Tatiana Ferreira,<sup>31</sup> por exemplo, lemos que “nosso sexo masculino ou feminino vem de Deus e não pode ser mudado!” e que “antes mesmo de nascer, ainda na barriga da mãe, nosso sexo é definido” (p. 30). Nesta obra, não há “dom do gênero”, mas sim “dom do sexo”. Uma hipótese que lanço aqui, mas que precisaria de maiores estudos, é a possibilidade de que a terminologia gênero não esteja presente na obra de Ferreira por essa ser uma obra vinculada à Canção Nova, movimento da renovação carismática católica que está profundamente engajado na crítica à categoria gênero, assim como boa parte dos

---

<sup>30</sup> Marty Machowski é um pastor norte-americano, autor de vários livros infantis. Machowski atua na Covenant Fellowship Church, em Glen Mills, Pensilvânia. A instituição é definida como uma igreja carismática reformada não denominacional.

<sup>31</sup> Tatiana Ferreira é pernambucana, evangelizadora infantil e missionária no movimento católico de renovação carismática Canção Nova. Coordena o Departamento Infantil da Canção Nova e é autora de sete livros infantis, tanto pela Editora Canção Nova quanto por outras editoras cristãs.

catolicismos. Como discutido em capítulo anterior, a Igreja Católica inaugurou a ofensiva à perspectiva feminista de gênero, tendo trabalhado para barrar a presença do termo em documentos oficiais, como pactos internacionais pela igualdade de gênero. Embora os setores pentecostais também tenham aderido à narrativa de combate à uma suposta “ideologia de gênero”, é possível que os pentecostalismos, católicos e evangélicos, ainda que dentro de um pacto informal conservador, estejam adotando estratégias distintas, que vão desde o apagamento até a ressignificação da categoria gênero.

Assim, observamos que os atores do campo cristão negociam de formas diversas com a categoria gênero, ora negando-a ora produzindo novos sentidos com/sobre ela, a partir de uma gramática própria, a dos cristianismos, e não a gramática dos feminismos, do movimento LGBTQIA+ e da teoria de gênero, que começam a perder terreno como interlocutores legítimos sobre o tema, muito em consequência dos ataques das novas direitas ao conhecimento acadêmico de caráter progressista. Asseverar, como muitos de nós<sup>32</sup> pesquisadores de gênero temos feito, que tais segmentos cristãos conservadores produzem discursos e ativismos “antigênero” ou promovem uma cruzada “contra o gênero”, é, portanto, algo que precisa ser feito de forma cautelosa, sendo delimitada a abrangência de tal afirmação. A expressão “antigênero” aparece nesta tese, sobretudo em citações de pesquisadores do tema, sendo bastante válida para tratar de diversos movimentos ocorridos nas últimas décadas. Contudo, é necessário destacar que, o que parece ocorrer hoje, em muitos casos, não é negação do gênero, mas um processo de apropriação e ressignificação da categoria, a partir do repertório dos cristianismos conservadores, com o objetivo de produzir no público geral um estranhamento e uma rejeição dos usos e significados sobre a categoria gênero originalmente desenvolvidos no campo dos ativismos queer-feministas e da *gender theory*, e normalizando os usos e sentidos de gênero a partir dessa nova gramática (neo)conservadora. Muito mais do que uma guerra contra o gênero, há uma disputa em torno dos sentidos da categoria gênero. Assim como as novas direitas cristãs incorporam e ressignificam a noção de direitos humanos, elas também o fazem com gênero.

Essa negociação com a categoria gênero e com os pressupostos que caminham com ela é bastante complexa e, como já mencionado, não se apresenta de maneira uniforme em todos os

---

<sup>32</sup> Eu mesma utilizei a noção de “cruzadas contra o gênero” em artigo publicado em 2021 e em minha dissertação de mestrado, concluída em 2019. Ao longo desta pesquisa doutoral, contudo, passo a problematizar o uso generalizado e irrestrito dessa definição.

materiais cristãos analisados. Da mesma forma, também não é homogênea a maneira como cada livro aqui analisado trata as normas e expectativas em torno do gênero. Os usos e sentidos de gênero também estão em disputa dentro do próprio campo cristão conservador. Enquanto na mencionada obra do pastor norte-americano Machowski (2021), *Deus fez meninos e meninas* (figura 13), a personagem Maria joga futebol com os meninos, veste roupas largas e é ensinada pelo professor Rafael que não deixa de ser uma menina por gostar de fazer todas essas coisas, na obra da canção-novista Tatiana Ferreira encontramos uma perspectiva de gênero bem mais restrita para meninos e meninas, homens e mulheres.

**Figura 13 - Obra *Deus fez meninos e meninas* (2021)<sup>33</sup>**



A narrativa em *Matemática do Criador* (2018), livro infantil da educadora e autora católica Tatiana Ferreira (figura 14), é trazida a nós pela perspectiva do menino Felipe, narrador em primeira pessoa, tendo como foco a descrição dos membros e da rotina de seu núcleo familiar. Felipe apresenta o pai como sendo “forte” e “trabalhador”, enquanto sobre a mãe é dito que é “muito carinhosa, inteligente e sabe fazer a comida preferida de todos lá de casa” (p. 7). Os

<sup>33</sup> Lê-se na página: “Maria amava jogar futebol, fazer flexões, subir em árvores e, mais do que tudo, Maria amava correr. O professor delas, o Sr. Rafael, estava observando as crianças brincarem. Ele viu Maria fazer um zigue-zague com a bola. Nenhum dos meninos conseguia alcançá-la. Ela é rápida como o vento, pensou ele para si mesmo ao tocar o sino para o fim do recreio”.

adjetivos escolhidos para descrever os pais e as imagens que ilustram a obra parecem indicar um modelo de família considerado “tradicional” e ideal pelos cristianismos conservadores, sustentado em uma rígida e desigual divisão sexual do trabalho. Enquanto o pai, Pedro, teria um emprego formal, a mãe, Rosa, seria a cuidadora principal das crianças, do espaço doméstico e do próprio marido.

Estereótipos de gênero relacionados a hobbies e profissões, além de uma visão bastante conservadora sobre os papéis de homens e mulheres na família e na sociedade, permeiam toda a obra de Ferreira (2018). Na página 12, o garoto Felipe afirma gostar de jogar bola, brincar com super-heróis, jogar jogos de tabuleiro e jogo da memória, montar quebra-cabeça, andar de skate e de bicicleta. No futuro, espera se tornar “veterinário, cientista ou aviador” (p. 13). Enquanto as atividades de preferência de Felipe são atividades esportivas ou que exercitam o raciocínio lógico-matemático e suas pretensões profissionais envolvem ocupações que gozam de grande status social, as atividades vinculadas à menina Teresa são ligadas à expressão corporal, aos cuidados com a aparência e a brincadeiras que mimetizam a maternidade e o trabalho doméstico. Na página 8, Teresa é descrita como alguém que gosta de cantar, dançar, brincar de casinha, de boneca e “também com as coisas da mamãe” (entende-se por “coisas da mamãe”, no contexto da obra e de suas ilustrações, roupas, sapatos, maquiagens e outros itens semelhantes). Não é informado, ao longo do livro, nada sobre os desejos futuros da menina para estudo e/ou trabalho. Essa ausência carrega grande significado, podendo apontar para uma perspectiva onde a realização profissional não está (ou não deve estar) no centro da experiência feminina. Não parece ser irrelevante, também, a escolha da autora por uma narração pelas lentes de um personagem masculino.

A perspectiva mais restritiva e prescritivista sobre as possibilidades de agência/existência dentro de cada gênero, encontrada na obra *Matemática do Criador*, está bem sintetizada na página 28, onde lemos que “nosso modo de se vestir, de falar e de agir deve ser conforme somos. Menino é menino, e menina é menina, não precisa complicar”. Ou seja, enquanto no livro de Machowski (2021) a menina Maria pode correr entre meninos, subir em árvores e usar shorts largos sem ter sua identidade feminina perturbada ou questionada, uma vez que o dom divino do gênero seria algo intrínseco ao sujeito e não vinculado a determinadas performances, em Ferreira (2018), encontramos uma visão mais prescritivista sobre o gênero, que funcionaria como um código moral

e cultural a ser reforçado, indicando como meninos e meninas, homens e mulheres, devem pensar, agir, falar e se vestir para bem refletirem a vontade divina sobre o gênero.

**Figura 14 - Obra *Matemática do Criador*, Ferreira, 2018**



Em *Deus fez meninos e meninas*, o autor caminha em uma direção que, em muitos aspectos, é contrária à de Ferreira em *Matemática do Criador*. As primeiras páginas do livro de Machowski estão dedicadas à desconstrução de certos estereótipos de gênero, contando com texto e imagens que representam meninos e meninas em grande diversidade de atividades e estilos pessoais. O narrador afirma que “algumas garotas gostam de cozinhar, enquanto outras preferem consertar carros” e que alguns meninos cozinham, enquanto outros consertam carros, mas que “nada disso muda quem Deus os criou para ser” (s.p). Algumas páginas depois, temos a imagem de uma jovem mulher negra de jaleco e com um béquero em mãos, ao lado de um rapaz que diz: “você é uma cientista maravilhosa”. Na página ao lado, um rapaz dança balé e é elogiado por uma jovem, que bate palmas e afirma: “gosto de como você dança!”. Por fim, o professor Rafael afirma para as crianças: “lembrem-se, não é o que nós fazemos, gostamos ou pensamos que nos tornam menino ou menina. Deus nos deu nosso gênero como um dom especial, e Deus nunca comete erros. Seus caminhos são perfeitos”. Na obra de Machowski, portanto, gênero é trabalhado como código biológico (concedido pelo divino) que separaria “homens” de “mulheres”, e não como fator definidor de personalidades e destinos profissionais. Já no livro de Tatiana Ferreira, temos um uso

quase tautológico da ideia de identidades de gênero. Meninas e meninos são diferentes porque se “vestem, agem e falam de maneiras diferentes” (em decorrência de tal ação), ou meninos e meninas se vestem, agem e falam de maneiras diferentes pois seriam, aprioristicamente, diferentes? O argumento circular de Ferreira se sustenta, portanto, no que a Filosofia chamaria de falácia não formal da petição de princípio, onde a própria conclusão funciona como premissa. Se o que sustenta a diferença “natural”, na visão de Ferreira (2018), é o disciplinamento das performances, portanto, há um processo cíclico onde não se pode mais apontar que há uma “natureza de gênero” pré-experiência. Este uso da falácia lógica de petição de princípios, onde as consequências da construção cultural da diferença de gênero são apontadas como prova em si do caráter inato de tal diferença “essencial” entre homens e mulheres, está presente também em outras obras analisadas nesta pesquisa, como no seguinte trecho encontrado em *Qual é a deles? Como entender o que os meninos querem e pensam*, obra de Crystal Kirgiss publicada em 2011 pela editora Mundo Cristão:

É claro que meninos e meninas são diferentes (e não só nas características físicas mais óbvias). Se não fossem diferentes, não haveria tanta frustração, tantos mal-entendidos e tantas gozações. Tirinhas, programas de televisão e filmes não teriam metade das piadas que têm. Não haveria tantas revistas diferentes. Não existiriam palavras como ele, ela, dele, dela. Não haveria uma seção para meninos e outra para meninas nas lojas de roupas (Kirgiss, 2011, p. 19).

Para Kirgiss, portanto, a existência de setores masculinos e femininos em lojas de departamento seria prova da existência de uma essência masculina e de uma essência feminina, naturalmente distintas. Guardadas as devidas diferenças e proporções, é como se alguém, no Alabama segregacionista dos anos 1960, afirmasse que humanos brancos e humanos negros são eminentemente diferentes em sua natureza e oferecesse como prova científica de seu argumento o fato de existirem escolas para negros e escolas para brancos, bebedouros para negros e bebedouros para brancos, piscinas públicas para negros e piscinas públicas para brancos, apagando o papel de leis e ideologias racistas na construção dessa diferença.

Após uma análise atenta das obras, não parece haver, portanto, uma única e homogênea perspectiva, discurso ou orientação para a ação diante do conceito de gênero por parte de setores cristãos conservadores. Alguns recusam completamente o uso do substantivo, enquanto outros apropriam-se dele para afirmar que Deus é quem cria “o gênero”. Assim, gênero pode ser utilizado de forma diferente em contextos diversos. Um mesmo grupo pode demonizar a categoria gênero em um determinado momento em que é estratégico fazê-lo (como quando mobilizam a expressão

“ideologia de gênero”), mas utilizá-la, posteriormente, em atividades como a oficina/culto infantil “Nosso gênero vem de Deus”, que tem ocorrido em diversas igrejas evangélicas desde, aproximadamente, 2017. Isso pois, conforme Orlandi (2012, p. 60), “uma mesma palavra, na mesma língua, significa diferentemente, dependendo da posição do sujeito e da inscrição do que diz em uma ou outra formação discursiva”. A autora afirma ainda que:

Ao dizer, o sujeito significa em condições determinantes, impelido, de um lado, pela língua, e de outro, pelo mundo, pela sua experiência, por fatos que reclamam sentidos, e também por sua memória discursiva, por um saber/poder/dever dizer em que os fatos fazem sentidos por se inscreverem em formações discursivas que representam no discurso as injunções ideológicas. (p. 53).

Dessa forma, dentro da(s) formação(ões) discursiva(s) do campo (neo)conservador, “gênero” é uma categoria discursiva polissêmica, ora operando como pura ideologia malévola a ser rechaçada, ora sendo traduzida como o conjunto de atributos femininos ou masculinos incutidos no ser por Deus – ou seja, gênero como graça divina concedida, e que não poderia, portanto, ser recusada ou alterada no curso da vida. Neste segundo sentido, gênero está frequentemente associado não apenas a marcadores físicos, biológicos, mas a supostas características de personalidade e papéis sexuais a serem desempenhados na sociedade. Mesmo entre os interlocutores dos cristianismos que adotam uma abordagem um pouco menos prescritivista sobre gênero, como no livro *Deus fez meninos e meninas*, essa perspectiva ainda é bastante limitante, não contemplando, por exemplo, as experiências de crianças e adultos *queer*, sobretudo transsexuais, tópico sobre o qual parece haver maior rigidez nas obras analisadas.

Se há algo em que concordam as obras de Ferreira e de Machowski, tão diversas como são, é em sua perspectiva essencialista sobre gênero – atributo fixo, pré-cultural e imutável. É preciso destacar que a sapeca menina Maria, na obra de Machowski, é um modelo aceitável de feminilidade só até certo ponto. A recusa futura a se engajar em um relacionamento heterossexual, se casar e ter filhos, ou mesmo uma possível negação em continuar se identificando como menina, a retiraria do campo do aceitável pela ordem de gênero defendida no livro. Longe de ser uma obra que subverte o gênero, *Deus fez meninos e meninas* é o material perfeito para o câmbio narrativo da modernização conservadora. Uma evidência de tal caráter da obra está no texto introdutório, escrito por Marty Machowski para os “pais ou cuidadores”, onde o autor utiliza elementos

discursivos sustentados no atual pânico moral antitrans, tema que ocupa boa parte das preocupações de militantes contra a “ideologia de gênero”. Machowski afirma:

Na geração passada, ninguém teria imaginado que tantos estariam confusos a respeito de seu próprio gênero. Mas hoje a ideia de que você pode escolher o seu gênero está ganhando força em nossa cultura. [...] Isso é muito confuso para as crianças, e é reconfortante podermos confiar na Palavra autoritativa de Deus para ajudar as crianças a entender que o sexo biológico com o qual nascemos é o bom dom de Deus para cada um de nós. Você pode conseguir mudar as roupas que usa, mas nada pode mudar a sua identidade sexual biológica dada por Deus. Se Deus a criou mulher, nada do que você fizer vai alterar quem Deus a criou para ser.

### 3.4 In(corpo)rando o gênero

Importantes inferências desta pesquisa derivam da análise da linguagem não verbal presente nos livros analisados. Na literatura infantil, as ilustrações cumprem importante papel na construção de sentidos. Os corpos ilustrados produzem e circulam significados de gênero, sexualidade, raça e classe. Neste tópico, discuto aspectos das corporalidades que povoam as páginas de alguns dos livros objeto desta pesquisa, tanto a partir das referências textuais quanto a partir da linguagem não textual. Em referência à tese butleriana, Anne Fausto-Sterling (2001) afirma que o corpo não é uma concretude isolada, mas sim um sistema que “produz significados sociais e é produzido por eles”, aliando fatores biológicos e culturais, em um processo contínuo que dura todo o curso da vida. A literatura, assim como as artes plásticas, desempenham importante papel nesse sistema de invenção e reprodução de sentidos sobre os corpos. Judith Butler (2024, p. 40) sustenta que o “corpo generificado” não é um resultado da natureza. “Tanto a dimensão material quando a social do corpo são construídas por meio de uma série de práticas, discursos e tecnologias”. A linguagem é, portanto, um fator importante na produção de determinados tipos de corpos em uma sociedade.

A já mencionada obra *Matemática do Criador* (2018), escrita por Tatiana Ferreira e ilustrada por Thiago André Álvaro, é um bom exemplar de um aspecto importante observado nesta pesquisa: há, de forma geral, nos materiais investigados, uma estética (de gênero, mas não só) conservadora. No livro de Ferreira (2018), corpos adultos e infantis comunicam, visualmente, uma perspectiva conservadora sobre gênero e sexualidade, além de um conceito conservador de família, formada pelo casal Pedro e Rosa e pelas crianças Felipe e Teresa. O corpo da mãe Rosa se destaca

logo na capa do pequeno livro (figura 14), pois, embora não seja verbalizado no material, ela está visivelmente grávida de um terceiro filho. As ilustrações da personagem Rosa e de sua família corporificam, no livreto, o que Vaggione (2020) nomeia de moral reprodutivista, onde os corpos femininos são vistos como estando a serviço da maternidade e do casamento.

Ricardo Campos (2012) nos lembra que o olhar e as “formas de expressão e comunicação visual” em uma sociedade são sempre construídas, localizadas histórico-culturalmente. No Ocidente, o binarismo de gênero informa nosso olhar desde a primeira infância, a partir de uma cultura visual que é, predominantemente, cisheterossexista. Os materiais analisados nesta pesquisa carregam uma identidade visual acentuadamente marcada por essa tradição. Ao longo do livro de Ferreira (2018), por exemplo, o predomínio absoluto e repetitivo das cores rosa e azul, em roupas, brinquedos e símbolos, sempre demarcando o que seriam os espaços do feminino e do masculino, em corpos e objetos, é característica importante de uma estética de gênero conservadora, estando presente na maioria dos materiais analisados, como na figura 15. Com exceção da mencionada personagem Maria, em *Deus fez meninos e meninas*, obra que se constitui como exceção à essa estética, mães e filhas, por exemplo, são recorrentemente representadas usando vestidos de cores derivadas do rosa, ainda que a maioria das mulheres cristãs não limite o seu guarda-roupa às saias e vestidos ou a uma cor específica.

**Figura 15 - Estética de gênero conservadora em *Aventuras da princesinha*, Walsh (2021)**



O domínio dos vestidos rosas, semelhantes aos usados por bonecas,<sup>34</sup> observado nas obras analisadas, é, de certa forma, um descolamento da realidade vivida pelas meninas leitoras de tais obras e pelas mulheres cristãs em geral, mas essa estética caricatural serve ao propósito de traduzir e reforçar um modelo de gênero conservador, um arquétipo de ideal feminino a ser alcançado. Ainda que os catolicismos latino-americanos não tenham, historicamente, desaconselhado o uso de calças e reforçado um código de vestimenta centrado em peças exclusivamente “femininas”, como acontece ainda em algumas denominações pentecostais, em *Matemática do Criador*, livro escrito pela autora católica Tatiana Ferreira, a personagem Rosa aparece usando cinco variações de vestidos nos tons rosa, lilás e roxo ao longo das 23 páginas do livro, enquanto sua filha, a menina Teresa, aparece com 3 variações nos mesmos tons.

As calças e vestidos são tema específico de um capítulo da obra *Lições de vida e diversão com a Princesa Angelina* (2020), de Agnes e Salem de Belzenac, publicada pela editora cristã Geográfica. Nas páginas 5 e 6 do livro infantil, a menina Angelina reflete sobre um julgamento apressado que fizera sobre a nova garota na escola e resolve ajudá-la. Angelina, ao olhar para a nova estudante e ver que estava usando calças, havia pensado que a menina era “muito masculina”. Contudo, ao perceber que a novata estaria sozinha e com aparência triste, resolve se aproximar dela e interagir. “Não tenho ninguém para brincar comigo. Sinto como se não me encaixasse aqui – disse, triste, a ‘menina de calça’” (p. 5). Angelina, que veste uma blusa verde e uma saia de pregas de cor lilás, responde que também se sente assim às vezes, ao que a “garota de calças” responde: “Verdade? [...] Mas você é tão linda! E as suas roupas e o seu cabelo são tão bonitos... Todo mundo gosta de você”. Angelina fecha o diálogo dizendo que aparências não importam, que só importa o que somos por dentro, sendo que todos são importantes para Deus. Embora a mensagem “oficial” da história, em uma primeira leitura não crítica, seja que a beleza interior e a espiritualidade são o que realmente importa, uma análise um pouco mais profunda revela outras mensagens comunicadas pelo texto, como: 1) as calças são roupas masculinas; 2) meninas que usam calças se tornam feias, infelizes e solitárias; e 3) a beleza define o potencial de popularidade e sucesso das meninas.

---

<sup>34</sup> Não só os vestidos, mas os sapatos típicos de bonecas também predominam entre as vestimentas usadas por meninas e mulheres nos livros analisados. Na figura 15, vemos também um repetido motivo na representação de meninos: a fantasia de super-herói.

Em *Matemática do Criador* (2018), o binarismo de gênero é representado graficamente por uma cisão literal, que divide a página 28 em duas colunas, uma azul (de título “menino”) e outra rosa (de título “menina”). Nesta imagem (figura 16), em vez de anunciar as duas crianças por seus nomes, a autora as anuncia como menino e menina, transformando as imagens de seus corpos na própria definição do que é (ou deveria ser) cada gênero. Maria Luiza Heilborn (2002) nos diz que é “essencial desconstruir a ideia de um corpo natural”, quanto mais de um corpo naturalmente feminino ou masculino. Na mesma direção, Anne Fausto-Sterling (2001, p. 23, 59) pondera que a cultura “molda e efetivamente cria o corpo”, pois “à medida que crescemos e nos desenvolvemos, nós literalmente e não só ‘discursivamente’ (isto é, através da linguagem e das práticas culturais), construímos nossos corpos, incorporando a experiência em nossa carne mesma”. Em nossa sociedade, essa experiência é sempre atribuída de gênero e frequentemente leva ao desenvolvimento de corpos a partir do dualismo masculino x feminino e de uma noção de sexualidade sustentada na heteronorma, assim como em padrões discursivos étnico-raciais que valorizam ou desvalorizam determinados corpos (brancos x não brancos, indígenas x não indígenas, ocidentais x árabes/asiáticos etc.)

**Figura 16 – *Matemática do Criador*, p. 28**



Há um outro dado importante na mencionada figura 16: a postura corporal distinta das duas crianças. Enquanto o menino aparece, não só nesta ilustração, mas em todo o livro, com uma projeção corporal mais aberta, ativa e ereta, demonstrando segurança e altivez, sua irmã é representada com uma projeção corporal mais fechada, ora com as mãos para trás (como na figura

16), ora com os braços cruzados, segurando um ursinho de pelúcia (como na capa do livro, figura 14) ou em outra posição que remeta à reclusão, insegurança, timidez e subordinação. Ressalto que em outras obras analisadas também observei uma representação corporal diversa entre meninos e meninas, repetindo o padrão encontrado na obra literária de Ferreira. Como exemplo de tal recorrência, trago a imagem da já mencionada Angelina, personagem de Agnes e Salem de Belzenac (2020), ilustrada pela primeira. Assim como a menina Teresa, na imagem 17, a “princesa Angelina” aparece com um dos braços para trás e, adicionalmente, com um pé cruzado sobre o outro, postura peculiar e até mesmo desajeitada, considerando que ela está de pé, e não sentada. Os pés cruzados dessa forma poderiam levá-la a perder o equilíbrio e cair, contudo, mais do que verossimilhança anatômica, a imagem parece buscar outro efeito: o de projetar vulnerabilidade, ingenuidade e subserviência. Tais características observadas nesta pesquisa reforçam o argumento de Erving Goffman em *Gender Advertisements*, estudo publicado em 1979. Após analisar um vasto *corpus* de anúncios publicitários, o autor encontrou a recorrente representação de corpos femininos em posições que demonstram fraqueza, vulnerabilidade e/ou insinuação sexual, o que Goffman nomeou de ritualização da subordinação. Para o autor, a publicidade ritualiza convenções sociais por meio da padronização, do exagero e da simplificação. Podemos estender a interpretação goffmaniana também para os livros infantis, pois a simplificação da linguagem e da mensagem, característica comum em materiais para crianças, acaba por exagerar, ritualisticamente, as normas de gênero implícitas em nossa sociedade, apagando quaisquer nuances e superprojetando a diferença.

**Figura 17 - Capa de *Lições de vida e diversão com a Princesa Angelina*, 2020**



Enquanto, nos livros analisados, os corpos masculinos são representados em posições mais atléticas e seguras, os corpos femininos aparecem em posições mais retraídas, passivas e que aludem à modéstia e controle da sexualidade. Braços e pernas cruzadas são imagens que carregam enorme efeito simbólico, fazendo referência à “proteção” do corpo feminino, que deve se manter bloqueado/fechado para o prazer sexual até o matrimônio. Se, como nos diz Butler (2019, p. 223), a “performance explicita leis sociais”, a performance das personagens nas imagens que ilustram as páginas dos livros aqui analisados explicitam as “leis de gênero” como entendidas e reproduzidas no marco (neo)conservador.

Além de serem representados como mais retraídos, vulneráveis e disciplinados, os corpos femininos também estão sujeitos à tutela externa masculina em vários dos materiais analisados. Em *Mensagens de Deus para as garotas* (2014), livro de devocionais<sup>35</sup> da A.D. Santos Editora, traduzido por Valdemar e Rebeca Kroker, encontramos, no capítulo curiosamente intitulado “Siga o Líder”, uma pequena crônica sobre uma garota que foi às compras com sua mãe. Neste texto, as calças cumprem um papel diferente daquele discutido anteriormente. A peça em si não carrega valor negativo na narrativa, mas o controle do corpo feminino permanece como mote. A pré-adolescente Kristi experimenta calças jeans que deseja comprar, pois são as que “todos estão usando na escola”. A mãe, contudo, alerta a menina de que as calças teriam a “cintura muito baixa” e que isso não agradaria o pai de Kristi. “Você precisa considerar o que o seu pai pensa. Ele se preocupa com a sua aparência e com o que você veste. Isso é importante para ele porque você é importante para ele” (p. 228), afirma a mãe, que acaba por convencer a garota a levar outro par de jeans. Aqui não é a opinião da mãe que é decisiva, mas sim a do pai, que não está presente. A “moral da história” parece ser que meninas devem mesmo “seguir o líder”, ou seja, se submeter à autoridade masculina próxima (pais, maridos, padres e pastores) em relação aos seus corpos, pois estes homens os tutelariam sob o pretexto de protegê-las contra a “perda da honra” e as violações sexuais.

De forma bastante semelhante, em *Manual da Princesinha: um jeito divertido de aprender a se comportar como uma princesinha de Deus* (2015), de Sheila Walsh, também encontramos uma discussão sobre vestimentas femininas supostamente adequadas e, novamente, a tutela masculina como solução. Na página 19, a narradora em terceira pessoa afirma que as meninas não

---

<sup>35</sup> Vocabulário cristão que remete a materiais com conteúdo para orações, meditação ou reflexão religiosa.

precisam estar fora da moda para se vestirem conforme o princípio da simplicidade, apontando as seguintes dicas: “Vista *leggings* sob saias muito curtas; Use camisetas ou regatas mais longas com calças de cintura baixa; Experimente jeans skinny do departamento dos meninos, pois talvez tenham a cintura mais alta; Levante bem os braços para testar se a camiseta não está curta demais; Verifique o corte da cava e o decote para que a alça do sutiã não apareça”. Além da indicação de peças de roupa que cubram ao máximo o corpo, também é preciso não se destacar muito: “A seguir, de pé diante do espelho, feche os olhos, conte até dez e depois abra os olhos. Alguma coisa chamou sua atenção? Talvez os sapatos estejam se destacando muito? Se for esse o caso, pense em trocá-los. Certifique-se de também pedir a opinião do seu conselheiro real”, diz a narradora, referindo-se ao conselho paterno. Dessa forma, observamos que, na ordem moral cristã conservadora, a moderação paterna exerce forte poder regulatório sobre os corpos e as sexualidades de meninas e adolescentes. Pensando com Foucault (1987), podemos dizer que o pai é, assim, um agente fiscalizador das práticas disciplinares que conformam corpos femininos adequados dentro da biopolítica patriarcal dos conservadorismos.

Não apenas o que está presente, textualmente ou visualmente, mas também o que está ausente nos livros e cartilhas analisados também deve chamar atenção. A falta de modelos de corpos, famílias e relações que não sejam parte de um núcleo formado pela união entre um homem cisgênero, uma mulher cisgênero e seus filhos, geralmente brancos, magros, de classe média e a partir de estereótipos de gênero, é uma afirmação potente. Como afirma Orlandi (2012, p. 21), “a linguagem serve para comunicar e para não comunicar”. Todo espaço vazio carrega um significado e a Análise do Discurso, enquanto uma prática de leitura, procura “escutar o não-dito naquilo que é dito, como uma presença de uma ausência necessária” (p. 38). No tópico a seguir, discuto as presenças e ausências nas relações intrafamiliares e geracionais observadas nos discursos literários analisados.

### **3.5 Papais, mães e bebês: família, parentalidade e infância na matriz conservadora de gênero**

A insensatez está ligada ao coração da criança, mas a vara da disciplina a livrará dela.  
(Provérbios 22:15, citado no material *Provérbios para Princesas*, 2021, CPAD).

A família é um mote extremamente importante no repertório discursivo das novas direitas cristãs. A ideia de que as esquerdas e os ativismos de gênero querem “destruir a família” e de que essa entidade abstrata “família” precisa ser protegida permeiam o debate público no Brasil cada vez mais. Como aponta Biroli (2020, p. 184), “a família é definida por atores e movimentos conservadores como sujeito legítimo de direitos e fonte legítima de autoridade contra o Estado”. Mas quais são, especificamente, os modelos de família, de parentalidade e de infância que encontramos nas obras cristãs pesquisadas e que estariam sendo “defendidos” contra os “ataques” dos argumentos feministas e LGBTQIA+?

Analisando a linguagem textual e não textual dos materiais analisados, encontramos discursos e modos de vida centrados no sexismo, no familismo, na cisheteronorma e no adultocentrismo. A família nuclear heterossexual, formada por um homem cissexual, uma mulher cissexual e sua prole, é o modelo que domina as páginas dos livros infantis estudados, sendo considerado o único legítimo. Nas obras, a “tradicional” divisão sexual do trabalho é espelhada através de figuras paternas protetoras, provedoras e autoritativas, e de figuras maternas cuidadoras, amorosas e indulgentes. Já as relações geracionais são adultocêntricas, com as crianças sendo representadas como aprendizes passivos e incapazes de discernimento moral, estando à mercê, não apenas dos cuidados dos adultos, mas também de suas decisões sobre seus corpos, experiências e destinos. A educação não é vista como direito da criança, mas sim como prerrogativa dos pais, que poderão, inclusive, recusar o currículo escolar instituído e barrar seus filhos de determinadas experiências de aprendizagem, caso as considerem contrárias aos seus valores morais.

A infância feminina é altamente tutelada nos materiais investigados. Em obras já mencionadas, como o *Manual da Princesinha* (Walsh, 2016), *Lições de vida e diversão com a Princesa Angelina* (Belzenac, 2018) e *Mensagens de Deus para garotas* (AD Santos, 2014), os pais têm grande poder de veto sobre os modos de vida de suas filhas, enquanto as mães atuam apenas como mediadoras entre liderança (o pai) e subordinados (filhas e filhos). Essa negação da autonomia, portanto, se acentua para as meninas. A sexualidade feminina, nesse modelo, só é permitida dentro de um casamento heterossexual, e apenas com foco na reprodução, pois, na cosmovisão cristã-conservadora, os modelos familiares e de relacionamentos afetivos e sexuais giram em torno do que Juan Marco Vaggione (2020) delimita como “defesa de uma ordem sexual reprodutivista e matrimonial”.

Embora as crianças, em geral, estejam submetidas a uma série de prescrições e discursos sobre gênero que produzem a diferença sexual e reforçam estereótipos, incluindo os livros analisados, é importante lembrar que elas não são sujeitos passivos, que reproduzem automaticamente e de forma linear os padrões comportamentais e ideias sobre gênero hegemônicas, ou da forma como os adultos os percebem e performam. Tanto crianças quanto adultos negociam com as normas de gênero, ora ressaltando a diferença, ora “escapando” dela. Citando o trabalho da etnógrafa Barre Thorne com crianças no espaço escolar, Raewyn Connell e Rebecca Pearse (2015) destacam que a referida pesquisadora, a partir de suas observações sobre as interações infantis, passou a pensar “na diferença de gênero como algo situacional, criado em algumas situações, e ignorado e suprimido em outras”. Nos materiais investigados nesta pesquisa, vemos um esforço para criar e sustentar a diferença sexual a todo o tempo. Contudo, não devemos esperar que as crianças cristãs, leitoras de tais livros, experimentem o gênero dessa mesma forma. Conforme Connell (2015, p. 57), as crianças

não são passivamente socializadas em papéis de gênero. É claro que estão aprendendo a partir do mundo adulto ao redor delas: sobre o que identidades estão disponíveis, performance e – infelizmente, ódio. Mas elas o fazem ativamente e segundo seus próprios termos. Acham o gênero interessante e, às vezes, empolgante. Transitam dentro e fora de agrupamentos baseados em gênero. Às vezes sustentam e, às vezes, movem-se entre fronteiras de gênero. O gênero é importante em seu mundo, mas como uma questão humana com a qual lidam e não como um quadro fixo que as reduz a marionetes.

Assim, é essencial destacar que estamos lidando aqui com discursos sobre infância, gênero e família, em materiais que tem como propósito construir normatividades e reforçar diferenças, o que é bem distante das formas diversas e complexas como seres humanos, cristãos conservadores ou não, lidam com essas questões em suas vidas.

Um aspecto essencial nas obras investigadas é o conceito de família como sustentáculo da moral e da ordem social. Na perspectiva conservadora e neoliberal, como bem sintetiza a famosa frase de Margaret Thatcher, “não existe sociedade; existem homens e mulheres individuais e suas famílias”. O familismo – “ideologia que transforma núcleos privados em sujeitos de responsabilidade, reforçando a divisão convencional das tarefas, o exercício da autoridade paterna e as desigualdades entre as famílias” (Biroli, 2018) – é elemento central no repertório das novas direitas cristãs, principalmente por sua relação com uma perspectiva político-econômica neoliberal, onde o Estado deve ser mínimo e os serviços públicos de saúde e educação reduzidos

e/ou privatizados, de forma que a família (sobretudo as mulheres) acaba assumindo toda a responsabilidade com o cuidado de vulneráveis (crianças, idosos, doentes etc.). No atual cenário de expansão de discursos e valores de extrema-direita, onde familismo e ultraliberalismo prevalecem, as mais afetadas são as mulheres não brancas e/ou pobres. Conforme destaca Biroli (2020, p. 152), “em contextos de pobreza e violência, os pentecostais latino-americanos conseguiram definir os valores cristãos de uma maneira que conecta mérito, sucesso econômico e moralidade”. Assim, na perspectiva (neo)conservadora, não só a ordem binária de gênero e o modelo heterossexual de família, mas também a ordem capitalista é vista como natural e pretendida por Deus.

Dentro do modelo familiar encontrado nas obras, a maternidade é frequentemente associada ao amor e ao cuidado, enquanto a paternidade aparece como símbolo de proteção e orientação moral. Na edição “Vamos falar sobre a família”, da cartilha *Lições Bíblicas – Berçário* (material da Casa Publicadora das Assembleias de Deus para o uso com bebês de até 2 anos, em escolas bíblicas), podemos encontrar diversas referências a esse tipo de caracterização. Destaco, a seguir, duas músicas que constam neste material para serem ensinadas pela professora às pequenas crianças. Nas canções, observamos a representação do pai como protetor, enquanto a mãe seria aquela que “ama e cuida”.

*Papai, presente de Deus*

Eu amo o papai, o papai, o papai  
Porque ele sempre vai me proteger  
Eu amo o papai, o papai, o papai  
Para sempre eu vou dizer

*Mamãe, presente de Deus*

Eu amo a mamãe, a mamãe, a mamãe  
Ela me ama e cuida de mim  
Eu sou o bebê da mamãe  
Ela cuida de mim assim  
(p. 15, 20)

As duas obras complementares de Daniela Lucia X. Rezende, *Coisas de meninas* (2010) e *Coisas de meninos* (2010), publicadas pela Editora Universidade da Família, são fonte de importantes referências sobre família, matrimônio e parentalidade no espectro cristão conservador. Nas páginas finais de cada livreto, a autora alude ao que, supostamente, guardaria o futuro das

crianças apresentadas na história. Em *Coisas de meninas*, Rezende destaca que “Deus fez as meninas para serem mulheres realizadas, esposas amorosas e mães dedicadas” (figura 18). Já em *Coisas de meninos*, a autora afirma que “Deus fez os meninos para serem homens felizes, maridos atenciosos e pais amorosos” (figura 19). Embora, em uma leitura rápida, as duas citações possam parecer bastante semelhantes, há nuances que apontam para supostos papéis diferentes a serem ocupados por homens e mulheres no espaço familiar. A análise das imagens que acompanham cada trecho também nos ajuda a perceber essas peculiaridades.

**Figura 18 - Obra *Coisas de meninas*, Daniela Lucia X. Rezende (2010, p. 25)**



**Figura 19 - Obra *Coisas de Meninos*, Daniela Lucia X. Rezende (2010, p. 25)**



Enquanto a imagem do livro sobre e para meninos nos traz uma interação familiar (figura 19), com a presença de um casal e de uma criança, que brinca com um robô de brinquedo, a imagem no livro voltado às meninas (figura 18) não é de uma mulher adulta ou de uma família, mas sim a

da própria garota que é representada nas páginas anteriores. A menina brinca de alimentar uma boneca, e, sobre a mesa, é possível visualizar dois pequenos totens típicos de bolos de casamento, representando os noivos. O que há de peculiar nessa imagem e por que ela seria diferente da imagem no livreto para meninos? É possível inferir, a partir de minha análise – não apenas desta obra, mas de todas as outras que compõem o *corpus* da pesquisa –, que, ao contrário dos garotos, cujo universo infantil e as brincadeiras são povoados por pequenos robôs, dinossauros ou outros personagens de um mundo de fantasia, de forma que a paternidade e o lugar de maridos só serão trazidos às suas preocupações e imaginações muitos anos depois, já na fase adulta, para as garotas, o matrimônio e a maternidade como destinos estão presentes já nas brincadeiras e representações do que é ser menina, desde a primeira infância.

As meninas seriam, assim, através dos jogos e brincadeiras “tipicamente” femininos, treinadas para as futuras funções que haverão de cumprir como “esposas amorosas” e “mães dedicadas”. Essa dedicação materna deverá ser ininterrupta e incondicional, mesmo quando os filhos atingem a idade adulta. Frequentemente, a responsabilidade pelo “sucesso” ou “insucesso” das famílias, incluindo problemas conjugais, dívidas, dependência química, transtornos psicológicos, permanência em empregos etc., é atribuída às mulheres, de quem é cobrado o cuidado integral sobre cada membro da família, em todos os aspectos de suas vidas (alimentação, higiene, vestuário, prosperidade nos estudos e no trabalho, saúde física e mental etc.).

A divisão sexual do trabalho, que é “racializada e possui uma dinâmica de classe” (Biroli, 2018, p. 23), impacta diretamente as possibilidades de existência das mulheres, pois o acesso menor a “tempo livre e renda”, decorrentes do trabalho contínuo de cuidado (segunda e terceira jornada) e da desvalorização no mercado de trabalho formal, afastam as mulheres de importantes espaços de poder e de emancipação, como a política partidária, os sindicatos e associações, as ciências e as artes, sobretudo as mulheres não brancas. Ademais, como apontam Raewyn Connell e Rebecca Pearse (2015, p. 175), o atual padrão considerado “tradicional” de divisão sexual do trabalho não é atemporal e certamente não é igual em todas as partes do globo. As autoras sustentam que “as expressões simbólicas de gênero mudam ao longo do tempo”. O modelo homem-provedor e mulher-dona de casa, por exemplo, ressaltam as autoras, não era o padrão no Japão até o final do século XIX e início do século XX, quando foi introduzido como “um ideal de classe média” (p. 175). A progressiva retirada das mulheres das tarefas coletivas e seu

confinamento no lar, com a correspondente invenção da noção de família nuclear e família estendida, isolando-as e desfazendo redes de apoio comunitárias, é um processo histórico relativamente recente, que se intensifica com o regime capitalista e o colonialismo. Mesmo mais recentemente na História, a ideologia de uma “tradicional” divisão sexual do trabalho afeta o coletivo das mulheres de formas diferentes, sendo atravessada por marcadores étnico-raciais, de classe, entre outros. Para as mulheres negras, por exemplo, a privação do trabalho formal e o foco em atividades domésticas e de cuidado funcionou de forma bastante distinta ao longo do tempo. Elas sempre tiveram que trabalhar fora de casa, seja como pessoas escravizadas, seja na economia do cuidado nos lares de mulheres brancas de classes favorecidas.

Em *Viva a Diferença*, a já discutida cartilha de Marisa Lobo (2018), a mesma perspectiva heterossexista, reprodutivista e matrimonial de família se faz presente (figura 20), assim como em *Matemática do Criador*, livro de Tatiana Ferreira (2018), onde família é descrita como a soma entre Homem + Mulher + Filhos. Tal visão, além de sustentar desigualdades de gênero, exclui as diversas possibilidades de organização familiar, como as famílias monoparentais, as famílias formadas por casais homoafetivos, as famílias formadas por casais sem filhos, as famílias formadas por indivíduos sem laços de consanguinidade, as famílias intergeracionais, entre outros tantos modelos existentes em nossa sociedade que não cabem na “equação” de Ferreira (2018).

**Figura 20 - Cartilha *Viva a Diferença*, Lobo, p. 11**



Judith Butler (2024) defende que a noção de família é “uma realidade antropológica e, conseqüentemente, social, cultural etc.”, localizada historicamente, de forma que não pode ser pensada a partir de “conceitos de natureza”. A autora afirma que o movimento feito pelos conservadorismos de direita, de descartar “possibilidades alternativas de parentesco quando elas já existem”, seria, este sim, ideológico. Butler complementa que a tentativa desses setores de afirmar que “família é família!”, como se o modelo que defendem fosse o único legítimo e existente (a resposta supostamente “óbvia”) seria uma forma de ocultar que o significado e o formato do que é compreendido como família está sim em disputa (Butler, 2024).

Ao longo deste capítulo, discuti aspectos gerais sobre diversos livros infantis de orientação cristã (neo)conservadora, como sua estética de gênero e seu repertório discursivo sustentados no essencialismo/naturalismo, no familismo, na cisheteronormatividade, no binarismo de sexo/gênero, na divisão sexual do trabalho, na racionalização da desigualdade e em uma perspectiva moralizante sobre corpos e sexualidades. As famílias humanas, plurais como são, se estabelecem por relações de afetividade e convivência, e não de determinismo biológico. A ideia de que existiria um modelo “natural” ou essencial de família, assim como de gênero e sexualidade, sustentado no projeto de um Deus criador, ou na própria Biologia, e que precisaria ser protegido a todo custo contra uma suposta “ideologia” que nega a “verdade” material dos corpos, leva ao movimento discursivo que abordo no próximo capítulo desta tese.

## 4 PÁSSAROS E ELEFANTES: NARRATIVAS ESSENCIALISTAS E BIOLOGISMO NA INVENÇÃO DE UM MUNDO BINÁRIO

Homens e mulheres são categorias políticas; não fatos naturais.

(Monique Wittig, 1983)

A ida a uma loja de brinquedos ou de roupas para bebês pode ser uma experiência bastante estressante para pesquisadoras de gênero como eu. Até mesmo em uma farmácia, na busca por uma simples mamadeira, é difícil evitar a pergunta: “É para menino ou menina?”. A indagação disciplina e constrange o cliente que não estivesse pensando em gênero na hora de comprar um mordedor, uma chupeta ou um bichinho de pelúcia para um bebê de 1 ano. Responder “não importa” não parece ser um retorno aceitável e pode até mesmo ofender o prestativo atendente. Assim, ainda que a contragosto, respondemos: “É para menina”. Com essa informação, somos encaminhados para uma monocromática fileira de produtos cor de rosa. Versões rosas e azuis de um mesmo produto para crianças estão cada vez mais presentes em lojas diversas, apontando para um processo de hipergenerificação da infância. Antes de sair do estabelecimento com o objeto, somos interpelados uma última vez, agora pelo funcionário do caixa: “o papel de presente, é para menino ou menina?”. A essa altura, já sem energia para lutar, digo: “Me dê esse amarelo com os aviõezinhos”, ao que ele responde: “Menino, né”.

A experiência narrada acima faz parte de um cenário onde a diferença sexual é constantemente marcada, de modo a forjar uma dualidade significativa. Para Judith Butler (2012, p. 168), “a prática repetida de nomear a diferença sexual” cria a aparência de “divisão natural”. Entre os livros infantis analisados nesta pesquisa, é comum a perspectiva de que haveriam dois grandes universos sociais: um feminino e um masculino. Personalidades, gostos e modos de vida supostamente femininos ou masculinos são nomeados e reforçados como naturais, desconsiderando aspectos históricos, culturais e geográficos. A diferença entre os gêneros seria, assim, universal. Meninas são “assim”, sempre foram assim; meninos são assado, nunca foram de outra forma. E essa “essência” feminina ou masculina quase sempre coincide com aquela que mais interessa a um projeto de manutenção de uma ordem sexual/de gênero desigual e masculinista.

#### 4.1 Coisa de menina; coisa de menino

Para debater o caráter essencialista da perspectiva de gênero encontrada nos livros analisados, destaco, neste tópico, duas importantes obras, já mencionadas no capítulo anterior. *Coisas de meninas* e *Coisas de meninos* (figura 21) são livros complementares, ambos da autora Daniela Lucia Xavier Rezende,<sup>36</sup> publicados em 2010 pela editora cristã Universidade da Família.<sup>37</sup> Passados catorze anos de sua publicação, o par de livros ainda está anunciado em diversos canais de vendas de livros cristãos, sendo listado também como sugestão de leitura em alguns sites evangélicos, como o sítio do *Conselho Federal do Pastor* (instituição Seminário Gospel). A versão sobre/para meninas está esgotada na maioria das livrarias digitais, enquanto a versão sobre/para meninos ainda pode ser facilmente encontrada. Consegui, no entanto, adquirir uma cópia usada de *Coisas de meninas* em um sebo online. O fato de o livro voltado para meninas estar esgotado pode ser, em si, um dado relevante para esta pesquisa. A maior demanda pela versão “feminina” da obra pode estar relacionada a uma maior preocupação com a regulação das performances de gênero de meninas, diante do avanço de valores feministas em nossa sociedade.

Os dois livros infantis de Rezende contam com um texto de introdução que, por sua linguagem e conteúdo, parece ser voltado aos pais e cuidadores, deixando clara, de início, a perspectiva de gênero conservadora e essencialista que ampara a publicação. O texto é diferente para cada versão. Em *Coisas de Meninas* (2010), o texto introdutório da autora afirma que “meninas são meninas em todos os lugares do mundo”, que “independente da cultura ou nacionalidade, elas têm características muito específicas”, que “fazer de conta que é a mãe, a professora, a médica, a veterinária ou a modelo são características universais desse maravilhoso mundo das meninas” e que “a alma sensível e frágil de uma menina precisa ser regada com carinho, elogios e amor” (s.p).

Já na introdução a *Coisas de meninos* (2010), Rezende afirma que os meninos “têm uma propensão a se meter em encrencas e confusões”, que “são naturalmente mais impetuosos e audaciosos”, que “gostam de ação e aventura” e precisam de movimento, e que, “ao contrário das meninas, são mais individualistas e buscam em suas brincadeiras a afirmação de sua identidade

---

<sup>36</sup> Rezende nasceu em São Paulo e reside no estado do Paraná. Também é autora de outros livros, como *Família: egos de si mesmo* (2011).

<sup>37</sup> A Universidade da Família é uma organização cristã evangélica interdenominacional, fundada em 1992 e sediada em Pompeia (SP). Conforme site oficial, seu foco é na “educação familiar”. <https://www.udf.org.br>.

masculina”. Rezende continua: “os sonhos dos garotos estão voltados para aquilo que os cativa, como carros, motos, aviões, caminhões, computadores e ferramentas” e suas singularidades devem ser valorizadas por pais e educadores, pois o mundo precisa de “homens que podem mudar a história de uma cidade, de uma nação” (s.p).

**Figura 21 - Capas das obras *Coisas de Meninos* e *Coisas de Meninas*, Rezende, 2010**



Ao dizer, por exemplo, que meninos são naturalmente individualistas, Rezende (2010) está a afirmar que as meninas seriam naturalmente cooperativas, o que colabora para a manutenção de discursos sociais em torno da afinidade feminina com tarefas de cuidado e que demandam empatia. Por outro lado, enquanto, na visão da autora, as meninas demandariam proteção por serem frágeis, os meninos teriam a capacidade de mudar os destinos da nação (ou seja, seriam agentes políticos relevantes, dotados da capacidade de exercer cidadania plena e impactar a coletividade). Conforme Daphna Joel e Luba Vikhanski (2019), no entendimento contemporâneo sobre as diferenças de gênero, as qualidades associadas aos homens são, frequentemente, qualidades associadas a uma postura dominante, como “força, determinação, busca por autorealização e sucesso, competitividade e agressividade”, enquanto as características tipicamente consideradas como femininas seriam traços vinculados à submissão, como “fraqueza, gentileza, sensibilidade, cordialidade, empatia e personalidade acolhedora” (s.p).

As duas obras começam com uma importante generalização: “as meninas são assim: gostam de vestidos, de bonecas e de maquiagem. Gostam de cantar, dançar e se arrumar” (p. 8) e “os meninos são assim: gostam de carrinhos, de bolas e de caminhões. Gostam de correr, pular e se esconder” (p. 8). As frases declaratórias “as meninas são assim” e “os meninos são assim” traduzem com bastante eficácia o tom essencialista do livro, que, por meio da naturalização de certas qualidades como femininas ou masculinas, sustenta tecnologias de gênero politicamente conservadoras. Teresa de Lauretis (2019, p. 126) aponta que o sistema de sexo-gênero é “tanto construção sociocultural quanto aparato semiótico, um sistema de representação que atribui significado”, de forma que:

As concepções culturais de masculino e feminino como duas categorias complementares, mas que se excluem mutuamente e nas quais todos os seres humanos são classificados, formam dentro de cada cultura, um sistema de gênero, um sistema simbólico ou um sistema de significações que relaciona o sexo a conteúdos culturais de acordo com valores e hierarquias sociais.

**Figura 22 - Obras *Coisas de Meninos* (2010, p. 8) e *Coisas de Meninas* (2010, p. 8)**



Ao dizer que as “meninas são assim”: gostam de vestidos de boneca etc., a autora apaga o caráter localizado e construído de tais comportamentos praticados por muitas meninas, atribuindo-os a uma suposta essência de gênero. Toda essência é, por definição, ahistórica, portanto, a conclusão aqui é que as meninas são assim, sempre foram assim e sempre serão assim, o que transforma o essencialismo em verdadeiro determinismo de gênero. Sobre aquelas meninas que,

porventura, estiverem lendo o livro e não gostarem de vestidos, maquiagens e bonecas, restará a dúvida e a culpa: são meninas legítimas? São ao menos algum tipo de menina?

As imagens na figura 22, de autoria de Saulo Nunes,<sup>38</sup> que ilustram as páginas iniciais nos dois livros, apontam também para um aspecto já mencionado em tópico anterior. Enquanto o menino é representado com braços abertos, os pés firmes no chão e brincando com um caminhãozinho, a menina na obra complementar é representada em uma posição de reverência, com um pé para trás e a cabeça levemente abaixada, demonstrando submissão. Isso também pode ser observado nas capas dos dois livretos (figura 21), onde os meninos aparecem com braços abertos e sorrisos largos, enquanto os corpos das meninas transmitem retração e acanhamento. Com sorrisos bem mais tímidos, as três garotas na capa de *Coisas de meninas* tem o movimento dos braços limitado (uma tem os braços cruzados sobre um coração de pelúcia, outra carrega um ursinho e uma terceira está virada de lado, com uma mão no rosto e segurando uma bolsa).

Ao lado das imagens na figura 22, entre as páginas 9 e 10, outras ilustrações também complementam o texto sobre como meninos e meninas alegadamente “são”. Em *Coisas de meninos*, vemos um grupo de garotos jogando futebol em uma área aberta (um chuta a bola, outros dois saltam com os braços para cima, um quarto está escondido atrás de uma moita e um último está de ponta-cabeça perto de uma árvore). Já a imagem que alimenta a descrição sobre como as meninas são traz um quarto, onde vemos: uma garota sentada pintando as unhas, uma dançando balé e uma terceira que brinca com uma boneca. Ressalto que, nesta imagem, assim como em todas as outras do livro, as meninas estão em um ambiente interno (quarto, sala e cozinha aparecem no livro). Já em *Coisas de meninos*, com exceção de duas imagens que fazem referência à convivência com a família – pai, mãe e irmã –, todas as outras são em ambientes externos, como parques e quintais.

As imagens que considero mais representativas de tal diferença ambiental são as páginas finais de cada livro, onde Rezende fecha sua narrativa com os dizeres “como é bom ser menina!!” e “como é bom ser menino!!” (p. 26-27), respectivamente. Em *Coisas de meninas*, essa última página traz a ilustração de uma garotinha sentada em um tapete felpudo no chão de um quarto infantil, abraçada a uma boneca e cercada por brinquedos, como um urso de pelúcia. Embora a criança esteja, aparentemente, brincando em seu próprio quarto, e não fora de casa, a menina usa

---

<sup>38</sup> Saulo Nunes assina a ilustração dos dois livros de Rezende (2010).

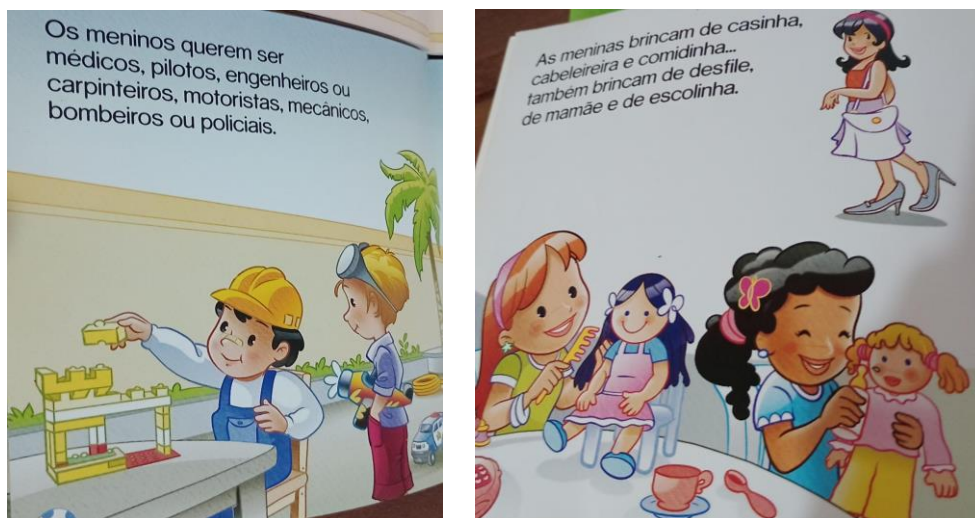
sandálias, de cor rosa, e carrega uma pequena bolsa, também rosa. As bolsas, objetos marcados como tipicamente femininos, mas usados majoritariamente por mulheres adultas, e não meninas pequenas, são itens recorrentes no livro de Rezende. O movimento corporal da menina está parcialmente restrito, uma vez que tem os braços cruzados sobre a boneca e a pequena bolsa pendurada no ombro esquerdo. Em total contraposição à imagem feminina, temos, na última página de *Coisas de meninos*, uma cena de profunda liberdade. Vemos um garoto saltando com sua bicicleta sobre um campo verde em um dia ensolarado. O vento em seus cabelos e o movimento da grama indicam que está em alta velocidade e que o salto atingiu bastante altura. Para completar a simbologia de voo, movimento, paz e liberdade, vemos, um pouco à frente do garoto, vários pássaros brancos voando em rasante e uma árvore cujos galhos se movem com o vento. Como é bom ser menino!

Assim, a tese da autora, de meninos aventureiros e arrojados x meninas frágeis e delicadas, é sustentada visualmente ao longo dos dois livros, trazendo a velha dicotomia espacial que confina as mulheres ao espaço privado do lar, enquanto o espaço público da rua seria considerado como mais masculino. A afirmação de Rezende, ao longo de todo o livro, de que as meninas são naturalmente frágeis e delicadas acaba por justificar sua restrição de mobilidade nas ilustrações, estando sempre em espaços fechados e sem muito movimento corporal. Já os meninos, “naturalmente impetuosos”, não poderiam estar limitados às quatro paredes de um quarto. Como bem mostra a última imagem do livro, onde um garoto alça voo com sua bicicleta, o céu é o limite para os meninos.

Seguindo na página 10 das duas obras, temos que: “as meninas brincam de casinha, cabeleireira e comidinha. Também brincam de desfile, de mamãe e de escolinha”, e “os meninos brincam de luta, de polícia e de bombeiro....sobem, descem, gritam, pulam e sempre têm arranhões no joelho”. É interessante notar como, em sua introdução, Rezende traz um rol mais abrangente de profissões que as meninas supostamente prefeririam, incluindo profissões mais valorizadas do ponto de vista financeiro e menos marcadas como profissões “femininas”, como médica e veterinária (embora ainda na área da saúde). Já no interior de *Coisas de meninas*, a autora enumera apenas brincadeiras e preferências ligadas à economia do cuidado, ao disciplinamento do corpo e à indústria da beleza. Na página 16 de *Coisas de meninas*, uma garota anuncia: “quando crescer, quero ser bailarina”. Na mesma página, em *Coisas de meninos*, um garoto afirma: “quando crescer,

quero ser astronauta”. Portanto, o conteúdo pensado para as crianças leitoras do livro é muito mais carregado de estereótipos de gênero do que a própria introdução escrita pela autora para os adultos.

**Figura 23 - Obra *Coisas de meninos* (2010, p. 18) e Obra *Coisas de meninas* (2010, p. 10)**



Ainda no tema das profissões, observamos que a diferença estabelecida entre meninos e meninas se torna ainda maior a partir do conteúdo da página 18, em cada respectivo livro. Em *Coisas de Meninos*, lê-se que “os meninos querem ser médicos, pilotos, engenheiros ou carpinteiros, motoristas, mecânicos, bombeiros ou policiais” (p. 18). Já na página 18 de *Coisas de Meninas*, a simetria de conteúdo que vinha ocorrendo entre os dois livros até ali é quebrada. Na versão feminina, a referida página não traz qualquer conteúdo sobre o que as meninas desejam ser quando crescerem, mas sim a seguinte frase: “as meninas são sempre educadas, respondem com gentileza e mesmo quando envelhecem não perdem sua beleza. Se você é uma menina, preste muita atenção! Nunca perca a esperança, seja forte e corajosa, coração de menina, mulher virtuosa”. Mais uma vez, assim como em *Matemática do Criador* (2018), o desenvolvimento profissional não é apresentado como projeto prioritário para a vida adulta das mulheres (as mulheres até podem trabalhar, geralmente em profissões feminizadas, mas o principal “plano de Deus” para elas é a maternidade e o casamento). Assim, nos livros mencionados, informações sobre as aspirações profissionais das meninas são omitidas, limitadas a profissões que demandam baixa qualificação e oferecem baixos salários, ou mesmo restritas ao seu suposto papel futuro como mães e esposas.

Embora haja sempre agência, subversão e caminhos plurais entre meninos e meninas, a repetição de que as meninas são assim, gostam de bonecas e de brincar de escolinha, acaba por produzir essa realidade – é um enunciado com efeito performativo. Cordelia Fine (2012) discute como a exposição prévia a materiais com estereótipos de gênero afetou negativamente os resultados de mulheres em um teste de matemática em um estudo de psicologia social da University of New England. As mulheres no grupo que não assistiu vídeos que reforçavam a predominância masculina nas ciências antes de fazer o teste obtiveram notas substancialmente maiores do que aquelas que haviam assistido os vídeos. Fine (2012, p. 68) destaca que “quando o estereótipo da inferioridade da mulher em matemática é tornado proeminente, uma mulher que esteja fazendo um teste de matemática corre o risco de confirmar o seu status inferior na hierarquia de habilidades matemáticas”. Esse processo é frequentemente observado no sistema escolar, onde professores reforçam, muitas vezes inconscientemente, estereótipos de gênero sobre a preferência e habilidades de meninos e meninas em determinadas disciplinas, o que, por consequência, leva cada um a se aproximar mais das áreas e campos disciplinares onde consideram que terão melhor desempenho (Pedagogia para as garotas, Engenharias para os garotos, por exemplo). Isso pois, “nós gostamos das coisas nas quais (achamos que) somos competentes” (Fine, 2012, p. 83).

Embora Daniela Rezende seja uma mulher, alguns trechos das duas obras contam com um tom que tangencia a misoginia. Na página 12 de *Coisas de meninos*, lemos que “os meninos gostam de caramujos, borboletas, besouros, sapos e outras coisas que as meninas acham nojentas”. A ilustração traz um menino que corre alegremente entre um grupo de borboletas coloridas. Depois de ler o texto e olhar a imagem, como não pensar que as meninas são péssimas? Quem rejeitaria criaturas tão belas como as borboletas? Na página 20 de *Coisas de meninas*, temos ainda que “as meninas estão sempre se olhando no espelho, fazendo caretas e mexendo no cabelo”. Dessa forma, há uma representação dos meninos como amantes da natureza, com uma curiosidade acentuada para o mundo natural e tudo à sua volta, enquanto as meninas são representadas como indivíduos fúteis e narcísicos. Ademais, o argumento de Rezende de que meninas não gostariam de borboletas não tem sustentação sequer como estereótipo de gênero. Borboletas são um motivo comum no suposto “universo feminino”, estando presentes em roupas, decorações e animações voltadas para meninas.

Concluo, portanto, que o padrão semiótico encontrado nas obras *Coisas de meninas* e *Coisas de meninos* reforça “valores e hierarquias sociais” (Lauretis, 2019) de gênero dos

cristianismos conservadores, trabalhando a partir de uma perspectiva essencialista e limitante, sobretudo para as meninas, que são representadas como frágeis, egocentradas e presas ao espaço doméstico.

#### **4.2 XX e XY: do criacionismo ao biologismo**

Um tópos recorrente nas obras analisadas, sobretudo aquelas voltadas para crianças menores, é a história da criação, conforme o livro bíblico de Gênesis (exemplo na figura 24). A narrativa de como Deus teria criado Adão, o primeiro homem, e, posteriormente, Eva, a primeira mulher, para fazer companhia e auxiliar Adão, de forma que os dois se complementariam, é um repertório essencial no discurso cristão sobre gênero. Ao ser criada a partir da costela de Adão e ser nomeada por ele, Eva tem um processo de assujeitamento que é totalmente dependente da figura masculina. Eva, a mulher, torna-se pessoa pelo ato de nomeação de Adão, o homem. Podemos identificar cinco principais elementos presentes no mito cristão da criação: a autoridade divina na definição do sexo/gênero dos humanos; a subordinação da mulher (que aparece como sujeito secundário, cuja existência tem propósito no homem, e não em si mesma); a heterossexualidade e a noção de complementaridade dos sexos (diferentes/opostos, mas necessários um ao outro, cada um com seu papel/característica/função social); e a culpa feminina na queda do paraíso – a “fraqueza moral” de Eva a leva a ceder ao pecado (o fruto proibido), tirando de toda a humanidade o direito de viver em comunhão direta com Deus no Jardim do Éden. Gebara (1997, p. 42) aponta como tal hermenêutica bíblica, vinculada a uma “epistemologia monoteísta de expressão masculina”, exclui as mulheres do “poder sagrado”.

A história dos cristianismos com o feminino, inclusive em sua narrativa da criação, sofre alterações ao longo do tempo, particularmente pela influência do Império Romano. Para Carlos Amadeus B. Byington (2020), há um processo de patriarcalização reacionária do mito original de Cristo, que se sustentava no humanismo e carregava grande potencial emancipatório. Essa patriarcalização decorre, sobretudo, das “tradições culturais judaicas e romanas” e da posterior “obra uniformizadora e repressiva da Inquisição” (p. 31). Ao discutir as relações de gênero nos mitos de criação, Rose Marie Muraro (2020) cita o interessante estudo de Joseph Campbell sobre a trajetória histórica de tais narrativa mitológicas, em sua obra *As máscaras de Deus: mitologia ocidental* (2004). Embora o autor parta de certo evolucionismo cultural, perspectiva que a

Antropologia tem, corretamente, criticado ao longo do último século, sua classificação dos mitos pode ser útil para observarmos a mudança histórica nos mitos de criação em direção ao monoteísmo patriarcal. Conforme Muraro (2020, p. 12), a obra de Campbell (2004)

divide todos os mitos conhecidos da criação em quatro grupos. E, surpreendentemente, esses grupos correspondem às etapas cronológicas da história humana. Na primeira etapa, o mundo é criado por uma deusa mãe sem auxílio de ninguém. Na segunda, ele é criado por um deus andrógino ou um casal criador. Na terceira, um deus macho toma o poder da deusa ou cria o mundo sobre o corpo da deusa primordial. Finalmente, na quarta etapa, um deus macho cria o mundo sozinho.

**Figura 24 - Mito da criação na obra *Deus fez meninos e meninas*, de Machowski (2021)**



Em capítulo intitulado “A guerra dos sexos”, constante na obra cristã para o público infanto-juvenil *Qual é a deles? Como entender o que os meninos querem e pensam*, a autora Crystal Kirgiss (2011) narra o episódio bíblico da criação e diz, em tom jocoso e carregado de estereótipos de gênero e de certa misoginia:

Você já se perguntou por que a serpente foi falar com a mulher, e não com o homem? Será que é porque as mulheres gostam mais de conversar? É por que elas são mais ingênuas? São mais influenciáveis? Não sei a resposta, mas sei que a serpente escolheu certo. [...] Você já se perguntou onde o homem estava enquanto a mulher conversava com a serpente? Será que estava cochilando? Assistindo a um jogo de futebol? Andando pelo jardim? Algumas pessoas acham

que ele estava bem ali, ao lado da mulher. Nesse caso, por que ele não se manifestou e protegeu a mulher?

Recentemente, a narrativa criacionista tem ganhado novos contornos, sendo ressignificada a partir de elementos ligados ao que alguns autores nomeiam de biologismo, ou novo biologismo (Vallada, 2021; Cameron, 2009). Como aponta Amanda Diniz Vallada (2021, p. 63), “a instabilidade dos papéis sociais nos lares cristãos, traçada pela recontextualização, reconhecida ou não, de discursos feministas, suscita uma solução, oferecida pela incorporação de repertórios científicos no meio religioso”. Assim, o argumento biológico passa a ser intensamente mobilizado nos discursos (neo)conservadores sobre gênero. Enquanto a narrativa da criação traz um evidente elemento de subordinação do feminino, o novo foco na Biologia permite uma virada para o slogan “iguais, porém diferentes”, discutido no capítulo 3.

Em pequeno texto de apresentação no site<sup>39</sup> onde está hospedada a já discutida cartilha *Viva a Diferença*, intitulado “Uma visão cristã da sexualidade e educação de crianças”, encontramos a seguinte afirmação: “Temos o direito de viver conforme nossas tradições e fé. Como cristãos ensinamos nossas crianças que elas são diferentes, nasceram diferentes, tem sexo diferentes e uma identidade única em concordância com sua biologia e cultura, gerada e criada à imagem e semelhança de Deus (Gênesis 1.27)”.

Em tópico anterior, discuti, comparativamente, as obras *Deus fez meninos e meninas* (2021) e *Matemática do Criador* (2018), mostrando como cada uma aborda de forma diferente a noção de gênero. Retomo os dois livros infantis, mas, agora, para mostrar como ambos trabalham de forma profundamente semelhante o biologismo como nova estratégia de segmentos conservadores para endossar o essencialismo de gênero.

Aliando dom divino e biologia genética, o personagem Sr. Rafael, no já mencionado livro infantil *Deus fez meninas e meninas*, de Marty Machowski (2021), explica aos seus pequenos interlocutores que o gênero estaria “no seu sangue” e que “Deus dá a cada um de nós um código especial que é encontrado em cada celulazinha do nosso corpo”, sendo esse código XX para mulheres e XY para homens (figura 25). Na obra do autor estadunidense, “gênero” opera como uma categoria intercambiável com “sexo”, não havendo distinção aparente entre os dois. Nas

---

<sup>39</sup> <https://vivaadiferenca.com.br/>

páginas finais da obra, em uma seção intitulada “Verdades sobre gênero para compartilhar com as crianças”, Machowski afirma que o gênero “não é determinado por nossa personalidade ou preferências”, mas sim “pelos cromossomos que você obtém dos seus pais”, sendo que a combinação XX formaria o gênero masculino, e a combinação XY o masculino. É interessante notar que, ainda no tópico mencionado, o autor faz um apelo para que se evitem “estereótipos de gênero que são tradicionalmente associados com o que um menino faz ou uma menina faz”, o que, em sua visão, causa confusão sobre gênero e identidades em nossa sociedade contemporânea. Embora essa afirmação diferencie, substancialmente, a sua obra das outras analisadas nesta pesquisa, trazendo uma perspectiva mais “progressista” sobre a subjetivação de gênero, o autor, contudo, demarca uma forte posição contrária à possibilidade de sair do gênero binário concedido por Deus ou mesmo de se questionar os limites da classificação genética. Afinal, como modificar algo que estaria marcado tão indelevelmente em nós como no próprio sangue, conforme mostra a segunda imagem na figura 25?

**Figura 25 - Obra *Deus fez meninos e meninas* (2021, s.p)**

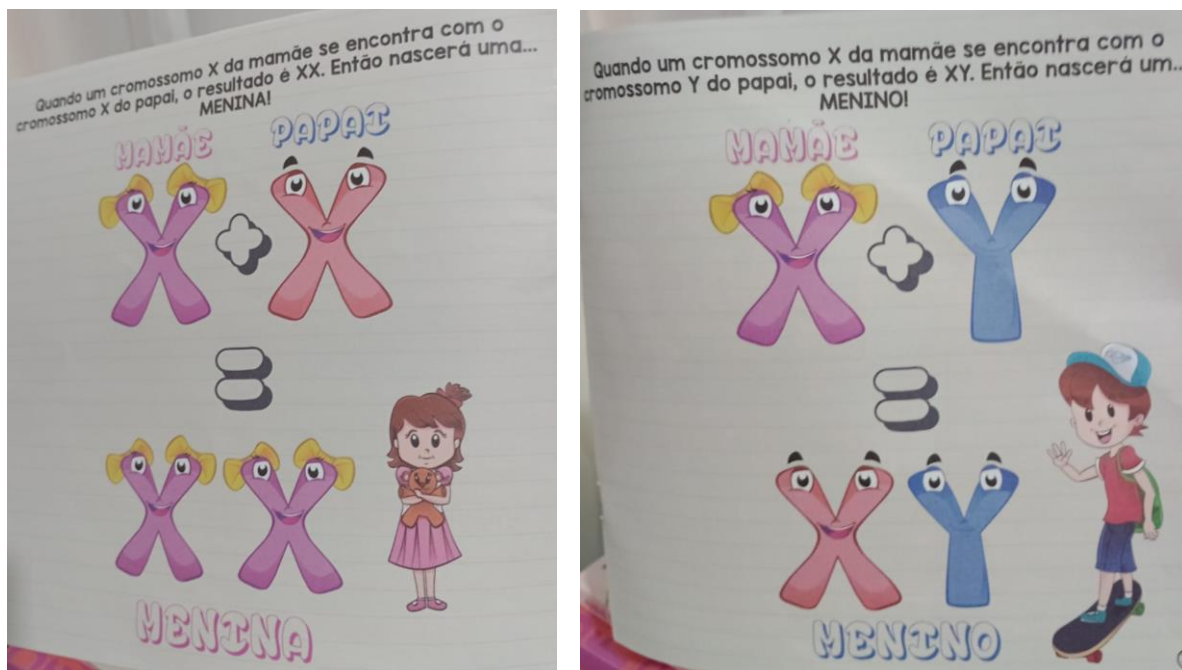


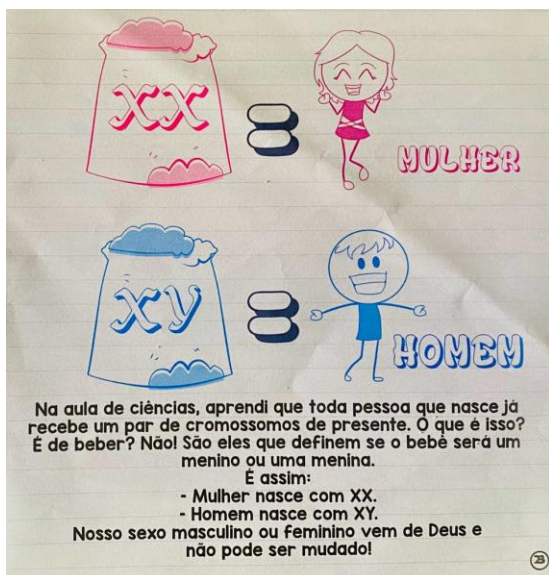
Em *Matemática do Criador* (2018), encontramos o mesmo destaque à explicação cromossômica para a diferença sexual (figura 26), tendo o rosa e o azul como recurso estilístico associado ao feminino e ao masculino, respectivamente. Na página 23, o menino Felipe afirma que

“na aula de Ciências, aprendi que toda pessoa que nasce já recebe um par de cromossomos de presente. O que é isso? É de beber? Não! São eles que definem se o bebê será um menino ou uma menina”. Ao final da página, completa: “nosso sexo masculino ou feminino vem de Deus e não pode ser mudado!”. O próprio título da obra parece ser uma escolha que reforça o discurso biologista no interior do livro, já que associa sexo/gênero às ciências exatas. Números e códigos, como XX e XY, são percebidos como elementos pouco subjetivos, logo, reforçando o essencialismo de gênero. A ênfase em tais elementos de distinção, como os códigos cromossômicos, e não nas similaridades entre as categorias de humanos nomeados como homens e mulheres, é bem explicada por Paul Preciado (2019, p. 414), para quem

O processo de criação da diferença sexual é uma operação tecnológica de redução que consiste em extrair determinadas partes da totalidade do corpo e isolá-las para fazer delas significantes sexuais. Os homens e as mulheres são construções metonímicas do sistema heterossexual de produção e de reprodução que autoriza a sujeição das mulheres como força de trabalho sexual e como meio de reprodução.

**Figura 26 - Obra *Matemática do Criador* (2018), p. 23-25**





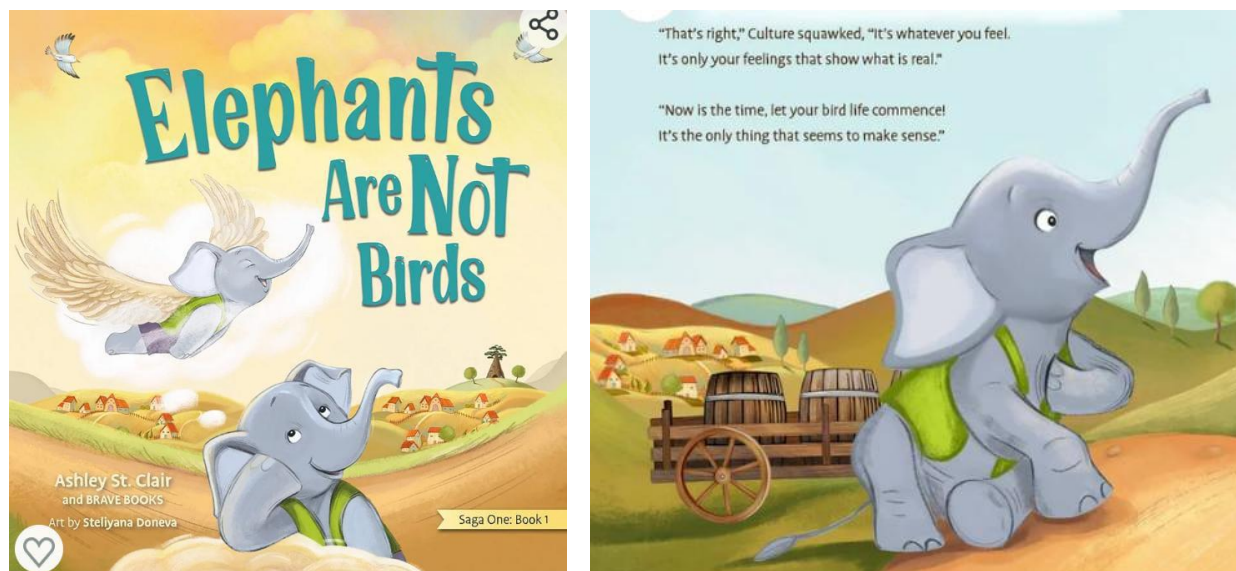
Notamos, nas obras investigadas, um uso estratégico do repertório das ciências naturais para contestar o aspecto sociocultural do gênero e afirmar a desigualdade de gênero como fenômeno natural que decorreria das diferenças “biológicas” entre homens e mulheres. Esse uso de argumentos das *hard sciences* é seletivo, sendo mobilizado em temas como gênero e sexualidade, mas não em temas como a idade da Terra e a evolução das espécies, por exemplo. A legitimidade que as ciências naturais ganham nos últimos séculos como parte daquilo que Anthony Giddens (1991) nomeia de “sistemas peritos” leva à uma parcial incorporação desse vocabulário pelos conservadorismos de gênero, cujo repertório se atualiza, mas sem apagar a autoridade do argumento bíblico. Há uma associação entre teses criacionistas e argumentos da Biologia clássica. Na narrativa reformulada, Deus atribui o gênero por meio do código genético de cada um e as ciências servem para desvendar os intricados mecanismos divinos de criação e manutenção de cada animal, vegetal e mineral do planeta, conforme a sua suprema e perfeita vontade (como na teoria cristã do Design Inteligente).

Para Anne Fausto-Sterling (2001), nomear alguém como homem ou mulher é sempre uma decisão social e a ciência que nomeia a diferença sexual sempre o faz a partir de determinadas crenças compartilhadas sobre gênero.

Nossos corpos são complexos demais para dar respostas claras sobre a diferença sexual. Quanto mais procuramos uma base física simples para o “sexo”, mais claro fica que o “sexo” não é uma categoria física pura. Aqueles sinais e funções corporais que definimos como masculinos e femininos já vêm misturados em nossas ideias sobre o gênero (Fausto-Sterling, 2001, p. 15).

O argumento biologista nas duas obras cristãs mencionadas, com destaque para a genética da diferença sexual, parece operar para reforçar, principalmente, um argumento contrário às vivências transsexuais. A tese de que as transsexualidades e travestilidades desafiariam os padrões supostamente autoevidentes da natureza está presente em vários materiais cristãos para crianças, sendo trabalhada a partir de discursos mais abertamente biologistas (como referenciado acima), ou a partir de metáforas, como na obra *Elephants are not birds* (Elefantes não são pássaros), publicada em 2021 pela editora cristã norte-americana Brave Books. Embora o livro não tenha sido traduzido<sup>40</sup> para o português, optei por analisá-lo neste tópico por sua relevância para o que venho discutindo neste capítulo. Contando com 48 páginas e indicação para a faixa etária de 4 a 8 anos, a obra de autoria de Ashley St Clair é descrita, em sua sinopse no portal da editora, como um livro infantil cristão conservador que aborda a temática da identidade de gênero. “No livro, as crianças aprendem que meninos não são meninas, e elefantes não são pássaros. [...] Em todos os livros da Brave Books nós estabelecemos parcerias com pessoas de integridade moral para ensinar valores cristãos-conservadores complexos” (tradução nossa).

**Figura<sup>41</sup> 27 - Obra *Elephants are not birds* (2021), de St Clair**



<sup>40</sup> Mesmo sem tradução, a versão original em inglês pode ser adquirida no site brasileiro da Amazon.

<sup>41</sup> Na segunda imagem, lê-se: “É isso mesmo”, grasnou Cultura, “é o que quer que você sinta. Só os seus sentimentos mostram o que é real. Agora é hora, deixe sua vida de pássaro começar! É a única coisa que parece fazer sentido” (tradução nossa, p. 11).

*Elephants are not birds* (2021) conta a história de um elefante chamado Kevin que gosta muito de cantar. Ao conhecer um abutre de nome “Cultura”, é convencido de que, por saber cantar, pode e deve se tornar um pássaro. O personagem Cultura dá a Kevin um bico e um par de asas (aparentemente de plástico ou papelão) e o elefante sai pela vila tentando se comportar como um pássaro. Ao subir em uma árvore e tentar voar, Kevin acaba sofrendo uma grande queda, o que o decepciona e o faz perceber que não pode ser realmente um pássaro. Logo em seguida, um grande incêndio toma conta de parte da vila e os animais que ali habitam anunciam que precisam de um animal grande, forte e com algo que sirva para esguichar água. Kevin percebe que tem as características necessárias, por ser um elefante, e logo se prontifica para ajudar. Ele consegue apagar o fogo e se torna o herói do dia. Ao final, o abutre Cultura o encontra novamente no meio do campo e pergunta se conseguiu voar, ao que Kevin responde: “Cale-se, Cultura! Não vou mais te ouvir! Eu sou mais livre quando confio no que é verdade. Eu sou um elefante; isso é fácil de ver. A partir de agora, vou gostar de ser eu mesmo”. Na última página da obra, o elefante Kevin completa: “Eu estava certo desde o início. O enganoso Cultura era engraçado. Eu sou um pássaro tanto quanto ele é um coelho. Minha vida não é apenas sobre como eu me sinto. Eu posso cantar como um elefante; isso é que é real” (p. 43).

Envolta em um repertório moderno de defesa do amor próprio/autoestima (amar-se da forma como se é) e do respeito às diferenças, a narrativa do livro é, na verdade, uma metáfora nada sutil contra a pauta dos direitos de pessoas trans. Para St Clair (2021), mulheres e homens trans, por exemplo, seriam apenas elefantes usando bicos e asas de papelão, tentando parecer pássaros. O argumento de que a transsexualidade se constitui como um mero sentimento (“minha vida não é apenas sobre como eu me sinto”) e que o duro e longo processo de percepção de si e de transição de gênero seria algo voluntarista, está presente tanto em *Elephants are not birds* (2021) quanto em obras já discutidas, como *Viva a Diferença* (2018). Para mais, o fato de que Kevin é levado ao “engano” por um personagem chamado “Cultura”, certamente, não é irrelevante no livro. A mensagem implícita na obra é de que o argumento construcionista das teorias feministas e queer sobre o aspecto cultural do gênero, assim como a cultura mainstream progressista, com sua mensagem de aceitação e inclusão de pessoas trans e questionamento de estereótipos de gênero em geral, estariam levando crianças e jovens a ignorarem sua “natureza”. Ao final do livro, é sugerido, inclusive, um joguinho onde o leitor – *team Brave* – compete contra um jogador padrão chamado “Cultura”. Assim, autora e editores constroem a narrativa de que indivíduos corajosos e

seguros de si enfrentam a enganosa influência da cultura secular e da perspectiva “culturalista” de gênero, pois esse seria o caminho para se manter conforme sua “verdadeira natureza” (sempre concedida por Deus) no cenário de guerras culturais do presente. Em documento publicado pelo Vaticano em 2019, de título “Homem e mulher Ele os criou: para uma via de diálogo sobre a questão do *gender* na educação”, a “identidade transgênero” é descrita como fenômeno que “aniquila o conceito de natureza” (Butler, 2024, p. 111).

Escapar da “cultura”, como sabemos, é tão fácil quanto fazer um elefante voar. Em relação às formas específicas como sujeitos performam gênero e se engajam em determinadas práticas sexuais em cada cultura, e o que é considerado “verdade biológica” nesses campos, lembramos a potente afirmação de Anne Fausto-Sterling (2001, p. 20):

As verdades sobre a sexualidade humana, aos estudiosos em geral e aos biólogos em particular, são um componente de lutas morais, sociais e políticas travadas em nossas culturas e economias. Ao mesmo tempo, componentes de nossas lutas morais, sociais e políticas são, em termos literais, corporificados no nosso ser fisiológico mesmo.

O argumento biológico, seja quando utilizado por setores religiosos conservadores para restringir as experiências sociais a partir do gênero, ou em seu uso secular nas ciências clássicas, exige sempre bastante cautela, como têm apontado as epistemologias feministas, que questionam as noções de objetividade e neutralidade atribuídas às *hard sciences*. Toda ciência é produzida a partir de um ponto de vista específico e nunca imparcial, pois a/o cientista é alguém atravessado por gênero, sexualidade, raça/etnia, classe, geração, interesses corporativos, entre outros atributos, individuais e coletivos. Se, como nos diz a crítica feminista às ciências, toda teoria parte de um “*standing point*” (Harding, 2008), então toda teoria científica é interessada e é englobada pelo contexto sociohistórico, político e cultural de seu tempo de produção, inclusive pelas crenças sobre gênero que circulam naquele tempo e espaço. Sobre a Biologia em específico, Cordelia Fine (2012) nos traz a sábia definição da neurofisiologista Ruth Bleier (1984), para quem

Devemos encarar a biologia como potencial, como capacidade e não como uma entidade estática. A biologia em si é socialmente influenciada e definida; ela se modifica e se desenvolve em interação com a nossa mente e o nosso ambiente, bem como em reação a eles, como fazem os nossos comportamentos. Podemos dizer que a biologia define possibilidades, mas não as determina; ela nunca é irrelevante, mas tampouco é determinante (Bleier, 1984, p. 52 *apud* Fine, 2012, p. 230).

Mas o biologismo, ou novo biologismo, enquanto ferramenta (neo)conservadora, não serve apenas para demarcar a diferença sexual e o dualismo natureza x cultura a partir de elementos do sistema reprodutor. Um de seus importantes desdobramentos é bem descrito por Deborah Cameron (2009, p. 173), para quem “os advogados do novo biologismo contestam a crença de que comportamentos femininos e masculinos são efeitos de processos culturais e sociais. Eles defendem que, ao contrário, muitas dessas diferenças tem base biológica, sendo produzidas por processos evolutivos que levaram os dois sexos a se diferenciarem não apenas nos aspectos físicos óbvios, mas também em suas habilidades cognitivas, disposições psicológicas e, por consequência, em seus modos habituais de se comportar”. É sobre essa tendência que me aprofundarei no tópico a seguir.

#### **4.3 “Sem ideologia; queremos Biologia!”: cerebralismo e racionalização da subordinação de gênero**

O slogan que compõe a primeira parte do título deste tópico foi repetido em diversos países da América do Sul nos últimos anos como parte de intensas campanhas contra pautas como o casamento igualitário, educação sexual nas escolas, direitos de pessoas trans, entre outras. Enquanto perspectivas construcionistas sobre gênero levam a pecha de “ideologia”, o argumento “biológico” é evocado com frequência, revestindo de uma aparência secular os anseios de setores religiosos conservadores que temem qualquer mudança mais profunda nas relações e papéis de gênero em nossa sociedade. É dessa forma que tais segmentos têm promovido uma moralização do debate público a partir de um repertório supostamente laico. Em seu apelo ao biológico, grande parte dos autores dos livros aqui investigados atribuem grande destaque, reservando um importante espaço de suas obras, para a listagem de diferenças anatômicas, metabólicas, neurológicas e comportamentais entre homens e mulheres, muitas vezes baseados em pesquisas refutáveis ou superadas, senso comum e até mesmo *fake news*. Ao longo das páginas, não apenas os corpos, mas também as mentes de humanos do sexo feminino e humanos do sexo masculino são descritos como sendo completamente diferentes.

Em *Qual é a deles? Como entender o que meninos querem e pensam* (2011), obra já mencionada da autora e educadora cristã Crystal Kirgiss, uma série de “fatos” sobre os cérebros masculino e feminino são discutidos para ensinar garotas a entenderem melhor a mente e o

“universo” dos garotos de sua idade. O livro de 173 páginas (figura 28) é voltado para pré-adolescentes. Algumas das afirmações compartilhadas no livro são: meninos aprendem melhor fazendo, e as meninas ouvindo; meninas se concentram em pessoas e meninos em coisas; meninas cooperam e meninos competem; meninas são cautelosas e meninos impulsivos; meninas puxam conversa e meninos fazem barulho; meninas analisam tudo e meninos lidam com a situação; meninas usam intuição, meninos usam informação; meninas buscam intimidade, meninos buscam independência; meninas choram, meninos escondem as emoções; os cérebros dos meninos exigem mais “estímulo cerebral” que os das meninas para não ficarem entediados; meninos e meninas falam uns com os outros de formas diferentes; e meninos são sexuais, enquanto meninas são emocionais. Qual é a fonte de tantas diferenças comportamentais na visão trazida pela autora do livro? O cérebro!

**Figura 28 - Obra *Qual é a deles?* (2011), de Crystal Kirgiss**



Os argumentos utilizados por Kirgiss (2011) no livro de autoajuda para meninas entrando na adolescência se filiam ao que Rogério Azize (2010) chama de “cerebralismo”, Deborah Cameron de “novo biologismo” (2009) e Cordelia Fine (2012) de “neurosexismo”. Para esta última, haveria uma tendência recente em enfatizar diferenças nos cérebros de homens e mulheres, que teriam como suposta consequência padrões psicológicos distintos. Fine (2012) destaca que as

pesquisas que encontram diferenças entre os cérebros e as atribuem ao sexo tem maior probabilidade de ganharem atenção e chegarem ao público do que pesquisas cujos resultados apontam a ausência de diferenças, o que a autora chama de “noticiamento seletivo”. Para mais, pesquisas posteriores que eventualmente refutaram pesquisas anteriores que apontavam diferenças cerebrais com base no sexo e tiveram grande atenção da mídia, geralmente não ganham o mesmo destaque. Uma das razões para isso é que explicações “científicas” que ressaltam a diferença sexual tendem a ser bem aceitas pelo senso comum, pelo viés de confirmação sobre crenças prévias sobre gênero. A divulgação de tais pesquisas permite racionalizar estereótipos e a própria desigualdade de gênero. Se a diferença está impressa no cérebro, não há nada que se possa fazer para transformar o atual estado de coisas. Na obra *Qual é a deles?* (Kirgiss, 2011), a diferença é tão acentuada pela autora que os garotos são descritos como “um mistério e um terror para as meninas” (figura 28).

Em *Gender mosaic: beyond the myth of the male and female brain*,<sup>42</sup> de Daphna Joel e Luba Vikhanski (2019), também encontramos uma menção à atual tendência cerebralista e neurosexista como foco excessivo na busca por diferenças entre os cérebros feminino e masculino, e atribuição de sentidos sobre essas diferenças – sentidos estes carregados de estereótipos de gênero. Haveria, na perspectiva das autoras, uma tentativa de justificar, pela suposta neutralidade da ciência, desigualdades de gênero predominantes nas culturas ocidentais de tradição judaico-cristã. Joel e Kikhanski (2019, s.p) apontam que, na maioria das tarefas, os padrões de ativação cerebral são idênticos em homens e mulheres, e que o cérebro não é “uma máquina duramente programada”. Ao contrário, o cérebro humano seria “altamente maleável”, mudando ao longo da vida. “Não só o cérebro afeta nosso comportamento, como nosso comportamento afeta o cérebro” (s.p).

Logo no início da obra de orientação cristã de Crystal Kirgiss (2011), esta afirma que “se pudéssemos olhar dentro da cabeça do bebê quando ele nasce e analisar seu cérebro, é provável que conseguíssemos identificar se ele é menino ou menina. Por quê? Porque o cérebro feminino e o masculino são diferentes mesmo em recém-nascidos” (p. 22). Em trecho posterior, a autora destaca que os cérebros das mulheres seriam diferentes, e, por isso, elas seriam “mais intuitivas” do que os homens, não informando, no entanto, o que entende exatamente por “intuição” e nem qual seria exatamente essa diferença específica no cérebro feminino que otimizaria tal habilidade.

---

<sup>42</sup> Em português: “Mosaico de gênero: além do mito dos cérebros masculino e feminino” (tradução nossa).

Sabemos que, ao longo da história, o argumento de que as mulheres seriam mais intuitivas foi muitas vezes utilizado para considerá-las como menos racionais (menos inteligentes, menos aptas ao pensamento sistêmico e a reflexões complexas).

Há, historicamente, sobretudo em decorrência do pensamento colonial moderno, uma oposição entre mulheres intuitivas (emocionais) x homens racionais (pragmáticos, objetivos), de forma a naturalizar essas características, sobrevalorando os traços “naturalmente” masculinos. Assim, Crystal Kirgiss: a) utiliza um argumento “científico” (as características do cérebro) para justificar um estereótipo de gênero sobre as mulheres, o de que elas seriam intuitivas, ou mais intuitivas; e b) ao fazê-lo, mascara o fato de que tal aspecto tem sido atribuído às mulheres de forma negativa, em oposição à característica supostamente superior da “racionalidade”, frequentemente associada ao masculino. Kirgiss (2011), portanto, nos traz um exemplar uso do “novo biologismo”, movimento (discursivo e metodológico) que “atualiza as relações de gênero nos argumentos sobre habilidades cerebrais sexo-dependentes” (Vallada, 2021, p. 17). Em contraposição à forma simplista como Kirgiss posiciona a intuição como elemento essencial de uma biologia feminina, lembro o destaque feito por Joel e Vikhanski (2019, s.p):

Em nossa sociedade, onde meninos e meninas são tratados de forma diferente desde o nascimento, e onde comportamentos diferentes são esperados dos dois sexos, é impossível afirmar se a diferença entre homens e mulheres em uma determinada função cerebral, habilidade cognitiva ou comportamento é inata (pré-programada) ou o resultado de experiências e influências externas (tradução nossa).

Em outro trecho do livro voltado para meninas pré-adolescentes que desejam finalmente “entender os garotos”, Kirgiss (2011) utiliza as supostas particularidades do cérebro feminino para justificar o constante protagonismo das mulheres nas tarefas de cuidado emocional na família, no trabalho e em outros espaços, sustentando que nossa estrutura cerebral é o que nos torna tão melhores do que meninos e homens “na hora de entender como alguém está se sentindo” (p. 39). O cérebro feminino, assevera a autora, estaria melhor programado para lidar com as emoções e responder com empatia, enquanto as conexões do cérebro masculino o tornariam mais apto a resolver problemas concretos, que não dependem de habilidades interpessoais. A responsabilização de meninas e mulheres neste contexto de suposta incapacidade cerebral masculina de lidar com as emoções (especialmente a raiva, que, nesta perspectiva, se tornaria agressão, assim como o desejo sexual, que se tornaria violação/abuso) se repete na obra infanto-

juvenil, muitas vezes associada ao argumento da diferença hormonal (mais ou menos testosterona). Na página 155, ao falar sobre amizades entre garotos e garotas, Kirgiss (2011) responsabiliza as garotas pelo comportamento sexual dos garotos com quem convivem:

A amizade entre meninos e meninas pode ser algo muito legal por uma porção de motivos. Mas você não pode se esquecer de que, no fundo, os garotos estão lidando com níveis elevados de testosterona que produzem impulsos sexuais intensos e imprevisíveis. Isso é normal. Deus os criou para serem assim. No mundo de hoje, porém, estamos cercados de insinuações sexuais, e você precisa tomar cuidado para não colocar mais lenha na fogueira. Precisa ser sábia, consciente, cautelosa e comprometida com uma vida de pureza, a fim de proteger-se e aos garotos que você conhece.

As supostas implicações de diferenças entre os cérebros, mencionadas por Kirgiss (2011), ignoram a plasticidade cerebral e como funções cognitivas e padrões psicológicos são diretamente afetados pelos estereótipos de gênero que circulam em uma determinada cultura, influenciando o desenvolvimento de bebês desde antes do seu nascimento (Cameron, 2009; Fine, 2012; Joel; Vikhanski, 2019). As generalizações produzidas a partir de supostas diferenças observadas em formatos de partes do cérebro são expandidas por Kirgiss e traduzidas como competências ou incompetências, como no trecho seguinte:

O lado direito do cérebro dos meninos é mais forte que o esquerdo. Nas meninas, o lado esquerdo é mais forte que o direito. Isso significa que os garotos se saem melhor em tarefas como interpretar um diagrama de Legos e montar o que ele indica, e as garotas se saem melhor na leitura. Os meninos têm mais facilidade de estacionar o carro, e as meninas de entenderem o que ouviram em uma palestra. Os meninos se saem melhor na hora de calcular com quanta força e velocidade devem jogar a bola de basquete para fazer a cesta. As meninas se saem melhor na hora de fazer uma prova com respostas dissertativas (Kirgiss, 2011, p. 68).

Cordelia Fine (2012) critica a tendência no meio científico, estabelecida sobretudo nas últimas três décadas, muito em razão de avanços tecnológicos, como a técnica de ressonância magnética, em procurar diferenças nos cérebros masculino e feminino e atribuir grande significado a elas. “Quando os pesquisadores procuram diferenças sexuais no cérebro ou na mente, eles estão caçando um alvo em movimento”, já que “ambos estão em contínua interação com o contexto social” (Fine, 2012, p. 296). A autora ressalta ainda que:

Os circuitos do cérebro são bastante literalmente um produto do seu ambiente físico, social e cultural, bem como do seu comportamento e pensamentos. Aquilo que experimentamos e fazemos cria a atividade neural que pode alterar o cérebro,

quer diretamente, quer por meio de mudanças na expressão dos genes. Essa neuroplasticidade significa que, como diz Kaiser, o fenômeno social do gênero ‘entra no cérebro’ e ‘se torna parte da nossa biologia cerebral’ (Fine, 2012, p. 295).

Se há neuroplasticidade e o ambiente está sempre em movimento de transformação, não há algo como uma mente feminina e uma mente masculina. Para mais, dados aleatórios enumerados como supostas diferenças entre os cérebros femininos e masculinos são, muitas vezes, facilmente explicados pelos próprios contextos sociais e ambientais. Kirgiss (2011) lista, ao final de seu livro, sem indicar fonte, o dado de que 90% das mulheres virariam para o lado direito ao entrarem em uma loja de departamentos. Tal trivialidade, por exemplo, pode ser plenamente justificada não por diferenças na estrutura cerebral das mulheres, mas pelo fato de que a seção de roupas femininas está ao lado direito na maioria das lojas desse tipo.

A “estrutura cerebral” é tão passível de ser afetada pela cultura e pela agência individual e coletiva dos sujeitos quanto qualquer estereótipo de gênero sobre roupas azuis e rosas. Como bem conclui Fine (2012, p. 296),

Quando uma mulher persiste em um curso de matemática de alto nível ou é candidata à presidência da República, ou um pai sai do trabalho mais cedo para buscar as crianças na escola, eles estão alterando, pouco a pouco, os padrões implícitos das mentes ao seu redor. À medida que a sociedade vai mudando lentamente, o mesmo acontece com as diferenças entre o eu, as habilidades, emoções, valores, interesses, hormônios e cérebros masculinos e femininos.

Concluindo este tópico e este capítulo, ressalto que a noção de que haveria uma programação neural diversa para homens e para mulheres não circula apenas nos discursos cristãos conservadores sobre gênero. É uma premissa que parte de setores laicos da sociedade, como as próprias ciências biológicas, onde se observa, há séculos, tentativas de provar que mulheres e homens teriam estruturas cerebrais, ou “mentes” distintas. Frequentemente, esse exercício de enumeração de diferenças teve como consequência desigualdade social e hierarquização.

No próximo capítulo, irei me debruçar sobre alguns arquétipos de gênero específicos encontrados em tais obras, como o arquétipo da princesinha e do guerreiro, e sobre o universo simbólico dessa literatura cristã em sua relação com a produção de ethos conservadores de direita. Que sujeitos políticos as obras analisadas estariam produzindo a partir de sua política de gênero?

## **5 PRINCESINHAS E GUERREIROS: ARQUÉTIPOS DE GÊNERO NA PRODUÇÃO DA DIFERENÇA E DE ETHOS CONSERVADORES DE DIREITA**

Em seu artigo “Unpacking the sin of gender” – “Desembrulhando/Desvelando o pecado do gênero” –, os pesquisadores Sarah Bracke e David Paternotte descrevem uma interessante cena observada nos atos de rua da campanha conservadora *La Manif pour Tous*, contra o casamento igualitário e a adoção de crianças por casais do mesmo sexo, na França, em 2012. Vários cartazes, narram os autores, continham uma imagem peculiar, que se tornou a identidade visual da campanha à época: a silhueta de uma família nuclear, contando com os contornos de um pequeno cavaleiro/guerreiro (no original, *knight*) e de uma pequena princesa, coloridos, respectivamente, em azul e rosa. Um dos slogans da campanha, que acompanhava as imagens, era: “Não mexam com os nossos estereótipos de gênero” (Bracke; Paternotte, 2016). De fato, princesas e guerreiros parecem ter se tornado, nos últimos anos, elementos primordiais da iconografia conservadora sobre gênero. As duas referências se repetem em vários dos materiais analisados nesta pesquisa, configurando-se como verdadeiros arquétipos da diferença de sexo/gênero. Esses arquétipos carregam sentidos políticos profundos, não só no campo do gênero.

As perspectivas progressistas e conservadoras sobre gênero e identidades podem ser pensadas a partir de sua localização no antigo debate entre igualdade x diferença. Setores das direitas clássicas e das novas direitas, e também dos cristianismos, frequentemente defendem a tese da diferença como principal canal para explicar o mundo e as relações sociais. Já as esquerdas, dentre elas os feminismos, inicialmente, se pautaram bastante na defesa da igualdade formal. Mais recentemente, sobretudo a partir dos anos 1980, parte dos feminismos assumiu, contudo, uma política da diferença também, mas a partir de outra perspectiva, diversa daquela dos conservadorismos. Feminismos preocupados com os riscos de uma visão supostamente universal sobre os sujeitos, que promove apagamento dos marcadores e condições específicas de gênero, sexualidade, raça, etnia, classe, nacionalidade, geração etc., trouxeram para o centro do debate da des(igualdade) a questão da diferença, com foco especial na defesa de identidades diversas – seja pelo aspecto da afirmação de “novas” identidades (dentro do espectro queer, por exemplo); seja através da recuperação de identidades apagadas/suprimidas/perseguidas (povos indígenas e tradicionais, quilombolas, ciganos etc.). O fato é que a diferença deixou de ser argumento

exclusivo do liberalismo clássico e dos conservadorismos e assumiu um lugar de proeminência no coração dos ativismos feministas e LGBTQIA+.

Em seu importante texto, “Ciladas da diferença”, Antônio Flávio Pierucci (1990) reflete sobre os riscos envolvidos na adoção irrestrita do argumento da diferença pelas esquerdas, em detrimento do princípio da igualdade. O delicado equilíbrio entre igualdade e diferença no pensamento progressista, principalmente na luta por igualdade de gênero, está, portanto, em constante debate enquanto estratégia teórica e política. Entre o material analisado nesta pesquisa, o pressuposto da diferença (sexual/de gênero) é amplamente mobilizado. A cartilha *Viva a Diferença*, discutida no capítulo anterior, é explicitamente exemplar desse movimento. Ao longo deste capítulo, discutirei alguns aspectos da construção da diferença no campo do gênero a partir de dois importantes arquétipos encontrados nas obras analisadas: o da princesa e o do guerreiro, assim como os impactos desses arquétipos e de outras narrativas cristãs conservadoras para o público infantil na formação de ethos conservadores de direita.

### **5.1 Princesas e guerreiros: o universo simbólico da literatura infantil de viés cristão conservador**

Princesas e príncipes, figuras que remetem às relações de poder na Monarquia, forma de governo já superada na maioria dos países do Ocidente, certamente não são uma exclusividade da retórica conservadora. Desde a disseminação global dos contos de fadas dos irmãos Grimm ou de Charles Perrault, as princesas fazem parte do universo simbólico relacionado à infância, fenômeno bastante impulsionado pelo colonialismo e, mais recentemente, pelo domínio cultural das produções Disney, com seu foco excessivo em histórias de princesas, provavelmente por este modelo de negócios (sustentado em estereótipos de gênero) ter se mostrado bastante lucrativo. Atualmente, a narrativa de romantismo e glamourização em torno da figura de princesas e príncipes é atualizada, por exemplo, na cobertura midiática espetaculosa sobre a família real britânica. Casamentos e nascimentos são transmitidos como eventos de impacto e relevância global, e novas namoradas são anunciadas como se fossem ganhadoras do Nobel, por seu potencial de se tornarem princesas. A fantasia da plebeia que é escolhida pelo príncipe, entre milhares de pretendentes, e torna-se princesa, povoa inúmeros livros e filmes, e expressões como “encontrar o seu príncipe encantado” fazem parte das narrativas cotidianas direcionadas às meninas e mulheres. No Brasil, após mais de um século de regime republicano, títulos nobiliárquicos ainda são

lembrados e tratados como sinal de status, como no caso do Príncipe de Órleans e Bragança.<sup>43</sup> Repito, portanto, que a origem e a sustentação do repertório das princesas e príncipes não pode ser atribuída mais aos conservadorismos do que a qualquer outro setor da sociedade, sendo parte constituinte do que Rita Segato (2011) nomeia de economia simbólica patriarcal. Contudo, o que é possível afirmar, a partir das análises decorrentes desta pesquisa, é que esse repertório cumpre um papel bastante importante nos materiais infantis de orientação cristã, assim como nos discursos cristãos conservadores em geral, sendo incorporado e atualizado a partir dos valores e interesses de uma educação (neo)conservadora, que produz, sobretudo na última década, sujeitos políticos simpáticos às ideias de direita.

“Ninguém vai nos impedir de chamar nossas meninas de princesas e nossos meninos de príncipes. No Brasil tem: meninos e meninas”. Essas foram as palavras da pastora evangélica e senadora Damares Alves em seu discurso<sup>44</sup> de posse como ministra dos Direitos Humanos, da Família e da Mulher, em 2019, no findado governo de Jair Bolsonaro. A fala de Damares revela algo muito importante. Princesas e príncipes não são apenas escolhas vocabulárias aqui, referências meramente ilustrativas de uma conhecida personagem feminina e outra masculina. Na citação da senadora ultraconservadora, as duas figuras são expostas como verdadeiros arquétipos da diferença de gênero. Continuar contando histórias sobre princesas e príncipes para as crianças é, para Damares, continuar defendendo um modelo único e específico de masculinidade e um modelo único e específico de feminilidade. Assim, esse repertório comum em nossa sociedade parece ter se tornado especialmente relevante para os conservadorismos, como indicado nos cartazes franceses mencionados no início deste capítulo. Tais signos traduziriam modelos de gênero e ethos politicamente conservadores. A pastora evangélica Sarah Sheeva (filha da cantora Baby do Brasil), por exemplo, conduz, desde 2011, um projeto intitulado “Culto das Princesas”, descrito em sua página<sup>45</sup> oficial no Facebook como uma “campanha interdenominacional que possui 12 aulas especiais para as mulheres solteiras”. Nos diversos sites<sup>46</sup> vinculados à cantora e missionária, é possível encontrar diferentes cursos a venda, entre eles: “Curso das princesas: inteligência emocional para mulheres”, “Curso Homem Real, maratona dos príncipes: inteligência

---

<sup>43</sup> Luiz Philippe de Órleans e Bragança é deputado federal pelo PL – SP e defende publicamente o retorno da monarquia como forma de governo no Brasil. Está em sua segunda legislatura (2022-2026).

<sup>44</sup> Discurso disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=2Qz\\_tS6zofg](https://www.youtube.com/watch?v=2Qz_tS6zofg). Acesso em: out. 2022.

<sup>45</sup> Disponível em: [https://www.facebook.com/cultodasprincesasoficial/?locale=pt\\_BR](https://www.facebook.com/cultodasprincesasoficial/?locale=pt_BR). Acesso em: fev. 2024.

<sup>46</sup> Disponível em: <https://linktr.ee/SarahSheeva>. Acesso em: mar. 2024.

emocional para homens” e “Cine Princesa”. Ainda que sem vinculação direta com qualquer denominação religiosa, o projeto “Escola de Princesas”<sup>47</sup> parte de base semelhante, trazendo uma visão conservadora de educação de gênero para meninas. Com 12 módulos, que abrangem conteúdos para meninas de 4 até 15 anos, o curso trabalha questões como “a identidade da princesa”, “valores e princípios éticos e morais”, “o sonho de toda princesa (destino)”, “relacionamentos”, “boas maneiras”, “etiqueta”, “oratória”, “estética”, “higiene pessoal”, “beleza”, “moda”, “limpeza, organização e funcionamento do ambiente”, “prendas de princesa (corte e costura, culinária básica, lavanderia, primeiros socorros etc.)”, “valores e princípios morais do matrimônio”, “à espera do príncipe (como se guardar)”, entre outros temas. Conforme Giulia Brandão Corrêa e Rafael de Tillo (2023, p. 6), em artigo onde analisam o repertório discursivo do projeto, dentro do enquadramento simbólico da Escola de Princesas, “o significante princesas parametriza um repertório de gênero suposto normal/natural para as meninas, e, depois, para as mulheres, enfatizando a subalternidade, a domesticidade e a passividade frente à masculinidade”.

Entre os materiais analisados nesta pesquisa, referências medievais e militares são recorrentes. Princesas, príncipes, soldados e guerreiros são frequentemente evocados. Em *Viva a Diferença*, cartilha de Marisa Lobo (2018), temos, por exemplo, a seguinte fala da mãe para o menino Zeca: “Bia é a nossa princesa e você é o nosso príncipe”. A figura da princesa ou princesinha, especificamente, foi motivo recorrente no material sobre o qual me debrucei, assim como o repertório do “guerreiro” ou “pequeno guerreiro”. Aqui vale uma pequena anedota pessoal. Fui alfabetizada em uma escola evangélica, no início dos anos de 1990, e, entre minhas memórias afetivas dos tempos na Escolinha Vida Nova, está uma canção bastante conhecida dos espaços protestantes, em que meninas e meninos cantavam diferentes refrões. Enquanto as meninas entoavam os dizeres “Eu sou uma florzinha de Jesus”, os garotos deveriam cantar “Eu sou um soldadinho de Jesus”. Enxergamos aí o arquétipo masculino do guerreiro e o modelo feminino de imobilidade, delicadeza e beleza.

---

<sup>47</sup> Disponível em: <https://escoladeprincesas.net/>. Acesso em: fev. 2024.

Fig. 29 – *Minha linda princesinha*, 2019

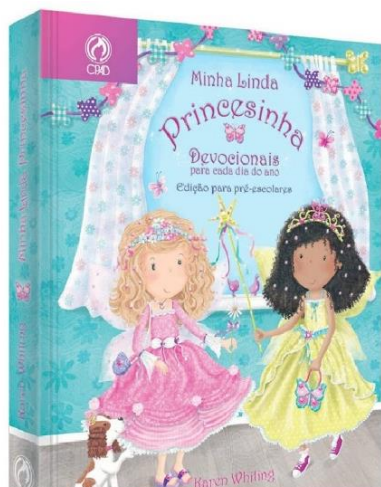
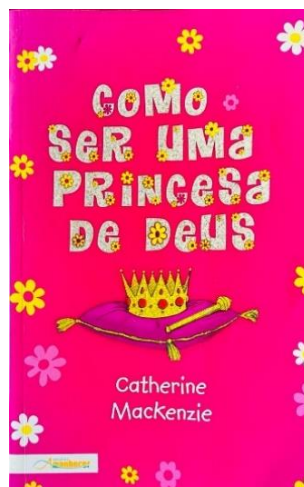


Fig. 30 – *Como ser uma princesa de Deus*, 2014

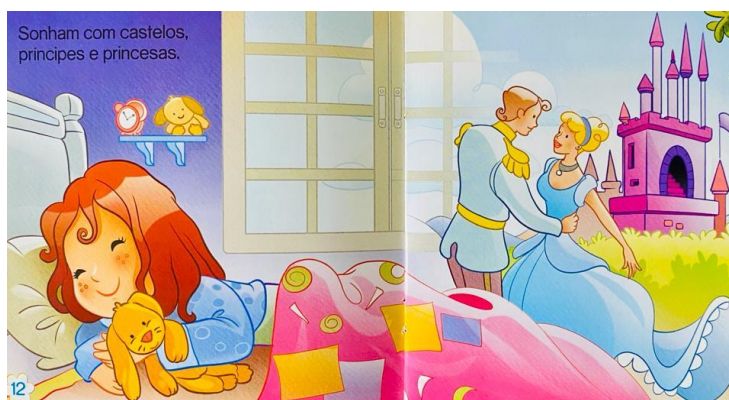


“A psique humana tem arquétipos, que são matrizes que coordenam a maneira como ela forma suas imagens e organiza seu funcionamento” (Byington, 2020, p. 27). O arquétipo da princesa, assim como o da bruxa, seu oposto, é importante e cumpre um papel pedagógico relevante na educação conservadora, pois reúne em torno de si inúmeros estereótipos e expectativas de gênero. Princesas são representadas, frequentemente, como mulheres belas (a partir de padrões eurocêntricos, sobretudo a branquitude), jovens, com corpos excessivamente magros e frágeis, modestas, obedientes e trajando longos e bufantes vestidos (vestimentas que restringem seus movimentos). Sua existência, projetos e destino se voltam exclusivamente para o amor romântico (encontrar um par ideal e se casar). A agência das princesas nos contos de fada (repetidamente reencenados em novas e supostamente “mais modernas” versões para o cinema ou teatro), com raras exceções, limita-se à passividade de aguardar seu salvamento por um príncipe.

A defesa de um modelo de comportamento e de existência de “princesinha” para meninas, associado a um modelo de rígido comportamento e moral cristã, está presente em muitos dos materiais analisados nesta tese. Como discutido, a figura da princesa não povoa apenas os lares e espaços cristãos, sendo repertório quase onipresente na socialização de meninas no Ocidente, contudo, nos materiais analisados, ela contribui de maneira particularmente relevante para um processo de subjetivação conservadora, a partir de uma ordem moralista, sexista e estereotípica de gênero. Retomando a introdução de Daniela Rezende no já discutido *Coisas de meninas* (2010), temos, por exemplo, a afirmação de que “embora nos dias atuais haja uma pressão para que a mulher conquiste um espaço cada vez maior na sociedade, as meninas ainda são atraídas por

figuras de príncipes, castelos, princesas e tudo o mais que abranja o delicado universo feminino” (s.p). A afirmação carrega um tom antifeminista, já que, para a autora, os discursos progressistas sobre a maior inclusão das mulheres no mercado de trabalho e nos espaços de poder seriam, supostamente, contradizentes com a “natureza” essencial de todas as meninas, que as levaria, inexoravelmente, aos contos de fadas. Adiante, no mesmo livro, ao narrar como “as meninas são”, a autora afirma que “sonham com castelos, príncipes e princesas” (p. 12, figura 31). Esse seria o “mundo cor de rosa” das meninas, um universo fundamentalmente distinto daquele dos garotos, nesse imaginário.

**Figura 31 - Obra *Coisas de meninas* (2010), Rezende, p. 12**



A divisão entre dois universos simbólicos, um masculino e um feminino, está bastante presente na literatura infantil em geral. No campo das publicações cristãs para o público infantil, observei que diversas obras se dividem em duas edições: uma para meninos e outra para meninas. Assim, é bastante comum encontrar, em livrarias cristãs, obras com duas versões, com títulos como: *Bíblia para meninas* e *Bíblia para meninos*; *Bíblia da princesinha* e *Bíblia do pequeno guerreiro*; *Livro de oração das meninas* e *Livro de oração dos meninos*; *Provérbios para princesas* e *Provérbios para guerreirinhos* (figuras 32 e 33), entre outros. É preciso ressaltar, no entanto, que, na maioria dos casos, o conteúdo do livro não era de fato distinto nas duas versões. Muitas vezes a diferença se restringia à inserção das palavras menina(s)/menino(s) no título e à presença das cores azul ou rosa na capa. Isso pode estar relacionado à uma série de fatores, entre eles: a) uma possível tentativa de reforço do binarismo de gênero por parte das editoras cristãs, sem alterar os custos de produção, mantendo o “miolo” do livro idêntico; b) uma preferência dos adultos

(quem de fato compra o livro) por tal distinção de gênero, talvez por uma crença de que materiais personalizados (direcionados para grupos específicos) sejam mais interessantes/atrativos para as crianças – possível consequência da hiperpersonalização e hipersegmentação produzidas pelo neoliberalismo e pelas redes digitais. De toda forma, ainda que por razões possivelmente mercadológicas, o fato é que parece haver, no campo da literatura cristã infantil, uma maior divisão por gênero – livros para meninas x livros para meninos –, o que certamente produz impactos nas subjetividades das crianças que consomem esses materiais.

**Figura 32 - Bíblia Sagrada da Princesinha e Bíblia do Pequeno Guerreiro, Walsh**



Fonte: <https://www.amazon.com.br/>

**Figura 33 - A Bíblia dos meninos e A Bíblia das meninas, Carolyn Larsen**



Fonte: <https://www.amazon.com.br/>

Citando Patrizia Violi, Patrizia Calefato (1990, p. 121) destaca que, em nossas sociedades humanas, a “diferença sexual sustentada no biológico sofre um processo de semiotização”, ou seja, o sexo passa de “biologia e dado natural para gênero, como resultado de processos semióticos e linguísticos de construção de sentido”. Alguns arquétipos que povoam, com suas presenças e ausências, as narrativas investigadas, são bastante relevantes para a produção da diferença e de sentidos de/sobre gênero. Na literatura analisada nesta tese, alguns desses arquétipos criam universos “femininos” e “masculinos” distintos e opostos, a partir de valores moralmente e politicamente conservadores. Discutirei em detalhe alguns desses arquétipos a partir do próximo tópico.

## 5.2 Princesas x bruxas: arquétipos do feminino

- Você é uma bruxa boa ou uma bruxa má?  
- Eu já lhe disse que não sou uma bruxa. Bruxas são feias e velhas.  
(Diálogo entre Glinda e Dorothy, filme *O mágico de Oz*, 1939)

O leitor desta tese pode estar se perguntando porque este tópico traz para o centro do debate uma figura que não havia sido mencionada até agora. De fato, não há, nos materiais a que tive acesso e que analiso nesta pesquisa, nenhuma referência direta às bruxas, mas, como já pontuado neste texto, as ausências/faltas/ocultamentos são sempre significativos em matéria de discurso. Arquétipos são constituídos sempre por seu polo positivo e por seu polo negativo (aquilo que não são). Se “os arquétipos são as matrizes do funcionamento dos símbolos que expressam a normalidade e a patologia” (Byington, 2020, p. 27), a princesa é a representante da “normalidade” de gênero do feminino, enquanto a bruxa seria sua perversão patológica. A princesa é fonte de disciplinamento normativo de gênero, enquanto a bruxa é signo de sua subversão. O arquétipo da princesa, e o medo que paira, ainda hoje, sobre a cabeça das mulheres, de serem enquadradas no arquétipo da bruxa, promove exclusão das mulheres das possibilidades de poder e de saber. Nas palavras da arqueóloga feminista Maryléne Patou-Mathis (2022), “o paradigma naturalista da diferença entre os sexos provocou não apenas o acesso diferenciado ao saber e à produção, como também marginalizou e demonizou as mulheres que detinham conhecimentos (às vezes chamadas de “bruxas”).

Desde a publicação do *Malleus Maleficarum*,<sup>48</sup> escrito em 1487 pelos inquisidores Heinrich Kramer e James Sprenger, a figura da bruxa tem feito parte da história dos cristianismos, motivo pelo qual a considero um arquétipo poderoso e importante no debate que realizo neste capítulo, inclusive por funcionar como oposto perfeito do arquétipo da princesinha, assim como do arquétipo da santa. Princesas, bruxas e santas são modelos de feminilidade e estão profundamente conectadas com as narrativas da religião. Para mais, as bruxas também são um repertório de feminilidade recorrente nos contos de fadas. Nas histórias de princesa, a bruxa é sempre o sujeito oculto, o outro perigoso a quem pode sucumbir a princesa, caso não cumpra todas as prescrições de gênero, como beleza, obediência, modéstia, castidade e respeito à autoridade. A temível bruxa, portanto, é o próprio lado “sombrio” da princesinha. A princesa que rejeita o “decoro real” e o código moral pode muito bem se tornar bruxa. Não à toa, as mulheres feministas tem sido comparadas a bruxas ao longo da história. Onde a princesa está, lá está também o espectro da bruxa como seu espelho invertido, assombrando as mulheres para a conformidade de gênero e para a negação de sua agência política, como bem mostra Silvia Federici (2017) em sua obra *Calibã e a bruxa*. Para a historiadora, o período de caça às bruxas na Europa medieval teve como propósito e resultado não só a submissão das mulheres, sobretudo no controle de seus corpos, mas também a acumulação primitiva que permitiu a transição para o capitalismo. Podemos considerar, portanto, que a figura da bruxa é, desde sempre, um arquétipo não só feminista, mas também anticapitalista. O arquétipo de gênero da princesa (mulher do bem e boa mulher) se sustenta em ser a não bruxa (mulher do mal e má mulher).

Boa parte dos sentidos negativos em torno da figura da bruxa se ancoram na estética ocidental moderna, que associa o “belo” ao bom e/ou inofensivo, enquanto o “feio” seria signo do mal e do perigo. A bruxa, por ter supostamente perdido sua “inocência” enquanto mulher que recusa a castidade, se torna má, e, portanto, “feia” (de acordo com padrões de beleza eurocêntricos e arbitrariamente definidos). Construída ao longo da história ocidental como criatura não humana, de aspectos físicos monstruosos e capaz de devorar criancinhas inocentes, a bruxa vem sendo ressignificada, subvertida pelos feminismos. A bruxa é agora retomada como figura feminina poderosa (um contraponto à passividade das princesas); alguém que vive de maneira independente

---

<sup>48</sup> Traduzido para o português como *O martelo das feiticeiras*.

(sem marido ou filhos) e que aterroriza o patriarcado por seu controle sobre seu próprio corpo e seu destino. Esse pequeno adendo sobre o outro lado da princesa e o espanto que a bruxa traz à ordem de gênero patriarcal nos permite passar agora ao debate específico da figura da princesinha nas obras analisadas.

### **5.3 Como ser uma princesinha de Deus: prescrições de gênero para boas meninas cristãs**

Ser a princesa de Deus não significa que você precise ser perfeita. Mas há alguns indicadores muito bons para ajudá-la a agir, ter aparência e se portar como uma jovem senhorita cuja presença e estilo deixam um aroma suave e doce aonde quer que vá.  
*(Manual da princesinha: um jeito divertido de aprender a se comportar como uma princesinha de Deus, Walsh, 2015, p. 77)*

O que é, afinal, a figura da princesinha na literatura analisada? Como indica a epígrafe acima, ela é bem mais do que apenas uma forma carinhosa de dizer que aquela obra será voltada para meninas, ou uma maneira de dizer que são filhas do Rei (Deus). É, acima de tudo, um modelo de existência ideal para meninas cristãs, um enquadramento mobilizado para a regulação de corpos, pensamentos, desejos e comportamentos a partir de uma matriz de gênero conservadora. Aqui, a figura da princesa não é apenas uma personagem a ser incorporada por garotas em momentos de jogos e brincadeiras, onde predomina a fantasia, mas uma bússola moral a ser seguida cotidianamente em todos os aspectos e espaços da vida, um padrão moral a ser internalizado e que inclui valores e características como: fé/devoção cristã, modéstia, recato, paciência, discrição, gentileza, boa aparência e as chamadas “boas maneiras”. Neste tópico, olharei mais detidamente sobre obras que trazem de forma mais explícita prescrições de gênero para as meninas, entre livros sobre princesas e manuais de boas maneiras.

Manuais de etiqueta e boas maneiras para meninas e mulheres certamente não são uma novidade ou uma peculiaridade do segmento cristão-conservador. Eles integram a história da literatura considerada “feminina”. Seu conteúdo segue sendo “modernizado” e incorporado em novas mídias, como revistas para mulheres ou, mais recentemente, livros de autoajuda. Em sua tese sobre manuais de etiqueta para mulheres, estudo que englobou materiais publicados entre 1940 e 2007, Márcia Regina dos Santos (2019) destaca que “o balizamento do comportamento feminino foi e é, um projeto social, no qual os acordos se configuram a partir de uma visão

circunstancial das relações. Em um movimento descontínuo e não linear se processam as mudanças nos modos como as mulheres se estabelecem e são representadas nos mais diversos grupos sociais”. Ou seja, o conteúdo específico das prescrições de gênero e interditos para mulheres está em constante transformação, mas a pressão para uma adequação a essas prescrições, quaisquer que sejam em cada tempo e espaço, continua bastante ativa.

A obra *O livro das boas maneiras para meninas* (figura 34), publicado pela editora cristã SBN em 2017, de autoria coletiva de Belli Studio, traz, em sua primeira página, os seguintes dizeres: “É divertido usar boas maneiras com a sua família e seus amigos. É divertido brincar de boas maneiras de mentirinha com suas bonecas e seus bichinhos de pelúcia! Você pode treinar ser educada, gentil, usar palavras bonitas e ter um rosto sorridente”. Na página 15, temos, novamente: “sempre tente colocar um sorriso em seu rosto quando você conversa”. Mesmo a obediência às ordens dadas por adultos deve ser executada com “um grande e belo sorriso no rosto” (p. 39).

Adiante, na página 21 do livro, lemos que as meninas devem falar “gentilmente com todas as pessoas” e que devem usar suas palavras “mais agradáveis” com as pessoas com quem mais convivem (familiares, professores etc.), independentemente da qualidade de tais relações. A ideia de abnegação está presente em toda a obra, como no seguinte trecho: “às vezes, tanto você quanto sua amiga querem brincar com o mesmo brinquedo. O que você deve fazer? Lembre-se da regrinha sobre deixar a sua amiga fazer a primeira escolha. Se ela quiser usar o seu vestido favorito de princesa, é legal deixá-la usar” (p. 31). Submeter-se aos desejos do outro, sempre considerando mais os sentimentos daquele do que os seus próprios, é a regra para mulheres.

**Figura 34 - *O livro das boas maneiras para meninas*, 2017**



A repetida ideia de que meninas e mulheres devem sempre demonstrar aprazia, evitando, a qualquer custo, causar desconforto em seu interlocutor – ideia bastante presente em todos os manuais de boas maneiras para mulheres –, pode ser bastante nociva, evitando que mulheres saiam de interações abusivas, situações de assédio e processos de violência, colocando em perigo, sobretudo, meninas menores (até 12 anos) e adolescentes, que acabam não sabendo como dizer não diante de potenciais contextos de abuso. Vemos, ainda, como aquilo que é considerado boas maneiras para meninas e mulheres coincide com aquilo que irá agradar e trazer sensação de segurança para meninos e homens em seu entorno. Enquanto há incentivos para que os homens adotem um comportamento que demonstre segurança de si e mesmo o poder de convencimento sobre o outro, das mulheres é esperado que concordem e consintam, evitando “conflitos” e demonstrando generosidade, nunca assertividade. Assim, manuais de etiqueta e boas maneiras operam, muitas vezes, como manuais para a correta performance de mulheridades consideradas legítimas. Suas inúmeras prescrições e interditos fazem parte, portanto, do amplo catálogo daquilo que Simone Beauvoir chamou de “tornar-se mulher”.

Aliando ensinamentos morais, crônicas sobre problemas cotidianos da infância, dicas de boas maneiras e repertório de princesas, a já mencionada obra *Lições de vida e diversão com a Princesa Angelina*, de Agnes e Salem de Belzenac (2020), também pode ser considerada um manual com inúmeras prescrições de gênero para meninas, além de construir a ideia de um “universo feminino” bastante limitado e estereotipado. Ao sugerir que a garota Angelina deve sempre associar responsabilidades e brincadeiras, equilibrando deveres e diversão, o leitor encontra a seguinte lista das atividades de Angelina: brincar de boneca; fazer a cama; desenhar vestidos para as bonecas; treinar penteados no cabelo; preparar uma vitamina de frutas vermelhas; dar ração para o gato; fazer um passeio em seu “pônei” rosa (bicicleta); acordar o papai e a mamãe; e assistir ao seu programa de TV favorito. O livro acompanha a rotina da garota Angelina, narrando episódios como: o dia de arrumar o quarto, uma festa de chá com amiguinhas, uma brincadeira de desfile de moda, a tentativa de cozinhar uma nova receita, uma saída para colher flores para enfeitar o cabelo, uma aula de natação, entre outros. Cada episódio traz uma “lição de vida” resumida em 3 ou 4 linhas, sob o título de “uma oração de princesa”. As lições giram em torno de temas como obediência, gentileza, disciplina espiritual, perseverança, virtude e bondade.

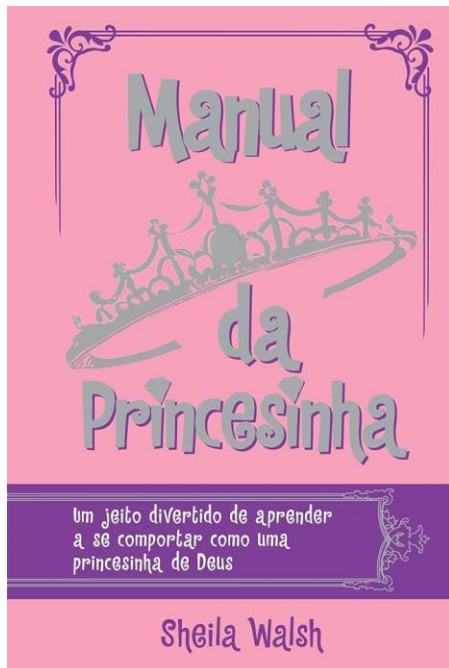
A mãe de Angelina é representada ao longo da obra em atividades como cozinhar, dobrar roupas e acordá-la para ir para a escola. Já o pai da menina-princesa só aparece quando referenciado pela própria personagem, quando é mencionado que ela escreveu um cartão para a mãe, o irmão e o pai. Em um determinado capítulo, Angelina sai para brincar com o seu irmão mais velho, não nomeado. A garota o elogia, afirmando que ele é muito inteligente e consegue fazer inúmeras coisas que ela não consegue. O irmão então responde: “Deus deu talentos diferentes a cada um de nós e todos ainda temos muito a aprender [...] Angelina, veja o piquenique que você preparou. Eu não sei fazer nada para comer. Se não fosse você, não teríamos esse lanche agora” (p. 49). Vemos aqui uma referência implícita à tese da complementaridade entre os sexos, com um detalhe para a noção de homens racionais x mulheres voltadas para habilidades domésticas.

Ao longo do livro, a questionadora, expansiva e criativa menina Angelina vai sendo disciplinada e conformada às normas sociais em uma matriz conservadora. Em relação às prescrições de gênero em manuais para mulheres, Santos (2019, p. 276) afirma:

A condição secundária em relação aos homens reverberou sobre a produção de prescrições que foram desde a desqualificação da fala em público até a obrigação da beleza. A presença de mulheres em público continuou a ser regrada pelo protagonismo dos homens no sentido de que, em nome da gentileza, autores e autoras fizeram restrições à proatividade das mulheres. Os elementos estruturantes dessas narrativas travestidos por cuidado e gentileza.

Como se lê no texto de contracapa da obra best-seller de Sheila Walsh *Manual da Princesinha: um jeito divertido de aprender a se comportar como uma princesinha de Deus* (fig. 35), publicada no Brasil pela editora cristã Thomas Nelson: “ser uma princesa é um sonho maravilhoso, mas também uma grande responsabilidade. Todo mundo espera que uma filha do Rei se comporte de maneira especial – que seja educada, delicada, elegante e graciosa”. O livro infantil, publicado em 2015, é o mais explicitamente prescritivo entre os analisados, contando com textos explicativos e exercícios complementares, onde a pequena leitora deve marcar a resposta correta ou identificar o erro/problema em uma determinada imagem. Os capítulos do livro, voltado para pré-adolescentes e dividido por temas, contam com orientações sobre postura corporal, vestimentas adequadas, boas maneiras à mesa, amizades, beleza, cuidado com cabelo e unhas, planejamento de festas, dicas de culinária, organização de talheres e louça à mesa, comunicação apropriada, educação, obediência e relações familiares.

**Figura 35 – Capa de *Manual da Princesinha*, Walsh, 2015**



Por ser um livro voltado para meninas na faixa etária da pré-adolescência (9 a 12 anos), o foco em questões de aparência é bastante intenso na obra de Walsh (2015). As “dicas de beleza” para manter o que é considerado uma “boa aparência”, neste material e em outros semelhantes analisados nesta tese, refletem padrões ligados à branquitude; ao binarismo de gênero cisheteronormativo; ao etarismo (mulheres perdem seu valor com a idade); à magreza extrema e à alta estatura como biotipos corporais superiores (desconsiderando a diversidade étnico-racial); e à estética minimalista e austera das elites burguesas ocidentais. O sentido de beleza e elegância, representado pela figura eurocêntrica da princesa, reflete um padrão centrado em corpos femininos jovens, caucasianos, magros, frágeis/delicados e disciplinados a partir de valores e comportamentos das classes médias e altas urbanas do norte global. A princesa é, portanto, não apenas um enquadramento de gênero, mas também de raça e classe.

Acessórios grandes/longos/volumosos (como brincos, colares ou adornos de cabelo), cores fortes e estampas chamativas, algo que é comum nas tradições africanas, latinas e ciganas, por exemplo, são desaconselhados para “princesas elegantes”, conforme a perspectiva de Walsh (2015). Assim, por mais que se esforcem, mulheres racializadas raramente recebem o status de

“elegância” e beleza ideal. De fato, princesas negras, indígenas, hispânicas, árabes ou asiáticas só chegam a ocupar as páginas de livros infantis e as telas do cinema bastante recentemente, nas últimas duas décadas, como resultado da pressão e dos ativismos de feministas não brancas e não ocidentais. Tais prescrições em manuais para meninas e mulheres partem, portanto, de um processo de colonização de corpos e padrões comportamentais.

Em *Aventuras da Princesinha* (2021), outra publicação de Sheila Walsh pela Thomas Nelson Brasil, também temos um modelo de beleza e elegância feminina a partir do arquétipo da princesa. Nas páginas 14 e 15 da obra, a menina Gigi está em crise de identidade por não ter uma aparência em conformidade com aquela de uma princesa. Lemos: “Mas alguma coisa incomodava Gigi. Ela não parecia uma princesa como as que a gente conhece. Por mais que esfregasse com força, não conseguia tirar as sardas do nariz. Por mais que penteasse o cabelo, não conseguia fazê-lo se comportar. ‘Preciso de uma coroa’, ela pensava”. Sem pele alva e cabelos lisos, Gigi acredita que jamais poderá ser a princesa que tanto deseja se tornar.

Na página 30 do *Manual da Princesinha* (2015), encontramos um gráfico com o suposto tipo de tiara ideal para cada rosto. O foco é tornar a moldura do rosto mais afilada e esguia, o que reflete não só uma perspectiva gordofóbica, mas também racista de beleza. A orientação da autora para que se mantenha as unhas sempre curtas, nunca longas, também aparece como um conselho que ignora, por exemplo, o papel cultural que unhas longas têm entre muitos grupos de mulheres não brancas e de pessoas queer. Ainda sobre unhas, temos, na página 81, o destaque para a “importância de ter as unhas das mãos e dos pés com ótima aparência o tempo todo”. O total disciplinamento do corpo feminino, que deve se manter limpo, com “bons odores” (não os naturais), sem pelos, magro, jovem e sempre adornado, é parte de um projeto de controle das mulheres pelo que Bell Hooks chamou de heteropatriarcado branco capitalista. Afinal, como aponta Naomi Wolf (2002, p. 10), o mito da beleza, ou ideologia da beleza, uma estratégia de “backlash contra o feminismo que usa imagens de beleza como arma política contra a emancipação feminina”, ensina às mulheres que elas têm pouco ou nenhum controle sobre suas vidas e destinos, gerando “baixa autoestima para as mulheres e altos lucros para as corporações” (p. 49, tradução nossa). A submissão feminina ao ideal da princesa é bastante lucrativa.

Com o avanço nos direitos das mulheres e na igualdade de gênero nas últimas décadas, com destaque para sua maior presença no mercado de trabalho, as crescentes exigências em torno

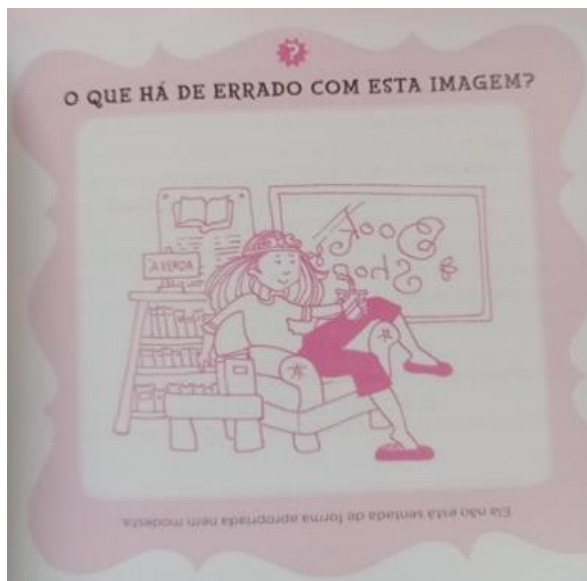
da beleza feminina (dietas restritivas, academia, rotinas de *skin care*, novos produtos cosméticos, cirurgias plásticas, medicamentos antienvelhecimento etc.) passam a desempenhar papel importante na perpetuação da dominância masculina e da obediência feminina. Como aponta Wolf (2002), a cultura da dieta é sobre manter as mulheres obedientes, e não sobre saúde. Ainda que o controle tradicional dos corpos femininos esteja mais forte do que nunca (proibição ao aborto, violência sexual e doméstica, responsabilização pelas tarefas de cuidado etc.), ele passa a ser complementado por um tipo de controle sutil, cada vez mais eficaz a partir da onipresença de imagens femininas “ideais”, frequentemente sexualizadas, na publicidade e nas redes digitais. O corpo feminino perfeito se torna cada vez mais inalcançável quando entram em ação, recentemente, aplicativos de edição de imagem, como *Photoshop*, ou mesmo imagens produzidas por softwares de inteligência artificial (treinados e alimentados, frequentemente, a partir de perspectivas e conteúdos racistas e machistas). As I.A são poderosos instrumentos de reprodução de discursos hegemônicos conservadores e de subalternização de minorias sociais.

Voltando ao *Manual da Princesinha*, as características associadas às princesas, conforme o “caça-palavra da princesa”, na página 106 da obra de Walsh (2015), são: maravilhosa, bonita, simpática, alta, estilosa, linda, elegante, brilhante e bondosa. Adiante, na página 134, temos, ainda, as seguintes qualidades que uma princesa deve demonstrar: “bondade, fidelidade, mansidão e domínio próprio”. Adjetivos semelhantes aparecem em *Lições de vida e diversão com a Princesa Angelina* (2020). Neste último, em um exercício com palavras que significariam “respeito”, temos: consideração, valorização, honra, educação, obediência, atenção, mansidão, paciência, admiração, estima, caráter, valor e cumprimento” (p. 15). Além das referências positivas a comportamentos relacionados à passividade e resignação, na narrativa da Princesa Angelina, beleza e elegância também aparecem como características relacionadas a um modo princesa de ser.

Com inúmeras dicas de moda e referências ao universo das princesas, o *Manual da Princesinha* (2015) possui um tom altamente disciplinador e moralista sobre o corpo feminino. Na figura 36, por exemplo, um exercício onde devemos apontar o que há de errado com a imagem de uma garota sentada com uma perna sobre o braço da poltrona e a outra no assento, a resposta correta encontrada no livro é: “ela não está sentada de forma apropriada e nem modesta” (p. 41). Embora o adjetivo modesto/a seja polissêmico, tendo como principal uso, na língua portuguesa, a ideia de moderação e humildade, ele carrega um sentido bastante específico na retórica cristã

conservadora, referindo-se à exigência de pudor e recato na forma como mulheres cristãs devem se vestir e se portar. Na página 56, a autora pergunta: “você é uma menina cristã? Tenha certeza de que os outros percebam isso pela maneira como você fala, veste-se e age”. O “erro” da garota representada na imagem 36, seria, portanto, o fato de estar com as pernas levemente abertas. A recomendação sobre se portar e se “vestir com modéstia” aparece em vários outros trechos do livro.

**Figura 36 - *Manual da Princesinha*, 2015**



Além das inúmeras prescrições e interditos sobre os corpos femininos (do cabelo às unhas dos pés), a obra conta com uma visão bastante restritiva e essencialista sobre as relações de gênero e as possibilidades de vivências das meninas, com foco excessivo na demarcação da diferença, assim como outros materiais discutidos em capítulos anteriores. Na página 127, por exemplo, Walsh afirma que:

Os meninos e as meninas SÃO diferentes. Os meninos pensam e agem de forma distinta das meninas – até mesmo das meninas molecas. Não desista de ser feminina só porque está com os meninos. Você pode gostar de esportes ou ter outros interesses sem perder o seu lado feminino. Por exemplo, pode usar brincos e o cabelo preso enquanto vai pescar com seu pai e irmãos. Deus criou tantos os meninos quanto as meninas com sua glória e propósito em mente – e tanto os meninos quanto as meninas são excelentes por causa disso (grifo da autora).

Sobre a representação da divisão sexual do trabalho e dos papéis desempenhados na família, a obra da norte-americana reproduz, assim como no livro do casal Belzenac, relações de gênero intrafamiliares sustentadas em uma perspectiva bastante conservadora. Em um teste chamado “o poder da princesa”, na página 53, temos a seguinte introdução: “sua mãe tem um dia difícil cuidando da sua irmãzinha, ajudando você com a lição de casa e aprontando o jantar”. Na mesma página, a introdução a outra questão diz que “seu pai está ao telefone falando com alguém sobre trabalho”. Assim, enquanto o pai trabalha, a mãe realiza todas as tarefas domésticas e de cuidado com as crianças. Para Biroli (2020), a defesa da “família tradicional” pelos setores (neo)conservadores, com sua divisão do trabalho que responsabiliza e sobrecarrega as mulheres, é uma reação às mudanças recentes na organização familiar e no mercado do trabalho.

Ainda que as mulheres continuem a ser as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidado, sua presença na força de trabalho remunerada se ampliou, assim como seu acesso à educação formal e às mais diversas profissões. Isso significa que o trabalho gratuito que desempenharam historicamente entra em tensão com suas funções na vida pública, mesmo em uma perspectiva bastante prática: o tempo disponível para o trabalho doméstico e o tempo disponível para o trabalho remunerado, o tempo destinado ao cuidado e o tempo destinado à profissionalização e aos vínculos laborais entram frequentemente em conflito (Biroli, 2020, p. 149).

Sheila Walsh, autora cristã best-seller, conta com várias obras com repertório sobre princesas. No já mencionado *Aventuras da Princesinha*, de 2021 (figura 37), a menina Gigi passa pelos mesmos dilemas e se engaja nas mesmas atividades encontradas não só em *Manual da Princesinha* (2015), da mesma autora, mas em outros livros cristãos com repertório semelhante. Há uma perspectiva limitante e mesmo caricatural sobre a rotina, desejos e preocupações das garotas. Envoltas em tons rosas e lilases, as histórias frequentemente abrangem bonecas e ursinhos de pelúcia, pôneis, brincadeiras de princesa ou de desfile de moda, brincadeiras de festa do chá ou de fazer comidinha, experiências cozinhando de fato, cuidados com o cabelo e com a aparência em geral, aulas de balé e conversas ao telefone.

**Figura 37 - Aventuras da Princesinha, Walsh, 2021**



Tais repertórios repetitivos e estereotipados sobre as garotas acabam por reforçar narrativas misóginas e que pouco refletem a variedade e complexidade dos modos de vida, crenças e sonhos de meninas reais, em todo o globo. O excesso de referências aos cuidados com a aparência, por exemplo, reforça a ideia de que as meninas e mulheres seriam fúteis, ou mesmo a noção de que a preocupação excessiva com a autoimagem é um dever feminino. Já as menções recorrentes a longas conversas com amigas ao telefone reforçam o estereótipo pejorativo de que as mulheres falam demais, fofocam e não são confiáveis. Na página 54, no teste “qual é o seu estilo de amizade de princesa?”, Walsh (2015) questiona sobre qual assunto a respondente conversa com sua melhor amiga, oferecendo às meninas leitoras as seguintes opções: a) qualquer coisa que esteja acontecendo em nossas vidas; b) roupas ou meninos; c) a última fofoca sobre as outras meninas. Assim, mesmo escritos, muitas vezes, por mulheres, alguns dos livros sobre e para meninas analisados nesta pesquisa se configuram quase como livros antimeninas – representações caricaturais e jocosas, sustentadas em um suposto universo feminino, que seria tolo, narcísico e superficial. As mulheres, essa alteridade fundamental, seriam, portanto, um outro sem a profundidade e a complexidade do humano primordial: o homem. Embora pesquisadoras feministas tenham apontado a importância da escrita feita por mulheres “como uma prática de oposição” que subverte “as leis da cultura” (Connell; Pearse, 2015), há profundos limites para essa

conclusão, como observamos em muitos dos materiais analisados, que são escritos por mulheres, mas reproduzem discursos masculinistas.

Como observamos nas obras discutidas, o repertório da princesa/princesinha opera na literatura infantil cristã conservadora como um arquétipo de feminilidade ideal e um modelo de ethos que constrói subjetividades femininas voltadas para a docilidade, passividade, disciplina corporal e abnegação. Tal modelo de feminilidade posiciona as mulheres como não sujeitos, mas sim objetos de controle, desejo e prazer masculino. A matriz conservadora de gênero (que também é de raça e de classe) constrói para as meninas, portanto, um caminho de exclusão dos espaços de poder e do exercício de uma cidadania ativa e crítica. Para a perspectiva conservadora, a cidadania feminina está sempre limitada por sua suposta “natureza” frágil, dócil e voltada para o espaço privado, e não para as grandes questões públicas.

#### **5.4 Grandes guerras, pequenos guerreiros**

A guerra e o guerreiro são repertórios comuns nos cristianismos pentecostalizados. A noção de batalha espiritual, já mencionada nesta tese, é um importante exemplo desse repertório. Ao longo dos livros analisados, a representação de meninos como guerreiros ou sua descrição com valores relacionados à essa figura arquetípica são constantes. Garotos são ora interpelados como guerreirinhos ou pequenos guerreiros, ora descritos como agressivos, impetuosos e aventureiros. Maryléne Patou-Mathis (2022), arqueóloga e pesquisadora de gênero, discute como, no século XIX, os discursos médicos retomam a “teoria dos humores”, de Aristóteles e Hipócrates, definindo certos “temperamentos” como tipicamente femininos ou masculinos, assim como vimos na discussão sobre neurosexismo e novo biologismo, no capítulo 4. De acordo com a autora, nesse período, é bastante destacada a “capacidade supostamente própria ao homem de derramar o próprio sangue e o de outra pessoa”, de forma que eles fariam “da atividade guerreira o feito viril por excelência” (Patou-Mathis, 2022, p. 200). Em *Qual é a deles? Como entender o que os meninos querem e pensam*, obra infanto-juvenil publicada pela editora Mundo Cristão e já mencionada nesta tese, Crystal Kirgiss (2011, p. 82) cita, indiretamente, uma afirmação do escritor John Eldredge, que teria declarado que:

Todo indivíduo do sexo masculino é, em parte, um guerreiro. Todo homem, rapaz ou garotinho deseja, com todas as suas forças, uma batalha na qual ele possa lutar. Depois de criar três filhos e conhecer centenas de garotos adolescentes, eu concordo com Eldredge. A ideia de lutar contra um inimigo é algo que ocorre naturalmente na maioria dos meninos.

O guerreiro é, por si só, uma simbolização do masculino no repertório discursivo ocidental. Histórias de guerras e de super-heróis que lutam contra inimigos são um repertório comum do chamado “universo masculino”. Contudo, o padrão hegemônico da masculinidade-guerreira, tanto quanto a feminilidade idealizada da princesa, é algo que está longe das performances reais da maioria dos homens, sobretudo os “subordinados” e os “marginalizados” (Connell, 2013). Homens não brancos, homens queer e homens PCD,<sup>49</sup> por exemplo, têm experiências diversas de masculinidades, muitas vezes sendo considerados “menos homens” – ou por estarem em posições de poder desfavoráveis em relação a outros homens (brancos, ricos, heterossexuais etc.), ou por confrontarem e subverterem expectativas de gênero (homens gays, bissexuais, transsexuais, entre outros). Conforme Danilo de Assis Clímaco (2009, p. 112), “a hegemonia organiza a dominação cultural, o que implica o posicionamento de determinados homens em posições de poder e o de outros na de subordinação”.

A ideia do macho e de uma masculinidade ideal, portanto, não é algo que está dado, o que, de certa forma, contradiz os argumentos naturalistas que permeiam os discursos analisados. Embora, no discurso conservador sobre gênero, a masculinidade e suas supostas características (emocionais, cognitivas, comportamentais etc.) sejam algo apriorístico, indelevelmente marcado em cada indivíduo que porte um código genético XY, ela também é operada como algo que tem que ser constantemente performado a partir de um determinado horizonte normativo. “Seja homem!”, “Vire homem!”, “Fulano é mulherzinha!”, são expressões que meninos escutam desde cedo e que carregam o sentido performático do gênero. Aparentemente, mesmo na matriz conservadora, não se nasce homem, torna-se homem em um processo contínuo e ininterrupto de reafirmação da “masculinidade hegemônica”, que é mais uma ideia, um horizonte, do que algo que possa ser empiricamente observado e demarcado na maioria das experiências individuais e coletivas de homens diversos (Connell; Messerschmidt, 2013).

---

<sup>49</sup> Sigla referente a Pessoa com Deficiência.

**Figura 38 - Boa noite, pequeno guerreiro, Sheila Walsh, 2015**



O macho ideal, na perspectiva cristã (neo)conservadora, possui elementos que se vinculam tanto aos valores do liberalismo capitalista (competitividade, ética do trabalho, força e desigualdade como efeito natural de esforços diferenciados) quanto a uma perspectiva social iliberal, ou antiliberal (chauvinismo, predominância do mais forte, violência no lugar de mediação e cooperação, subjugação daqueles considerados inferiores [mulheres e outras minorias sociais], recusa dos direitos humanos, antissecularismo etc.). O arquétipo do guerreiro, como um modelo de masculinidade, carrega várias dessas características.

Masculinidades ultraviris e agressivas têm cumprido um papel importante entre as novas direitas cristãs, que as performam e as defendem como padrão para a educação de meninos. Figuras como Donald Trump, Vladimir Putin e Jair Bolsonaro são conhecidas por seu androcentrismo e contribuem para a noção de que a política se confundiria com a guerra – ambos espaços considerados idealmente masculinos, onde a violência seria “natural”. Por isso, o arquétipo do guerreiro é essencial para compreender as relações de gênero como pensadas pelos cristianismos (neo)conservadores. Para Marta C. Fernández e Cristina V. Solís (2022), na atual articulação da extrema-direita em torno das pautas de gênero, “a partir da liberdade hiperindividualista, em sua masculinidade exacerbada e agressiva, o ódio se configura como um centro de gravitação afetivo que se combina com postulados moralizadores” (p. 36, tradução nossa).

Entre as obras infantis analisadas, observamos que meninos são constantemente referidos como guerreiros, pequenos guerreiros (figuras 38, 39 e 40) ou soldadinhos de Cristo (figura 41),

em oposição ao status mais passivo de princesas e princesinhas, concedido às meninas. Em *Qual é a deles?*, livro mencionado da autora cristã Crystal Kirgiss (2011), encontramos a perspectiva do arquétipo do guerreiro sendo sustentada a partir do biologismo neurosexista (discutido no capítulo 4) como uma espécie de “programação interna” que se manifesta naturalmente entre meninos e rapazes, levando-os a um comportamento guerreiro (algo que estaria inscrito em sua genética e em sua composição hormonal).

Desde pequenos, os meninos são ligados em competição, em dar uma de durões, em ser os primeiros, em desafiar quem cruzar o caminho deles. Pense nas fantasias que os garotinhos usam: capas, máscara, espada e cueca por cima das calças para imitar o visual dos super-heróis. E, é claro, armas. Para eles, tudo vira arma; um graveto, a Barbie da irmã...Até um pedaço de pão pode ser transformado num revólver se você mordê-lo do jeito certo (Kirgiss, 2011, p. 82).

Para a autora, os meninos não são ensinados a serem “valentões e durões, a ser musculosos e machões, a ‘causar’ e competir” (p. 82); eles apresentam tais características “naturalmente”. Todos esses atributos estariam, supostamente, pré-definidos pela biologia da diferença sexual. Nesse sentido, o arquétipo do guerreiro é visto na matriz cristã (neo)conservadora não apenas como um ideal de masculinidade, mas como a própria “natureza” incontornável dos sujeitos do sexo masculino. Daniel Welzer-Lang (2001, p. 467) oportunamente aponta que

De fato, o paradigma naturalista que define, por um lado, a superioridade masculina sobre as mulheres e, por outro lado, o que deve ser a sexualidade masculina, produz uma norma política andro-heterocentrada e homofóbica que nos diz o que deve ser o verdadeiro homem, o homem normal. Este homem viril na apresentação pessoal e em suas práticas, logo, não afeminado, ativo, dominante, pode aspirar a privilégios do gênero.

No repertório dos cristianismos pentecostalizados, o termo guerreiro, assim como a estética militar, enquanto interdiscursos, projetam sentidos que estão muito além daqueles já conhecidos da literatura de fantasia e/ou medieval. Muitas vezes, o signo evoca a ideia de uma guerra por Deus e pela expansão do Cristianismo, tendo, entre seus muitos adversários, as religiões de matriz africana e as perspectivas progressistas de esquerda. Na luta pela alma dos humanos, que estaria sendo corrompida pelo “inimigo”, seria dever dos guerreiros cristãos se engajarem nas novas “guerras culturais”, como as batalhas em torno do gênero. A guerra, como discutido no tópico sobre Teologia do Domínio, não tem como meta apenas ganhar novos adeptos à fé cristã. Seus objetivos são avançar sobre os mais diversos terrenos da vida social (economia, política, cultura,

educação etc.). Essa “pedagogia guerreira” passa pela “exacerbação da guerra contra o Diabo” (Mariano, 2014), atribuindo caráter diabólico a todos os sujeitos e processos que entrem em conflito com os valores e discursos desses cristianismos conservadores. O constante pânico moral gerado pela noção de que estaríamos em uma guerra santa contra forças do mal sustenta o engajamento de fiéis no competitivo mercado da espiritualidade.

**Figura 39 - Bíblia do guerreiro, Penkall, 2023**



Em artigo sobre a estratégia de mobilização do Centro Dom Bosco, grupo católico ultraconservador, Brenda Carranza e Ana Cláudia Chaves Teixeira (2023) sustentam que o coletivo adota uma “política de antagonismo, de combate ao inimigo”, convertendo o ethos político em “ethos guerreiro” (p. 66). Na guerra, não há diálogo possível que não seja a eliminação do outro. Portanto, a referência a guerreiros e pequenos guerreiros indica uma visão bastante particular e agressiva sobre como o mundo deve ser “conquistado” para os valores e propósitos do cristianismo conservador. Essa visão, sustentada por boa parte dos cristianismos pentecostalizados, se afasta do agonismo como estratégia de resolução de conflitos morais e políticos em sociedades diversas e plurais, defendida por Chantal Mouffe (2013), aproximando-se de um antagonismo total, típico do Direito Penal do Inimigo. O arquétipo do guerreiro reflete a perspectiva conservadora do “cidadão de bem”, onde a violência é tolerada como forma de garantir a ordem moral e social.

O militarismo como ethos e como estética guarda bastante força no Brasil, estando vinculado, sobretudo, às direitas, com seu foco nas forças de segurança e na repressão cotidiana nas cidades como suposta resolução para os conflitos sociais. A chamada guerra às drogas e a

constante “crise de segurança pública” (alimentadas, muitas vezes, por um jornalismo sensacionalista, racista e aporofóbico) são usadas como justificativas para a permanente militarização da sociedade brasileira. Com um passado repleto de autoritarismo e intervenções militares, da Proclamação da República ao golpe militar de 1964, o Brasil tem no militarismo um conhecido repertório conservador, que reaparece em ciclos, ganhando mais força em momentos de crise política e social. Não à toa, em 2018, um ex-militar de extrema-direita foi eleito presidente do país.

A imagem abaixo (figura 40), de estética militarista, demonstra uma perspectiva onde as crianças são percebidas como soldados em uma batalha cósmica (que também é política). Com os dizeres “onde muitos veem crianças, nós vemos um exército”, o material publicado pela Igreja Batista do Evangelho Pleno em sua conta do Facebook faz referência, em uma camada mais superficial de análise, ao fato de que as crianças também fariam parte do “exército de Cristo”, o agrupamento de fiéis que irão levar a palavra de Deus a todos os lugares possíveis. Contudo, os signos e a linguagem utilizada carregam significados mais profundos, como um modelo de educação autoritário e utilitarista (que considera as crianças não como indivíduos dotados de agência, mas instrumentos para um propósito “superior”); a ideia implícita de insegurança, risco e existência de um inimigo a ser combatido (sem ameaça, não há necessidade de exércitos ou guerras); e o próprio militarismo como valor, como ideia de ética perfeita, ética máxima. Tais elementos se vinculam a um ethos e uma cosmovisão de extrema-direita.

**Figura 40 - Card de evento, Ibep**

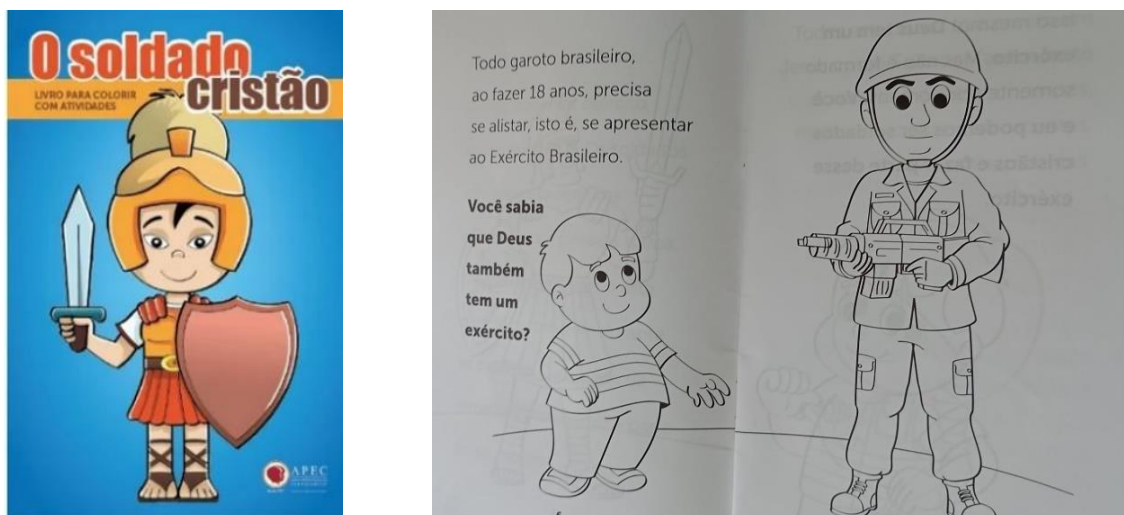


Fonte: Facebook da Igreja Batista do Evangelho Pleno. <https://www.facebook.com/ibatistaevangelhopleno>.

Destaco que a arte do *card* na figura 40, embora utilizada pela Igreja Batista do Evangelho Pleno, provavelmente não é de autoria da referida congregação. Encontrei-a em diversas publicações de igrejas, de variadas denominações, geralmente relacionada a convites para eventos para o público infantil daquela comunidade religiosa. A reprodução em massa de tal arte reforça a importância do repertório do guerreiro entre os conservadorismos, sobretudo nas denominações evangélicas.

O militarismo atravessa os materiais analisados de duas formas concomitantes: como arquétipo de masculinidade ideal e como ethos político conservador de direita. Em *O soldado cristão*, livro com conteúdo textual e figuras para colorir, publicado em 2018 pela editora da APEC (Aliança Pró-Evangelificação das Crianças), notamos um repertório explicitamente militarista, que mobiliza a ideia de que os cristãos são soldados do exército de Cristo, lutando “a fim de se protegerem do mal e das armadilhas do inimigo” (p. 10). Em sinopse no portal de livros evangélicos *Casa da Bíblia.com*, o material é descrito como um livro que “ensina a criança a usar a armadura de Deus para se proteger do mal”. A obra é uma adaptação de Shirley Araújo dos Reis do texto original de Katherine Hershey, da Child Evangelism Fellowship.

**Figura 41 - *O soldado cristão* (Reis, 2018)**



Embora a ideia de soldado em um exército divino seja uma metáfora, o livro (figura 41) se inicia falando de conteúdos militares de fato. Na primeira página do livro temos a informação de

que o dia 25 de agosto é o dia do soldado, acompanhada da ilustração de um soldado do exército brasileiro. Algumas páginas depois, lemos que “todo garoto brasileiro, ao fazer 18 anos, precisa se alistar, isto é, se apresentar ao exército brasileiro” (p. 6).

O mal contra o qual o “soldado cristão” lutaria é encarnado na figura do Diabo, que “procura enganar as pessoas para que elas não creiam na palavra de Deus e façam coisas erradas que desagradam a Deus” (p. 10). Ao longo do livro, partes da tradicional armadura romana, mencionadas no livro bíblico de Efésios, são utilizadas como metáforas para as armas que as crianças teriam atualmente na luta contra “o mal” (o “capacete da salvação”, a “couraça da justiça”, o “cinto da verdade”, o “escudo da fé”, a “espada do espírito” e os “calçados do evangelho da paz”). Ao final do livreto, lemos que “devemos usar TODA a armadura, TODOS os dias. Devemos ficar em contato com nosso comandante e estar sempre alertas contra os ataques do inimigo” (p. 24, grifo da autora). Ao analisar o repertório pró-militar desse material, não podemos deixar de lado a informação de que a obra foi publicada em agosto de 2018, poucos meses antes das eleições presidenciais que levaram ao poder o ex-militar Jair Bolsonaro. Diversos setores dos cristianismos pentecostalizados se engajaram profundamente na campanha bolsonarista e formaram uma ampla base de apoio durante o seu governo. Em governos de direita e extrema-direita, vemos o militarismo avançar bastante sobre o campo da educação através da expansão de escolas cívico-militares. Durante o governo Bolsonaro, houve uma eloquente política pró-militarização de escolas públicas, com conversões e inaugurações de novos complexos escolares administrados por militares. O militarismo aparece, assim, como solução para todos os conflitos sociais, inclusive o disciplinamento autoritário dos filhos das classes mais pobres (escolas particulares raramente aderem a práticas militaristas).

O repertório militarista, com extrema valorização de seus símbolos, sua linguagem e sua estética; concessão de poder às forças armadas em todos os espaços da administração pública; exaltação constante do regime militar brasileiro, com negacionismo e apagamento de seu caráter ditatorial; e apelo a ultravirilidades; foi amplamente mobilizado por Jair Bolsonaro e pelas novas direitas cristãs, tendo se consolidado hoje como um repertório conservador. Em relato sobre pesquisa realizada com jovens nas periferias de Porto Alegre em 2016, dois anos antes das eleições de 2018, mas com a figura de Jair Bolsonaro já em evidência, Rosana Pinheiro-Machado e Lucia Mury Scalco (2018) destacam que o ex-governante despertava “profunda admiração”. Embora os

adolescentes entrevistados não defendessem, nas entrevistas, a volta da ditadura, eles mencionavam como importantes para um político características ligadas ao militarismo e à virilidade, como “pulso, ordem, disciplina, mão forte e autoridade” (p. 58).

Notando mudanças nas falas e opiniões dos entrevistados entre os anos de 2014 e 2017 (período de duração da pesquisa), Pinheiro-Machado e Scalco (2018) analisam que houve uma “transformação na subjetividade juvenil masculina”, para quem Bolsonaro havia se tornado um fenômeno, um “símbolo totêmico de identificação juvenil masculina”. Conforme as autoras, “um dos fatores que nos parece decisivo para a formação de uma juventude bolsonarista é justamente essa perda de protagonismo social e a sensação de desestabilização da masculinidade hegemônica” (Pinheiro; Machado; Scalco, 2018), algo que autores como Michael Kimmel (2017) e Wendy Brown (2019) definem como um processo de ressentimento masculino, sobretudo de homens brancos de classe média, diante das recentes alterações nas relações de gênero, associado também à perda de direitos sociais com a crise econômica trazida pela etapa neoliberal do capitalismo tardio.

Também publicado poucos meses antes das eleições presidenciais de 2018 (edição jul/ago/set. 2018, ano 15, n. 56), o que não me parece um dado aleatório, a cartilha *Cidadania e Patriotismo*, da coleção Espaço Criança, também da editora da APEC, reflete uma moral conservadora associada a ideias de extrema-direita, em uma matriz militarista e ufanista (figura 42). O padrão discursivo na referida cartilha se assemelha àquele encontrado nos materiais pertinentes à antiga disciplina Moral e Cívica, incluída no currículo escolar durante a vigência da ditadura militar no Brasil. O conceito de patriotismo, sustentado no militarismo, associa-se ao significante “cidadão de bem”, amalgamando autoritarismo, hipermoralização da vida, legitimação da violência (inclusive via forças de segurança) na garantia da ordem social, chauvinismo e androcentrismo.

Com roteiro de Gilberto Celeti e ilustrações de Deto Silva, a narrativa da cartilha *Cidadania e Patriotismo* (2018), organizada em formato de quadrinhos, gira em torno de crianças envolvidas nos preparativos para o desfile cívico de 7 de setembro que ocorrerá em sua escola. Ao longo do gibi, as crianças discutem os problemas do país e falam sobre os temas centrais trazidos pelo 7 de setembro: cidadania/civismo e patriotismo. O repertório discursivo no livro mescla temas religiosos e seculares, fé em Deus e respeito aos símbolos da pátria, construindo uma noção

conservadora de cidadania que passa pela devoção cristã e pela submissão às leis, “valores” e símbolos nacionais. No terceiro quadro da figura 43, por exemplo, lemos os dizeres “civismo é a gente viver corretamente, respeitando os valores e as leis” (p. 5). Mas quais seriam esses “valores” que também devem ser cumpridos, assim como as leis, para que alguém possa ser considerado cidadão legítimo? Não está explícito, mas, analisando o contexto e o padrão discursivo da obra, podemos concluir que são os valores dos cristianismos conservadores pentecostalizados e os ideais das direitas. Assim, nesse enquadramento, civismo é ressignificado, excluindo e denominando como outro não cidadão, não compatriota, por exemplo, sujeitos alinhados às esquerdas (associados, frequentemente, de modo implícito, ao tema da corrupção, como vemos na figura 43), indivíduos e famílias não conformados ao padrão cisheteronormativo reprodutivista de gênero, pessoas à margem da ordem capitalista (em situação de rua, em situação de encarceramento etc.), pessoas sem religião ou praticantes de religiões de matriz africana, e qualquer outro que não encarne o “cidadão de bem”, passando a ser considerado, assim, um inimigo, um problema que deve ser eliminado para a manutenção daquela determinada ordem social baseada em certos “valores e leis” (cristãos conservadores e de direita). Parece forte, portanto, a hipótese de que os materiais infantis publicados pela APEC no ano de 2018 guardam relação com o momento político que o país vivia e com a defesa da candidatura conservadora do ex-militar Jair Bolsonaro.

**Figura 42 – Capa de *Cidadania e Patriotismo*, Espaço Criança (2018, APEC)**



Analisando a sequência de diálogos na figura 43, abaixo, mas também em outros trechos do livro onde o tema política, eleições e governo é repetido, notamos a moralização do conceito de cidadania. No terceiro quadro da figura 43, uma garota diz que o que falta no Brasil é “patriotismo, civismo e vergonha na cara”. O trecho exemplifica um padrão discursivo agressivo, taxativo, moralista e maniqueísta, como já discutido sobre outros materiais. Para as personagens do livro, o maior e único problema da política brasileira e do próprio país não seria a profunda injustiça social, a crise climática ou a falta de investimentos em saúde e educação, mas sim “a corrupção”, um signo que, por sua repetição incessante a partir de um determinado contexto e repertório, já se tornou sinônimo de “esquerdas” no padrão discursivo dos conservadorismos de direita. Assim, as esquerdas já não precisam mais ser mencionadas explicitamente, pois compõem o intertexto, o interdiscurso, relacionado à corrupção, não apenas em seu sentido estrito, de desvio indevido de recursos públicos, mas também no sentido de corrupção moral (supostamente operada pela “imposição” de ideias progressistas, como as teorias de gênero). O tema da corrupção aparece com bastante destaque na obra. Nas páginas 10 e 11, por exemplo, encontramos um exercício onde a criança leitora deve encontrar o caminho correto em um labirinto. O caminho pode levar a quatro lugares (uma mala cheia de notas de dinheiro, um iate, uma garagem com três carros ou a bandeira do Brasil), mas apenas um seria correto. A atividade seria uma referência ao civismo como recusa em eleger políticos corruptos. O exercício é acompanhado pelo seguinte texto:

Infelizmente, muitas pessoas entram na política dizendo que desejam ajudar as pessoas e o país a melhorar, no entanto, o que elas querem mesmo é conseguir vantagens para si mesmas, para seus familiares e para seus amigos. Infelizmente, essas vantagens são obtidas por meio da corrupção e do roubo escancarado e em grande quantidade. O interesse mesmo pelo país é zero. Não há nem civismo e nem patriotismo (p. 10).

**Figura 43 – Sequência pg. 4-5, cartilha *Cidadania e Patriotismo* (2018, APEC)**





O arquétipo do guerreiro, assim como o militarismo, também aparecem na cartilha *Cidadania e Patriotismo* (2018). No capítulo “A armadura do soldado”, temos uma caracterização bastante elogiosa das forças militares, além do repertório de que as crianças seriam “soldados de Cristo” (p. 27). Na página 20, as crianças comentam, animadamente, sobre a parada militar de 7 de setembro. “Dizem que foi fantástica. O Brasil tem uma força militar muito grande. Fiquei impressionado”. O grupo de crianças comenta sobre os tanques de guerra, aviões e quantidade de tropas do exército brasileiro. Um dos garotos afirma que acha muito interessante a hierarquia militar, ao que o outro emenda comentando sobre a dureza dos treinamentos dos soldados. “Um soldado recebe um um treinamento e equipamento para defender o país e os seus interesses. [...] É uma das profissões mais antigas e, praticamente todas as culturas, civilizações e países tiveram uma força militar composta de soldados”. A conversa sobre exércitos reais acaba caminhando para a noção de que “a Bíblia fala que cada um de nós deve ser um soldado, cujo objetivo é agradar o seu comandante”, e de que existiria um inimigo concreto a ser combatido: Satanás e tudo aquilo (pessoas, ideias, comportamentos) que possa ser referenciado como manifestação dele. Conforme a análise de Edson Teles (2018, p. 70),

O pano de fundo da militarização na história recente é a ideologia do inimigo interno, elaborada na ditadura e potencializada nas últimas décadas. A democracia manteve a concepção de segurança pública como a guerra contra o

inimigo, este variando entre “bandidos”, militantes de movimentos sociais, jovens negros e pobres, loucos, traficantes, pessoas LGBTI, indígenas.

Assim, o inimigo a ser combatido pelo exército dos cristianismos pentecostalizados conservadores é muito mais amplo e menos metafísico do que possa parecer em uma leitura inicial. Sujeitos concretos, políticas públicas, grupos minorizados e ideias (como a laicidade, a justiça social, a educação sexual e a igualdade de gênero) passam a ser vistos como potenciais inimigos também, de forma que a ética guerreira dos pentecostalismos contemporâneos – sobretudo os vinculados à teologia da prosperidade, ao discurso da integridade e à teologia do domínio – se associa perfeitamente ao militarismo e à doutrina da segurança nacional, historicamente defendidos pelas direitas no Brasil. Esse casamento ideal produz

De um lado, o “cidadão de bem”, trabalhador (ou proprietário) e ordeiro, e, de outro, o vagabundo, vândalo, drogado, arruaceiro, o indivíduo fora das bordas que delimitam o possível autorizado pela ordem. Por meio da combinação do medo com a percepção de uma força acima das leis, legitima-se a violência. A norma se impõe pela força (e apoia-se nas leis) e sua lógica é a da produção do anormal, do patológico, em relação ao qual ela deve agir com rigor para curá-lo, eliminá-lo ou, ao menos, anulá-lo (Teles, 2018, p. 71).

Quando a personagem afirma, na sequência de diálogos na figura 43, que no Brasil falta “patriotismo, civismo e vergonha na cara”, está presente como intertexto e interdiscurso, por exemplo, a mencionada noção moralista e autoritária de “cidadão de bem”. Todo aquele que não tem sucesso e não cumpre as regras dentro da ordem econômica capitalista e da ordem moral conservadora (sobretudo a de gênero e sexualidade) será considerado, enfim, alguém que “não tem vergonha na cara”, um *outsider* a ser eliminado da nação. Retomando Machado, Vaggione e Biroli (2022, p. 199), em sua análise dos processos que categorizam como neoconservadorismo, temos uma importante reflexão sobre a associação entre valores cristãos conservadores e valores de direita, a partir da ideia de purificação do corpo (individual e da nação):

A chave teórica da “maioria cristã” desempenhou papel importante em conjunto com a das “tradições nacionais”. Recuperar a nação e mesmo a democracia, em alguns dos enunciados analisados, seria tomá-la de volta de feministas e lésbicas, de comunistas, de gramscianos e marxistas, e também da própria política como gestão coletiva do público. Restariam, assim, as famílias e o controle ampliado dos corpos, reativando na micro e na macropolítica padrões patriarcais e heteronormativos da moral e da autoridade.

A crítica ao sistema escolar público (que se baseia nos valores da laicidade, do pluralismo e dos direitos humanos) também é um repertório discursivo conservador de direita que aparece na cartilha *Cidadania e Patriotismo* (2018), assim como em outros materiais analisados e comentados nesta tese. Na página 8, um garoto comenta que seu pai ouvira “alguém dizer que as crianças brasileiras estão entre as mais inteligentes do mundo, e que os universitários entre os mais burros”. Um outro menino responde, então: “será que vão desaprendendo?”, ao que um terceiro declara: “o meu pai também já falou que o maior problema no Brasil é a falta de um bom ensino”. Embora as informações no diálogo não tenham qualquer respaldo empírico, elas servem para mobilizar discursos das novas direitas cristãs, que acusam, sobretudo as universidades públicas brasileiras, de serem espaços que supostamente ignorariam a necessária “transmissão” de conhecimentos técnicos para o mercado de trabalho (em uma chave utilitarista e que ainda pensa a educação pelo paradigma bancário), enfatizando apenas a “doutrinação” a partir de ideologias de esquerda (entre elas, a “ideologia de gênero”). Assim, a guerra dos conservadorismos contra a perspectiva progressista de gênero tem se configurado, em grande medida, como uma guerra à educação secular, inclusiva e democrática. Os ataques à educação pública fazem parte de um repertório discursivo mais amplo das direitas, que coloca sob suspeição todas as políticas públicas e a própria estrutura estatal, defendendo privatizações e uma política de Estado mínimo. Nesse enquadramento discursivo, a administração pública se torna sinônimo de ideologia e corrupção (econômica e moral), enquanto o mercado passa a ser representado como um agente ético e neutro. Cartilhas como *Cidadania e Patriotismo* (2018), além de outros materiais analisados nesta pesquisa, situam-se, portanto, em um contexto de politização de direita nos espaços dos cristianismos pentecostalizados.

Pensando especificamente nas representações de gênero entre os personagens, temos na obra *Cidadania e Patriotismo* (2018) um uso simbólico intenso do arquétipo do guerreiro, associado à masculinidade ideal, além de representações de gênero bastante restritas entre os personagens. Enquanto o assunto é política e forças armadas, por exemplo, a maioria das crianças presentes nas ilustrações são meninos. Já no último capítulo, na página 39, onde o tópico é “Ajudando na EBF”, sigla para Escola Bíblica de Férias, as personagens são duas garotas, Ana e Carol, que discutem como organizar as atividades para a chegada das crianças menores. Temos aqui, novamente, a já mencionada divisão sexual do trabalho, onde as mulheres são consideradas

as responsáveis naturais pelo trabalho de cuidado e educação de crianças, mesmo nos espaços de culto, com os homens ocupando cargos de maior prestígio. Há ainda um detalhe importante a ser mencionado sobre essa obra, em relação à representação racial. Embora a cartilha, aparentemente, tente demonstrar certa diversidade étnico-racial, contando com personagens brancos, negros e de traços asiáticos, a forma como é ilustrado o personagem negro (figuras 42 e 43) chama atenção por remeter ao *black face*, uma estética historicamente racista, usada sobretudo nos Estados Unidos, para representar de modo caricatural os traços faciais de pessoas negras.

Os dois materiais vinculados à APEC refletem, assim, a perspectiva do nacionalismo cristão, aglutinando moral conservadora, postura bélica, majoritarismo e culto à virilidade. Para encerrar esta discussão sobre os materiais da APEC, resalto que uma análise que aponte os valores e discursos de direita entre os cristianismos conservadores deve ser feita sempre de modo cauteloso, de forma a não generalizar o coletivo dos sujeitos denominados evangélicos. Nas palavras do pastor Henrique Vieira, “fundamentalismo e extremismo não esgotam a experiência do sagrado nas religiões”, de forma que

a construção de uma visão que opõe uma militância progressista, relacionada à democracia e à superação do capitalismo, aos evangélicos do Brasil, por exemplo, é decididamente uma perspectiva equivocada, que somente fortalece os setores fundamentalistas extremistas. Em diversos movimentos sociais, de luta por terra e moradia, entre outros, é significativa a presença de evangélicos (Vieira, 2018, p. 95).

Voltando ao debate sobre a figura do guerreiro, destaco que, ainda que menos passivo, o guerreiro/soldado, assim como a princesa, também é um arquétipo político vinculado à obediência, com agência limitada, apenas cumprindo ordens e colocando seu corpo e sua vida a serviço de propósitos não definidos por ele mesmo. Princesa e guerreiro estão ambos subordinados à uma vontade superior, de forma que seus destinos não lhes pertencem completamente. Esses dois arquétipos produzem, portanto, ethos e subjetividades políticas conservadoras, pouco críticas e antiemancipatórias, projetando humanidades tuteladas.

Um último aspecto que merece destaque no repertório recorrente de princesas, príncipes e guerreiros, é seu caráter de glorificação de uma cultura monárquica, onde a desigualdade e a hierarquia são consideradas naturais, de forma que alguns sujeitos teriam mais dignidade e honra do que outros. Em *Lições de vida e diversão com a Princesa Angelina*, livro de orientação cristã

escrito por Agnes e Salem de Belzenac (2018), encontramos a seguinte definição para a palavra “nobre”: “alguém que possui qualidades morais elevadas. Um ato de nobreza é digno de respeito e honra, como se daria a reis e rainhas” (s.p). Assim, de acordo com o livro, enquanto cidadãos comuns teriam que atingir um alto grau de “qualidades morais” para serem considerados nobres e conquistarem respeito e honra, reis e rainhas teriam direito natural a esse tratamento.

Os discursos sobre princesas e guerreiros na retórica cristã conservadora presente nos materiais analisados produz, portanto, ethos e cidadanias moralmente e politicamente conservadores, alinhados a perspectivas, valores e utopias de direita ou extrema-direita, como androcentrismo, militarismo, individualismo, desigualdade como ordem política natural, belicismo, competitividade, predomínio do mais forte, supremacismo étnico-racial e masculinista, familismo, controle dos corpos femininos e uma rígida divisão sexual do trabalho.

Até aqui, tenho discutido materiais literários, oficiais, com ficha técnica e/ou indicação de autoria, como livros e cartilhas, analisando padrões discursivos, linguagem verbal e não verbal, e as perspectivas de gênero ali encontradas. Para o último capítulo desta tese, a análise se volta para objetos que não apenas são tipos textuais diferentes (materiais informais, muitas vezes sem autoria, além de cards, banners, roteiros encontrados online etc.), mas cujo sentido, propósito e interlocutores também se diferenciam. Trato, no capítulo 6, dos discursos mobilizados em materiais de e para um projeto ativo e explícito de educação de gênero conservadora, que acredito ter se intensificado em espaços dos cristianismos pentecostalizados na última década.

## **6 “NOSSO GÊNERO VEM DE DEUS”: EDUCAÇÃO DE GÊNERO COMO PROJETO CRISTÃO (NEO)CONSERVADOR**

Ao longo dos capítulos anteriores, analisei obras literárias para o público infantil vinculadas a editoras e casas publicadoras cristãs, discutindo sua perspectiva de gênero. No entanto, o acalorado debate de gênero no campo conservador se dá também em outras plataformas, com textos e imagens sendo publicados e circulados em uma grande variedade de espaços, físicos e virtuais. Perspectivas e expectativas sobre gênero são frequentemente trazidas às crianças cristãs (e também aos seus pais e/ou cuidadores) através de materiais informais, como cartilhas para escolas bíblicas, cards, banners, propostas de cultos infantis e oficinas, workshops, entre outros. Esse processo de produção de conteúdos digitais, realização de eventos e formações presenciais e circulação de discursos sobre gênero, a partir de uma matriz (neo)conservadora, parece ter se tornado mais intenso nos últimos anos, como parte de uma reação aos avanços de ideias e demandas feministas e *queer* (chamadas por esses agentes de “ideologia de gênero”). Assim, o que proponho analisar neste capítulo final da tese é como tem se desenvolvido um projeto ativo de educação de gênero agenciado por setores cristãos pentecostalizados, que possui um currículo próprio e tem se consolidado como programa permanente em várias instituições religiosas dos cristianismos conservadores.

Ao passo em que esses segmentos criticam o que chamam de “agenda de gênero” de feministas e ativistas LGBTQIA+, eles têm desenvolvido sua própria agenda de gênero, a partir de um ativismo e de uma educação conservadora de gênero como preocupação constante, focada principalmente no tema das identidades e performances de gênero. Adotando uma visão e uma linguagem caricatural e estereotípica sobre feminino e masculino, essa pedagogia de gênero conservadora é orientada para a defesa de uma perspectiva essencialista, cisheterossexista, familista e reprodutivista, que busca naturalizar uma ordem de gênero androcentrada.

### **6.1 Identidade visual, padrão discursivo e tias evangelizadoras nas batalhas digitais pelos sentidos de gênero**

A produção e circulação de conteúdos com grande potencial de “viralização”, como cards, banners e memes, tem sido uma estratégia conhecida das novas direitas, cristãs ou seculares, que se apropriaram rapidamente e eficazmente da lógica comunicacional das redes digitais. Como sustenta Letícia Cesarino (2022, p. 41), os populismos de direita (apoiados por grande parte dos cristianismos pentecostalizados) articulam verdade e política nos espaços digitais aliando “cibernética, indústria tech, marketing de massa, novas teorias da guerra e a convergência ultraliberal-reacionária”. Conforme a tese da antropóloga, a própria infraestrutura das “novas mídias possui um viés político”, que seria “favorável a forças políticas e epistêmicas que ressoam, hoje, junto à convergência ultraliberal-reacionária” (p. 94), convergência que, na análise de Cesarino (2022), se dá a partir da crise de 2008.

Há inúmeros materiais informais de viés cristão conservador sobre gênero disponíveis, online e offline, e, assim como os livros e cartilhas trabalhados nos capítulos anteriores, eles têm como importante aspecto uma estética conservadora e uma visão de gênero essencialista. Analisando duas imagens encontradas em banners de viés cristão conservador sobre gênero (figuras 44 e 45), notamos alguns importantes elementos visuais comuns ao repertório (neo)conservador no espaço digital e que carregam múltiplos significados (explícitos e implícitos) de/sobre gênero. Esses mesmos elementos simbólicos se repetem, em diversos rearranjos, aparecendo acompanhados por dizeres diferentes em materiais de distintas denominações religiosas, conformando uma identidade visual comum e um repertório próprio ao ecumenismo (neo)conservador de gênero. Muda-se um pouco o texto, mas permanecem os signos e as imagens como referencial, algo que evoca o “pré-dito” e a “voz sem nome” discutidos por Orlandi (2012).

O primeiro elemento dessa iconografia cristã-conservadora recente quando se trata de gênero que discutirei neste tópico está exemplificado na figura 44, e é composto por um par de digitais, uma em rosa e outra em azul. Ao centro de cada digital, vemos os símbolos do Espelho de Vênus e do Escudo de Marte, referências biológicas ao dimorfismo sexual. A imagem representa identidades de gênero binárias (feminina e masculina), que estariam supostamente gravadas em cada indivíduo, impressas desde a concepção, não podendo ser questionadas ou alteradas. As figuras 44 e 45 foram retiradas da página de uma evangelizadora infantil evangélica, que se apresenta como Tia Quelly (Blog “Ministério Infantil Tia Quelly Silva” - <https://ministerioinfantiltiaquelly.blogspot.com/>). Quelly se apresenta no blog como

evangelizadora infantil, pedagoga de formação, militar da Marinha do Brasil, escritora e compositora. Alguns cards sobre “ideologia de gênero” retirados de seu blog já foram apresentados em capítulos anteriores desta tese.

Os materiais compartilhados no blog de Tia Quelly estão disponibilizados para serem utilizados livremente por outras evangelizadoras<sup>50</sup> em suas comunidades religiosas, e são, portanto, parte de um currículo cristão conservador informal, construído e alimentado horizontalmente e coletivamente, em uma grande rede de compartilhamento de cartilhas, textos, conteúdos imagéticos, roteiros para dinâmicas/atividades, orientações para confecção de materiais pedagógicos, entre outros, formada por sites, blogs e perfis de redes sociais voltados ao tema do “ministério infantil”. As figuras que conduzem a evangelização infantil nas comunidades religiosas são, majoritariamente, mulheres, frequentemente chamadas de “tias” (expressão historicamente utilizada para mulheres em posição de professoras na educação para crianças).

**Figura 44 - Digitais em rosa e azul, representando a “identidade feminina” e a “identidade masculina”**



Fonte: Blog da evangelizadora infantil Tia Quelly. <https://ministerioinfantiltiaquelly.blogspot.com/>. Acesso em: set. 2021.

<sup>50</sup> Refiro-me a evangelizadoras, sempre no feminino, pois é assim que o termo aparece nos materiais analisados. A grande maioria dos adultos responsáveis pelo chamado ministério infantil em igrejas evangélicas são mulheres. Isso se deve, sobretudo, à noção de que o cuidado com as crianças é uma tarefa prioritariamente feminina, como discuto nesta tese. Frequentemente, a figura de maior autoridade nas comunidades evangélicas, o pastor, é alguém do sexo masculino, enquanto a função de evangelização infantil é desempenhada por uma ou mais mulheres do grupo, reproduzindo, nos espaços de culto, a mesma dinâmica de divisão sexual do trabalho esperada das famílias na matriz “tradicional” conservadora.

Esse currículo informal, que circula nas redes das tias evangelizadoras, complementa o currículo formal, composto por materiais oficiais produzidos pelas próprias instituições, que, como discutido nos capítulos anteriores, têm, muitas vezes, suas próprias editoras ou casas publicadoras, publicando livros sobre temas diversos e cartilhas seriadas para a educação religiosa de crianças e adolescentes em suas comunidades. Embora a legenda na figura 44 tenha sido introduzida pela evangelizadora infantil, a imagem das digitais em rosa e azul provavelmente não é de autoria de Tia Quelly. Também a localizei em outros materiais, inclusive como parte de atividades a serem realizadas em oficinas “contra a ideologia de gênero”, o que demonstra que há uma identidade visual comum que sustenta as pedagogias de gênero (neo)conservadoras. A noção de ideologia mobilizada por tais setores cristãos conservadores, conforme aponta Luís Felipe Miguel (2019, p. 11), aparece como diametralmente oposta aos signos “valores, tradição, família, religião e pátria”, que comporiam o campo semântico relacionado à “verdade”, ao “bem” e à “normalidade”.

Além de visualidades comuns, o currículo informal de gênero cristão-conservador conta também com um padrão discursivo, ou “regularidade enunciativa” (Maingueneau, 2005) semelhante: tom ameaçador e moralista, forte apelo às emoções, discurso paranóide que mobiliza medos e ansiedades sociais, enunciados taxativos e proposições tautológicas. Na imagem 44, por exemplo, lemos que o indivíduo que vive tentando ser o que não é (afirmação essencialista e tautológica) jamais terá felicidade, sendo que a palavra “jamais” aparece em destaque, com fonte maior, como uma espécie de ameaça àqueles que tentarem fazê-lo. Abaixo, ao lado de cada digital, temos que “quem nasce mulher, morre mulher” e “quem nasce homem, morre homem”, uma argumentação também tautológica, determinística, em tom agressivo e organizada semanticamente de modo não dialético.

Para além das digitais em rosa e azul, um segundo elemento visual comumente mobilizado, online e offline, por segmentos cristãos conservadores no debate sobre gênero é composto pelo Espelho de Vênus (♀) e pelo Escudo de Marte (♂), que também aparecem na mencionada figura 44, assim como nas figuras 45 e 46. Os dois símbolos são frequentemente coloridos em rosa e azul, assim como as digitais. De fato, as próprias cores azul e rosa se tornam um repertório importante na identidade visual de materiais conservadores sobre gênero, sempre associadas ao masculino e ao feminino, como parte de uma estética de gênero conservadora. Em cerimônia no início de 2019, a ex-ministra Damares Alves afirmou que o Brasil estaria entrando em uma nova era, onde meninos

vestiriam azul e meninas vestiriam rosa.<sup>51</sup> Tal afirmação aponta não só para uma estereotipificação simplista de gênero, mas para uma noção autoritária de suposta diferença absoluta entre homens e mulheres, onde cada grupo estaria de um lado oposto da experiência social e precisaria agir como tal.

O Espelho de Vênus e o Escudo de Marte, símbolos bastante utilizados no campo das ciências biológicas, remontam à mitologia romana. Vênus era a deusa do amor, da beleza e da harmonia, enquanto Marte era o deus da guerra e da força. Ambos os deuses carregam características muito associadas aos atuais estereótipos de gênero relacionados ao feminino e ao masculino, inclusive aos arquétipos trabalhados no capítulo anterior. Enquanto o símbolo da deusa Vênus é um espelho, referência a beleza e narcisismo, o símbolo de Marte é o símbolo do guerreiro: o escudo. O recorrente recurso a esses dois símbolos por segmentos cristãos conservadores reforça o biologismo como estratégia e importante repertório discursivo atual de tais agentes em sua agenda de defesa de uma ordem de gênero dualista e patriarcal.

**Figura 45 - Espelho de Vênus (♀) e Escudo de Marte (♂)**



Fonte: Blog da evangelizadora infantil Tia Quelly. <https://ministerioinfantiltiaquelly.blogspot.com/>. Acesso em: set. 2021.

Outro elemento muito importante na imagem 45 são as frutas carregadas por cada uma das crianças. O menino carrega uma banana, enquanto a garota tem em suas mãos uma maçã. A escolha não me parece de modo algum arbitrária, uma vez que essas frutas, em particular, são permeadas

---

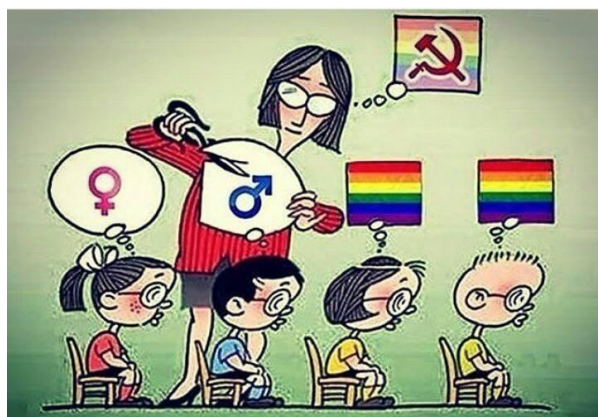
<sup>51</sup> Discurso disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=u0ofUS9B1dE>. Acesso em: nov. 2022.

por diversos significados em nossa cultura, que extrapolam suas meras características enquanto vegetais ou seu valor nutricional – elas carregam intertextos e interdiscursos. Por seu formato fálico, a banana é frequentemente associada ao órgão sexual masculino, enquanto a forma da maçã (fruto proibido comido por Eva no paraíso), sobretudo quando partida ao meio, pode lembrar uma vagina. No con(texto) da imagem 45, portanto, a maçã e a banana operam como significantes de “macho” e “fêmea”, enunciados na legenda sobre a imagem. A própria opção do/a autor/a do card em colocar frutas nas mãos das crianças, sem um contexto visual que aluda à alimentação, agricultura, compras de supermercado, hora do lanche ou qualquer outro contexto relacionado a esses alimentos, demonstra essa intencionalidade. As crianças poderiam estar carregando brinquedos, como é comum observar nesse tipo de material, mas houve uma escolha por inserir essas duas frutas em específico, por seu significado sexual. Para proceder ao processo cauteloso e crítico de interpretação de discursos, aquele que os analisa deve sempre “colocar o dito em relação ao não dito, o que um sujeito diz em um lugar com o que é dito em outro lugar, o que é dito de um modo com o que é dito de outro, procurando ouvir, naquilo que o sujeito diz, aquilo que ele não diz mas que constitui igualmente os sentidos de suas palavras” (Orlandi, 2012, p. 59). Assim, os textos e imagens devem ser pensados também pelo que não explicitam, mas dizem ainda assim.

A figura 46, abaixo, encontrada em diversos blogs, portais e redes sociais ligados aos cristianismos conservadores (não foi possível identificar a origem da autoria), também traz uma variação do repertório imagético do Espelho de Vênus e do Escudo de Marte, mas opera também outros elementos importantes no repertório discursivo dos conservadorismos e das novas direitas cristãs, como a ideia de doutrinação ideológica de esquerda nas escolas, a noção de “marxismo cultural” e a associação entre perigo comunista e identidades *queer*. Na imagem, a professora (um signo associado a esquerda, ideologia e corrupção moral) recorta/remove o “gênero” de cada criança e o “substitui” por uma identidade LGBTQIA+ (representada pela bandeira do arco-íris). A charge opera identidade de gênero e orientação sexual de forma indistinta, como se fossem a mesma coisa. No balão que representa o pensamento da professora, vemos que há uma junção entre o símbolo do comunismo (a foice o martelo) e a bandeira multicolorida, reforçando o argumento já discutido nesta tese de que a “ideologia de gênero” (no repertório (neo)conservador) seria o novo conteúdo/significado que preenche o fantasmagórico significante “perigo comunista” na atualidade. O pânico anticomunista é um significante vazio frequentemente mobilizado ao longo da história recente do Ocidente, sendo preenchido com significados diversos em cada tempo

e espaço, a depender das condições em que aparece e é operado por setores conservadores. Embora, nas Ciências Sociais, teorias econômicas marxistas e teorias de gênero feministas tenham, quase sempre, caminhado separadamente, ou mesmo se envolvido em calorosos embates teóricos, no repertório das novas direitas cristãs, esses dois elementos passam a operar como sinônimos.

**Figura 46 – Imagem sem autoria**



Fonte: <https://deolhonolivrodidatico.blogspot.com/2020/10/livros-didaticos-do-mec-2020-vieram-com.html>

Observando a repetição, ou recorrência, de elementos imagéticos, de motes, de termos, de analogias e mesmo de frases inteiras em diversos materiais pedagógicos disponíveis online, vale lembrar a afirmação de Eni Orlandi (2012, p. 37): “Os sujeitos ‘esquecem’ o que já foi dito – e este não é um esquecimento voluntário – para, ao se identificarem com o que dizem, se constituírem em sujeitos”, de forma que “o esquecimento é estrutural”. Quem esquece repete, e repete a partir do intertexto e do interdiscurso.

A mencionada Tia Quelly não está sozinha em sua experiência como evangelizadora infantil “influencer”, contando com blog próprio onde dissemina opiniões, conteúdos e materiais didáticos com outras “tias” (educadoras evangélicas). A fanpage<sup>52</sup> na rede social Facebook “Tia Letícia e os pequenos adoradores”, por exemplo, contava, em janeiro de 2024, com 10 mil seguidores. O espaço inclui publicações com sugestões de roteiros e dinâmicas para o chamado ministério infantil. Tia Letícia integra a Assembleia de Deus de Feira de Santana, Bahia. Em postagem de 12 de março de 2018, ano em que a pauta de gênero esteve em grande evidência, com

<sup>52</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/lety.evarts02>

articulações extensas dos conservadorismos, Tia Letícia publicou o roteiro para a atividade “I Chá de Bonecas com as princesas do ‘Crescendo em Cristo’”. A programação, toda centrada em gênero, fazia parte do projeto “Minha identidade”, contando com eventos mensais. Em fevereiro, ocorreria um culto infantil com o tema “Deus fez meninos e meninas”; em março, um “Chá de bonecas” com o tema “Sou menina, pois Deus me fez assim”; em abril, um “Encontro de carrinhos” com o tema “Sou menino, pois Deus me fez assim”; e, em maio, um “Encontro de pais”.

**Figura 47 – Fanpage *Tia Letícia e os pequenos adoradores***



Fonte: <https://www.facebook.com/lety.evarts02>

Nota-se, entre os materiais encontrados, sobretudo aqueles sem indicação de autoria (seja ela uma pessoa ou apenas o logo de uma instituição), uma recorrência de termos, frases e discursos. Há, portanto, uma repetição frequente. Em muitos casos, os materiais parecem parafrasear uns aos outros, trazendo as mesmas afirmações, apenas organizadas com vocabulário e ordem sintática diversa. Há, aqui, o que Eni Orlandi definiria como “processos parafrásticos” (2012, p. 36). Para a autora, “a paráfrase representa, assim, o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado” (p. 36). Sustenta ainda que os processos parafrásticos, ao lado dos processos polissêmicos, são processos naturais da linguagem, que sempre irão acontecer e que permitem a consolidação do simbólico, do social.

A última imagem que analisarei neste tópico, também retirada do blog de uma tia evangelizadora e também construída com elementos visuais comuns ao repertório imagético de gênero dos conservadorismos, é um par de moldes para serem utilizados em atividades de ministério infantil relacionadas ao tema “ideologia de gênero”. Os modelos compartilhados pela

Tia Elisângela Santos, em seu blog “Artes, ideias e moldes para departamento infantil” (<https://moldesedecoracao.blogspot.com/>), apresentam tanto o elemento das digitais em rosa e azul, mais uma vez representando a ideia de identidade masculina x identidade feminina, quanto os símbolos do Espelho de Vênus e do Escudo de Marte. Aparecem também nas imagens as figuras de Adão e Eva, associando um repertório criacionista a um repertório biologista (dimorfismo sexual) e legalista (não podemos mudar a identidade concedida a nós pelo Estado, afirmada nos documentos pessoais). Notamos aqui como a pauta das identidades de gênero e o suposto risco imposto pela “ideologia de gênero” são constantemente mobilizados a partir do medo da ruptura da ordem de gênero como possível desencadeadora de uma ruptura total da ordem moral, social e institucional.

**Figura 48 – Moldes de “carteiras de identidade” para atividade sobre “ideologia de gênero”**



Fonte: [https://moldesedecoracao.blogspot.com/search/label/Ideologia%20de%20g%C3%AAnero?ssp\\_iabi=1683646392695&m=1](https://moldesedecoracao.blogspot.com/search/label/Ideologia%20de%20g%C3%AAnero?ssp_iabi=1683646392695&m=1)

O RG (carteira de identidade) e a digital, como se observa na figura 48, se tornam repertórios importantes nessa iconografia conservadora de gênero, pois são elementos da cultura secular que permitem unir uma visão essencialista e moralista de gênero ao argumento das direitas em torno da estabilidade da comunidade, da ordem e segurança nacional. Como mencionado na

cartilha *Cidadania e Patriotismo* (2018), discutida no capítulo anterior, todos nós teríamos “dupla cidadania”: somos cidadãos do céu e cidadãos da pátria brasileira. O apelo à noção de identidades estáveis acaba se mostrando bastante eficaz no presente, pois se liga também ao anseio coletivo por comunidades estáveis, em um período histórico em que crises sociais, econômicas, políticas e climáticas se acumulam e ameaçam os laços sociais e as condições de vida dos menos favorecidos. Repertórios discursivos que evocam a estabilidade e a ordem (de gênero ou da pátria) têm ganhado, assim, bastante adesão, não apenas entre os cristianismos conservadores, como mostra a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 e de vários outros candidatos que aderiram a tais padrões discursivos.

Os cards, banners e moldes analisados neste tópico fazem parte de uma configuração maior, que ganha espaço nas redes digitais, mas também no cotidiano das igrejas, que têm se engajado ativamente em uma programação voltada para uma educação de gênero (neo)conservadora. No próximo tópico, irei me aprofundar em materiais mais complexos (cartilhas e roteiros) e também em atividades que estão sendo realizadas presencialmente em comunidades religiosas dos cristianismos pentecostalizados (cultos temáticos, palestras, oficinas etc.), a partir de pedagogias e currículos (neo)conservadores.

## **6.2 Educação de gênero e currículos (neo)conservadores**

Em 2018, a Escola Bíblica de Férias da Assembleia de Deus de Timon (MA) teve como tema central “Nosso gênero vem de Deus”, slogan relacionado ao tópico “ideologia de gênero” e que foi parte da plataforma temática “família, fé, estado e democracia”. Na primeira página da cartilha<sup>53</sup> de orientação aos professores que conduziram a EBF de 2018, encontramos a logo do encontro: a imagem de duas crianças, um menino e uma menina, que têm atrás de si dois símbolos, o Escudo de Marte e o Espelho de Vênus. O objetivo geral da edição daquela EBF foi descrito como “ensinar às crianças que tudo que Deus fez no ato da criação foi perfeito, dando ênfase aos termos usados na Bíblia: macho e fêmea; homem e mulher”, de forma a “resgatar nossas crianças das armadilhas de Satanás”. O roteiro de atividades/dinâmicas da EBF é distribuído na cartilha com imagens ilustrativas e descrições sobre como o educador deve mediar cada atividade. Para a introdução, é indicado que o professor assim proceda:

---

<sup>53</sup> Disponível em: [https://www.ebdadtimon.com/wa\\_files/Cartilha\\_20EBF\\_202018.pdf](https://www.ebdadtimon.com/wa_files/Cartilha_20EBF_202018.pdf). Acesso em: out. 2023.

Inicie fazendo perguntas claras aos seus alunos, cujas respostas sejam “meninos” ou “meninas”. De acordo com a resposta, os meninos se levantam e gritam: MENINOS!! Caso a resposta seja menina, elas se levantam e gritam: MENINAS!!

Por exemplo: - Quem usa saia?

Então as meninas devem se levantar e gritar: - MENINAS!!!

- Quem brinca de carrinho?

Nessa hora os meninos se levantam e gritam: - MENINOS!!!

E assim você demonstra para seus alunos as diferenças entre os sexos, mas diga que ambos têm suas qualidades e merecem respeito (p. 12).

Para o primeiro dia, temos um dinâmica onde as crianças aprendem que a instituição “família” estaria, supostamente, em constante perigo. Na atividade “Protegendo a família”, é orientado ao professor que forme um círculo com as crianças e “dentro desse círculo, um segundo grupo, representando a família. Do lado de fora ficará um invasor que tentará a todo custo furar o bloqueio. O objetivo é que as crianças que formam o cerco não deixem o invasor entrar, protegendo assim sua família”. Para o final do dia, sugere-se lembrancinhas para as crianças participantes, com ideias como: ponteira de lápis de princesas para meninas e de príncipes para meninos, coroas rosas e azuis, bigodes e gravatas de E.V.A para os meninos e presilhas com florzinhas para as meninas. Para os dias seguintes da EBF, temos a sugestão de dinâmicas como competições entre meninos e meninas sobre informações da Bíblia, utilizando círculos de papel em azul e rosa para demarcar as duas equipes, ou a contação de parábolas bíblicas, trabalhando “as características peculiares de 4 crianças que se destacaram na Bíblia, sempre com ênfase na diferença entre meninos e meninas”.

A Assembleia de Deus de Timon-MA não foi a única a trazer o tema gênero para o centro de sua educação infantil. Desde 2017, o slogan “Nosso gênero vem de Deus” deu título a inúmeras atividades de EBD/EBF, cultos infantis, palestras, oficinas e workshops, de diferentes denominações religiosas do campo dos cristianismos pentecostalizados. Se antes a temática de gênero era tangenciada através dos inúmeros interditos presentes nas doutrinas e pregações (respeitar a autoridade do marido, não fazer sexo antes do casamento, não se relacionar com pessoas do mesmo sexo etc.), agora, uma agenda de gênero conservadora passa a ser explicitamente endossada, com foco no disciplinamento de identidades e performances de gênero. Esse projeto educacional (neo)conservador buscaria ensinar e reforçar identidades e relações de

gênero consideradas “tradicionais”, inclusive via atividades práticas, de forma a fazer com que a criança se desenvolva a partir de certos dispositivos de gênero, dentro de uma perspectiva dualista, cisheterossexista, moralista e reprodutivista. Louro (2021, p. 40) sustenta que, atualmente, “renovam-se os apelos conservadores, buscando formas novas, sedutoras e eficientes de interpelar os sujeitos (principalmente a juventude) e engajá-los ativamente na recuperação de valores e práticas tradicionais”. O contra-ataque conservador no campo do gênero ganha adesão de juventudes cristãs a partir de metodologias lúdicas, afetos comunitários e convivência em espaços não formais de educação, onde essas crianças e jovens passam boa parte de seu tempo, obtendo, muitas vezes, um tipo de atenção individualizada que dificilmente terão no sistema escolar formal, com seus 40 a 50 alunos por sala de aula.

Em sua dissertação de mestrado *Inventando a diferença: ideologias linguísticas e história natural dos discursos do novo biologismo*, a pesquisadora de gênero Amanda Diniz Vallada (2021) trabalha com vídeos e textos do segmento evangélico que abordam a tese da neurodiferenciação de gênero. Em uma determinada sessão de bate-papo ocorrida no Congresso Diante do Trono de 2015, transcrita e debatida no trabalho de Vallada, temos uma fala exemplar do processo ativo de educação de gênero de viés conservador que tenho apontado nesta tese. A convidada Ilma Cunha (pastora e psicóloga) faz uma crítica ao movimento feminista, que tentaria apagar a suposta predileção “natural” de meninas por castelos, princesas e pôneis rosas, ao que a conhecida pastora Ana Paula Valadão pergunta:

Então, isso vem reforçar, Dra. Ilma, que existe sim intrínseco no ser humano essa diferença de gênero? E o que nós podemos fazer para incentivar, já que numa cultura em que tá sendo bombardeada com a homossexualidade, o que nós podemos fazer para incentivar o sexo que deus deu aos nossos filhos?

Ilma Cunha então responde: “os modelos familiares já vão ajudando a criança a compreender o papel do papai, o papel da mamãe. Então quando vai se brincar de boneca, a menina é a mamãe, né. E ela escolhe alguém para fazer o papel do papai. Então ela já vai sendo preparada para isso”. Sobre tal transcrição, Vallada (2021) aponta algo bastante pertinente, que pode ser observado também nos movimentos que discuto neste capítulo e em toda a tese:

Para ela [Ana Paula] (assim como para Cunha, conforme sua resposta), diferenças sexuais (além daquelas do sistema reprodutor) são intrínsecas ao ser humano, mas por si elas não são suficientes. É necessário o emprego de tecnologias sociais de gênero para que o sexo não seja afetado, isto é, maculado por influências externas,

de forma que pais e mães precisam “incentivar” nas crianças as características sexuais dadas pelo deus cristão.

Vallada (2021, p. 78) aponta ainda, em sua análise da fala no evento, como há uma “sobreposição entre gênero, sexo e sexualidade”. Assim, “não estimular as brincadeiras e os brinquedos ‘adequados’ a cada sexo/gênero pode afetar a sexualidade das crianças, tornando-as homossexuais”.

É em resposta à pergunta e à preocupação de Ana Paula Valadão que parecem surgir os materiais, oficinas, cultos e atividades debatidos neste capítulo, que buscam “incentivar” modelos de gênero discursivamente construídos pelo (neo)conservadorismo como modelos ideais, pretendidos por Deus.

Em 2018, ano em que a reação conservadora à pauta da diversidade de gênero foi mais intensa, a Igreja Internacional da Graça de Deus também desenvolveu um roteiro de Escola Bíblica de Férias (EBF) voltado para gênero. Com o título “Ideologia de Gênesis”, uma referência ao termo “ideologia de gênero”, o evento também contou com um roteiro para professoras (neste material a referência é sempre no feminino). Para o primeiro dia, por exemplo, o quebra-gelo sugerido é a brincadeira “Elefante voa?”. A professora pergunta se um determinado animal voa e as crianças devem responder sim ou não. O jogo seria uma referência à suposta impossibilidade de uma pessoa mudar seu gênero, sua “natureza”, assim como encontramos no repertório do livro *Elefantes não são pássaros* (2021), discutido no capítulo 4. O tema das transsexualidades – nunca nomeadas, mas sempre presentes como referência oculta – ganha uma atenção específica e abundante no currículo informal da educação de gênero conservadora. Reforçar performances de gênero estereotípicas seria, nessa matriz, o remédio para evitar aquilo que consideram uma recusa da natureza concedida pelo divino.

Outras atividades sugeridas no cronograma da EBF de 2018 da Igreja Internacional da Graça são: moldes de menina e de menino; Adão e Eva de E.V.A; meninos trazem pai e meninas trazem mãe para contar sobre seu nascimento (sugestão: trazer ultrassom, caso tenha); brincar de “rotina familiar”; brincar de trazer o brinquedo certo (brinquedo de menina ou de menino); brincar de jardinagem (meninas levam flores e meninos levam as ferramentas); e moldes de partes dos corpos de meninas e de meninos, para serem montados corretamente (vestido na menina, calças no menino etc.). Assim como na EBF da Assembleia de Deus de Timon – MA, as lembrancinhas

sugeridas para a EBF da Igreja Internacional da Graça também envolvem referências a princesas e príncipes, a partir de uma estética semelhante.

**Figura 49 - EBF – Ideologia de Gênesis**



## 4ª Escola Bíblica de Férias da IIGD

Querida Professora

Antes de começar a nossa EBF é preciso que você entenda dois pontos importantes:

1º - O que é a Ideologia de Gênero e como foi criada.

| O QUE É IDEOLOGIA DE GÊNERO?  |  |   |
|---|--|---|
|              |    |    |
| O termo IDEOLOGIA DE GÊNERO foi criado por sociólogos na conferência da ONU em Pequim (1995). | Essa ideologia defende a ideia de que ao nascermos não possuímos gênero e que o sexo biológico não nos define como HOMEM e MULHER. | Seus defensores argumentam que a criança deve aprender isso na escola: que ela não tem gênero e que ela pode escolher o que vai ser – menino, menina ou outro gênero. |

Fonte: Igreja Internacional da Graça. <https://escolinhadagraça.blogspot.com/2018/06/ebf-junho-2018-cronograma-completo.html>

Desde ao menos 2017, o tema aparece em diversos formatos (oficinas, workshops, cultos infantis etc.), como parte da programação oficial de distintas denominações religiosas, frequentemente com o título “Nosso gênero vem de Deus”, que parece ter se tornado um slogan importante no repertório discursivo que gravita em torno da noção de “ideologia de gênero”. No blog “Ideias Ministério Infantil”,<sup>54</sup> da evangelizadora infantil Tia Héllen Rocha, vinculada à Igreja Presbiteriana do Brasil, encontramos um modelo de roteiro para o culto infantil “Nosso gênero vem de Deus” (figura 50), para o qual é sugerido que as meninas venham vestidas de rosa e os meninos de azul. O roteiro começa com uma detalhada explicação sobre como Deus teria criado o mundo, o homem e a mulher, passando a tratar, depois, das ações do “inimigo”, que teria levado Eva a pecar e estaria por trás da atual “ideologia de gênero”. Assim, orienta-se que a professora

<sup>54</sup> Disponível em: <https://ideiasparaoministerioinfantil.blogspot.com/>. Acesso em: out. 2023.

diga às crianças que Deus as criou como menina e menino e quer “te usar da maneira que você é”. Ao final do documento, é informado que o roteiro é baseado nas “ministrações da Tia Carol Vargas” e no curso “Ideologia de Gênero”, idealizado por Tia Verônica. O blog de Tia Héllen também conta com outras sugestões para atividades/oficinas voltadas à produção e reforço da diferença de sexo/gênero, com repertórios discursivos e visuais semelhantes aos já discutidos (princesas e príncipes, digitais em rosa e azul, metáfora da identidade/RG, Espelho de Vênus e Escudo de Marte etc.), como o “Chá de Princesas” e o encontro “Príncipes e Princesas herdeiros do trono” (figura 50).

**Figura 50 – Blog Tia Héllen**



Fonte: <https://ideiasparaoministerioinfantil.blogspot.com/2018/10/culto-infantil-principes-e-princesas.html>

Como vemos no blog de Tia Héllen, outros repertórios para atividades, que não sejam tão explícitos como os cultos e oficinas “Nosso gênero vem de Deus” ou “Contra a Ideologia de Gênero”, também são importantes fontes que permitem analisar o projeto ativo de educação conservadora de gênero que têm se intensificado nos últimos anos nos espaços dos cristianismos pentecostalizados. São comuns atividades voltadas para o reforço de “identidades masculinas” entre os meninos, com títulos como “Encontro de Heróis” (cujo roteiro traz o discutido arquétipo do guerreiro), “Encontro de Carrinhos” ou “Encontro O Dono da Bola” (figura 51). Já para as meninas, além dos encontros de princesas, ou “Chá de Princesas”, temos também o recorrente repertório/roteiro do “Chá de Bonecas”, já mencionado neste capítulo e que tem sido realizado em várias denominações evangélicas, em decorrência do mencionado processo de compartilhamento

de conteúdos e construção de um currículo cristã-conservador informal, alimentado em rede. Muitas vezes tais eventos são pagos. Na *fanpage*<sup>55</sup> do Facebook intitulada “Chá de bonecas e Encontro de princesas”, página mantida pela evangelizadora infantil Tia Débora Rodrigues, voltada para o tema “identidade da menina”, encontramos um roteiro para a atividade Chá de Bonecas, preparado por Tia Débora e Tia Carol. Ambas são vinculadas à Igreja Presbiteriana Renovada do Brasil, embora atuem como palestrantes convidadas em outras igrejas, conduzindo as oficinas, como pude observar, por exemplo, em um convite para o evento “Chá de Princesas” na Igreja Metodista Central de Londrina, que teria como palestrante Débora Rodrigues, conforme card compartilhado na página.

**Figura 51 – Encontro de Princesas e Encontro “O dono da bola” – Fanpage Tia Débora**



Fonte: <https://www.facebook.com/Chadasbonecasidentidadedamenina>

De acordo com o roteiro de Tia Débora e Tia Carol, a atividade Chá de Bonecas (figura 51) teria como objetivo trabalhar “o relacionamento (paternidade) com Deus; a identidade da menina; a prevenção da violência sexual; o cuidado de higiene pessoal; e a transformação do corpo”. Além de um repertório construído sobre uma noção bastante restritiva, essencialista e

<sup>55</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/Chadasbonecasidentidadedamenina>. Acesso em: nov. 2023.

conservadora de feminilidade e “identidade feminina”, o roteiro inclui para as meninas uma percepção de espiritualidade, de experiência com o sagrado, mediada pela relação hierárquica entre pai e filha (paternidade com Deus). Em seu relevante artigo “A despatriarcalização de Deus na teologia feminista”, Jaci de Fátima Souza Candiotta (2021, p. 3) destaca que “uma das principais questões da teologia feminista diz respeito à simbologia da nomeação divina como Pai, já que esse substantivo foi modelado pelo imaginário patriarcal para justificar a condição subalterna das mulheres”. Assim, “referir-se a Deus como Pai em uma cultura patriarcal significa também afirmar a masculinidade de Deus”, o que teria tido como consequência, conforme a autora, “legitimar a verticalização como paradigma de relações humanas sob as formas do autoritarismo religioso, do despotismo político e da dominação paterna no lar” (p. 3). É importante notar também que, enquanto na atividade para garotas a relação escolhida para ser pautada é a de submissão das meninas ao alegado Pai celestial, nas atividades voltadas para garotos temos os meninos em posições sociais de maior poder, sendo interpelados como heróis ou donos da bola.

O roteiro Chá de Bonecas, realizado em diversas igrejas como uma atividade “contra o abuso sexual infantil”, tem conseguido se expandir para além dos espaços de culto, tendo sido realizado, inclusive, em escolas municipais de prefeituras sob gestão de prefeitos conservadores, com a justificativa de ser uma oficina de prevenção à violência. Em Nova Monte Verde, MT, o Chá de Bonecas, assim como o “Encontro de Hérois” (atividade semelhante, voltada para os meninos, que trabalha masculinidades e “prevenção ao abuso sexual”), foram realizados,<sup>56</sup> em 2019, em uma escola estadual do município, em uma parceria entre a prefeitura, o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e a Igreja Batista Nacional de Nova Monte Verde. O projeto foi cadastrado no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e teve como “base teórica” um livro publicado pela editora cristã A.D Santos. No estado do Paraná, as duas oficinas (Chá de Bonecas e Encontro de Hérois) também ocorreram, em 2018, em três escolas públicas, no município de Piraquara.<sup>57</sup> No caso de Nova Monte Verde, a atividade ocorreu sem qualquer adaptação, incluindo conteúdo explicitamente religioso, como referências a Jesus e a versículos

---

<sup>56</sup> Disponível em: <https://www.novamonteverde.mt.gov.br/Noticias/Sao-jose-do-apui-recebeu-o-projeto-cha-de-bonecas-e-encontro-de-herois-1867/>. Acesso em: nov. 2023.

<sup>57</sup> Disponível em: <https://www.agoraparana.com.br/rmc/escolas-municipais-recebem-projeto-cha-de-bonecas-e-encontro-de-herois/>. Acesso em: nov. 2023.

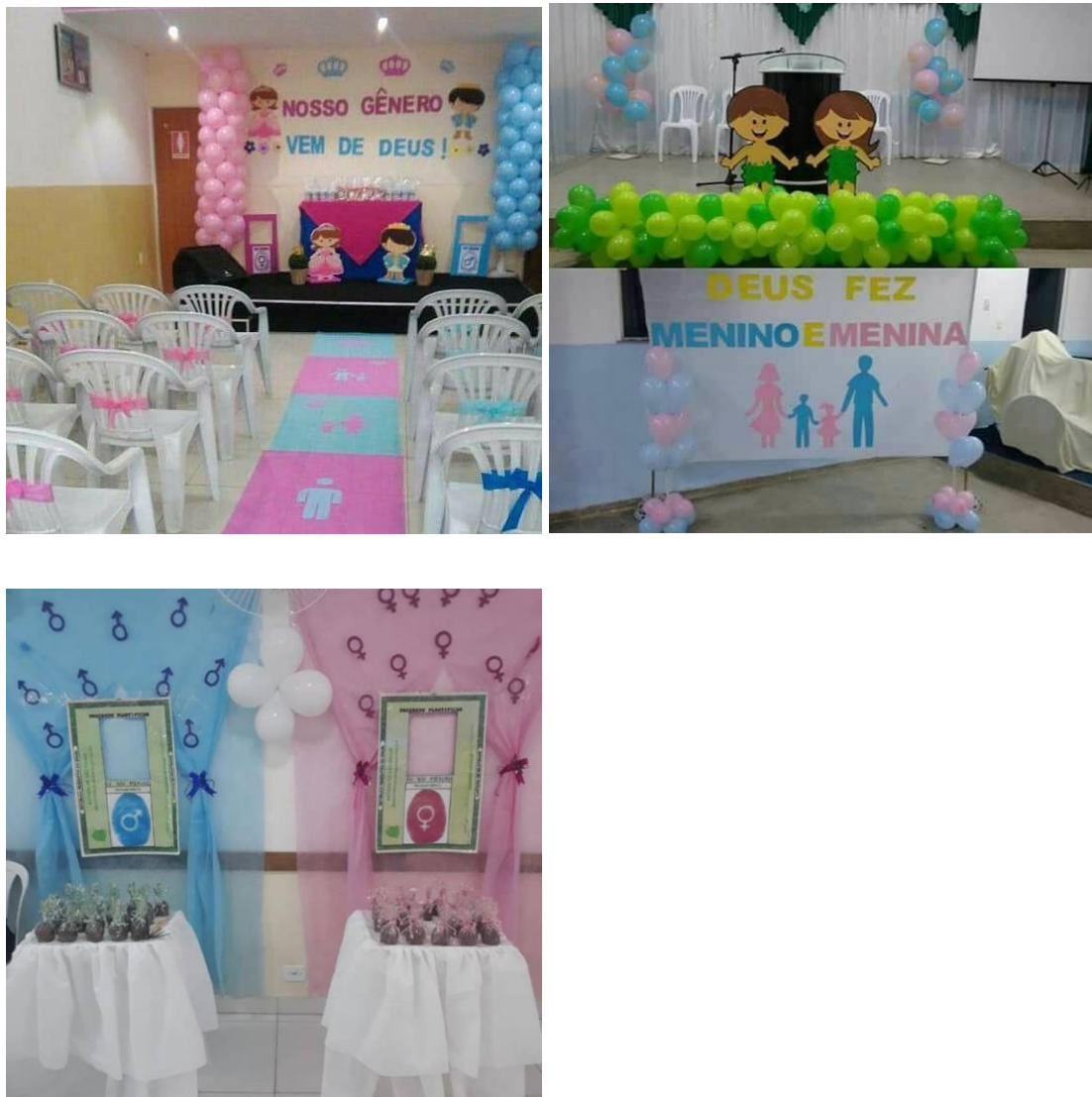
bíblicos, conforme imagens disponíveis no informe feito pela própria prefeitura (link na nota de rodapé 51).

Embora os roteiros mais conhecidos das oficinas Chá de Bonecas e Encontro de Hérois sejam, de fato, parcialmente voltados para um momento onde o/a ministrante trabalha a prevenção ao abuso sexual contra crianças, explicando, por exemplo, as formas de toques aceitáveis e não aceitáveis, o projeto como um todo está sustentado em estereótipos de gênero e perspectivas bastante limitantes sobre feminino e masculino. No roteiro de Tia Débora e Tia Carol, por exemplo, encontramos a orientação de que a decoração do Chá de Bonecas deve contar com “flores, bonecas, xícaras e tudo mais que traga a feminilidade ao espaço”, ambientação que está presente na condução da oficina nos municípios onde foi realizada, conforme fotografias em notícias publicadas. A ideia de “identidade feminina” e “identidade masculina”, e mesmo de separar as crianças por gênero para uma atividade de prevenção à violência, também é bastante problemática. Outra questão, no caso do Chá de Bonecas, é que as orientações sobre higiene pessoal e formas de proteger o corpo têm viés conservador e moralizante, tornando a menina, em certa medida, responsável por supostamente evitar a violência que venha a sofrer, em um entendimento completamente equivocado dos processos envolvidos na violência sexual. Ademais, para além das questões relacionadas à laicidade do Estado e ao perigo de parcerias entre Estado e Igreja, vejo como bastante preocupante a realização das mencionadas oficinas, de caráter evidentemente conservador em relação a gênero, em escolas públicas. A atividade termina por ocupar o espaço de uma política pública real de prevenção à violência sexual contra crianças naqueles municípios. Excluir a perspectiva da desigualdade de gênero de políticas públicas que objetivem acabar com a violência de gênero certamente não será muito eficaz, mas parece ser o caminho mais cômodo tomado por inúmeros governantes, principalmente aqueles de perfil conservador.

Cultos específicos, oficinas e atividades afins sobre gênero, voltadas para crianças, mas também para adultos, se tornaram parte das programações anuais de diversas comunidades religiosas dos cristianismos pentecostalizados, contando, muitas vezes, com a presença de pastores convidados e outras figuras do campo conservador que se apresentam como “especialistas no tema”. Em 2019, no município de Wenceslau Guimarães (Bahia), até mesmo uma marcha infantil com o mote “Nosso gênero vem de Deus” foi realizada, organizada por um coletivo de igrejas evangélicas locais, de diferentes denominações. Conforme noticiado em 24 de setembro de 2019,

pelo jornal *Réporter Bahia*, a marcha infantil inter-igrejas já ocorria na região há alguns anos, e, naquele ano, teria como tema o slogan contrário à “ideologia de gênero”. Na figura 52, abaixo, vemos um modelo de decoração para culto infantil com temática “Nosso gênero vem de Deus”, publicado como sugestão para ministério infantil, no Blog “Minha Herança”. O padrão decorativo inclui as cores azul e rosa, além de personagens como Adão e Eva e príncipes e princesas.

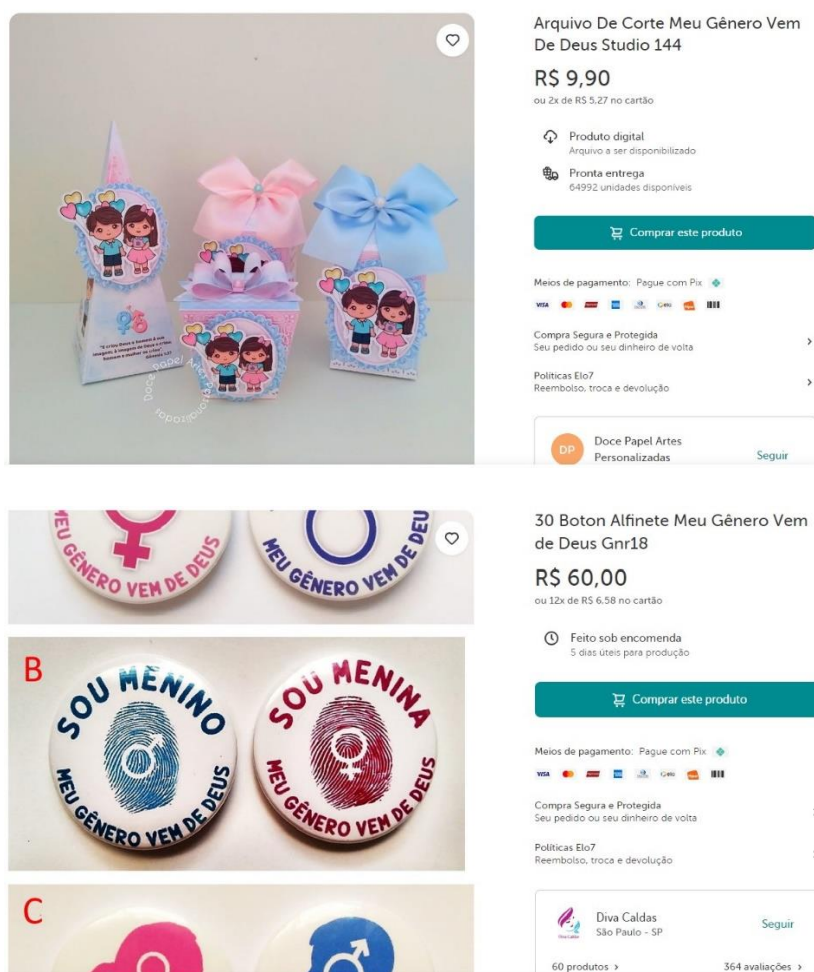
**Figura 52 - Culto infantil com temática “Nosso gênero vem de Deus”**



Fonte: Blog *Minha Herança*. <https://minha-heranca.blogspot.com>.

A frequência e constância de atividades com tema de gênero em espaços dos cristianismos pentecostalizados é tamanha que já é possível encontrar brindes/lembrancinhas e itens específicos de decoração com esse tema em lojas que vendem produtos para festas, confraternizações e atividades lúdicas em geral, como o portal Elo7 (elo7.com.br, figura 53), voltado para produtos artesanais. Vemos, assim, como um processo educativo explícito de/para a vivência e performance do gênero, normatizador e disciplinador, pautado em uma matriz conservadora, passa a integrar o currículo oficial e permanente de tais setores cristãos conservadores.

### 53 - Brindes para atividade infantil “Nosso gênero vem de Deus” – Elo7



The image shows two screenshots of the Elo7 website. The top screenshot displays a product listing for 'Arquivo De Corte Meu Gênero Vem De Deus Studio 144' for R\$ 9,90. The product image shows three colorful paper cutouts of children with gender symbols. The bottom screenshot shows a listing for '30 Boton Alfinete Meu Gênero Vem de Deus Gnr18' for R\$ 60,00. The product image shows three buttons with gender symbols and the text 'SOU MENINO' and 'SOU MENINA'.

**Arquivo De Corte Meu Gênero Vem De Deus Studio 144**  
R\$ 9,90  
ou 2x de R\$ 5,27 no cartão

Produto digital  
Arquivo a ser disponibilizado

Pronta entrega  
64992 unidades disponíveis

Comprar este produto

Meios de pagamento: Pague com Pix

Compra Segura e Protegida  
Seu pedido ou seu dinheiro de volta

Políticas Elo7  
Reembolso, troca e devolução

Doce Papel Artes Personalizadas Seguir

**30 Boton Alfinete Meu Gênero Vem de Deus Gnr18**  
R\$ 60,00  
ou 12x de R\$ 6,58 no cartão

Feito sob encomenda  
5 dias úteis para produção

Comprar este produto

Meios de pagamento: Pague com Pix

Compra Segura e Protegida  
Seu pedido ou seu dinheiro de volta

Políticas Elo7  
Reembolso, troca e devolução

Divia Caldas São Paulo - SP Seguir

60 produtos > 364 avaliações >

Fonte: <https://www.elo7.com.br/lista/kit-meu-genero-vem-de-deus>

A seguir, nas figuras 54, 55 e 56, trago como exemplos alguns registros de convites para eventos com temática voltada para gênero, conforme informações públicas encontradas online, divulgadas pelos próprios organizadores. Os três exemplos escolhidos demonstram a diversidade de denominações do campo evangélico que têm aderido a esse mesmo repertório e realizado atividades específicas sobre o tema.

**Figura 54 - Card de evento – Assembleia de Deus - Trindade**



**Figura 55 - Card de evento – Igreja Batista Getsêmani – Belo Horizonte, MG**



**Figura 56 - Card de evento – Igreja Metodista no Campinho – Magé, RJ**



Publicado pela editora cristã Unipro, em 2021, o e-book *Ideologia de Gênesis*, de autoria de Jane Garcia, idealizado pela Coordenação de EBI (Educação Bíblica Infantil) da Igreja Universal do Reino de Deus, é anunciado como um material que busca “orientar as educadoras e os responsáveis com argumentos para apresentar às crianças, mostrando o que a Palavra de Deus fala sobre a criação. [...] Vamos mostrar às crianças o objetivo de Deus ao criar o homem (menino) e a mulher (menina) com seus gêneros bem definidos”. Logo na página inicial, notamos, portanto, mais uma vez, o uso da categoria gênero em um material produzido por agentes do campo evangélico. Como comentado, esse não é o caso de materiais vinculados aos catolicismos, mesmo os pentecostalizados (objeto desta pesquisa), que só usam o termo no contexto de sua negação como categoria explicativa do mundo, como na expressão “ideologia de gênero”. Os catolicismos, conforme aponta minha análise, adotam uma estratégia mais “antigênero”, rechaçando a categoria e adotando, em seus discursos sobre o tema, apenas a expressão “sexo”. Para eles, portanto, gênero é sexo. Já no caso dos segmentos evangélicos, há um movimento de incorporação e ressignificação da categoria gênero, a partir de uma matriz conservadora, que o define não a partir de processos sociais e culturais diversos, mas como dado biológico apriorístico, concedido por Deus, que definiria, inclusive, gostos, padrões comportamentais e personalidades distintas para homens e mulheres. Contraditoriamente, no entanto, esses setores evangélicos promovem um movimento de educação/socialização de gênero, sobretudo com disciplinamento de performances, o que indica que, na prática, pensam sexo e gênero de forma mais complexa, enxergando gênero como um aspecto modulável da suposta natureza sexual atribuída por Deus.

Embora o sintagma “ideologia de gênero” tenha origem na cúpula do catolicismo, é muito importante analisar as formas como a categoria gênero tem sido apropriada e mobilizada entre setores evangélicos hoje, pois, como destacam Machado, Vaggione e Biroli (2022, p. 191), “dados levantados por Sonia Correa e Isabela Kalil demonstram que o número de publicações evangélicas sobre ‘ideologia de gênero’ cresceu muito depois de 2014, ano da votação do PNE, e hoje é superior aos escritos de intelectuais católicos na sociedade brasileira”. Os autores reforçam que haveria um “compartilhamento progressivo, por católicos e evangélicos, do discurso (neo)conservador em combate à agenda da igualdade de gênero e da diversidade sexual no país, assim como um atuação conjunta (ainda que nem sempre coordenada) em sua difusão”, embora,

como tenho apontado nesta tese, esse compartilhamento aconteça a partir de estratégias diferentes e perspectivas diferentes sobre o uso da categoria gênero.

Como discuti em capítulos anteriores, a ideia de que todo o espectro do (neo)conservadorismo adotaria uma perspectiva “antigênero” deve ser pensada com maior cuidado. Em sua publicação mais recente, “Quem tem medo de gênero?”, Judith Butler (2024) segue essa mesma linha teórica de que haveria um processo internacional de ataques e de negação da categoria. Isso é parcialmente verdadeiro. Ressalto, no entanto, como um dos achados desta tese, que os cristianismos pentecostalizados de base evangélica não parecem ter “medo do gênero” mais; pelo contrário, este campo entrou na disputa pelos sentidos de gênero. Como vemos nas atividades pedagógicas analisadas e no slogan “nosso gênero vem de Deus”, não se trata mais de apagar a categoria, mas de ressignificá-la, de apropriar-se dela para novos fins e interesses.

A cartilha de Garcia (2021) e da EBI da Igreja Universal segue um repertório semelhante às outras comentadas, trazendo uma definição de “ideologia de gênero” e de suas supostas consequências perversas, a partir de discursos hiperbólicos, paranóides e conspiratórios, citando falsas referências estatísticas e bibliográficas (os próprios links citados ao final da obra são, em sua maioria, links quebrados ou default). O enfoque é, principalmente, sobre a possibilidade de vivências de gênero não cisnormativas. Destaco, porém, que, frequentemente, a noção de identidade de gênero aparece amalgamada, de forma indistinta, à noção de orientação sexual, ou mesmo de performances de gênero não “tradicionais”. Ou seja, viver conforme o gênero dado por Deus, nesse enquadramento discursivo, significa interditos não apenas às identidades transsexuais e travestis, mas também às práticas afetivas e sexuais no espectro LGBTQIA+ e às vivências fora da feminilidade ideal e da masculinidade hegemônica.

A cartilha afirma que, para se contrapor à “ideologia de gênero”, seria necessário ensinar às crianças a “Ideologia de Gênesis”, cujos princípios seriam: “Deus criou o homem (menino) e a mulher (menina), cada um com seu papel”; “Deus não erra, tudo que ele faz é perfeito”; e “É papel dos pais, não do Estado, moldar o caráter ético e moral dos filhos” (n.p). Após a introdução teórica sobre o tema, a cartilha traz uma parte prática, chamada de “aprendizado dinâmico”, com sugestões de atividades para serem desenvolvidas com as crianças para ensiná-las sobre “quão cuidadoso Deus foi ao colocar tudo em seu devido lugar, de modo perfeito, confrontando a ideia de que a

criança nasce sem gênero definido”. São sugeridas, então, várias atividades lúdicas, dinâmicas, para trabalhar o tema de gênero com crianças. Cito algumas delas:

- a) Vendar as crianças e pedir que experimentem frutas diversas. Objetivo: mostrar para as crianças que “até as frutas criadas pelo nosso Deus têm suas características e mesmo de olhos vendados sabemos identificá-la. Assim é conosco”.
- b) Brincadeira do semáforo. Explicar para as crianças que, “num semáforo, o vermelho é para parar, mas, se eu chamá-lo de verde e avançar, provavelmente acontecerá um acidente. Por isso, é necessário respeitar as coisas como elas são, em vez de impor uma mudança”. O objetivo da atividade é ensinar às crianças que “tentar mudar algo, só por achar que ‘combina’ mais, não faz sentido”.
- c) Usando bichos de pelúcia de animais diversos, explicar sobre “as características físicas e de comportamento de cada animal e sua importância na natureza”. Perguntar para as crianças, por exemplo, “se um pato pode ser um cachorro”.
- d) Utilizando como exemplo a palavra “ore”, explicar às crianças que, “se trocamos alguma letra de lugar em uma palavra, mudaremos o seu sentido ou criaremos uma palavra que não existe”, como “oer”.
- e) Brincando com um quebra-cabeças, explicar às crianças que “cada peça se encaixa perfeitamente [...] e Deus não cria nada por engano”. A criança deve compreender, a partir dessa atividade, que “ela só será feliz e completa enquanto estiver no centro da vontade de Deus” (Garcia, 2021, n.p).

O processo que vemos na cartilha de Garcia (2021) e da Universal, voltada para pais, “educadoras” e adultos cristãos conservadores em geral, acontece de forma ainda mais direcionada em cursos e atividades específicas diversas de formação de educadores cristãos, que irão assumir o chamado ministério infantil em suas comunidades religiosas, desenvolvendo, localmente, o mencionado disciplinamento normativo-conservador de gênero, como discutirei em maior detalhe no tópico a seguir.

### **6.3 A formação de educadores cristãos conservadores**

O boom de eventos/palestras/atividades sobre gênero no campo dos cristianismos conservadores, que se deu também no catolicismo (exemplo na figura 57), abriu um grande leque de possibilidades para aqueles que se apresentam como “especialistas” sobre o tema, como padres, pastores, educadores cristãos e outras figuras do campo de influência dos cristianismos conservadores, que passam a se engajar ativamente, através da oferta de palestras/cursos,

publicação de textos/livros, produção de material audiovisual etc. A posse de títulos de graduação ou pós-graduação, ainda que fora da área da educação, da saúde ou dos estudos de gênero, aparece como elemento importante na projeção de tais “especialistas em ideologia de gênero”, reforçando as estratégias discutidas nesta tese, de recurso a um repertório considerado mais secular/laico, sustentado em argumentos jurídicos ou pseudo-científicos. A batalha contra a perspectiva progressista de gênero tem se tornado, assim, um negócio bastante lucrativo para muitos, além de ser uma forma de disputar ideias e fiéis no mercado religioso. A pauta de gênero traz grande interesse e adesão, por ser algo que nos impacta intimamente e cotidianamente. Mobilizar pânico morais em torno de gênero e sexualidade sempre carrega, portanto, grande potencial de projeção e de ganhos políticos e financeiros.

A psicóloga Marisa Lobo, mencionada autora da cartilha *Viva a Diferença* (2018), discutida no capítulo 3, é uma dessas figuras que ganha grande proeminência nos últimos anos como “especialista em ideologia de gênero”, sendo convidada para palestras e *lives*, publicando livros, oferecendo cursos pagos sobre o tema, e ofertando, até recentemente (quando foi proibida tal abordagem), supostos tratamentos de conversão de homossexuais. Lobo chegou a ter seu registro de atuação cassado, mas o recuperou em recurso judicial. Em 2018, Marisa Lobo se lançou como candidata à vereadora de Curitiba, e, em 2020, chegou a se candidatar à prefeitura de Curitiba pelo partido Avante. Como afirmam Machado, Vaggione e Biroli (2022, p. 189), o processo de “politização do religioso também se reconfigura, com cristãos maximizando o uso dos canais democráticos de participação para ampliar sua representação em espaços de discussão e deliberação das políticas sexuais, de gênero e da família”.

**Figura 57 – Palestra sobre “Ideologia de Gênero” em Igreja Católica, 2017**



Fonte: <https://www.arquidiocesedearacaju.org/post/2017/12/04/fam%C3%ADlia-desenho-de-deus>

**Figura 58 – Seminário pago, Marisa Lobo, 2017, Igreja Batista de Paulo Afonso, BA**



Fonte: <http://jornalvisao.com.br/igreja-batista-evangelizadora-realiza-seminario-de-ideologia-de-genero-com-dra-marisa-lobo/>

Para além das possibilidades de ganhos diversos trazidas pela pauta de gênero, há um interesse por parte de agentes dos cristianismos pentecostalizados em formar educadores cristãos que estejam preparados para discutir o tema do gênero dentro de uma matriz “tradicional” conservadora. Para eles, como venho discutindo, essa formação de educadores é essencial, pois

faz parte de um projeto de educação de gênero conservadora, a que estão submetidas, sobretudo, as crianças de suas comunidades. A capacitação de evangelizadores a partir do enquadramento discursivo da “ideologia de gênero”, consolidando-o, em seu repertório, como um suposto fato sobre a educação laica, passa a ser, assim, uma prioridade para esses segmentos.

A plataforma Educadores Cristãos (<https://educadorescristaos.com.br>), vinculada ao grupo Winner Educação, oferta cursos pagos para aqueles/as que desejam se capacitar para o chamado “ministério infantil”. O curso completo, EAD, para educadores cristãos, conta com 10 cursos temáticos, 200 vídeoaulas, 45 oficinas pedagógicas, 10 apostilas e 150 moldes prontos, custando, em janeiro de 2024, o valor de R\$298,00 reais. Entre os 10 cursos temáticos que compõem o currículo do curso completo está o módulo “Como combater a ideologia de gênero através da Bíblia” (figura 59). Conforme informações no site, os cursos da plataforma são reconhecidos pelo MEC e os certificados podem ser utilizados para “prova de títulos, evolução funcional, horas complementares na faculdade e para acrescentar ao currículo”.

**Figura 59 – Módulo curso – Plataforma Educadores Cristãos**



Fonte: <https://educadorescristaos.com.br/completa>

Com um programa bastante semelhante àquele oferecido na plataforma Educadores Cristãos, o portal Ministério Infantil com Tia Lu (<https://www.ministerioinfantilcomtiaalu.com.br/>) também oferta um curso online de título “Capacitação para Ministério Infantil com Tia Lú”.

Pagando, em janeiro de 2024, o valor de R\$147,00 reais, o cursista tem acesso a 11 módulos, com vários materiais audiovisuais. O último módulo (figura 60) tem como título “Prevenção ao abuso sexual infantil” e, curiosamente, é onde está inserida a pauta “como abordar a ideologia de gênero com as nossas crianças”. Embora, neste curso, haja uma associação mais direta entre os dois temas, vimos, neste capítulo, sua associação indireta, implícita, no roteiro das atividades Chá de Bonecas e Encontro de Heróis, onde o tema da prevenção à violência sexual contra crianças aparece amalgamado a um conteúdo sobre “identidade da menina” e “identidade do menino”, além de cuidados com o corpo. A associação certamente não é gratuita. Há uma tentativa de reforçar discursos conservadores conspiratórios que relacionam pessoas LGBTQIA+ à “perversão sexual”, associando, principalmente, homens gays a comportamentos pedófilos.

### Figura 60 - Curso de capacitação – Ministério Infantil com Tia Lu

11

#### 11º Módulo - Prevenção ao abuso sexual Infantil

Neste módulo vamos abordar sobre a Prevenção ao abuso Infantil e como abordar a **Ideologia de Gênero** com as nossas crianças



Fonte: <https://www.ministerioinfantilcomtiaalu.com.br/>

Em seu blog<sup>58</sup> de conteúdo evangélico, focado em ministério infantil, Adália Helena, vinculada à Igreja Assembleia de Deus, publicou, em julho de 2019, o material de um curso (texto e dois vídeos) produzido pela editora Central Gospel a respeito do tema “Ideologia de gênero e desconstrução da família”. Construído com linguagem alarmista, falsas referências “científicas” e tom conspiratório, o texto que embasa os vídeos do curso declara que a “ideologia de gênero” teria, como possíveis consequências, a destruição das famílias, o perigo de estupro (associação entre pessoas queer e violência sexual), assim como a “perseguição social” a médicos e psicólogos (supostamente obrigados, de acordo com o texto, a fazerem cirurgias de transição de gênero e

<sup>58</sup> Disponível em: <https://adaliahelena.blogspot.com/2014/05/quem-sou.html>. Acesso em: nov. 2023.

abortos, além de serem proibidos de fazerem tratamentos de conversão em homossexuais). O texto<sup>59</sup> afirma ainda que, em breve, os ideólogos de gênero irão propor a “legalização do incesto e da pedofilia”. Sem qualquer lastro na realidade, o texto do curso atribui à teórica feminista canadense Shulamith Firestone a proposta de normalização social do incesto e de práticas de pedofilia, inclusive com a presença de uma citação falsa.

O uso de argumentos percebidos como seculares e/ou objetivos, como supostos dados estatísticos, links de “notícias” (geralmente de portais não confiáveis) ou referências bibliográficas, é comum nos textos (neo)conservadores sobre gênero. Entretanto, com bastante frequência, quando investigados, tais dados e referências se mostram inexistentes ou citados de forma distorcida. O tom hiperbólico dos falsos dados citados compõe uma formação discursiva paranóide, que se torna eficaz a partir do viés de confirmação de sujeitos já imersos em espaços onde as narrativas sobre os supostos perigos das ideias e valores progressistas vão se tornando cada vez mais grandiloquentes.

Um padrão enunciativo exorbitante em torno da ideia de “ideologia de gênero” é recorrente como estratégia dos (neo)conservadorismos para mobilizar fortes sentimentos entre os receptores de tais mensagens. Em texto<sup>60</sup> do coletivo Bereia (voltado para *fact checking* de informações e notícias), em parceria com o Laboratório de Antropologia da Religião da Unicamp, lemos que as principais características dos discursos neoconservadores são: “emoções como ativo político, a atribuição de todas as mazelas sociais à desordem moral e a rápida assimilação das novas tecnologias da informação”. No referido texto do curso produzido pela Central Gospel, postado pela blogueira Adalia Helena, por exemplo, temos um link para uma notícia falsa de que, na Alemanha, pais que se recusaram a permitir que seus filhos participassem de aulas de educação sexual na escola, teriam sido presos. Lemos ainda que “a Suécia, promotora da ideologia de gênero, é o segundo país no mundo em números de estupros”, o que não poderia estar mais distante da realidade, uma vez que o país nórdico está no ranking das nações com menos registros de violência sexual. Os países com maior número de estupros contra mulheres e crianças, são, de fato, não aqueles com políticas públicas de caráter inclusivo e secular, como a Suécia, mas aqueles onde há

---

<sup>59</sup> Disponível em: <https://adaliahelena.blogspot.com/2018/04/licao-2-etica-crista-e-ideologia-de.html>. Acesso em: nov. 2023.

<sup>60</sup> Disponível em: <https://coletivobereia.com.br/mentes-e-coracoes-estrategias-das-narrativas-neoconservadoras-no-brasil/>. Acesso em: nov. 2023.

grande interferência de fundamentalismos, religiosos e políticos, como Afeganistão, Arábia Saudita e Estados Unidos da América. O Brasil também é um país com taxas muito mais altas de violência sexual contra crianças, adolescentes e mulheres adultas do que a Suécia, sendo que os responsáveis pela maior parte dos casos de abuso sexual contra crianças não são estranhos, em espaços públicos, mas sim familiares, amigos e conhecidos, com os crimes ocorrendo, frequentemente, dentro do próprio espaço da casa e da chamada família nuclear. Não é incomum, ainda, que os casos de violência sexual ocorram dentro dos próprios espaços de culto, com figuras de autoridade, como padres e pastores, sendo os perpetradores de tais violências. Estereótipos de gênero e valores conservadores, como a ideia de submissão feminina e de submissão de crianças à autoridade dos pais e de outros adultos, por exemplo, acabam impedindo que as vítimas percebam e consigam denunciar situações de violência sexual.

Como explica Cesarino (2022, p. 83), “as teorias da conspiração tipicamente tematizam ansiedades ligadas a pureza, integridade e fronteiras do corpo”, que se expressam em temas como “violações, manipulações, inoculações, transformações, vigilância ou esterilização de corpos individuais” (p. 213). No repertório discursivo dos conservadorismos, o signo “ideologia de gênero” (e todas as coisas, ideias e sujeitos associados a ela) é sinônimo de pedofilia e abuso sexual. Em um enquadramento onde a subversão das expectativas de gênero é vista como patológica e perigosa para a saúde societal, principalmente para as crianças, a reafirmação de identidades binárias e de performances estereotípicas de gênero aparece como medida preventiva, de proteção dos corpos. Essa é a mensagem de fundo de atividades como o Chá de Bonecas e do mencionado módulo do curso de Tia Lu. Como bem sintetizado por Cesarino (2022, p. 2015), em diálogo com a obra de Mary Douglas (1966),

É pela via simbólica, portanto, que noções e práticas que buscam manter saudável e limpo o corpo individual passam a se confundir com as classificações e narrativas mobilizadas para manter seguro e puro o corpo coletivo. Entende-se, nesse sentido, por que a dinâmica de fenômenos operados pelo metacódigo amigo-inimigo, como os populismos, messianismos e conspiracionismos, também inclui os metacódigos estudados por Douglas: pureza-impureza, segurança-perigo, ordem-desordem, beleza-feiura.

Embora materiais dos cristianismos pentecostalizados sobre gênero dêem grande enfoque à pauta do abuso sexual infantil, associando-a, indiretamente, aos feminismos e aos sujeitos e pautas LGBTQIA+, o mesmo não pode ser dito em relação a outros tipos de violências contra

crianças. Vários atores do campo conservador defendem a possibilidade de que pais apliquem castigos físicos a seus filhos pequenos e criticam a intervenção do Estado nas famílias em relação à prática, como prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e como têm ocorrido nos últimos anos, através de legislações específicas e da atuação dos Conselhos Tutelares. Na mencionada lição 2 do curso “Ideologia de Gênero e desconstrução da família”, no tópico “Perseguição estatal”, encontramos, por exemplo, a seguinte citação da psicóloga Marisa Lobo, em tom de crítica: “Os pais são proibidos de aplicar qualquer castigo físico aos filhos, mesmo os mais moderados”. A fala de Lobo segue, citando, mais uma vez, a Suécia, e, novamente, uma falsa notícia (os países nórdicos, por terem significativo índice de igualdade de gênero e baixa influência cristã, parecem ser os alvos preferidos em textos do tipo):

Em 30 de novembro de 2010, um tribunal de um distrito da Suécia condenou um casal a nove meses de prisão e ao pagamento de uma multa equivalente a R\$23.800,00. O motivo foi que os pais admitiram que batiam em três de seus quatro filhos como parte normal de seus métodos de educação. Embora os documentos apresentados não relatassem nenhum tipo de abuso e o próprio tribunal admitisse que os pais tinham um relacionamento de amor e cuidado com seus filhos, as crianças foram afastadas da família e enviadas para um orfanato.

Conforme estudo de Marina Basso Lacerda (2019, p. 83), que também adota a categoria neoconservadorismo, “verifica-se grande predomínio da Assembleia de Deus [...] seguida da participação de católicos e batistas”, naquilo que a autora define como uma “reação pró-família patriarcal” aos avanços no campo do gênero e da sexualidade nos últimos anos. A Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD) possui inúmeros cursos e materiais sobre “ideologia de gênero”, sobretudo sob o formato de “lições bíblicas”, a serem trabalhadas com as comunidades locais, em espaços como os grupos de estudo bíblico ou de formação para o ministério. Em um material pedagógico<sup>61</sup> desenvolvido para o segundo semestre de 2018 como parte do módulo “Valores cristãos – Enfrentando as questões morais do nosso tempo”, temos a lição de título “Ética e Ideologia de Gênero”. O texto que embasa a lição possui dez páginas, onde são tratadas questões como o “relativismo dos tempos modernos”, a associação entre marxismo e feminismo como fonte da “ideologia de gênero”, a atual “troca de papéis entre homens e mulheres”, a “confusão de identidade” trazida por tal ideologia e a “desvalorização do casamento e da família”. Ao final, são afirmados 3 pontos que comporiam o “ideal divino quanto aos sexos”, sendo eles: criação de dois

---

<sup>61</sup> Disponível em: <https://escola-ebd.com.br/licao-2-etica-crista-e-ideologia-de-genero/>. Acesso em: out. 2023.

sexos; casamento monogâmico e heterossexual; e educação dos filhos com distinção dos sexos. O terceiro ponto, o mais importante para o argumento que venho desenvolvendo, destaca que é responsabilidade dos pais explicar para as crianças que “homens e mulheres possuem órgãos sexuais distintos, fisiologia diferente e personalidades díspares”.

A importância dada ao tópico de educação de gênero aqui, em uma perspectiva dualista e essencialista, reforça o que venho defendendo nesta tese. Há uma preocupação explícita com o reforço de identidades de gênero binárias (pensadas como distintas em todos os seus aspectos) e performances de gênero “tradicionais” entre crianças, como parte de um projeto de educação conservadora de gênero, conforme o suposto “ideal divino para os sexos”, tema que só aparece nos cristianismos conservadores com essa conformação discursiva, com tal direcionamento e destaque, a partir da segunda década do século XX. Ainda no texto da lição 2, vemos a batalha contra a “ideologia de gênero” sendo descrita como uma “guerra cultural e ideológica”, de forma que todos deveriam ocupar as “trincheiras”. Há, no texto, uma referência direta à perspectiva de Antonio Gramsci, quando se afirma que “querem tomar a mente de crianças e adolescentes a fim de pôr em prática uma agenda hegemônica cultural”.

Plataformas específicas vinculadas a agentes ou instituições predominantemente religiosos não são os únicos locais onde é possível encontrar a oferta de formação de educadores ou interessados em uma perspectiva cristã conservadora sobre gênero. Conforme informações disponíveis no site da instituição em 2020, a UniEvangélica<sup>62</sup> (Universidade Evangélica de Goiás), ofertava, no período, um curso presencial sobre organização de ministério infantil, categorizado como curso livre de extensão, ao custo de R\$200,00 reais. Voltado para o público-alvo “líderes de Igreja cristã ou líderes de trabalho infantil”, o curso organizado pela docente Prof. Esp. Claudia Regina de Costa Oliveira contava com conteúdo programático abrangendo tópicos como: 1) Compreender a história das gerações e seus conflitos; 2) Contexto familiar e da instituição; 3) Organização administrativa e financeira do ministério com crianças; 4) Treinamento pedagógico, currículo EBD e culto infantil; 5) Organização didática e de material; 6) Pastoreio infantil; e 7) Questões legais. O módulo Pastoreio Infantil chama a atenção por seu conteúdo, que conta com os tópicos: a) Por que evangelizar Crianças?; e b) Família x Contracultura. Dentro de Família x

---

<sup>62</sup> Disponível em: <https://cursos.unievangelica.edu.br/loja/subgrupo?id=129&filtroCurso=&ordenador=> . Acesso em: out. 2023.

Contracultura, indica-se que serão debatidos os temas “feminismo, aborto, ideologia de gênero, homossexualismo e suicídio”. Mais uma vez temos, então, a noção de “ideologia de gênero” como parte do currículo fixo e prioritário da educação cristã infantil.

Analisando o referido bloco temático do curso, notamos também outro conhecido repertório. A associação entre experiências não normativas de gênero/sexualidade e destinos trágicos ou saúde mental comprometida, com consequências como o suicídio, é bastante comum no repertório cristão-conservador. Em diversos materiais sobre “ideologia de gênero” encontrei referências a supostas pesquisas que apontariam os riscos agravados de suicídio entre pessoas feministas e/ou LGBTQIA+, sobretudo transsexuais. Quando procurei as fontes citadas, no entanto, não consegui encontrar as pesquisas alegadas. O discurso que associa suicídio e identidades de gênero “desviantes” não caminha, como deveria, para a conclusão de que o preconceito, a violência e a falta de inclusão é que tornam pessoas queer mais suscetíveis a estados fragilizados de saúde mental. Pelo contrário, apelando ao medo genuíno que muitos cuidadores têm de que crianças, adolescentes e jovens próximos tirem sua própria vida (considerando as altas taxas de suicídio juvenil atualmente), os conservadorismos constroem uma narrativa onde a própria condição de não conformidade ao padrão binário e cisheteroxista de gênero é que levaria ao suicídio, devendo ser evitada e repudiada como raiz do problema.

Analisando o conteúdo do curso oferecido pela UniEvangélica, causa preocupação ver perspectivas e terminologias antifeministas e homofóbicas no currículo de um curso que foi ofertado oficialmente por uma instituição que possui o título de universidade. Embora a UniEvangélica, uma universidade privada, tenha natureza confessional, e não laica, a instituição também recebe recursos públicos, como determinadas isenções, bolsas ou financiamento público através do Fies, além de ser obrigada a cumprir a legislação educacional e os parâmetros do MEC para manter-se como universidade. Além de trazer discurso de ódio que viola os direitos humanos de minorias sociais, o programa oferecido no curso mencionado não possui respaldo teórico, objetivos coerentes ou justificativa plausível para ser oferecido como extensão para a comunidade goiana. Conforme consta no site da instituição em janeiro de 2024, o curso livre não está mais sendo ofertado, mas foi oferecido por vários anos.

Como vemos neste capítulo, a maioria dos sujeitos envolvidos na base do que tenho chamado de um projeto de educação de gênero de viés cristão-conservador, são mulheres. As “tias”

do ministério infantil não podem ser pensadas, contudo, como indivíduos alienados ou sem agência, que não perceberiam os prejuízos de tais discursos para o coletivo das mulheres. Como bem define Biroli (2020, p. 150),

Um dos setores mais importantes na promoção do neoconservadorismo, os neopentecostais, tem o semblante feminino. As mulheres que aderem ao pentecostalismo na América Latina são, em grande parte, de baixa renda e afetadas pela precarização e pela restrição dos serviços públicos. Mulheres que enfrentam a precariedade e a insegurança podem ser também as memas que, de uma perspectiva moral, reivindicam a relevância e a responsabilidade da família. Ao mesmo tempo, entre os evangélicos latino-americanos, a defesa da família não vem necessariamente acomplada à domesticidade das mulheres. A doutrina pentecostal incide sobre as subjetividades feminina e masculina, redefinindo-as de modo a aproximar as mulheres da esfera pública e os homens do domínio familiar. Pode haver, com isso, uma reconfiguração das relações de gênero, ao mesmo tempo que a valorização da família é um eixo central.

Como educadoras de ministério infantil e ativistas contra a “ideologia de gênero”, as tias evangelizadoras dos cristianismos pentecostalizados são agentes políticos conscientes, trabalhando a partir de convicções e interesses diversos. Sua posição lhes permite obter inúmeros benefícios e ocupar um lugar de relativo poder e prestígio em suas comunidades religiosas, sendo que algumas poucas conseguem, inclusive, chegar ao posto de maior autoridade: o de pastoras. Os processos de educação e de formação de educadores/as cristã(os) conservadores/as são, portanto, complexos, envolvendo fatores diversos, como: comprometimento ideológico com uma causa considerada justa pelos agentes envolvidos em tal projeto; crenças e valores, individuais e coletivos; sentimento de pertencimento a um grupo coeso; busca por sentido e propósito; busca por respostas objetivas e estáveis para questões existenciais em tempos de crise; empregabilidade e possibilidade de ganhos financeiros; e oportunidade de obtenção de benefícios pessoais diversos, como status, reconhecimento comunitário e autorrealização. Seria necessária uma etnografia profunda com esses sujeitos para melhor compreender seus desejos, crenças e motivações individuais nesse processo mais estrutural que tenho chamado de um projeto (neo)conservador de educação de gênero.

Assim, agentes diversos, com motivações também diversas, têm se engajado nesse movimento religioso-político-educacional entre os cristianismos pentecostalizados, com ações que não se limitam aos espaços de culto, alcançando também, sobretudo via agentes políticos conservadores, outros espaços além dos muros da igreja. Palestras e atividades baseadas no

conceito de “ideologia de gênero”, por exemplo, têm ocorrido em câmaras municipais, assembleias legislativas, prefeituras, faculdades e escolas confessionais, e onde mais esse processo de educação (neo)conservadora de gênero têm conseguido avançar, com o apoio de autoridades que lhe outorgam status de argumento científico e jurídico legítimo, muitas vezes citando falsas referências bibliográficas, narrativas conspiratórias, e tentando consolidar, na legislação do país, uma visão que criminalize perspectivas progressistas sobre gênero e sexualidade. Esse movimento busca instituir, no debate público e no arcabouço legal brasileiro, a partir do enquadramento da “ideologia de gênero”, a noção de que performances de gênero não normativas seriam imorais, patológicas e perigosas para o corpo individual e social, devendo os indivíduos que as performam ou as legitimam ser considerados inimigos do “cidadão de bem” e da nação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Início estas considerações finais lembrando que a Antropologia não olha para “realidades” supostamente fixas, mas, assim como o discurso, as constrói no processo. O trabalho de buscar, catalogar, classificar e analisar os materiais discutidos nesta tese me permitiu construir a narrativa antropológica que apresento àquela(e) que lê este texto. Certamente, essa narrativa carrega a perspectiva interessada da pesquisadora, que é guiada pelas lentes dos feminismos, dos direitos humanos e da justiça social.

Desde o seu surgimento no campo das Ciências Sociais, a categoria gênero tem estado imersa em um campo de batalhas. Foi disputada, incorporada e/ou rechaçada dentro dos próprios feminismos, com alguns acreditando que poderia anular a categoria “mulher/mulheres” e inviabilizar lutas políticas. Posteriormente, foi alvo de batalhas dentro do campo mais amplo das esquerdas, sendo acusada de desconsiderar a luta de classes e de promover um suposto “identitarismo”. Autores brasileiros marxistas, de linha autogestionária, chegaram a chamá-la, de forma curiosamente semelhante aos (neo)conservadorismos, de “ideologia do gênero”, como em Viana (2006).<sup>63</sup> Por fim, a categoria gênero alcançou o debate público nacional, catapultada por movimentos sociais feministas e queer, mas também por seus opositores, conservadorismos de direita e extrema-direita, de forma que agora os significados e usos de “gênero” são disputados intensamente por agentes múltiplos, religiosos e seculares, com projetos diversos de educação e de sociedade. Só uma categoria tão rica e com tamanho poder desestabilizador sobre estruturas e relações sociais poderia causar tantas disputas. Assim, gênero é, sem dúvidas, uma categoria central para compreender o mundo e a conjuntura brasileira e global em 2024.

Minha pesquisa, como todas realizadas em um curto período e com recorte específico, possui limitações diversas. Tendo trabalhado com textos, e não com observação e entrevistas em profundidade nos espaços de culto, com adultos e crianças dos cristianismos pentecostalizados, compreendo que minha análise se limita aos efeitos de sentido produzidos a partir dos discursos encontrados nos materiais investigados, não podendo ser expandida para generalizar as crenças, ideias e práticas individuais, ou mesmo coletivas, desses sujeitos em seu dia a dia. Nas interações

---

<sup>63</sup> VIANA, Nildo. Gênero e ideologia. In: VIANA, Nildo. *A Questão da Mulher*. Trabalho, Opressão e Violência. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2006.

cotidianas, os sujeitos, inclusive as crianças, (re)produzem normas sociais e estruturas discursivas hegemônicas, mas também as negociam, subvertem e (re)inventam, em processos complexos, que envolvem certo grau de agência, mas também de limitações culturais, históricas, políticas, ambientais, entre outras. Nesta tese, portanto, trato de discursos e perspectivas de gênero a partir de textos produzidos por sujeitos localizados nos cristianismos (neo)conservadores, considerando linguagem verbal e não verbal, mas é preciso ressaltar que há processos mais complexos que envolvem os leitores desses textos e que não foram trabalhados, pelas limitações do recorte e do objeto de pesquisa.

Ao longo dos seis capítulos desta tese, procurei construir respostas ligadas aos objetivos específicos definidos na introdução, sempre norteada por minha pergunta central de pesquisa: “quais são os elementos fundamentais constituintes da tecnologia conservadora de gênero operacionalizada na educação não formal de crianças presente no campo dos cristianismos pentecostalizados?”. Assim, ao longo do primeiro capítulo, discuti a transformação nos paradigmas relacionados ao debate da(s) identidade(s), incluindo a(s) de gênero, em um processo que caminha cada vez mais para o descentramento e desessencialização do conceito fixo de identidade, o que acaba por acarretar, nos últimos anos, uma reação conservadora que busca recuperá-lo, restabelecê-lo. No segundo capítulo, trabalhei a conjuntura atual de ascensão do (neo)conservadorismo e das novas direitas cristãs, com destaque para o papel da Teologia do Domínio como arcabouço teórico-simbólico para o repertório (neo)conservador. Neste capítulo debati também a genealogia e atuais impactos da noção de “ideologia de gênero”.

Já no terceiro capítulo, mergulhei de fato em materiais literários para o público infantil vinculados a segmentos dos cristianismos pentecostalizados, analisando como efeitos de sentido sobre gênero são produzidos, considerando linguagem verbal e não verbal. Observei a ocorrência de um padrão discursivo, ou repertório discursivo, particular aos (neo)conservadorismos, assim como a presença de uma certa identidade visual (neo)conservadora. Neste repertório discursivo e estético, é (re)produzida uma perspectiva essencialista, cisheterossexista, familista e reprodutivista acerca de gênero, assim como uma visão conservadora, autoritária e adultocêntrica sobre a infância. Ao longo do quarto capítulo, analisei como o essencialismo de gênero (neo)conservador trabalha, atualmente, uma associação entre natureza divina e natureza biológica, amalgamando argumentos bíblicos (teológicos) e argumentos das chamadas *hard sciences*, em um esforço de

negação de possibilidades diversas de experimentar o gênero, com especial rechaço das vivências transsexuais. Neste capítulo, aponto como movimentos como o biologismo (ou novo biologismo), o cerebralismo e o neurosexismo acabam sendo incorporados pelos cristanismos pentecostalizados em um processo de (re)essencialização do gênero.

O quinto capítulo da tese traz um debate sobre modelos/arquétipos de gênero que povoam o universo simbólico de materiais infantis do segmento analisado, funcionando como prescrições de gênero, sobretudo para as meninas. Discuti neste capítulo como a recorrência de figuras como o príncipe, a princesa e o guerreiro, além de servir ao propósito de disciplinar identidades e performances de gênero a partir de um enquadramento (neo)conservador, relaciona-se também à construção de ethos conservadores de direita, em uma tentativa de reescrever os significados de noções como direitos humanos, igualdade, diferença, justiça, cidadania e liberdade. Por fim, no sexto e último capítulo, o recorte foi ampliado para além dos livros e cartilhas, em um debate sobre atividades, eventos e materiais pedagógicos diversos voltados para uma formação conservadora de gênero entre crianças em espaços dos cristanismos pentecostalizados, passando também por uma discussão acerca da formação/capacitação dos sujeitos que atuam neste processo. A análise apontou para a existência de um currículo informal de gênero com viés conservador, que é constantemente (re)produzido a partir de agentes diversos, de forma muitas vezes descentralizada (horizontal, em redes), com papel importante das chamadas “tias evangelizadoras”; de pastores(as), “especialistas” e influenciadores digitais cristãos-conservadores; de editoras cristãs-conservadoras (vinculadas a determinadas denominações ou mais amplas); e da própria hierarquia das igrejas (sobretudo departamentos voltados ao ministério infantil, que, frequentemente, emitem orientações de âmbito nacional, como os roteiros para Escolas Bíblicas de Férias, entre outros).

Diversas conclusões emergem desta pesquisa de doutorado, contudo, há dois principais achados em minha investigação. O primeiro achado que considero fundamental é o movimento paradoxal do segmento cristão (neo)conservador, que produz discursos sobre o alegado essencialismo, “natureza” e imutabilidade da(s) identidade(s) de gênero (incluindo características comportamentais, perfis de personalidade, habilidades cognitivas e funções sociais distintas/binárias), ao mesmo tempo em que trabalha ativamente pela expansão de um projeto próprio de educação de gênero (o gênero precisa, afinal, ser ensinado), de orientação conservadora, voltado ao disciplinamento de identidades e performances de gênero dentro de uma matriz que tem

como padrão a heterossexualidade monogâmica, a noção de complementaridade dos sexos, o poder paterno e a substituição da ideia de direitos individuais e sociais pela noção de direitos da família. O segundo principal achado desta pesquisa ocupa esse lugar de destaque por contrariar uma hipótese inicial que me guiava na investigação e que é pressuposto ainda de vários pesquisadores de gênero, a de que o movimento que observamos é puramente “antigênero”. O que pude observar nos materiais investigados, na verdade, não é uma unânime recusa da categoria gênero pelos cristianismos pentecostalizados, mas sim uma disputa, por parte de uma parcela considerável dos (neo)conservadorismos, pelos significados do termo, pelo conceito de “gênero”.

Dessa forma, a noção de ativismos “antigênero” pode não ser adequada para discutir o fenômeno em todos os seus contextos. Embora nos catolicismos, mesmo os de base pentecostalizada, o conceito de gênero seja integralmente negado, utilizando-se apenas a expressão “sexo”, no caso dos cristianismos evangélicos, pentecostais, por exemplo, a categoria gênero não é rechaçada, mas sim reapropriada, ressignificada a partir da gramática cristã-conservadora, como vemos no slogan “O nosso gênero vem de Deus”. Não haveria, portanto, simplesmente uma “cruzada contra o gênero”, como muitas(os) pesquisadoras(es), inclusive eu, inicialmente formulamos, mas sim uma investida contra uma forma específica de significar e tratar o gênero (a forma como a teoria de gênero de base feminista e os movimentos sociais feministas e queer o tratam). No caso dos materiais analisados, o que parece haver é uma disputa pelos sentidos de gênero, com um processo de ressignificação do termo a partir de um repertório simbólico-discursivo cristão-conservador. Esses setores estão produzindo, também, suas próprias teorias de gênero. Nos últimos anos – muito em decorrência de fenômenos como a chamada primavera feminista e o avanço na visibilidade de pautas LGBTQIA+ – gênero deixa de ser apenas uma categoria teórico-analítica limitada aos espaços acadêmicos, ao círculo dos formuladores de políticas públicas (até pouco tempo, hegemônico pelas esquerdas) e aos ativismos queer-feministas, e é lançada na arena pública, sendo disputada por segmentos sociais diversos, com interesses políticos diversos e projetos de sociedade diversos.

A partir da análise realizada, é possível inferir que a investida de setores cristãos conservadores (sobretudo os cristianismos pentecostalizados) sobre a educação de gênero integra um projeto dominionista sobre educação e família, que passa, necessariamente, pela luta por valores, perspectivas e relações de gênero na sociedade. Os pressupostos da Teologia do Domínio,

da Teologia da Prosperidade e do discurso da integridade (Fonseca, 2019), assim como os valores e utopias de direita e extrema-direita, a exemplo do nacionalismo cristão, podem ser encontrados na atual batalha em torno do gênero movida pelos cristianismos pentecostalizados. Nesse movimento político, que alia conservadorismo moral e perspectiva econômica neoliberal, as teorias de gênero e feministas são vistas como inimigas da família e da sociedade, que precisam ser derrotadas.

Se o “sistema sexo/gênero é um sistema de escritura”, sendo o corpo “um texto socialmente construído, um arquivo orgânico da história da humanidade como história da produção-reprodução sexual” (Preciado, 2019, p. 415), a linguagem é um campo essencial de investigação para compreender como o gênero é forjado em nossa sociedade. Os materiais escritos analisados nesta pesquisa constituem-se como uma tecnologia conservadora de gênero, construída a partir de padrões discursivos e de uma estética de gênero conservadora. A perspectiva encontrada em tais artefatos pedagógicos para o público infantil é assentada em essencialismos, biologismos e determinismos em relação a gênero. A partir de uma atualização narrativa, que traz novos significados a significantes do repertório secular (como a linguagem dos direitos humanos), os cristianismos (neo)conservadores incorporam às referências doutrinárias também argumentos biológicos (a partir de um recorte positivista das ciências naturais), psicológicos e jurídicos para defender uma ordem binária e cisheterossexista de gênero.

O conceito de “ideologia de gênero” é primordial para compreender os discursos de gênero nos materiais analisados, não só por estar explícito em alguns deles, mas por operar em todos os outros como intertexto, interdiscurso, suporte prévio para o entendimento comum e construção de significados. O sintagma “ideologia de gênero”, produz, assim, uma formação discursiva específica para pensar gênero na matriz (neo)conservadora.

Sobre a perspectiva encontrada nos livros e materiais diversos investigados, o que entendem por gênero e a preocupação com uma suposta “ideologia de gênero” sendo imposta a crianças e adolescentes por escolas, mídia etc., não parece abarcar questões mais clássicas dos feminismos, como desigualdade salarial entre homens e mulheres, ou a violência contra a mulher – pautas com as quais concordam, embora neguem que esses fatos estejam ligados a uma desigualdade de gênero estrutural em nossa sociedade e defendam soluções que se limitam à segurança pública e punitivismo penal, sem de fato legitimar a necessidade de mudanças culturais

para reduzir, por exemplo, casos de abuso sexual ou de feminicídio. O foco dos atuais ativismos conservadores de gênero (e não “antigênero”, como discuti anteriormente em minha dissertação de mestrado e em artigo<sup>64</sup> em coautoria com Eliane Gonçalves) se concentra nas identidades e performances de gênero, com críticas intensas à possibilidade de mudança de sexo, assim como às práticas erótico-afetivas fora do padrão heterossexual e monogâmico. Há uma ênfase em torno do tema das transsexualidades e travestilidades, embora de forma nunca nomeada explicitamente ou legitimada. Pessoas trans são referidas a partir da noção de que Deus nunca erra e de que a suposta natureza de gênero do indivíduo não pode ser modificada. Questões sociais como o uso de banheiros públicos por pessoas trans de acordo com sua identidade de gênero, tratamentos clínicos voltados à afirmação de gênero e linguagem neutra, por exemplo, são frequentemente operadas como gatilhos de pânico moral, ativando críticas por parte desses setores ao conjunto do que chamam de “ideologia de gênero”. Assim, a concepção mais tradicional de “desigualdades de gênero” perde seu sentido estabelecido na academia e movimentos sociais, utilizado também em políticas públicas e documentos internacionais, enquanto desigualdades entre homens e mulheres, ou entre feminino e masculino, passando a significar, nesse repertório (com grande disseminação na opinião pública, inclusive), desigualdades/relações entre pessoas cis e transsexuais apenas. O novo sentido mais restritivo de gênero permite que se alimente o pânico moral em torno da categoria e do sintagma ideologia de gênero, uma vez que a questão da “mudança de sexo” mobiliza mais ansiedades sociais e encontra mais resistência hoje do que temas clássicos da desigualdade de gênero discutidos pelos feminismos há mais tempo, como violência contra a mulher e desigualdade salarial entre homens e mulheres.

Foi possível observar, nos livros, cartilhas, propostas de oficinas e cards/banners analisados, uma representação binária de masculino e feminino, bastante restritiva, reforçada de maneira quase caricatural, a partir de um repertório pouco complexo (foco em oposições como rosa x azul, bonecas x carrinhos etc.), que não reflete propriamente a complexidade da vivência de gênero real de adultos e crianças, cristãos ou não. Dentro desse repertório, alguns arquétipos de gênero são recorrentes e contribuem para a produção da diferença sexual/de gênero em tais enquadramentos discursivos, como o arquétipo da princesa e do guerreiro. Enquanto a princesa, personagem recorrente nos materiais, representaria o ideal de feminilidade a partir de

---

<sup>64</sup> Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/49988>. Acesso em: fev. 2024.

características como docilidade, vulnerabilidade, beleza e passividade; a figura do guerreiro aparece como padrão de masculinidade hegemônica, mobilizando qualidades como virilidade, força física e poder.

Embora incorporem e defendam a narrativa de que o gênero seria natural, inato, definido previamente pela vontade soberana e inerrante de Deus, a prática de segmentos cristãos pentecostalizados na promoção de uma educação não formal de gênero de viés conservador aponta para uma visão construcionista, não essencialista sobre gênero, já que admite-se que seria necessário “ensinar”, “reforçar” e performar constantemente identidades de gênero e orientações sexuais, a partir de normatividades construídas discursivamente como “tradicionais”. Há, portanto, um processo conflitante, em que se defendem discursos sobre a suposta natureza apriorística e imutável do gênero, ao mesmo tempo em que se desenvolve uma agenda de educação infantil para a “correta” performance do respectivo gênero designado por Deus e pela genética, contando, inclusive, com a formação específica de educadores que irão, a partir de pedagogias de gênero conservadoras, mobilizar “tecnologias de normalização das identidades sexuais” (Preciado, 2019). Contudo, tal paradoxo não se estabelece como problema, pois a contradição, tanto em sistemas religiosos quanto na lógica discursiva (neo)conservadora, não enfraquece o argumento, mas o fortalece.

Como já mencionado, se, no nível discursivo mais superficial, esses setores religiosos (neo)conservadores defendem o essencialismo e criticam o construcionismo (como discutido no primeiro capítulo), sua prática produz discursos outros, que apontam para um reconhecimento/legitimação do construcionismo, uma vez que seria necessário ensinar à criança como performar o feminino e o masculino a partir da cosmovisão cristã-conservadora (não seria algo inato, biologicamente definido, mas algo que precisa ser (in)corporado ativamente e conscientemente por meio de uma educação de gênero cristã-conservadora, que disciplina corpos, comportamentos, habilidades e desejos. A própria existência dos livros, materiais pedagógicos, oficinas e cultos infantis analisados contradiz, portanto, a ideia de que haveria uma essência de gênero inata ao indivíduo mesmo antes de seu nascimento, sem qualquer necessidade de ser apontada, explicitada ou internalizada como dispositivo social através da socialização na primeira infância. Esses segmentos cristãos, portanto, parecem acreditar também que gênero é técnica; é pedagogia; é performance estilizada (neste caso, estilizada em conformidade com um padrão

binário, cisheteronormativo e reprodutivista), e estão utilizando esse saber em favor de sua visão própria de como as relações de gênero devem se dar em nossa sociedade. Em síntese, nas palavras de Guacira Lopes Louro (2020, p. 85) em reflexão sobre o reforço de sexualidades normativas no espaço escolar, “ora, se a identidade heterossexual fosse, efetivamente, natural (e, em contrapartida, a identidade homossexual fosse ilegítima, artificial, não natural), por que haveria a necessidade de tanto empenho para garanti-la? Por que ‘vigiar’ para que os alunos e alunas não ‘resvalem’ para uma identidade ‘desviante’?”.

Assim, justamente por reconhecerem a perspectiva construcionista e performática sobre o gênero é que esses segmentos têm se engajado ativamente em um projeto explícito de educação e disciplinamento de gênero com crianças de suas comunidades. O projeto (neo)conservador de educação de gênero, como vimos, engloba um amplo catálogo de produtos, discursos e ações, como livros de literatura infantil, cartilhas, oficinas de EBD/EBF, cultos infantis, palestras e cursos para educadoras(es) cristãs(os), entre outros, em um trabalho construído e disseminado em redes locais e nacionais, físicas e digitais, orientado por repertórios e estratégias centralizadas, mas também diversificadas e adaptadas para realidades locais diversas.

Após analisar o material selecionado, sobretudo o discutido no capítulo 6, é possível afirmar que há um engajamento ativo e intencional por parte desses agentes do campo cristão-conservador em torno de políticas de identidade e de gênero, com a (re)produção sistemática de uma educação de gênero pautada no dualismo, no essencialismo, no biologismo, na autodisciplina corporal de viés moralista, no cisheterossexismo monogâmico, no familismo e no reprodutivismo. Pressuponho, ao lado de autores já discutidos nesta tese, que esse fenômeno possui algo de novo e se diferencia de ofensivas conservadoras passadas – é, portanto, um neoconservadorismo ou novo conservadorismo. Há, na última década, sobretudo nas Américas, uma intensificação desse processo, com novas frentes e estratégias, em um processo de reação conservadora que parte de um pacto entre os cristianismos, católicos e evangélicos, um “ecumenismo neoconservador”. Dentro do enquadramento discursivo (neo)conservador, perspectivas morais contrárias às teorias de gênero de viés progressista são frequentemente apresentadas, primeiramente, com uma linguagem “laica”, recorrendo ao Direito, à Filosofia, à Biologia, à Psicologia, entre outros campos do conhecimento secular. Esses segmentos religiosos conservadores utilizam de forma estratégica e pontual (muitas vezes anacrônica ou reducionista) argumentos ligados à seara jurídica, econômica ou científica, conciliando-os com discursos bíblicos e ressignificando repertórios

conhecidos das esquerdas, como o dos direitos humanos. Temas do campo dos direitos da criança e do adolescente, como o abuso sexual, assim como pautas como liberdade religiosa, direito à educação e saúde mental, são mobilizados, assim, a partir de uma gramática que os ressignifica e que criminaliza as esquerdas e as vivências de gênero não normativas. Nas palavras de Rogério Diniz Junqueira (2022, p. 11), a ofensiva de tais setores não é “simplesmente antidireitos, mas ela recoloca a questão dos direitos em um prisma da moralidade, da rebiologização e da regressão do campo dos direitos humanos”.

Esta pesquisa de doutorado certamente deixa muitas questões em aberto, que poderão ser trabalhadas em futuras pesquisas, com outros enfoques. Algumas questões a serem respondidas ainda são: Qual a dimensão do impacto dessa educação conservadora de gênero nas formas concretas como as crianças cristãs envolvidas nesses processos vivenciam o gênero? Estamos lidando com uma possível nova geração de jovens e adultos que irá ter experiências mais restritivas e mais conservadoras no campo do gênero e da sexualidade, ou não necessariamente? Quais caminhos tomará esse projeto cristão-conservador em sua busca por um modelo de sociedade “tradicionalista”? Quais os limites e o possível ponto de esgotamento (se houver) da mobilização em torno do conceito de “ideologia de gênero”? Como as esquerdas, os feminismos e o movimento LGBTQIA+ podem se organizar diante do cenário apontado nesta tese? Esses são questionamentos que demandam uma investigação mais ampla e reflexões diversas e coletivas. Espero que esta tese possa contribuir, dentro de seus limites, para o que se propôs a responder e também para abrir discussões que possam vir a elucidar as questões enumeradas neste parágrafo. Por fim, esta pesquisa traz uma contribuição teórica para o campo dos estudos de gênero e das religiões, assim como um importante alerta para os ativismos pela igualdade de gênero.

## REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Para educar crianças feministas: um manifesto*. São Paulo, Companhia das Letras: 2021.

ASAD, Talal. *Anthropology and the Colonial Encounter*. London: Ithaca Press, 1973.

APPADURAI, Arjun. Democracy Fatigue. In: GEISELBERGER, Heinrich, org. *The great regression*. Cambridge: Polity Press, 2017, p. 1-12.

AUSTIN, John Langshaw. *How to do things with words*. Oxford: Oxford University Press, 1962.

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). In: ORLANDI, E.P; GERALDI, J. W. *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas, UNICAMP – IEL, n. 19, jul./dez., 1990.

AZIZE, Rogério. *A nova ordem cerebral: a concepção de pessoa na difusão neurocientífica*. Tese (Doutorado em Antropologia Social – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010, 281 f.

BARAJAS, Karina Bárcenas (org.). *Movimientos antigénero en América Latina: cartografías del neoconservadurismo*. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Sociales, 2022.

BHABHA, Homi K. A questão do “outro”: diferença, discriminação e o discurso do colonialismo. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pós-modernismo e política..* Rocco, Rio de Janeiro: 1992.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. *Gênero, neoconservadorismo e democracia*. São Paulo: Boitempo, 2020.

BRACKE, Sarah; PATERNOTTE, David. *Unpacking the sin of gender*. Religion & Gender, vol. 6, n. 2, p. 143-154, 2016.

- BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.
- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero*. Feminismo e Subversão da identidade. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2012.
- BUTLER, Judith. Atos performáticos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque. *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- BUTLER, Judith. *Quem tem medo do gênero?* São Paulo: Boitempo, 2024.
- CALEFATO, Patrícia. Génesis del sentido y horizonte de lo femenino. In: COLAIZZI, Giulia (org.). *Feminismo y teoría del discurso*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1990.
- CAMERON, Deborah. Gender, language and the new biologism. *Constellations*, v. 17, n. 4, p. 526-539, 2010.
- CAMPOS, Ricardo. A cultura visual e o olhar antropológico. *Visualidades*, Goiânia, v. 10, n. 1, p. 17-37, jan-jun 2012.
- CAMURÇA, Marcelo. Entre sincretismos e “guerras santas”: dinâmicas e linhas de força do campo religioso brasileiro. *Revista USP*. São Paulo, n. 81, março/maio 2009, p. 173-185.
- CANDIOTTO, Jaci de Fátima Souza. A despatriarcalização de Deus na teologia feminista. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 29, n. 3, e73607, 2021.
- CARRANZA, Brenda. O Brasil, fundamentalista? *Encontros Teológicos*, n. 52, ano 24, n. 1, 2009, p. 147-166.
- CARRANZA, Brenda. *Catolicismo midiático*. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2011.
- CARRANZA, Brenda. Derecha cristiana brasileña: proyecto de poder político. In: GUADALUPE, Jose Luis Pérez (org.). *Pastores & Políticos*. El protagonismo evangélico en la política latinoamericana. IESC: Lima (Peru), 2022, p. 47-86.
- CARRANZA, Brenda; TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. *Ultraconservadorismo católico: mimeses dos mecanismos da erosão democrática brasileira*. Lua Nova, São Paulo, 119: p. 48-75, 2023.

CASARÕES, Guilherme. Religião e poder: a ascensão de um projeto de “nação evangélica” no Brasil? *Interesse Nacional*, abril-junho 2020, p. 9-16.

CESARINO, Letícia. *O mundo do avesso: verdade e política na era digital*. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

CLIFFORD, James; MARCUS, George (org.). *Writing Culture: the poetics and politics of Ethnography*. Berkeley: University of California Press, 1986.

CLIMACO, Danilo Assis. *Tráfico de mulheres, negócios de homens: leituras feministas e anti-coloniais sobre os homens, as masculinidades e/ou o masculino*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina. 2009, 209 f.

COHEN, Stanley. *Folk devils and moral panics*. London: Routledge, 2011.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, nº 1, p. 99-127, 2016.

COMAROFF, John; COMAROFF, Jean. 2010. Etnografia e imaginação histórica. *Proa*, nº 2, 2010.

CONNELL, Raewyn. *Masculinities*. Cambridge, UK: Polity Press, 1995.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. *Gênero: uma perspectiva global*. São Paulo: nVersos, 2015.

CONNELL, Robert W; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 21(1): 424, janeiro-abril/ 2013.

CORREA, Giulia Brandão; TILIO, Rafael de. *Femilidade no site Escola de Princesas – análise do discurso do gênero como ideologia*. *Cadernos Pagu* (67), 2023, e236715. ISSN 1809-4449.

COSTA, Claudia de Lima. *Feminismo e Tradução: entre o colonialismo acadêmico e a diferença pós-colonial*. XXVIII Encontro Anual Anpocs, 2004, p. 4-14.

CRENSHAW, Kimberle. *Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics*. 1989. Disponível em:<https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?Article=1052&context=uclf>.

Acesso em: jul. 2022.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo. *Mana* 10(2), 2001, p. 287-322.

CUNHA, Magali do Nascimento. Religião e Política: ressonâncias do neoconservadorismo evangélico nas mídias brasileiras. *Perseu*, n. 11, ano 7, 2016, p. 148-166.

DINIZ, Débora; GEBARA, Ivone. *A esperança feminista*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

DURKHEIM, Émile. *Educação e Sociologia*. Trad. De Lourenço Filho. São Paulo: Melhoramentos, 1967.

EMPOLI, Giuliano Da. *Engenheiros do Caos*. Como as fake News, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições. Trad. Arnaldo Bloch. 1. ed. São Paulo: Vestígio, 2019.

FAUSTO-STERLING, Anne. *Dualismos em duelo*. *Cadernos Pagu* (17/18), 2001/2: pp. 9-79.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa*. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FELIPE, Jane. *Infância, gênero e sexualidade*. *Educação & Realidade*, 25(1): p. 115-131, jan./jun. 2000.

FERNÁNDEZ, Marta Cabezas; SOLÍS, Cristina Vega. Introdução. In: FERNÁNDEZ, Marta Cabezas; SOLÍS, Cristina Vega (org.). *La reacción patriarcal*. Neoliberalismo autoritario, politización religiosa y nuevas derechas. Manresa: Bellaterra Edicions, 2022.

FINE, Cordelia. *Homens não são de Marte, mulheres não são de Vênus*. Como a nossa mente, a sociedade e o neurosexismo criam a diferença entre os sexos. São Paulo: Cultrix, 2012.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. São Paulo: Paz & Terra, 2021.

GARRAIO, Julia; TOLDY, Teresa. “*Ideologia de gênero*”: origem e disseminação de um discurso antifeminista. *Mandrágora*, v. 26, n. 1, 2020, p. 129-155.

GEBARA, Ivone. *O que é Teologia Feminista*. Primeiros Passos, vol. 326. Editora Brasiliense, 2007.

GEBARA, Ivone. *Teologia Ecofeminista*. Olho d’água, setembro, 1997.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GOFFMAN, Erving. *Gender Advertisements*. New York: Harper & Row, 1979.

GONZALEZ, Lélia. *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, p. 223-244, 1984.

GROSSI, Miriam. A dor da tese. *Ilha Revista de Antropologia*, Florianópolis, v. 6, n. 2, julho de 2004, p. 221-232.

HALL, Stuart. 2006. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Porto Alegre: DP&A.

HARDING, Sandra. *Sciences from below: Feminisms, postcolonialities, and modernities*. Durham, N.C.: Duke University Press, 2008.

HEILBORN, Maria Luiza. Fronteiras simbólicas: gênero, corpo e sexualidade. *Cadernos Cepia*, n. 5, Gráfica JB, Rio de Janeiro, dezembro de 2002, p. 73-92 (apoio Fundação Ford e UNIFEM).

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir. A educação como prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

ILLOUZ, Eva. From the paradox of liberation to the demise of liberal elites. In: GEISELBERGER, Heinrich (org.). *The Great Regression*. Cambridge: Polity Press, 2017, p. 49-64.

JOCA, Alexandre Martins; PAIVA, Antônio Crístian Saraiva; FREITAS, Geovani Jacó de; LOIOLA, Luís Palhano. *Deus é menino e menina*. Fasc. 5. Respeitar as diversidades e combater as desigualdades. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2009.

JOEL, Daphna; VIKHANSKI, Luba. *Gender mosaic: beyond the myth of the male and female brain*. New York: Hachette Book Group, 2019.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. *A invenção da “ideologia de gênero”*. Um projeto reacionário de poder. Brasília: Letraslivres, 2022.

LACERDA, Marina Basso. *O novo conservadorismo brasileiro*. Porto Alegre: Zouk, 2019.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque. *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado*. Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação*. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 2020.

LUGONES, Maria. *Rumo a um feminismo descolonial*. Revista Estudos Feministas, V. 22, n. 3. Florianópolis, set./dez. 2014.

MACHADO, Maria das Dores Campos. O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 26(2), 2018.

MACHADO, Maria das Dores Campos; MARIZ, Cecília Loreto; CARRANZA, Brenda. Genealogia do sionismo evangélico no Brasil. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 42(2), 2022, p. 225-248.

MAGALHÃES, I.; MARTINS, A. R.; RESENDE, V. de M.. *Análise de Discurso Crítica: um método de pesquisa qualitativa*. Brasília: Ed. da UnB, 2017. 259 p.

MARÇAL, Caio César Sousa. Meninos de azul, meninas de rosa: A militância batista contra a “ideologia de gênero”. *Anais*. 42 Encontro Anual da Anpocs. 2018. 18 p.

MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais: Sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

MELO, Flávia Valéria Cassimiro Braga. *Ruah está soprando as flores: mulheres e suas militâncias no fazer teológico feminista no Brasil*. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal de Goiás. 2021.

MIGUEL, Luis Felipe. O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema-direita brasileira. *Cadernos Pagu* (62), 2021, 14 p.

MISHRA, Pankaj. Politics in the age of resentment: the dark legacy of the Enlightenment. In: GEISELBERGER, Heinrich (org.). *The Great Regression*. Cambridge: Polity Press, 2017, p. 104-116.

MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. Trad. Sírio Possenti. Curitiba: Criar, 2005.

MISKOLCI, Richard. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. *Cadernos Pagu* (53), 2018.

MOUFFE, Chantal. *Agonistics: thinking the world politically*. London: Verso, 2013.

MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. *Introdução à Linguística 2: domínios e fronteiras*. 2. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

NATIVIDADE, Marcelo; OLIVEIRA, Leandro de. *As novas guerras sexuais: diferença, poder religioso e identidades LGBT no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

KRAMER, Heinrich. 1430-1505. *O martelo das feiticeiras*. Heinrich Kramer, James Sprengler. Trad. Paulo Froés; Rose Marie Muraro; Carlos Byington. Rio de Janeiro: BestBolso, 2020.

KUPER, Adam. *Cultura: a visão dos antropólogos*. São Paulo: Edusc, 2002.

OLIVEIRA, Joana Cabral de; MARINI, Marisol. *Why is the Bolsonaro government afraid of Anthropology?* 28 jan. 2020. Series: Bolsonaro and the unmaking of Brazil. Society for Cultural Anthropology. Disponível em: <https://culanth.org/fieldsights/why-is-the-bolsonaro-government-afraid-of-anthropology>. Acesso em: 20 jul. 2022.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. 10. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012.

ORTNER, Sherry. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? *In*: ROSALDO, Michelle Zimbalist; LAMPHERE, Louise (org). *A mulher, a cultura e a sociedade*. Trad. Cila Anker e Rachel Gorenstein. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ORTNER, Sherry. Teoria na Antropologia desde os 60. *In*: *Mana*, 17(2), 2011.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Ciladas da diferença. *Tempo Social*, Rev. Socio. USP, São Paulo, 2(2): p. 7-23, 2. sem, 1990.

PISCITELLI, Adriana. 2008. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, v.11, n.2, p. 263-74.

PRECIADO, Paul. O que é a contrassexualidade? *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque. *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina. *Dispositio*, vol. 24, no.51, 1999.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade de poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: Edgard Lander (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas..* Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Set. 2005. Pp. 227-278.

ROSADO-NUNES, Maria José Fontelas. A “ideologia de gênero” na discussão do PNE: a intervenção da hierarquia católica. *Horizonte*. Belo Horizonte, v. 13, n. 39, p. 1237-1260, jul./set. 2015.

SAID, Edward W. *Orientalismo*. O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia de Bolso, 2003.

SANTOS, Márcia Regina dos. *Entre prescrições e sentidos: narrativas sobre comportamentos para mulheres em manuais de etiqueta no tempo presente*. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). 314 f. 2019.

SEGATO, Rita. Os percursos do gênero na Antropologia e para além dela. *Estado e Sociedade*. Brasília, 1998.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque. *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

SOUZA, André Ricardo de; ABUMANSUR, Edin Sued; LEITE JUNIOR, Jorge. Percursos do Diabo e seus papéis nas igrejas pentecostais. *Horizonte Antropológico*, Porto Alegre, ano 25, n. 53, p. 385-410, jan./abr. 2019.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STRAUSS, Anselm L. *Espelhos e Máscaras*. A busca de identidade. Edusp: São Paulo, 1999.

STRATHERN, Marilyn. *O gênero da dádiva*. Problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia. Trad. André Villalobos. Campinas: Unicamp, 1988.

STRATHERN, Marilyn. *Fora de Contexto*. São Paulo: Terceiro Nome, 2013.

TESSER, Tabata Pastore. *Ecumenismo (neo)conservador: pacto programático-religioso na defesa da agenda anti-gênero*. Artigos; Laboratório de Antropologia da Religião. Disponível em: [www.larunicamp.com.br/novidades/ecumenismo-neoconservador](http://www.larunicamp.com.br/novidades/ecumenismo-neoconservador). Acesso em: 18 nov. 2021.

VALLADA, Amanda Diniz. *Inventando a diferença: ideologias linguísticas e história natural dos discursos do novo biologismo*. Dissertação (mestrado). Faculdade de Letras, Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal de Goiás, 2021, 97p.

VIEIRA, Henrique. Fundamentalismo e extremismo não esgotam experiência do sagrado nas religiões. In: GALLEGÓ, Esther Solano. *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

WITTIG, Monique. The point of view: universal or particular? *Feminist Issues*, vol. 2, 1983.

WOLF, Naomi. *The beauty myth*. How images of beauty are used against women. New York: Harper Perennial, 2002.

## **REFERÊNCIAS – MATERIAIS ANALISADOS**

APEC. *Cidadania e Patriotismo*. Espaço Criança. Ano 15, n. 56, jul./ago./set. 2018.

BEZENAC, Agnes de. *Princesa Angelina*. Santo André: Editora Geográfica, 2018.

CENTRO ANCHIETA. *Você já ouviu falar sobre a ideologia de gênero?* Cartilha. 2019. Disponível em: <https://centroanchieta.org/voce-ja-ouviu-falar-sobre-a-ideologia-de-genero/>.

FERREIRA, Tatiana. *Matemática do Criador*. Cachoeira Paulista, SP: Editora Canção Nova, 2018.

GARCIA, Jane. *Ideologia de Gênesis*. São Paulo: Unipro, 2021.

HERSHEY, Katherine. *O soldado cristão: livro para colorir*. Adaptação de Shirley Araújo dos Reis. Trad. APEC. São Paulo: Aliança Pró-Evangelização das Crianças (APEC), 2018.

KIRGISS, Crystal. *Qual é a deles? Como entender o que os meninos querem e pensam*. São Paulo: Editora Mundo Cristão, 2011.

KROKER, Valdemar. *Mensagens de Deus para garotas*. Aprendendo valores éticos e morais com lindas histórias. Curitiba: A.D Santos Editora, 2004.

LOBO, Marisa. *Viva a Diferença*. Valorização da família cristã. Congregação Batista Brasileira. Curitiba: MK Editora, 2020. Disponível em: <https://vivaadiferenca.com.br/>. Acesso em: set. 2022.

MACHOWSKI, Marty. *Deus fez meninos e meninas*. São José dos Campos, SP: Editora Fiel, 2021.

MACKENZIE, Catherine. *Como ser uma princesa de Deus*. Blumenau, SC: Edições Amanhecer, 2014.

REZENDE, Daniela Lucia Xavier. *Coisas de meninas*. Pompeia, São Paulo: Universidade da Família, 2010.

REZENDE, Daniela Lucia Xavier. *Coisas de meninos*. Pompeia, São Paulo: Universidade da Família, 2010.

SAINT CLAIR, Ashley. *Elephants are not birds*. El paso, Texas: Brave Books, 2021.

SBN. *O livro das boas maneiras para meninas*. Blumenau, SC: Todolivro, 2017.

SIMAO, Vivian. *Cinderela: uma releitura com princípios cristãos*. Rio de Janeiro: Editora Central Gospel, 2019.

WALSH, Sheila. *Manual da Princesinha*. Um jeito divertido de aprender a se comportar como uma princesinha de Deus. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2015.

WALSH, Sheila. *Aventuras da princesinha*. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2016.

WALSH, Sheila. *Boa noite pequeno guerreiro*: histórias bíblicas, devocionais e orações para a hora de dormir. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2017.

WALSH, Sheila. *Bíblia devocional da princesinha*: histórias e orações para a hora de dormir. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2017.

WELZER-LANG, Daniel. *A construção do masculino*: dominação das mulheres e homofobia. Estudos Feministas, ano 9, p. 460-474, 2/2001.

WHITING, Karen. *Minha linda princesinha*. Devocionais para cada dia do ano. Bangu, RJ: CPAD, 2018.

## **LIVRARIAS ONLINE CONSULTADAS PARA A PESQUISA**

[www.antioquiabooks.com](http://www.antioquiabooks.com)

[www.amazon.com.br](http://www.amazon.com.br)

<https://loja.cancaonova.com/>

<https://www.casadabibliaonline.com>

<https://centralgospelmax.com.br/loja/>

<https://www.cemporcentocristao.com.br/>

[www.editoracristaevangelica.com.br](http://www.editoracristaevangelica.com.br)

<https://www.editorafiel.com.br/>

<https://elshaddai.com.br/>

<https://www.estantevirtual.com.br>

<https://www.gospelgoods.com.br>

<https://www.komunhao.com.br/>

<https://www.livrariacomcristo.com.br/>

<https://www.livrariasfiliacrista.com.br>

<https://www.lojadafamilia.org.br/>

<https://www.manahbooks.com.br/>

<https://www.tendagospel.com.br/>